Olimpíada
O brasileiro Edival Pontes venceu a luta pela medalha de bronze no taekwondo, categoria até 68 kg B5

Documentários
Quase todos os filmes oficiais das Olimpíadas estão disponíveis, com legendas, no site do COI EU&

Televisão
Minissérie "Um Beijo do Gordo", da Globoplay, em quatro episódios, lembra a trajetória do multiartista Jô Soares EU&

Sexta-feira, 9 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6062 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Setor de biocombustíveis investe R$ 42 bi com impulso da transição energética

Energia O movimento é liderado pelo etanol de milho, com R$ 15,8 bi; valores se referem apenas a aportes em estruturas industriais, e não incluem a área agrícola

Camila Souza Ramos e Cibelle Bouças
De São Paulo e Belo Horizonte

Impulsionado pela transição energética, o setor de biocombustíveis realiza atualmente investimentos bilionários no país. Neste ano, as empresas do segmento já anunciaram e mantêm em curso aportes de pelo menos R$ 42 bilhões. Esse valor considera apenas o capital comprometido com a infraestrutura industrial, e não inclui investimentos agrícolas.

O protagonista do movimento é o etanol de milho. Segundo levantamento da Unem, a associação do setor, há investimentos de R$ 15,8 bilhões em estágio avançado de construção de unidades e outros em fase de licenciamento e início de obras. Os projetos estão espalhados por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Tocantins, Pará, Paraná e Rio Grande do Sul, e devem ser concluídos até 2026. Em parte, a expansão do etanol de milho é garantida pelo foco das usinas de cana nos últimos anos na produção de açúcar, que remunera melhor que o etanol. Isso abre espaço para a indústria de milho garantir a oferta de etanol ao mercado, segundo Juliano Merlotto, sócio da FG/A.

Também há aportes em ampliações de fábricas existentes e em novas indústrias de biodiesel, biometano, etanol celulósico e açúcar. "O setor de bioenergia está de olho nas possibilidades de transição energética, que contemplam diversas rotas de produção", diz Guilherme Nolasco, presidente da Unem. Para ele, o projeto de lei do Combustível do Futuro, que tramita no Senado e prevê aumento da mistura de biodiesel e etanol, além de mandatos para biometano e bioquerosene de aviação (SAF), indica ao setor privado que os biocombustíveis são prioridade na transição energética.

No caso do biodiesel, os aportes na expansão e construção de novas unidades neste ano são estimados em R$ 6 bilhões pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). Outra vertente de investimentos do segmento é em biogás e biometano. A Associação Brasileira de Biogás (Abiogás) informa que suas associadas anunciaram ampliação da capacidade em 7 milhões de metros cúbicos de biometano ao dia até 2029, o que exigirá investimentos de R$ 7 bilhões. **Página B8**

Petrobras tem prejuízo de R$ 2,6 bilhões no 2º trimestre

Fábio Couto, Kariny Leal e Rafael Rosas
Do Rio

Pela primeira vez desde setembro de 2020, a Petrobras fechou um trimestre com prejuízo. Ontem, na primeira divulgação de resultados da gestão de Magda Chambriard, a companhia anunciou, na última linha do balanço, um resultado final negativo em R$ 2,6 bilhões. Fatores extraordinários como a desvalorização do real frente ao dólar e provisão envolvendo acordo tributário com o Ministério da Fazenda impactaram o lucro líquido, sem efeitos sobre o caixa e o patrimônio da empresa, informou a Petrobras. Apesar do prejuízo, a empresa divulgou o pagamento de R$ 13,57 bilhões em dividendos aos acionistas, sendo parte do valor oriundo de reserva de capital criada no ano passado. No fim de junho, o dólar se valorizou 11,2% em relação ao real. **Página B3**

Brasil expulsa a embaixadora da Nicarágua

Fábio Murakawa
De Brasília

O governo brasileiro decidiu expulsar a embaixadora da Nicarágua, Fulvia Patricia Castro Matus. A decisão ocorre depois da expulsão do embaixador brasileiro no país, Breno Souza Costa, pelo regime de Daniel Ortega, no poder desde 2007. Aliados, as relações entre Ortega e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se deterioraram por questões ligadas aos direitos humanos no país centro-americano, especialmente em relação à prisão do bispo de Matagalpa, Rolando Álvarez, condenado a 26 anos por "traição contra o país". Desde janeiro, o religioso está exilado em Roma. **Página A2**

Hora de desacelerar

LEO PINHEIRO/VALOR

Ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e advogado de grandes disputas societárias, Marcelo Trindade começa a planejar sua saída gradual do dia a dia do escritório. "Quero escrever livros sobre direito, artigos e aproveitar um pouco a vida." EU&

Câmara debate PL do devedor contumaz

Lu Aiko Otta
De Brasília

Com a expectativa de retomada dos trabalhos na Câmara, o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, representantes do setor empresarial e o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE) se reuniram ontem para tratar do projeto de lei do devedor contumaz. Apresentado pelo Executivo, o PL 15/24 é uma prioridade da equipe econômica e está sob a relatoria do parlamentar, que antecipou pontos de seu parecer. A ideia é votá-lo na Comissão de Desenvolvimento Econômico durante o esforço concentrado do próximo dia 26. O PL cria, de um lado, uma espécie de "tratamento vip" para empresas que cumprem as regras. De outro, tira do mercado aquelas que fazem da sonegação um modelo de negócio: os devedores contumazes, muitos ligados ao crime organizado. **Página A12**

Nunes e Boulos lideram em SP, mostra Datafolha

Cristiane Agostine
De São Paulo

A dois meses da eleição, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), e o deputado federal Guilherme Boulos (Psol) lideram a disputa pela prefeitura paulistana e estão tecnicamente empatados, segundo pesquisa Datafolha divulgada ontem. Nunes tem 23% das intenções de voto e Boulos, 22%. Em 3º lugar aparecem o apresentador José Luiz Datena (PSDB) e o "influenciador" Pablo Marçal (PRTB), ambos com 14%. A deputada federal Tabata Amaral (PSB) tem 7%. Em eventual 2º turno entre Nunes e Boulos, o prefeito seria reeleito com 49%, contra 36%. **Página A14**

Google e Meta direcionam anúncio a menor

Stephen Morris, Hannah Murphy e Hannah McCarthy
Financial Times

Google e Meta fizeram um acordo secreto para direcionar anúncios do Instagram a adolescentes no YouTube. A empresa de buscas trabalhou em um projeto de marketing para a Meta criado para ter como alvo usuários do YouTube de 13 a 17 anos, com anúncios que promoviam o aplicativo de fotos e vídeos, segundo fontes e documentos aos quais o "FT" teve acesso.

A campanha do Instagram foi direcionada de forma deliberada a um grupo de usuários que foram classificados como "desconhecidos" em seu sistema de publicidade, embora o Google soubesse ser direcionado a jovens abaixo de 18 anos, segundo fontes. O projeto ignorou as próprias regras da empresa de buscas, que proíbem a personalização e o direcionamento de anúncios a menores de idade. Quando contatado pelo "FT", o Google deu início a uma investigação sobre as acusações. O projeto agora foi cancelado, segundo uma fonte. **Página B4**

Boticário planeja investir R$ 3,34 bilhões

Ana Luiza de Carvalho
De São Paulo

O Grupo Boticário anunciou plano de investimento de R$ 3,34 bilhões para os próximos quatro anos, o maior de sua história. Desse montante, R$ 1,8 bilhão será destinado à construção de uma nova fábrica em Pouso Alegre (MG). Desde 2021, a companhia de beleza tem focado a estratégia no aumento da capacidade produtiva. A sua principal fábrica, na cidade de São José dos Pinhais (PR), vai receber aporte adicional de R$ 840 milhões para ampliar a produção local em 40%. Outros R$ 700 milhões serão destinados para a logística de distribuição de produtos da empresa.

"A abertura de uma fábrica em Minas é um novo ciclo, e vai expandir muito a produção", diz Fernando Modé, presidente do grupo. A unidade deve ser inaugurada em 2028 e será responsável pelas linhas de hidroalcoólicos, que incluem perfumes e desodorantes. **Página B1**

Indicadores

Ibovespa	8/ago/24	0,90 % R$ 20,5 bi
Selic (meta)	8/ago/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	8/ago/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	8/ago/24	5,6166/5,6172
Dólar comercial (mercado)	8/ago/24	5,5735/5,5741
Dólar turismo (mercado)	8/ago/24	5,6142/5,7942
Euro comercial (BC)	8/ago/24	6,1294/6,1306
Euro comercial (mercado)	8/ago/24	6,0845/6,0851
Euro turismo (mercado)	8/ago/24	6,1597/6,3397

7 898937 880054

Vale medalhas

LARS BARON/GETTY IMAGES

A dupla do vôlei de praia Ana Patrícia e Duda vai enfrentar as canadenses Wilkerson e Paredes na disputa pelo ouro, hoje, às 17h30. Na quadra, as brasileiras vão disputar o bronze contra a Turquia, amanhã. Página B5

Destaques

Fundos disputam Outback
Os fundos de private equity (que compram participação em empresas) Vinci e Advent e o fundo soberano de Abu Dhabi, Mubadala, estão na disputa para comprar a operação do Outback no Brasil, apurou o **Valor**. A decisão de venda se deve às dificuldades financeiras da atual controladora, Bloomin' Brands. **B1**

Base de cálculo do PIS/Cofins
Liminar obtida pelo Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de São Paulo exclui o PIS e a Cofins da própria base de cálculo dos dois tributos. A decisão beneficia 13 mil empresas. O tema aguarda decisão do STF, mas não tem data para o julgamento. O impacto estimado pela União, em caso de derrota, é de R$ 65,7 bilhões. **E1**

INÊS 249

Relações externas Medida é retaliação à retirada forçada de diplomata brasileiro pelo regime de Daniel Ortega

Brasil expulsa embaixadora da Nicarágua

Fabio Murakawa
De Brasília

O governo Luiz Inácio Lula da Silva decidiu nesta quinta-feira (8) expulsar do país a embaixadora da Nicarágua, Fulvia Patricia Castro Matus. A informação foi confirmada pelo Ministério das Relações Exteriores.

A medida ocorre em resposta à expulsão do embaixador brasileiro na Nicarágua, Breno Souza da Costa, pelo regime de Daniel Ortega, um aliado histórico do presidente brasileiro e que está no poder desde 2007.

As retirada dos embaixadores eleva a um status de crise diplomática o mal-estar entre os dois países iniciado com a tentativa infrutífera de Lula de interceder pela libertação de um bispo católico perseguido pelo governo Ortega.

Com as relações entre os dois líderes deterioradas, a expulsão do embaixador brasileiro em Manágua ocorreu após ele não ter participado de um ato em comemoração aos 45 anos da Revolução Sandinista. O diplomata havia se ausentado por orientação do Itamaraty a não comparecer a atos políticos no país centro-americano.

Até anteontem, interlocutores do governo brasileiro ainda tentavam reverter a expulsão do embaixador. Mas, com a medida confirmada, o Brasil decidiu em reciprocidade expulsar a representante da Nicarágua em Brasília.

Ao conversar com a imprensa após reunião ministerial no Palácio do Planalto, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, classificou como "agressão fortuita" e uma "violação do direito internacional" a expulsão do embaixador brasileiro na Nicarágua.

> "Isso é violação do direito internacional, da diplomacia internacional"
> *Rui Costa*

"Eu não sou diplomata, mas de ouvir eu aprendi que na diplomacia tem uma palavra que chama-se reciprocidade. Então, como o embaixador brasileiro lá foi convidado a se retirar, a reciprocidade é que a embaixadora daqui também foi embora", disse. "O Brasil, que o presidente votou a reafirmar ali na reunião, quer buscar paz e um bom relacionamento com todo mundo. Mas não pode aceitar que seus representantes, seus embaixadores, sejam importunados, a não ser que tenham cometido atos que fujam da tradição diplomática brasileira. Comprovado isso, o erro seria nosso. Não comprovado isso é uma agressão fortuita."

Rui Costa ainda ironizou a medida tomada pelas autoridades nicaraguenses, afirmando que nenhum embaixador em Brasília será obrigado a comparecer aos festejos da Independência, embora tenham sido todos convidados.

"Ao padrão internacional de respeito às embaixadas e aos embaixadores, o não comparecimento a um ato governamental ou institucional não caracteriza e nem pode caracterizar uma agressão ao país. Nenhum embaixador de país nenhum é obrigado a estar presente nos eventos", disse. "Nós vamos ter o 7 de Setembro aqui. Nós mandamos convite para as embaixadas. Mas ninguém é obrigado a ir. E a ausência não significa uma agressão ao país."

O ministro da Casa Civil disse ainda que a expulsão do embaixador brasileiro "não tem o menor cabimento" e é "uma violação do direito internacional".

"Isso é uma violação do direito internacional, da diplomacia internacional, como se quisesse obrigar todos os embaixadores do país a estar presentes em todos os atos comemorativos desse país", disse. "Em lugar nenhum do mundo é assim, não faz parte da diplomacia internacional nem da história da diplomacia brasileira."

Entidade propõe ampliar acesso do consumidor ao mercado livre de energia

Rafael Bittencourt
De Brasília

A indústria, representada pelas companhias com consumo intensivo de energia, vai entregar hoje ao Ministério de Minas e Energia a proposta de retirada de R$ 30 bilhões da conta de luz e a inserção da maioria dos consumidores no mercado livre, em que é possível escolher o fornecedor de energia. A informação é de Paulo Pedrosa, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores (Abrace).

Em café com jornalistas, Pedrosa explicou que as medidas sugeridas ao governo tratam de questões urgentes discutidas no Congresso, contribuições à atualização do marco legal do setor, que vem sendo prometida pelo ministro Alexandre Silveira, e a ampla abertura do mercado livre. Com esta última medida, ele destaca que é possível programar melhor o consumo de eletrodomésticos a depender da variação de preço ao longo do dia porque essa modalidade prevê o uso de redes inteligentes.

Ele considera que a indústria está alinhada ao governo no sentido de propor uma reforma estrutural do setor elétrico baseada em "justiça tarifária". A nossa visão é de que é importante ter esse norte. Tem que ser energia limpa, barata e segura para todo mundo", disse, referindo-se à necessidade de reestruturar o setor com benefícios tanto para pequenos consumidores como para o setor produtivo.

"Tem que ter justiça tarifária na conta de luz e no preço do pão. Porque sempre que a família brasileira consome 100 kilowatts-hora de energia no mesmo mês, ela paga mais 200 kilowatts-hora nas coisas que comprou no caderno para o filho estudar, numa camiseta, numa bandeja de frango congelado no supermercado e no pão. São todos produtos muito intensivos em energia", explicou.

Para Pedrosa, as mudanças discutidas podem permitir, assim como a indústria já faz, que os consumidores residenciais possam gerenciar o consumo ao longo do dia buscando o melhor preço. Isso, segundo ele, vai gerar eficiência na operação do sistema elétrico. "Vai ser possível usar a máquina de lavar roupa e a máquina de lavar a louça no horário do pico da produção da solar. Isso ajuda o sistema", exemplificou.

Ele considera que o cenário de otimismo com a reforma só deve ser confirmado se o setor passar a operar com menos subsídios. "Abrir o mercado livre pode ser muito bom e pode ser muito ruim. Se abrir o mercado livre com subsídios, por exemplo, vai criar uma onda de boas oportunidades no comércio da energia em si, mas vai aumentar o custo final da energia para todos os consumidores", afirmou.

A diminuição de R$ 30 bilhões na tarifa pode ser viabilizada com a redução de subsídios pagos na tarifa e a transferência gradual ao longo dos próximos anos de encargos do setor, cobrados na conta de luz que financiam políticas públicas, para o orçamento federal.

Além de propor que a reestruturação do setor seja "equilibrada", Pedrosa levará ao ministério, pelo menos, três questões mais urgentes tratadas no Congresso.

LEO PINHEIRO/VALOR

O presidente da Abrace, Paulo Pedrosa: "Tem que ter justiça tarifária na conta de luz e no preço do pão"

Uma das iniciativas monitoradas é a contratação compulsória de 8 mil megawatts (MW) de térmicas inflexíveis, com geração contínua, colocada na lei de privatização das Eletrobras. A entidade defende que é possível articular a mudança na legislação com ajuste no atual texto do marco legal da eólica offshore (em plataformas marítimas), reduzindo o volume de contratação à metade do que está previsto hoje , e definindo um preço-teto da contratação.

A segunda medida de "curtíssimo prazo" é impedir a renovação do Proinfra, programa que criou benefícios para estimular a geração renovável e pode ter a vigência estendida por mais 20 anos. O diretor de energia elétrica da Abrace, Victor Iocca, disse que os consumidores estão pagando mais caro por parques de geração eólica "tecnologicamente defasados". "Os valores dos projetos giram em torno de R$ 650 o megawatt-hora, mas hoje você viabiliza o parque eólico ao preço de R$ 150, R$ 180 o megawatt-hora", afirmou Iocca.

O terceiro ponto diz respeito a subsídios à indústria de carvão nacional beneficiada na geração de energia elétrica. Benefícios já foram aprovados para térmicas de Santa Catarina, mas haveria o risco de serem estendidos a outros Estados.

Venda de voos para POA tem início hoje

De Brasília

O aeroporto Salgado Filho, de Porto Alegre, será reaberto no próximo dia 21 de outubro, com 70% de sua capacidade total, anunciou ontem o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. A partir de hoje, já poderão ser feitas compras de passagens para voos ao local, que está fechado desde 3 de maio devido às enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul.

"Estamos autorizando a partir de amanhã [hoje] a venda para 128 voos diários. Isso equivale a 900 voos semanais e mais de 3 mil voos por mês", afirmou o ministro.

Segundo ele, o Salgado Filho estará em pleno funcionamento em dezembro. "Antes do Natal estaremos com 100% dos voos funcionando", disse o ministro da Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta.

O aeroporto funcionará inicialmente das 8 horas às 18 horas. De acordo com os ministros, todas as operações, como compra de passagens, embarques, vistorias, entre outras, estarão funcionando normalmente.

Pimenta afirmou ainda que o governo ainda não decidiu sobre o quanto terá que desembolsar nesse processo de reconstrução do aeroporto. Isso porque ainda está sendo feita uma avaliação sobre a cobertura a apólice de seguros contratada pela concessionária Fraport e o quanto estava previsto no plano de investimentos da empresa.

"Depois de concluídas essas duas etapas, se a Controladoria-Geral da União [CGU] junto com o Tribunal de Contas da União [TCU] concluir que há necessidade de alguma reposição contratual, isso já será feito", disse. "Mas não há nenhuma pressa quanto a isso. A pressa é para que o aeroporto volte a funcionar."

Sem a opção do Salgado Filho, uma parte dos voos de Porto Alegre foi transferida para a base aérea de Canoas (na região metropolitana da capital gaúcha), mas em número bem inferior ao do principal do Estado antes das enchentes que mataram mais de 180 pessoas. Com isso, outras opções ganharam força, como aeroportos do interior gaúcho e também em Santa Catarina. *(FM)*

FGTS vai repassar R$ 15,2 bi a trabalhadores

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) referendou ontem a distribuição de R$ 15,2 bilhões aos trabalhadores cotistas do fundo, valor que representa 65% do lucro obtido no ano passado. Ao todo, o fundo teve lucro de R$ 23,4 bilhões em 2023. A decisão foi referendada pelo conselho nesta quinta-feira (8), durante reunião extraordinária.

De acordo com a proposta aprovada por unanimidade, a distribuição será feita nas contas dos trabalhadores até o dia 31 deste mês. Serão, ao todo, 218,6 milhões de contas beneficiadas, pertencentes a 130,8 milhões de trabalhadores. O crédito será feito pela Caixa Econômica Federal.

O valor que restou (R$ 8,2 bilhões) do resultado financeiro será colocado numa conta de reserva, para distribuição futura aos cotistas.

A reserva foi proposta pelo Ministério do Trabalho e Emprego, diante da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que a remuneração das contas do FGTS tem que garantir, ao menos, a reposição da inflação.

O objetivo é usar essa reserva quando, em um ano, a remuneração aos trabalhadores pela Taxa Referencial (TR) mais 3% ao ano e mais a distribuição do lucro ficar abaixo da inflação.

> **7,78%**
> **remuneração das contas do FGTS**

No ano passado, o Conselho Curador do FGTS distribuiu R$ 12,7 bilhões aos trabalhadores, o que representou 99% do saldo positivo do fundo registrado em 2022.

Já a distribuição deste ano é referente ao lucro de R$ 23,4 bilhões registrado em 2023. O resultado foi fruto de "retornos recorrentes de aplicações" e de "operações de crédito", além de uma receita atípica de R$ 6,5 bilhões de acordo firmado com o Fundo de Investimento Imobiliário (FII) Porto Maravilha.

Segundo o Ministério do Trabalho, a remuneração das contas do FGTS, com a distribuição aprovada nesta quinta, vai superar o IPCA em 3,16 pontos percentuais. Ao todo, as contas dos trabalhadores em 2023 vão ter um rendimento de 7,78%, considerando a correção pela TR mais 3% e mais distribuição dos lucros. O IPCA foi de 4,62%.

O ministério destacou, ainda, que a rentabilidade das contas no ano passado foi a maior desde 2016.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Demografia Exportação de mão de obra seria um dos motivos para projeção inicial do IBGE não ter se confirmado

Migração pode explicar 'sumiço' de população no Censo

Marcelo Osakabe
De São Paulo

O "desaparecimento" de 12 milhões de brasileiros entre a projeção realizada pelo IBGE em 2018 e o Censo realizado em 2022 pode não ser apenas um problema relacionado a dificuldades na montagem e execução da pesquisa ou queda da taxa de natalidade. Para especialistas consultados pelo **Valor**, a migração para o exterior pode ter atingido entre 2 milhões até 3 milhões de pessoas no período, se tornando fator importante para explicar a contagem abaixo da esperada.

O montante pode também representar a maior debandada de brasileiros do país entre Censos, superando com folga a década de 1980, marcada pela crise econômica e pela emigração. Uma pesquisa organizada pelo próprio IBGE estimou em aproximadamente 1,5 milhão o saldo migratório naquele período.

Ex-diretor do IBGE, o economista Paulo Tafner estima que cerca de 3 milhões de brasileiros podem ter deixado o país na última década. É uma tese polêmica, ele reconhece, mas encaixa com o fato de que a maior diferença entre a projeção de 2018 e o encontrado pelo Censo ficou concentrada em grupos etários até 40 anos, faixa tradicionalmente mais propensa a migrar.

"Acredito que o Brasil está perdendo população porque está exportando mão de obra. O país se tornou um lugar inóspito para os jovens adultos e seus filhos", diz. "A questão é saber quem está migrando. Há razões para acreditar que o perfil é muito diferente daquele que existiu na década de 1980, quando jovens de baixa qualificação começaram a ir para os Estados Unidos para ocupar posições de baixa qualificação. Acredito que não seja mais este o caso. Estamos perdendo mão de obra qualificada, jovens adultos bem preparados que estão deixando o Brasil com sua família."

Divulgado pelo IBGE em 2023, o Censo mostrou que o Brasil tinha 203,08 milhões de habitantes em

LEO PINHEIRO/VALOR

Tafner: exportação de mão de obra

2022. São 11,74 milhões a menos que os 214,82 milhões projetados pelo próprio instituto em 2018. Entre faixas etárias, aquelas que correspondem à população até 39 anos tiveram 10,25 milhões a menos do que estimava a projeção.

As incongruências entre a pesquisa de 2022 e a projeção de 2018 trouxeram novamente à luz a miríade de problemas encontrados pelo instituto para a condução do Censo: corte de verba, falta de pessoal, adiamento por causa da pandemia, atraso no pagamento a recenseadores, fake news e crescimento dos casos de moradores que se recusavam a receber pesquisadores em suas casas, entre outros. Há uma elevada suspeita de subenumeração dentro da pesquisa, ou pessoas que deixaram de ser contadas. Tafner estima que ela pode ser de 6 milhões a 7 milhões.

Tadeu Oliveira, ex-demógrafo do IBGE que trabalhou na coordenação de censos, tem cálculo semelhante, mas usa base distinta. Em sua avaliação, os 214 milhões projetados em 2018 não podem ser considerados como ponto de partida já que, naquele momento, estavam fora do radar tendências que parecem ter se agravado, como queda da taxa de natalidade, que se acelerou especialmente com a pandemia.

Partindo dos números de 2010 e utilizando os registros de nascimentos, óbitos e de entrada e saída de brasileiros e imigrantes, ele chegou a aproximadamente 211 milhões de pessoas em 2022. "Nesse exercício, a parte que 'sumiu' em relação à pesquisa de 2022 pode ser dividida em aproximadamente 2,7 milhões para migração. Outros 5,3 milhões seriam de subenumeração", diz o atual coordenador Estatístico do Observatório de Migrações Internacionais (OBMigra), ligado aos ministérios da Justiça e Segurança Pública e do Trabalho.

Por uma variedade de motivos, que podem ser resumidos à dificuldade de obter informações sobre aqueles que estão ausentes — o Brasil e a maioria dos países não têm estatísticas confiáveis sobre quantos e quem são as pessoas que deixam seu território de origem sem planos para voltar. Segundo o Itamaraty, 5 milhões de brasileiros moravam no exterior em 2023, contra 3,1 milhões em 2010. Este número, no entanto, pode ser muito maior, se contabilizados os ilegais e os em situação indefinida, apontam pesquisadores.

Apenas o Sistema de Tráfego Internacional (STI), da Polícia Federal, mostra que 3,9 milhões deixaram o país e teoricamente não voltaram entre 2010 e 2023. Este movimento parece estar se intensificando: a média anual de pessoas que não voltam passou de 287,8 mil entre 2010 e 2019 para 453,6 mil entre 2021 e 2023. Durante todo esse período, apenas em 2020, no ano da pandemia, mais brasileiros voltaram ao país que saíram (saldo de 334 mil).

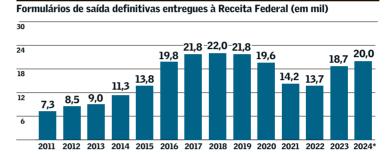
Ex-professor da Escola Nacional de Ciência Estatística (Ence), do IBGE, o demógrafo José Eustáquio Diniz nota que a revisão das projeções demográficas das Nações Unidas, divulgada em julho, estimou a população brasileira em 210,3 milhões em 2022. A migração líquida, calcula a ONU, teria ficado em 2,05 milhões no período.

"A subenumeração do Censo pode ter ficado perto de 5 milhões"
José Eustáquio Diniz

Debandada

Saída de brasileiros para o exterior segue firme

Transferências pessoais do exterior para o Brasil (US$ milhões)

Ano	Mundo	Estados Unidos
2010	2.518	786
2011	2.550	848
2012	2.191	770
2013	2.124	800
2014	2.128	815
2015	2.459	1.076
2016	2.365	1.026
2017	2.300	936
2018	2.565	1.077
2019	2.880	1.230
2020	3.312	1.560
2021	3.845	2.010
2022	4.712	2.232
2023	3.997	2.045

Fonte: Polícia Federal, Banco Central, Receita Federal *até junho

"Este é o número de pessoas que o país pode ter perdido no período intercensitário", diz Eustáquio. "O que sugere que a subenumeração do Censo pode ter ficado perto de 5 milhões."

Historicamente é a economia que explica o fluxo migratório, conta Diniz. Até o final da Segunda Guerra Mundial, ele era positivo, mas se inverteu e o país passou a perder habitantes para o exterior. "Até 1980, a população crescia, mas a economia também. Desde então, o país cresce pouco e não há geração de empregos em número suficiente", diz Eustáquio.

Houve períodos em que essa situação se amenizou, pondera. Nos últimos anos da década de 2000 e primeiros da década de 2010, houve algum refluxo, explicado pelo fato de que o país foi um dos países que saíram mais rápido da crise financeira de 2008. "Essa situação voltou a acelerar depois da crise de 2016. Com certeza esse período teve o saldo mais negativo que o de décadas anteriores. Foi um período de crise, em que o PIB per capita diminuiu", afirma.

"Eu diria que o Brasil perdeu encanto. Sempre foi terra de muita oportunidade mas, lamentavelmente, vem crescendo muito pouco — coincidentemente, desde a Constituição de 1988. A democracia brasileira não entregou o país que prometeu, especialmente para a juventude", diz Tafner. "E o jovem pode ser inexperiente, indeciso. Mas bobo não é."

Pesquisa do instituto RealTime Big Data revelou que 67% dos brasileiros de 16 a 35 anos sairiam do país, se pudessem. Dos entrevistados, 18% também se disseram decididos a buscar oportunidade de deixar o país.

Com algum atraso, o IBGE deve sanar algumas dessas dúvidas. Agora em agosto, estão programadas as publicações da pesquisa de Pós-Enumeração, as projeções das populações do Brasil e unidades da Federação e os registros de nascimentos. Essas divulgações devem dar mais informações sobre o tamanho da subenumeração do Censo, a nova taxa de natalidade e, possivelmente, um novo número para a população brasileira.

Ideia de fazer pé de meia cede espaço para os que não querem voltar ao Brasil

De São Paulo

A mudança de perfil — ou a maior variedade entre perfis de brasileiros que deixam o país — também tem sido notada por especialistas. Para além da conhecida figura do imigrante que viaja sozinho, com planos de fazer um pé de meia e voltar ao Brasil, e começa a se tornar mais frequente aquele que pretende se mudar de vez ou então os que saem em busca de qualidade de vida.

Segundo Maxine Margolis, antropóloga da Universidade da Flórida e autora dos livros sobre a imigração brasileira nos EUA, tem crescido a parcela dos imigrantes ilegais que chegam com a família inteira — mais um sinal de que não pretendem retornar.

"Cresceu também o número de brasileiros que chegam com um padrão de vida melhor, às vezes luxuoso. Essas pessoas estão saindo por outras questões. Insegurança costuma ser um dos principais motivos relatados. Em especial, em grandes cidades", revela.

Um indício dessa mudança, diz, são as declarações de saída definitiva entregues à Receita Federal —. documento que isenta o envio anual da declaração do Imposto de Renda. Eles saíram de 7 mil em 2012 para 23 mil em 2018. Em 2024, segundo o site da Receita, já são 20 mil formulários entregues.

"A gente tem encontrado bastante a violência como um dos fatores que justifica a vontade de deixar o país. Mesmo brasileiros que pedem refúgio nos EUA, por exemplo, citam ao se entregarem às autoridades. E é uma justificativa usualmente aceita pelos juízes", diz Duval Fernandes, professor da PUC Minas e coordenador-adjunto do observatório.

Portugal, relata, vive uma quinta onda de imigração brasileira. Além do perfil mais tradicional, de trabalhadores de construção civil e restauração, vieram também investidores, profissionais de tecnologia, funcionários de plataformas digitais, empreendedores digitais e até aposentados, diz. "Não é como na terceira onda, de estudantes que viam o intercâmbio como estratégia migratória. Estes já chegam graduados, muitas vezes são superqualificados", diz Andrea, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e também coordenadora-adjunta do observatório.

Cresceu também o número de empreendimentos que atende o chamado mercado étnico. São lojas de produtos associados ao país, restaurantes, manicures, entre outros. Figura praticamente desconhecida em Portugal, o edifício com entrada e elevador de serviço começou a surgir pelo país para atender a demanda dos endinheirados que chegam buscando comprar uma propriedade — uma das formas de se obter o golden visa português.

Gabriela Rotunno, advogada e CEO da Rotunno Cidadania, especializada na obtenção de dupla cidadania em países europeus, diz que tem crescido a procura do serviço por pessoas que já chegam com planos de se mudar. São empresários que querem montar uma empresa ou um braço dela fora, aposentados que transferem suas aposentadorias para morar em outros países, algumas vezes com vantagens tributárias, pessoas que já estão no exterior e buscam uma segunda nacionalidade para regularizar sua estadia fora do país ou entrar com mais facilidade em outros de acesso mais restrito, como os Estados Unidos.

Segundo Marta Mitico, presidente da Associação Brasileira de Especialistas em Migração e Mobilidade Internacional (Abemmi), a maior parte da demanda que as filiadas atendem hoje é de saída do país. E, mesmo aquelas que têm como público-alvo o corporativo — multinacionais que mandam funcionários fazer estágio na matriz ou em outras subsidiárias, por exemplo — é crescente o atendimento à pessoa física. Na BR-ViSa, empresa do qual é sócia-fundadora, esse perfil já é 16% do atendimento.

Entre aqueles que viajam sem documentação, também houve uma mudança de perfil, diz a socióloga Sueli Siqueira, que estuda a migração para os Estados Unidos, em especial da região de Governador Valadares (MG).

"São pessoas mais pobres, que usam a rota terrestre para não precisar declarar renda às autoridades americanas, e que partem cada vez mais com suas famílias", diz. "Muitas vezes, já fazem parte ou são recrutados pela por integrantes da comunidade brasileira. São as famílias que lá já se estabeleceram e que trazem parentes ou conhecidos para trabalhar nos negócios que criaram", diz.

A emergência desse perfil que não tem ideia fixa em retornar ao país também deve começar a se refletir no movimento das remessas de dinheiro, diz Sueli. "Ao contrário do que ocorria até pouco tempo atrás, quando os recursos dos imigrantes movimentavam setores inteiros de cidades, como o da construção civil, acredito que esse fluxo deve perder importância. Deixa de ser um investimento pensando no retorno, passa a ser algo mais para presentear a família, por exemplo", explica. *(MO)*

Brasil se aproxima da meta de registrar todas as crianças de zero até 5 anos

Lucianne Carneiro
Do Rio

Primeiro passo para o acesso a direitos como educação e saúde, o registro de nascimento em cartório de crianças de até cinco anos de idade avançou entre os censos demográficos de 2010 e 2022, mas o país ainda tem 114.221 pessoas nessa faixa etária sem documentação junto ao Estado. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a cobertura de registro de nascimento em cartório passou de 97,3% das crianças nessa faixa etária em 2010 para 99,3% em 2022.

Em números absolutos, 15.231.425 das 15.345.646 crianças de até cinco anos que viviam no Brasil em 2022 eram registradas em cartório. Das demais, 18,1% não sabiam se eram registradas e 9% eram indígenas apenas com o Registro Administrativo do Nascimento Indígena (Rani), primeiro registro dessa população feito pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Havia também uma parcela de 4,9% sem declaração, ou seja, cuja família preferiu não informar.

"Comparando com 2010, temos uma evolução da cobertura de registros de nascimento, principalmente na categoria de menos de um ano de idade. E isso é excelente porque quanto mais cedo for feito o registro mais garantida está a criança em seus direitos. [...] Quando falamos disso, falamos da vida de cada criança, a importância de ter seus direitos adquiridos e o pleno exercício da cidadania", afirmou o analista do IBGE José Eduardo Trindade, responsável pela divulgação.

Entre as crianças de menos de um ano, o índice de cobertura passou de 93,8% pelo Censo 2010 para 98,3% no Censo 2022. No grupo de dois a cinco anos, o percentual avançou de 98,2% para 99,5%, respectivamente.

O nascimento de uma criança deve ser registrado em cartório, processo em geral seguido pela emissão de certidão de nascimento. Mesmo em caso de danos ou extravios da certidão, é possível pedir uma segunda via do documento graças a seu registro.

Direitos do cidadão como acesso à saúde e educação são garantidos através dessa identificação legal. A matrícula em uma escola ou a participação em uma campanha de vacinação, por exemplo, dependem do documento.

Do ponto de vista de cor ou raça, a parcela de registros de nascimentos era maior em 2022 entre pessoas brancas (99,5%) que entre pessoas pretas (99,3%), pardas (99,3%) e amarelas (99,1%), mas todas tinham cobertura acima dos 99% e registraram aumento na passagem entre 2010 e 2022, pelas informações do IBGE.

O destaque foi na população indígena, em que a parcela de registro de nascimento em cartório subiu de 65,6% em 2010 para 87,5% em 2022. Ainda assim, é a que tem maior subnotificação de nascimentos. Os dez municípios brasileiros com menor índice de cobertura de registros civis de crianças têm presença mais intensa de indígenas em sua população.

O aumento da cobertura em registros civis de crianças na média brasileira foi acompanhado por avanços em diferentes critérios de classificação. Entre as regiões, Norte e Nordeste foram as que apontaram maior expansão da cobertura de registros, embora se mantenham com os menores percentuais.

Na região Norte, 97,3% das crianças de até cinco anos tinham registro em cartório em 2022, ante 92,6% de 2010. Movimento semelhante foi observado no Nordeste, onde a taxa cresceu em 2,4 pontos percentuais, para 99,3% em 2022.

Na análise por Estados, Roraima é o que tem o menor índice de cobertura e o único abaixo dos 90% (89,3%). O ranking é seguido por Amazonas (96%) e Amapá (96,7%). Todas as demais 24 unidades da federação têm acima de 98% de suas crianças de até cinco anos com registro de nascimento em cartório. Na outra ponta, os maiores índices estão em Paraná, Espírito Santo e Minas Gerais, todos com 99,7% de cobertura.

Em 2010, 441 cidades tinham mais de 5% das crianças nessa faixa etária sem registro, o que correspondia a 7,9% dos municípios. O número caiu para 65 cidades em 2022, uma fatia de 1,2% dos municípios brasileiros.

Uma das metas do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da ONU é alcançar a universalização do registro legal das crianças com menos de cinco anos até 2030. O texto da meta 16.9 indica "Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento" e é parte da meta mais ampla de "Paz, Justiça e Instituições Eficazes".

"No critério da ONU, estamos no caminho certo. Estamos bem e quase nos aproximando dos 100%, dessa universalização. [...] Tem trabalho ainda para se fazer, pontos específicos a se trabalhar, mas estamos confiantes que vamos atingir os 100% ou o mais próximo possível", diz Trindade.

INÊS 249

Conjuntura Setor cresce 34,9% em junho, após queda de 27,3% em maio, e puxa expansão nacional

Indústria gaúcha tem alta recorde após desastre

Lucianne Carneiro
Do Rio

A retomada da produção industrial do Rio Grande do Sul em junho teve clara influência na alta de 4,1% do setor no país em relação a maio, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A indústria gaúcha avançou 34,9% em junho, após queda de 27,3% em maio por causa das enchentes.

A alta de 34,9% foi a maior da série histórica do Rio Grande do Sul da pela pesquisa do IBGE, enquanto o aumento de 4,1% do Brasil foi o mais intenso desde julho de 2020 (9,1%), no momento inicial de recuperação da pandemia.

Diferentes setores contribuíram para a alta da indústria gaúcha em junho, como produtos químicos; derivados do petróleo; veículos automotores; máquinas e equipamentos; e metalurgia, de acordo com o analista da pesquisa, Bernardo Almeida.

"Depois de um período de paralisação em decorrência das inundações, houve retomada de atividades em diversas plantas industriais no Rio Grande do Sul. Isso foi determinante para o resultado positivo da indústria gaúcha", diz.

Frente a junho de 2023, no entanto, houve recuo de 0,5% da produção no Rio Grande do Sul. O resultado acumulado da produção nos 12 meses até junho é de queda de 2,3%, enquanto em 2024 o recuo é de 1%. Com o desempenho de junho, a indústria do Rio Grande do Sul está 2,7% acima do seu patamar pré-pandemia.

Dos 15 locais pesquisados pelo IBGE, oito registraram alta da produção em junho, ante maio. Após o Rio Grande do Sul, a expansão mais intensa foi a do Pará (9,7%). Em dois meses de aumento no Estado, a alta acumulada é de 25,2%. O aumento da produção, puxado pelos setores extrativo e de metalurgia, reflete reação após queda de % em abril.

> "Houve retomada de atividades em diversas plantas industriais no RS"
> *Bernardo Almeida*

A segunda maior influência para o resultado geral, no entanto, veio de São Paulo, principal parque industrial do país, com alta de 1,3%. Foi a terceira taxa positiva seguida, com crescimento acumulado de 3,8% no período.

Ante junho de 2023, houve aumento de 8,6% da produção em São Paulo, que acumula ganho de 4,4% no primeiro semestre de 2024. Com o desempenho de junho, a indústria paulista está 3,6% acima do patamar pré-pandemia.

Em relatório, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) destacou o aumento de ritmo da produção paulista nos últimos três meses. A alta, que tinha sido de 2,1% no primeiro trimestre, acelerou para 6,5% no segundo trimestre.

De acordo com o Iedi, o movimento foi puxado pelos setores de alimentos (alta de 4,2% no primeiro trimestre e 11,3% no segundo trimestre), farmoquímicos e farmacêuticos (-5,8% e 12,9%, respectivamente), máquinas e aparelhos elétricos (9% e 20,3%) e outros equipamentos de transporte (7,5% e 23,3%). A indústria automobilística também contribuiu, ao deixar para trás o recuo de 0,6% do primeiro trimestre e crescer 3% no segundo trimestre.

Se Rio Grande do Sul, Pará e São Paulo tiveram influência positiva para a indústria em junho, o Nordeste exerceu influência contrária. A indústria da região caiu 6% em junho, ante maio, puxada pelos setores de derivados do petróleo e veículos automotores. Com o desempenho de junho, o setor industrial nordestino elimina o ganho de 4,8% registrado em maio.

Varejo tem maior queda desde outubro, aponta índice

Alessandra Saraiva
Do Rio

Após estabilidade em junho, as vendas do comércio caíram 1% em julho ante mês anterior, na leitura do Índice de Atividade Econômica Stone Varejo, cujo resultado do mês passado foi antecipado ao **Valor**. Foi a mais intensa retração desde outubro de 2023 (-2%). Na comparação com julho do ano passado, houve alta de 0,1%.

Vendas de supermercados e de artigos farmacêuticos em baixa derrubaram o indicador no mês, explicou o pesquisador e cientista de dados da Stone Matheus Calvelli, responsável pelo indicador. "São os setores mais relevantes do índice", continuou ele. Para o técnico, a inflação mais pressionada pode ter inibido compras nos segmentos — com reflexo negativo no comércio.

Ele detalhou que foram registradas quedas de 5,8% nas vendas de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios; e de 1,2% nas vendas de artigos farmacêuticos, em julho ante junho.

"Acreditamos que pequenos e médios empreendedores de varejo, que têm o seu 'mercadinho', talvez tenham tido bem mais dificuldade para conseguir se estabilizar, nesse período todo, quando todos estão buscando preços mais baixos", explicou. "Porque a inflação pode parar de crescer; mas o aumento que tivemos, no passado, não deixa de existir, o preço não cai" disse. Ou seja: os preços dos produtos operam, atualmente, em patamar mais elevado do que no passado, notou. "Creio que [o resultado] diz muito sobre isso: a dificuldade que o pequeno médio [empresário], desse tipo de setor, muitas vezes tem, em conseguir repassar preço", disse.

No caso de artigos de Farmácia, Calvelli lembrou, ainda, recente reajuste autorizado de medicamentos. Em março, a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos fixou o teto de reajuste para remédios em 4,5% neste ano. O porcentual pôde ser aplicado a partir de abril.

Em contrapartida, outros setores mostraram aumento de vendas, em julho ante junho. Houve altas em móveis e eletrodomésticos (1,2%) material de construção (4,4%); livros, jornais, revistas e papelaria (0,5%) e em tecidos, vestuário e calçados (0,4%).

A inexistência de queda disseminada em vendas, em diferentes segmentos, foi um dos fatores que levaram o pesquisador a negar possível começo de tendência de baixa, no comércio, em julho. Outro fator lembrado por ele é o fato de que, na comparação ante mesmo mês em 2023, o indicador continuou a mostrar taxa positiva.

Assim, no entendimento dele, ao se considerar o desempenho do indicador até julho, o comércio operou em patamar relativamente estável. Por isso, o técnico preferiu não tecer projeções para encerramento do ano, no comércio brasileiro. No ano passado, as vendas do varejo restrito tiveram alta de 1,7% ante 2022.

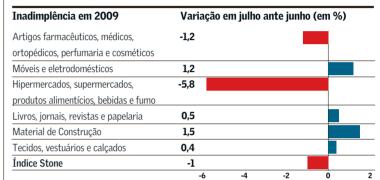
"Não tem como prever [se vai ficar melhor ou pior que ano passado]", disse. "Os números estão vindo muito estáveis [em vendas]", afirmou. "A única coisa que eu estaria confortável em falar é que está tudo apontando para continuar nessa normalidade, nesse 'zero a zero'."

O índice Stone não trouxe apenas notícias de queda em vendas, no varejo em julho, acrescentou o técnico. Na evolução regional, foi apurado aumento de 4,8% nas vendas do comércio do Rio Grande do Sul, ante julho do ano passado. O Estado passou por crise de fortes enchentes em maio, com prejuízos intensos na economia local. "O consumo no Estado se recuperou em velocidade tremenda, o que é ótimo sinal", disse. "Não tem como saber se compensa todo consumo perdido [na crise]. Mas é extremamente interessante", afirmou.

O Índice de Atividade Econômica Stone Varejo é uma iniciativa da Stone, empresa de tecnologia e serviços financeiros, com o Instituto Propague. O indicador tem como base a metodologia proposta pelo time de Consumer Finance do Federal Reserve Board (Fed, banco central dos EUA). São consideradas as operações via cartões, voucher e Pix dentro do grupo StoneCo.

Supermercados em baixa

Forte queda em vendas no setor derrubou varejo em julho

Inadimplência em 2009	Variação em julho ante junho (em %)
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos	-1,2
Móveis e eletrodomésticos	1,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-5,8
Livros, jornais, revistas e papelaria	0,5
Material de Construção	1,5
Tecidos, vestuários e calçados	0,4
Índice Stone	-1

Fonte: Stone e Instituto Propague

Ambiente País só fica atrás de EUA e Reino Unido em total de ações em 2023, e calamidade no Rio Grande do Sul pode acelerar número de casos

Desastres ambientais colocam Brasil no topo do litígio climático

Roberto Rockmann
Para o **Valor**, de São Paulo

O risco climático tem ganhado preocupação crescente na agenda do G20, bancos centrais e instituições financeiras, o que tem levado a análises sobre o impacto da devastação ambiental na Amazônia e um número crescente de litígios ambientais, sendo que o Brasil está perto do topo mundial nesse campo, situação que pode se acelerar depois do desastre socioambiental no Rio Grande do Sul, em maio.

Estudo do Grantham Research Institute aponta que os casos de litígio climático estão estáveis no mundo, mas em alta no Brasil, que ficou em terceiro lugar no mundo ano passado entre as nações com mais casos registrados, com dez ações. Em primeiro lugar, ficaram os Estados Unidos, com 129, e depois o Reino Unido, com 24. A Alemanha ficou na quarta posição, com sete litígios judiciais registrados.

No total, o Brasil tem 82 casos sendo 22 instaurados pelo Ministério Público, 21 casos pela sociedade civil e 15 que incluem outras esferas públicas, como agências reguladoras, o que mostra, segundo o estudo, uma diversificação das fontes de quem buscam os litígios. Isso traz ameaças.

Relatório da Network for Greening the Financial System (NGFS), publicado no início de julho, aponta que o crescimento de litígios estratégicos relacionados com a natureza é uma tendência crescente e tem sido utilizado pelos litigantes "como uma ferramenta para influenciar os resultados políticos e regulamentares, bem como para mudar o comportamento corporativo e social mais amplo". Isso causa relevantes riscos para o setor financeiro com múltiplos canais de contágio.

"O setor financeiro está começando a incorporar esses custos na cadeia porque se vê o tamanho dos impactos, que vai das residências às seguradoras. O Brasil, ao sediar a COP30 [conferência da ONU sobre clima, em Belém] no próximo ano, tem oportunidade de destacar seus casos positivos e também o desafio de valorizar o produto mais sustentável. Tudo isso é novo e exigirá uma nova mentalidade e postura de todos os elos da cadeia porque o modelo de negócios mudou e as mudanças climáticas estão materializando os custos crescentes de não mudar", afirma Ana Luci Grizzi, vice-líder Latam de Sustentabilidade e Mudanças Climáticas e sócia da EY Brasil.

> "Tudo isso é novo e exigirá uma nova mentalidade e postura de todos os elos da cadeia" *Ana Luci Grizzi*

DIVULGAÇÃO

Ana Luci Grizzi: "O avanço da agenda está muito ligado à materialidade, à verificação dos impactos tangíveis"

"O avanço da agenda está muito ligado à materialidade, à verificação dos impactos tangíveis. O metrô de São Paulo divulga anualmente hipóteses sobre como a mobilidade sobre trilhos reduz acidentes de trânsito, poluição, mas são dados pouco mensuráveis, esse é um desafio, assim como ampliar a quantidade de avaliadores dessas métricas", observa Ewerton Henriques, da SH Consultoria, que assessora o governo de Mato Grosso do Sul, concessionárias e instituições financeiras.

Levantamento do Financial Stability Board (FSB), publicado no mês passado, destaca que 46% da carteira de crédito corporativo no setor bancário brasileiro está direcionado para empresas cujos processos de negócios são altamente ou muito dependentes de um ou mais serviços ecossistêmicos.

A região amazônica — que pode contribuir com a absorção de 1,5 bilhão de toneladas de dióxido de carbono, equivalente a 4% das emissões do setor energético mundial, de acordo com o relatório — tem foco global e as ameaças da devastação estão ligadas ao avanço da ocupação do solo pelo agronegócio.

Segundo o estudo, o Brasil é o produtor número um de soja no mundo, com uma produção de 120 milhões de toneladas anuais. "As perturbações no início da cadeia de abastecimento — tais como um declínio na produção de soja — podem, consequentemente, resultar em flutuações dos preços das matérias-primas a nível global. Essas flutuações também poderiam aumentar o preço dos produtos feitos a partir da soja (ração animal, alimentos, óleo, biodiesel)."

Valor social de investimento está na mira

Para o **Valor**, de São Paulo

A FGV-Ceri está desenvolvendo um sistema de classificação para investimentos em infraestrutura que leva em conta resiliência de redes, vulnerabilidade social, população, emissões de gases de efeito estufa, produção de eletricidade e perdas de energia. Com base em modelagem metereológica e financeira, busca-se avaliar a vulnerabilidade social de uma população a partir de três dimensões: capacidade de responder rapidamente aos acidentes; saúde e evacuação.

"Os dados são importantes para que se possa ter avaliação do custo e do impacto dos investimentos e para contribuir para o debate se a transição energética está sendo feita de forma justa, porque se pode ver se os investimentos estão sendo direcionados para as áreas mais nobres e menos para as vulneráveis em uma área de concessão", diz a diretora da FGV-Ceri, Joísa Dutra, que apresentou o trabalho em recente reunião do G20.

Os dados estão sendo desenvolvidos primeiro para Rio de Janeiro, Amazonas e Rio Grande do Sul.

No Rio de Janeiro, a zona sul da capital tem uma vulnerabilidade muito mais baixa que a da Baixada Fluminense ou do norte do Estado. "Assim se pode avaliar se os investimentos estão sendo direcionados olhando as dimensões econômica, social e ambiental e se a qualidade dos serviços é discrepante regionalmente. Também permite se olhar quem vai bancar os investimentos e como será preciso evoluir a regulação", destaca.

Isso, segundo ela, leva a uma outra discussão: o Brasil está na vanguarda da transição energética, com uma matriz baseada em fontes renováveis, diferentemente do resto do mundo, o que leva o desafio de que a regulação acompanhe esse retrato diferenciado.

LEO PINHEIRO/VALOR

Joísa Dutra, diretora do FGV-Ceri: setor elétrico precisa evoluir sua estrutura tarifária sob um novo modelo

"Se a regulação falha em considerar a capacidade de pagamento dos usuários, grupos de renda baixa têm seus orçamentos excessivamente onerados. O estudo analisa o impacto do consumo de serviços de infraestrutura no orçamento familiar e no acesso a esses serviços, usando microdados e referências internacionais", diz Joísa.

Para ela, o setor elétrico precisa evoluir sua estrutura tarifária sob um novo modelo e com exemplos até de outros segmentos, como o de saneamento, em que a regulação subnacional permite a existência de modelos tarifários que contemplam a capacidade de pagamento de grupos com mais dificuldades sociais.

"Isso é você dizer que a companhia pode oferecer condições diferenciadas para seus usuários em áreas críticas. Eles podem estabelecer tarifas mais baixas para cobrar para prestar um serviço. Ele prefere oferecer um serviço mais em conta, mas receber. A regulação permite uma flexibilidade que garante ao prestador de serviço arrecadar, mesmo que pouco."

Outro ponto a ser considerado é a regularização do cliente. Depois que ele passa a pagar pelos serviços, estudos apontam que seu consumo chega a cair 50% em relação ao consumo irregular. Por isso, a flexibilidade tarifária precisa surgir para dar conta de uma transição justa.

> Flexibilidade tarifária precisa surgir para dar conta de uma transição justa

Outro ponto a ser considerado é dimensão social dos investimentos em infraestrutura, tema que tem ganho importância, em razão de assimetria entre as expectativas das comunidades ao redor dos empreendimentos e do impacto deles. O movimento tem criado reações: empreendedores de energia eólica lançaram um manual de boas práticas no Brasil, enquanto o governo federal criou uma mesa de diálogo para discutir direitos e impactos que os projetos de energia renovável têm tido. "Vê-se que há um reconhecimento de que há um problema, isso é positivo, além de incluir quem pode estar sendo afetado. Será preciso acompanhar a evolução das iniciativas para mensurar seus resultados." *(RR)*

Iniciativa quer unir preservação e receita

Para o **Valor**, de São Paulo

Com seis biomas e 500 milhões de hectares de florestas, representando 59% do território nacional, a segunda maior área florestal do mundo, o Brasil tem na preservação ambiental um dos seus desafios. Atrair a iniciativa privada nessa tarefa tem sido um dos objetivos. No fim do mês passado, o Serviço Florestal Brasileiro, em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o BNDES, fez apresentação inédita ao mercado: a primeira concessão federal para restauração florestal no Brasil (a Floresta Nacional do Bom Futuro, em Rondônia).

Depois de ouvir investidores sobre a minuta do edital, a intenção é abrir uma audiência pública neste mês. Em paralelo, o governo federal estuda a concessão de dois parques nacionais na região amazônica para visitação: Parque Nacional do Jaú e de Anavilhanas, ambos no Amazonas.

Bem -sucedida, a experiência pode contribuir para a preservação ambiental, se tornar uma fonte de receita do mercado de carbono, ainda incipiente, e atrair investidores.

Cerca de metade das emissões brasileiras está relacionada ao desmatamento. A devastação na Amazônia responde por 36% das emissões brutas do país. O setor de agropecuária vem em seguida, com 27% das emissões. Energia vem em terceiro lugar, com 18%, segundo o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa, do Observatório do Clima.

"O governo tem buscado formas de atuar com a iniciativa privada e de analisar receitas para esses serviços que podem ser concedidos. Áreas de menor degradação podem ter mais créditos de carbono a serem negociados", afirmou o diretor de concessões do Serviço Florestal Brasileiro, Renato Rosenberg, em recente evento do G20, em Foz do Iguaçu (PR).

Rosenberg disse que se analisa a possibilidade de alguma iniciativa para restauração de 2 milhões de hectares em áreas desmatadas. Outras formas de receita, como madeira, turismo, bioeconomia, extração de óleos, também têm sido estudadas, como forma de atração da iniciativa privada.

Segundo ele, há discussão também com financiadores para que a floresta preservada possa ter valor e ser usada como garantia de financiamentos. "Uma propriedade, mesmo que devastada, é usada como garantia, mas a floresta de pé não tem esse valor. Por isso é preciso pensar nessa importância e trazer o setor financeiro."

O governo ainda analisa a concessão ou parceria público privada para visitação em parques nacionais na região amazônica. Um desafio é a infraestrutura incipiente. "Dois parques nacionais com mais visitação, com mais de 2 milhões de visitantes anuais, estão no Sul e Sudeste, com uma infraestrutura instalada", disse Carla Guaitanele, analista ambiental no Instituto Chico Mendes De Conservação Da Biodiversidade (ICMBio), presente ao mesmo evento. Os dois parques são os de Foz do Iguaçu e o da Tijuca, no Rio de Janeiro.

A visitação do parque de Foz do Iguaçu é um serviço concedido desde 1999 pela União. Foi relicitado em 2022. O grupo vencedor deve investir mais de R$ 3,6 bilhões nos 30 anos da concessão em melhorias no atendimento ao público, conservação da biodiversidade e desenvolvimento das cidades do entorno do parque. *(RR)*

INÊS 249

'Negócio da China' levou café da Amazônia para a Ásia

Andrea Jubé

Em tempos amargos e de "segundas sangrentas", de colapso dos mercados, aversão ao risco e incertezas fiscais, a boa notícia, quem diria, vem do café, bebida amargosa que acende e aquece o nosso cotidiano. E vem do café da Amazônia, cada vez mais popular, em meio aos preparativos para a Cúpula Mundial do Clima (COP30) que em 2025 será em Belém (PA), na região amazônica.

O governo já bateu bumbo para a notícia de que a maior rede de cafeterias da China assinou, no começo de junho, um acordo com a Agência Brasileira de Promoção à Exportação (ApexBrasil) no valor de US$ 500 milhões para a compra de 120 mil toneladas de café "robusta amazônico".

A empresa chinesa é a "Luckin Coffee", o "café da sorte", mas que os chineses traduziram para a comitiva brasileira, liderada pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), Geraldo Alckmin, como o "café da felicidade". De fato, arrancou sorrisos das autoridades brasileiras: em 2022, os chineses haviam destinado US$ 80 milhões para o café brasileiro, número que saltou para US$ 280 milhões em 2023, e para meio bilhão de dólares neste ano.

Ao testemunhar vários "negócios da China" celebrados entre os dois países, Alckmin disse à coluna discordar de um certo grau de pessimismo na ordem do dia com a economia brasileira. Ao citar o risco-país, que mede o ambiente de investimentos, o vice-presidente reconheceu que ele continua alto, em 166 pontos, mas lembrou que já bateu os 254 pontos. "O risco-país é um problema, mas a reforma tributária vai ajudar a controlá-lo", afirmou. Ele ponderou que as novas regras não entrarão em vigor imediatamente, mas observou que "tudo o que é difícil, faz-se com gradualismo".

Alckmin enumerou outros indicadores que, ao seu ver, acenam para a saúde da economia brasileira: a trajetória de queda da inflação — embora a ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central tenha emitido alertas, não descartando a alta da Selic—, taxa de desemprego de 6,9%, a menor desde 2014, a maior renda do brasileiro desde o Plano Real e reservas cambiais que fecharam 2023 em US$ 355 bilhões. "Isso não deve nos acomodar, temos desafios grandes, mas a realidade é positiva", ressaltou.

A cifra atraente do negócio de US$ 500 milhões com a China ganhou ampla divulgação, porém, não a opção dos chineses pelo café amazônico — iguaria que tem o dobro de cafeína do que o campeão de vendas arábica, em especial, o mineiro.

Dados da Apex mostram que cerca de 75% do café brasileiro exportado é arábica, e somente 25% é canéfora (ou conilon) — cultivado no Espírito Santo, em Rondônia e no Acre. O café amazônico é resultante do cruzamento do conilon com o robusta, com assessoria técnica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Para entender por que os chineses optaram pelo café amazônico, é preciso voltar no tempo, à Semana Internacional do Café em Cacoal, Rondônia, em novembro de 2023.

O presidente da Apex, Jorge Viana, mostrou à coluna a discrepância entre as exportações das regiões Norte e Nordeste, em especial em comparação com o volume total de vendas ao exterior. No ano passado, o Brasil exportou cerca de US$ 340 bilhões em produtos nacionais; desse total, o Norte foi responsável por US$ 29,4 bilhões (impulsionado pela Vale, no Pará), e o Nordeste por US$ 24,9 bilhões.

Diante desse cenário, Viana decidiu criar programas voltados a turbinar as vendas de produtos dessas duas regiões. Foi nessa conjuntura que, em novembro, ele trouxe para o Brasil 23 compradores de 11 países: Estados Unidos, China, Emirados Árabes, Reino Unido, África do Sul, Armênia, Bélgica, Canada, Grécia, Jordânia e Paraguai. "Agora a gente está trazendo quem compra para conhecer aqui os nossos produtos", argumentou.

Ele levou os potenciais compradores até o município de Cacoal, considerado a capital do agronegócio de Rondônia, para conhecer os produtores locais. O grupo ainda visitou a Aldeia Lapetanha, do povo Paiter Suruí, pioneiros na criação de uma agência de etnoturismo indígena. Os empresários almoçaram com os índios e saborearam o café de alta qualidade dos indígenas. Após uma premiação em 2019, o Povo Suruí fechou parceria com uma grande marca nacional, que compra 90% dos grãos colhidos, enquanto o restante é dividido entre os indígenas.

Um desses empresários era um chinês representante da "Luckin Coffee", que manifestou o interesse pela compra do café amazônico. Sete meses depois, Alckmin e Jorge Viana assinaram o contrato com os chineses em Pequim. A empresa controla 19 mil cafeterias na China — no país asiático, a rede Starbucks, gigante americana, tem cerca de 6 mil unidades.

Alckmin ficou impressionado com o aplicativo instalado no celular do dono da rede de cafeterias, que monitora as vendas em tempo real. Eram 15 horas, e já haviam sido vendidas 5,5 milhões de xícaras de café. Em média, são vendidas cerca de 10 milhões por dia.

O Brasil é o maior produtor e exportador de café do mundo, representando cerca de 38% da produção global. Contudo, a referência mundial de café é a Colômbia, assim como o vinho está para a França, os charutos para Cuba e a vodca para a Rússia. "Nosso desafio é transformar o café do Brasil em marca mundial", diz Jorge Viana.

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às sextas-feiras
E-mail andrea.jube@valor.com.br

Governo Em reunião ministerial, presidente disse que não está pensando em mexer na Esplanada, mas cobrou auxiliares a mostrar soluções para a população carente

Lula pede a ministros que batam 'da cintura para cima' na campanha

Fabio Murakawa, Murillo Camarotto e Caetano Tonet
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem em reunião ministerial que não pretende fazer mexidas na Esplanada. Mas pediu prudência à sua equipe ao longo da campanha eleitoral que se avizinha, em meio a temores de que embates entre aliados nos palanques fragilizem sua base no Congresso. Lula também orientou seus auxiliares a serem "positivos" a não "inventarem coisas". Em outro momento, celebrou indicadores econômicos, elogiou auxiliares e disse que não está pensando em trocas na Esplanada. O encontro foi o primeiro com toda a equipe após o governo detalhar um congelamento de R$ 15 bilhões. Ao comentar a medida, o chefe da Casa Civil, Rui Costa, ponderou que nenhum ministro está "com sorriso na orelha" com o bloqueio, mas afirmou que a contenção "é necessária".

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Ministros reunidos: Lula recomenda prudência à equipe na campanha eleitoral para evitar problemas no Congresso

Às vésperas do início oficial da campanha eleitoral, Costa explicou, após a reunião, que o presidente orientou os auxiliares a bater "da cintura para cima" nos adversários durante a campanha, mesmo que eles não sejam da base.

"Independentemente de quem é o adversário, se o adversário é da base ou não é da base, ele queria que replicasse os modo de fazer política que ele tem defendido. Ou seja, da cintura para cima, defendendo valores, defendendo propostas, e não de ataque adversário. Porque cada ministro, mesmo que lá não esteja falando no cargo de ministro, simboliza o governo", afirmou Costa após o encontro, que durou quase oito horas. "[Lula] Não vai cobrar e nem vai coordenar nenhum tipo de alinhamento partidário em relação a candidatos, mas deixa essa orientação."

Pela manhã, no trecho do encontro transmitido ao vivo, o presidente disse aos ministros que está otimista, mas cobrou realizações.

"Não podemos terminar o mandato sendo apenas mais um governo", disse Lula, ao exigir da equipe soluções para os problemas da população mais necessitada.

Nessa linha, comemorou os indicadores econômicos e reafirmou o compromisso do governo com o controle da inflação. "Nossos números são positivos, apesar das perspectivas de uma crise internacional", afirmou o presidente, ao mencionar dados sobre crescimento econômico, desemprego em baixa e inflação controlada. "Eu sei como é devastadora a inflação na vida de um trabalhador. O que interessa é inflação baixa e economia crescendo", completou Lula, que está em rota de colisão com o Banco Central por conta da taxa básica de juros (Selic).

Ainda na área econômica, o compromisso fiscal também foi tratado com auxiliares. Na semana passada, o Ministério do Planejamento detalhou a contenção de R$ 15 bilhões para cumprimento das regras fiscais, atingindo, inclusive, investimentos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Rui Costa avaliou que a medida não agrada as demais pastas, mas defendeu o ajuste.

"Corte é corte, gente. Se precisar ajustar, ninguém vai estar com o sorriso na orelha, mas é necessário o corte em função do compromisso reiterado muitas vezes pelo Presidente da República de compromisso com sua política fiscal", pontuou.

Outro tema sensível, a segurança pública também foi abordada na fala inicial do presidente. Lula disse ter se reunido previamente com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, para tratar de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que será apresentada aos governadores.

"O crime organizado virou uma multinacional de delitos e, muitas vezes, estão muito à frente da polícia dos Estados", pontuou Lula.

A "celeuma" em torno do processo eleitoral na Venezuela também foi assunto da longa reunião ministerial. O presidente disse que debateria com sua equipe possíveis saídas para uma solução pacífica para o impasse em torno da reeleição de Nicolás Maduro.

"Também vamos falar um pouco das celeumas que estamos tendo para encontrar uma solução pacífica para as eleições da Venezuela. É muito importante", disse Lula, que ainda não reconheceu o resultado do pleito.

O Brasil aguarda a divulgação das atas das urnas que comprovem a vitória de Maduro, contestada pela oposição e por boa parte da comunidade internacional.

Senado dará prioridade a projetos de consenso

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

Os líderes do Senado decidiram, nesta quinta-feira (8), que entrará na pauta de votações da próxima semana apenas os projetos de consenso, o que inclui a renegociação da dívida dos Estados, a compensação pela desoneração da folha de pagamentos e o estatuto da segurança privada. Temas como a legalização de jogos de azar e a regulamentação do mercado de carbono devem ficar para depois.

Há um impasse, ainda, sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) que abre caminhos para a anistia de partidos de multas por descumprimento de repasses mínimos para candidaturas negras, conhecida como "PEC da Anistia". A PEC também cria um programa de refinanciamento de dívidas das legendas e dá aval para a utilização de recursos do fundo partidário para pagar multas eleitorais.

Embora o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP), tenha anunciado que tentará concluir a deliberação da PEC da Anistia no colegiado e em plenário na próxima quarta-feira (14), nem todos os líderes concordam com a iniciativa.

"Não há impacto neste ano, nesta eleição, então não tem motivo para votar essa matéria agora. Vai ser votado depois", disse o líder do PSDB, Izalci Lucas (DF), depois do encontro entre os líderes da Casa. "É um tema que ficou para após eleições", acrescentou o líder da oposição, Marcos Rogério (PL-RO).

Outros projetos pendentes, como o que trata da legalização de jogos de azar, como bingos, cassinos e jogo do bicho, também devem ser adiados por falta de entendimento. "Sobre o tema dos jogos, o encaminhamento é para após a eleição [municipal]", disse Rogério.

O projeto que trata da regulamentação do mercado de carbono, considerado prioritário pelo governo, deve ficar para depois. O motivo é a falta de acordo com a Câmara sobre qual texto será priorizado na tramitação e qual das Casas dará a palavra final sobre o assunto.

Em função do período pré-eleitoral, os líderes decidiram que haverá "esforço concentrado", quando os parlamentares são convocados a estarem presencialmente em Brasília para as votações, na próxima semana e na primeira semana de setembro. Nos demais períodos o sistema será remoto.

É a área econômica que mostra os resultados

Análise

Lu Aiko Otta
De Brasília

Alvo de "fogo amigo" em meados do ano, é a política econômica do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que tem resultados a mostrar.

Haddad encurtou suas férias para participar da reunião ministerial da quinta-feira (08) e falar sobre as perspectivas da economia neste ano. Isso indica que os números positivos vão animar os palanques governistas nas próximas eleições.

São números que, nas palavras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, justificam um otimismo sem precedentes "em algum momento na história do país, mesmo nos meus outros governos e governos do PT."

Voltou ao bordão "nunca antes na história do país", usado nos momentos de alta de suas passagens anteriores pelo Planalto.

O endosso de Lula à política econômica de Haddad ficou demonstrado nas várias vezes em que o presidente citou o nome do ministro durante seu curto discurso.

Também ficou claro quando ele se dirigiu à ministra do Planejamento, Simone Tebet, da ala liberal da equipe econômica, para destacar a importância do controle da inflação.

Comentou que ele e o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, eram possivelmente os únicos presentes a saber o que é receber salário com os preços subindo a 80% ao mês, algo "devastador" na vida de um trabalhador.

A inflação baixa é resultado de um combo de políticas que tiveram algumas de suas bases questionadas pela ala política do governo e pelo próprio Lula em meados do ano: o ajuste fiscal e a autonomia do Banco Central. Uma mudança de rota em relação a essas críticas foi obtida pela equipe econômica no início de julho. Aparentemente, persiste.

Lula repetiu o que se ouve à exaustão nos bastidores da área econômica como algo a ser destacado: que o mercado de trabalho está forte, mas isso não tem pressionado a inflação.

Atualmente, o governo projeta crescimento de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano. Porém, esse número é tido como desatualizado nos bastidores. Deverá ser elevado na próxima atualização, em setembro.

Os indicadores estão bons e dão tranquilidade mesmo diante das tensões no cenário externo, destacou Lula. "Os nossos números até agora são todos positivos, apesar da perspectiva de uma crise internacional que o dólar vem causando no mundo inteiro", comentou. "A gente se mantém muito equilibrado, a gente se mantém numa situação boa."

Para Fernando Montero, economista-chefe da Tullet Prebon, a situação das contas públicas segue como ponto de preocupação. "As autoridades exibem excelente economia a despeito do fiscal incerto; nós enfatizamos o fiscal incerto, a despeito da excelente economia", escreveu a seus clientes.

O custo da incerteza se reflete nas taxas de juros. Mais à frente, acredita ele, as turbinas do mercado de trabalho e do consumo alimentado por injeções de recursos fiscais na economia (como a antecipação do 13º dos aposentados, por exemplo) se enfraquecerão. Nessa hora, acredita, a atividade passará a refletir com mais clareza os efeitos dos juros altos alimentados pelo "muro de incertezas fiscais".

Persistem dúvidas no mercado quanto ao compromisso de Lula com a estratégia de Haddad e Tebet para as contas públicas e quanto à própria dinâmica do ajuste fiscal.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,25	0,26	-0,25	0,46	0,66	0,72	0,17	-0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0
Indústria de transformação	-	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2
Indústrias extrativas	-	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4
Bens de capital	-	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3
Bens intermediários	-	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7
Bens de consumo	-	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9
Faturamento real (CNI - %)	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8	-0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7	-0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	1,3	0,4	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	1,2	0,9	0,3	1,0	1,9	-0,7	0,3	-0,2
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	-0,3	0,8	2,1	-2,0	2,5	-0,1	1,2	-0,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	0,0	0,3	0,6	-0,8	0,4	0,5	0,6	-0,3
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2	0,6
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.919	29.044	30.255	30.455	27.723	23.429	26.704	28.786	27.886	29.682
Importações	23.279	22.333	21.851	21.886	20.492	18.225	20.512	19.463	19.097	20.501
Saldo	7.640	6.711	8.404	8.568	7.230	5.204	6.192	9.323	8.789	9.181

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5957	0,5088	0,3175	-	24,44	1.412,00
2024	**0,50**	**4,59**	**4,59**	**6,46**	**7,09**	**4,50**	**3,80**	**2,50**	**2,70**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,87**	**7,09**	**7,09**	**10,22**	**11,20**	**6,81**	**5,60**	**3,89**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jul/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-junho		Var.	junho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**433,9**	**389,2**	**11,48**	**67,1**	**59,7**	**12,45**
Imposto de renda pessoa física	39,7	31,4	26,19	5,9	6,3	-6,69
Imposto de renda pessoa jurídica	170,0	165,9	2,44	16,9	15,5	9,27
Imposto de renda retido na fonte	224,2	191,9	16,88	44,3	37,9	16,92
Imposto sobre produtos industrializados	36,3	29,6	22,74	5,9	5,0	17,86
Imposto sobre operações financeiras	31,9	29,6	7,84	5,5	5,0	10,47
Imposto de importação	33,4	26,8	24,70	6,6	4,4	51,67
Cide-combustíveis	1,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	199,1	160,5	24,04	35,6	27,8	28,12
CSLL	90,7	85,4	6,20	9,5	9,0	5,75
PIS/Pasep	55,0	45,0	22,14	9,6	7,7	23,47
Outras receitas	416,7	376,7	10,62	68,8	61,9	11,14
Total	**1.298,5**	**1.142,8**	**13,62**	**208,8**	**180,5**	**15,72**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	mar/24		**fev/24**		**mar/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**50,9**	**6,25**	**47,9**	**-7,38**	**45,4**	**3,05**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jul/24	jun/24	2024	2023	12 meses	jul/24	jun/24	dez/23	jul/23
IBGE									
IPCA	-	0,21	2,48	4,62	4,23	-	6.941,51	6.773,27	6.667,94
INPC	-	0,25	2,68	3,71	3,70	-	7.141,00	6.954,74	6.880,17
IPCA-15	0,30	0,39	2,82	4,72	4,45	6.833,52	6.813,08	6.645,93	6.542,57
IPCA-E	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
FGV									
IGP-DI	0,83	0,50	1,95	-3,30	4,16	1.127,10	1.117,79	1.105,54	1.082,11
Núcleo do IPC-DI	0,32	0,34	2,30	3,48	3,75	-	-	-	-
IPA-DI	0,93	0,55	1,43	-5,92	4,10	1.312,82	1.300,66	1.294,35	1.261,15
IPA-Agro	0,72	1,52	2,17	-11,34	4,04	1.824,08	1.811,00	1.785,32	1.753,26
IPA-Ind.	1,01	0,19	1,15	-3,77	4,12	1.107,16	1.096,06	1.094,53	1.063,37
IPC-DI	0,54	0,22	3,01	3,55	4,12	755,73	751,69	733,67	725,85
INCC-DI	0,72	0,71	3,55	3,49	4,67	1.126,92	1.118,83	1.088,31	1.076,63
IGP-M	0,61	0,81	1,71	-3,18	3,82	1.143,31	1.136,41	1.124,07	1.101,20
IPA-M	0,68	0,89	1,16	-5,60	3,72	1.349,62	1.340,52	1.334,20	1.301,20
IPC-M	0,30	0,46	2,96	3,40	3,90	737,65	735,41	716,46	709,98
INCC-M	0,69	0,93	3,34	3,32	4,42	1.122,45	1.114,75	1.086,15	1.074,90
IGP-10	0,45	0,83	1,63	-3,56	3,38	1.161,97	1.156,82	1.143,35	1.123,94
IPA-10	0,49	0,88	1,06	-6,02	3,14	1.381,26	1.374,57	1.366,78	1.339,16
IPC-10	0,24	0,54	2,98	3,43	3,88	742,33	740,54	720,87	714,60
INCC-10	0,54	1,06	3,27	3,04	4,20	1.105,16	1.099,18	1.070,21	1.060,64
FIPE									
IPC	0,06	0,26	1,93	3,15	3,17	688,31	687,92	675,27	667,19

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia jul/24 0,40% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana jul/24 0,01%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024		2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jun/24		mai/24		jun/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.946,2**	**62,21**	**6.897,1**	**62,08**	**6.096,5**	**57,92**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-12,8	-0,11	-19,7	-0,18	9,0	0,09
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-912,6	-8,17	-819,0	-7,37	-676,1	-6,42
Dívida fiscal líquida	**7.871,6**	**70,49**	**7.735,9**	**69,63**	**6.763,6**	**64,25**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.706,3	69,02	7.604,4	68,45	6.744,8	64,07
Dívida externa líquida	-760,1	-6,81	-707,3	-6,37	-648,3	-6,16
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.954,1	53,32	5.923,8	53,32	5.169,6	49,11
Governos Estaduais	872,3	7,81	859,1	7,73	821,8	7,81
Governos Municipais	64,4	0,58	61,5	0,55	42,6	0,40
Empresas Estatais	55,4	0,50	52,7	0,47	62,5	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**jun/24**		**mai/24**		**jun/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Total nominal	**1.108,0**	**9,92**	**1.061,9**	**9,56**	**662,4**	**6,29**
Governo Federal**	875,9	7,84	871,2	7,84	528,1	5,02
Banco Central	149,3	1,34	107,3	0,97	55,2	0,52
Governo regional	72,6	0,65	73,5	0,66	71,1	0,68
Total primário	**272,2**	**2,44**	**280,2**	**2,52**	**24,3**	**0,23**
Governo Federal	-47,2	-0,42	-47,6	-0,43	-217,6	-2,07
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,5	0,00
Governo regional	-25,6	-0,23	-23,6	-0,21	-19,7	-0,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho		Var.	junho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**

Discriminação	jun/24		mai/24		jun/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noninimais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Congresso Ideia é votar a proposta em comissão da Câmara até o dia 26 deste mês

Relator, Receita e empresas têm reunião sobre PL do devedor contumaz

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 11/7/2024

Forte: "Há uma preocupação com a vazão da sonegação [...], com um Brasil ilegal que cresce em velocidade muito grande, ficando maior do que o Brasil legal"

Lu Aiko Otta
De Brasília

Em meio à expectativa em relação à retomada dos trabalhos na Câmara, o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, representante do setor empresarial e o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE) reuniram-se na quinta-feira (8) para tratar do projeto de lei do devedor contumaz. Apresentado pelo Executivo, o PL 15/24 é uma prioridade da equipe econômica e está sob a relatoria do parlamentar, que antecipou pontos de seu parecer.

A ideia é votá-lo na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) durante o esforço concentrado do dia 26. Mas existe a possibilidade de ser solicitada tramitação em regime de urgência, o que levaria a proposta para análise diretamente no plenário da Casa.

As empresas acreditam que o projeto de lei pode modificar o relacionamento delas com a Receita Federal. Por um lado, cria uma espécie de tratamento vip para as que cumprem as regras. Por outro, tira do mercado aquelas empresas que fazem da sonegação um modelo de negócio: os chamados devedores contumazes, muitos deles ligados ao crime organizado.

"Estamos enfrentando uma ameaça ao setor produtivo, que é a concorrência exercida por braços econômicos de organizações criminosas", afirmou ao **Valor** o presidente-executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Pablo Cesário. "Essa é uma das ferramentas importantes de segurança pública, para além da concorrência isonômica."

O problema é real e crescente, alertou o executivo. "Precisamos evitar que fenômenos como o que acontece no México, por exemplo, ocorram no Brasil também, e isso requer um enfrentamento."

Segundo o deputado Danilo Forte, quem paga a conta é a sociedade. "Há uma preocupação saudável, num país que está lutando para ter equilíbrio fiscal, com a vazão da sonegação, de forma muitas vezes até criminosa, com um Brasil ilegal que cresce em velocidade muito grande, ficando maior do que o Brasil legal", comentou.

O PL 15, acrescentou, é oportuno para reequilibrar as contas públicas e, ao mesmo tempo, "dar equidade aos empresários do bem em relação aos empresários do mal", pois será coibido o atual quadro de concorrência desigual.

Consultado, Barreirinhas preferiu destacar a parte do projeto que trata da conformidade. "O PL 15 é o projeto mais importante para reestruturação da Receita Federal, para que ela passe a ser efetivamente uma Receita orientadora dos bons contribuintes, não punitiva", disse ao **Valor**.

Além do projeto do governo, outros dois de teor semelhante estão em análise no Senado desde 2007. O que se diz nos bastidores é que as propostas não avançam porque representantes dos devedores contumazes atuam no Legislativo.

Assim, as empresas brasileiras querem chamar a atenção para a proposta e não permitir que os interesses contrários continuem a sufocá-la.

"Ninguém vai querer o carimbo de estar defendendo o crime organizado, esses sonegadores que cometem crime contra a sociedade", avaliou Forte, ao ser questionado sobre o ambiente para a discussão no Congresso Nacional. Daí a importância de dar visibilidade ao PL, comentou.

Ele acrescentou que a lei beneficiará governos estaduais, que igualmente terão mais meios de combater a sonegação. Assim, o relator espera que haja mobilização dos Estados para pressionar sobretudo os senadores, muitos deles ex-governadores, dado que há dois projetos semelhantes ao PL 15 parados naquela casa legislativa.

O PL 15 define como devedor contumaz aquele que possui créditos tributários sem garantia em montante acima de R$ 15 milhões e correspondente a mais de 100% do patrimônio conhecido, ou que tenha créditos nesse valor inscritos na dívida ativa há mais de um ano, ou ainda se for parte relacionada de pessoa jurídica baixada ou declarada inapta nos últimos cinco anos, com créditos tributários de valor a partir de R$ 15 milhões em situação irregular.

A principal punição, nesses casos, é que haverá persecução penal dos crimes tributários. Atualmente, o pagamento da dívida livra o contribuinte disso. Além disso, empresas declaradas devedoras contumazes terão suas inscrições no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) consideradas inaptas.

O limite de R$ 15 milhões vinha preocupando as empresas, porque pode ser baixo no funcionamento regular daquelas de maior porte. Assim, foram negociados filtros adicionais. Por exemplo: os R$ 15 milhões se referirão apenas ao principal da dívida. E a empresa se livrará da classificação de devedora contumaz se o valor que ela pagou de impostos nos anos anteriores for superior a R$ 15 milhões.

A principal novidade dessa reta final de negociações, porém, foi uma espécie de poder de veto pelo qual as confederações empresariais poderão livrar contribuintes da condição de devedores contumazes. Assim, a responsabilidade de decidir o enquadramento é compartilhado entre a Receita e as entidades empresariais. Foi uma forma de contornar o temor do empresariado quanto a eventuais excessos do Fisco.

O ponto é polêmico porque, se é verdade que o crime organizado está envolvido, é possível que pressione as entidades empresariais a livrar suas operadoras da condição de devedoras contumazes. Por outro lado, acredita-se, as empresas sérias pressionarão a confederação, caso ela faça uma vigilância frouxa.

Dino solicita que ministérios informem pedidos de emendas

Flávia Maia, Julia Lindner, Caetano Tonet, Raphael Di Cunto e Murillo Camarotto
De Brasília

Em mais uma investida para inibir a prática do orçamento secreto, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), solicitou na quinta-feira (8) todos os ofícios que chegaram aos ministérios pedindo as transferências por emendas parlamentares de comissão — o ministro quer saber as indicações e a priorização pelos autores desse tipo de transferência no exercício de 2024. Em outra frente, Dino cobrou do Senado e da Câmara mais detalhes sobre o processo de indicação dos recursos, como atas e ofícios das comissões sobre as emendas de comissão em 2024.

Na decisão, Dino pede ainda para que o Tribunal de Contas da União (TCU) apresente em 10 dias documento com todos os processos em tramitação da Corte de Contas que tratem sobre irregularidades na execução de recursos derivados das emendas do relator (RP9), base do orçamento secreto, proibidas pelo STF em 2022.

O ministro também se manifestou na ação da Procuradoria-Geral da República (PGR) que questiona a validade de outro tipo de repasse, as emendas Pix — modalidade de emenda individual que pode ser usada por deputados e senadores para destinar verbas públicas. A quantia é enviada diretamente às prefeituras ou governo local sem a necessidade de apresentar projeto ou apontar em qual área a verba será aplicada.

Nesse caso, Dino manteve a suspensão das emendas Pix que não preencham todos os critérios de transparência e rastreabilidade. No entanto, autorizou os repasses em caso de calamidade e obras públicas em execução, embora também cobre a transparência no uso dos recursos. A flexibilização não constava em decisão proferida na ação proposta pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), sobre o mesmo tema.

O Congresso recorreu das duas decisões. No recurso sobre o orçamento secreto, Senado e Câmara alegam que vêm cumprindo a decisão do STF em relação às emendas do relator (RP9). Afirmam ainda que o STF não pode impor obrigações sobre outras emendas parlamentares além das do relator, como no caso das emendas de comissão (RP8).

Em relação às emendas Pix, o Congresso pede para revogar a suspensão de repasses que não preencham todos os critérios de transparência e rastreabilidade. Além disso, solicitam que a ação seja devolvida à relatoria de Gilmar Mendes, primeiro ministro sorteado para relatar o caso, mas declinou da competência porque Dino já era relator do orçamento secreto.

Antes do recurso, lideranças do Congresso já haviam se manifestado favoravelmente ao longo do dia ao uso dos mecanismos de repasse. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) do Senado, que detém 80% das emendas de comissão na Casa, Marcelo Castro (MDB-PI) afirma que Flávio Dino precisa estar melhor assessorado para entender como funciona o orçamento e que "parece que ele não é do ramo e não entende como a coisa funciona". Castro alega que as emendas de comissão são coletivas, portanto não possuem um detalhamento do que foi solicitado por cada parlamentar.

Já em relação às emendas Pix, o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Júlio Arcoverde (PP-PI), afirmou que o modelo é uma conquista do Legislativo. Segundo ele, esse tipo de emenda contribui "com a desburocratização do processo de transferência de recursos orçamentários da União para os municípios brasileiros".

> "Parece que ele [Dino] não é do ramo e não entende como a coisa funciona"
> *Marcelo Castro*

Arcoverde disse ainda que é "prudente" o adiamento da análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 para aguardar a definição da questão levantada pela PGR: "Como podemos abrir um prazo de apresentação de emendas à LDO se não sabemos o que vai resultar dessa discussão jurídica? Seria uma irresponsabilidade iniciar um processo sem saber as regras que estarão valendo."

Relator-geral do orçamento do próximo ano, o senador Angelo Coronel (PSD-BA) também defendeu que o modelo das emendas Pix permite aos parlamentares enviarem recursos de maneira mais célere. Coronel argumenta que a fiscalização cabe ao Tribunal de Contas da União (TCU) e que o assunto não deveria ser discutido no Judiciário.

O andamento da execução das emendas Pix vem preocupando o Legislativo. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e o procurador-geral da República, Paulo Gonet, se reuniram nesta quinta-feira (8), segundo apurou o **Valor**, um dos assuntos foi a ação que discute as emendas Pix. Procurado, Lira negou que as emendas Pix tenham sido tema da reunião e afirmou ao **Valor** que o encontro foi para tratar de "assuntos institucionais".

Em paralelo à atuação de Dino, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP-TCU) também solicitou a suspensão do pagamento das chamadas emendas Pix. O procurador Lucas Furtado, autor da representação, vê vício de constitucionalidade na ferramenta. "Essa transparência é fundamental para o controle, por parte do povo – o detentor de todo o poder – da atividade de parlamentar de destinação de recursos orçamentários por meio das emendas Pix", completou.

INÊS 249

Eleições Em SP, Datafolha mostra que, num eventual segundo turno, prefeito venceria o candidato do Psol por uma diferença de 13 pontos

Nunes e Boulos lideram; Datena e Marçal estão em 3º

Cristiane Agostine
De São Paulo

A dois meses das eleições, o prefeito de São Paulo e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), e o deputado federal Guilherme Boulos (Psol) lideram a disputa pela prefeitura paulistana e estão tecnicamente empatados, segundo pesquisa Datafolha divulgada na quinta-feira (8). Nunes tem 23% das intenções de voto e Boulos, 22%. Em terceiro lugar estão empatados o apresentador José Luiz Datena (PSDB) e o "influencer" Pablo Marçal (PRTB), ambos com 14%.

A deputada federal Tabata Amaral (PSB) tem 7% das intenções de voto e a empresária Marina Helena (Novo), 4%. João Pimenta (PCO) tem 2% e Altino (PSTU), 1%. Os demais não pontuaram. Votos em branco e nulo somam 11% e eleitores que não responderam, 3%.

A pesquisa tem margem de erro de três pontos percentuais, para mais ou para menos, e mostra estabilidade de Nunes e Boulos na liderança. Na pesquisa de julho, Nunes tinha 24% (hoje tem 23%) e Boulos, 23 % (agora, 22%).

Em um mês, Datena oscilou de 11% para 14%, dentro da margem de erro, e Marçal cresceu de 10% para 14%. Tabata manteve os 7% e Marina oscilou de 5% para 4%.

Em um eventual segundo turno entre Nunes e Boulos, o prefeito seria reeleito com 49% das intenções de voto contra 36% do candidato do Psol — uma diferença de 13 pontos. Dos entrevistados, 13% afirmaram que votariam em branco, nulo ou não votariam e 2% não sabem. Em relação à pesquisa de julho, a diferença entre os candidatos aumentou: Nunes tinha 48% e estava dez pontos à frente de Boulos, com 38%.

É a primeira pesquisa realizada pelo Datafolha em São Paulo depois das convenções partidárias, que oficializaram as candidaturas. Os eventos partidários contaram com a participação dos padrinhos políticos dos candidatos, como a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na convenção de Boulos; do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e do governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), no evento de Nunes, e do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), na convenção de Tabata.

Boulos, Datena e Marçal têm as maiores rejeições em SP, segundo o Datafolha

Os postulantes têm até 15 de agosto para registrarem a candidatura na Justiça Eleitoral A campanha começa oficialmente na próxima semana, no dia 16.

Entre os candidatos, Boulos tem a maior rejeição, de 35%, seguido por Datena, com 31%, e Marçal, com 30%. Dos entrevistados, 24% afirmaram que não pretendem votar em Nunes e 16% em Tabata.

Em relação ao levantamento passado do Datafolha, de julho, Datena foi o candidato que teve o maior crescimento na rejeição, de nove pontos, e passou de 22% para 31%. A de Boulos foi de 33% em julho para 35% agora. A rejeição de Marçal oscilou um ponto, passando de 29% para 30%. Nunes e Tabata mantiveram o percentual.

O instituto ouviu 1.092 eleitores em São Paulo na terça-feira (6) e quarta-feira (7). O levantamento foi encomendado pelo jornal "Folha de S. Paulo" e registrado sob o número SP-03279/2024 na Justiça Eleitoral.

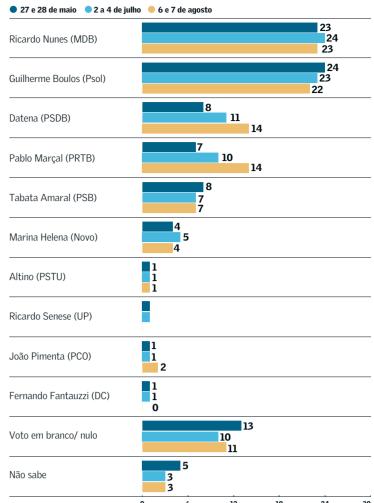
A pesquisa foi divulgada poucas horas antes do primeiro debate entre os candidatos de São Paulo, realizado pela TV Bandeirantes na noite de quinta-feira.

O cenário da pesquisa Datafolha é diferente do que foi registrado por um levantamento da AtlasIntel, também divulgado na quinta-feira.

Segundo a pesquisa AtlasIntel, Boulos tem 33%, seguido por Nunes, com 25%. Pablo Marçal, Tabata Amaral e Datena aparecem tecnicamente empatados em terceiro lugar. Marçal e Tabata registraram 11% cada e Datena, 9%.

Os demais candidatos somam 4% das intenções de voto. Votos em branco, nulo e eleitores que não sabem em quem vão votar são 7%.

A pesquisa tem margem de erro de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, foi feito entre 2 e 7 de agosto com 2.037 eleitores da capital paulista, por meio de recrutamento digital aleatório. A pesquisa está registrada na Justiça Eleitoral sob o número SP 05924/2024.

Terceiro lugar embolado
Datafolha mostra Nunes e Boulos estáveis na liderança - em %

A pesquisa tem margem de erro de três pontos percentuais, para mais ou para menos. O Datafolha ouviu 1.092 eleitores na capital paulista na terça-feira (6) e quarta-feira (7). O levantamento está registrado sob o número SP-03279/2024 na Justiça Eleitoral.

César Felício

Para eleitor, prefeitos são coadjuvantes na segurança pública

A campanha para as eleições municipais começa com o alerta que não se deve subestimar o eleitor. É fato que a desinformação grassa no Brasil, mas se o eleitorado não sabe ao certo o que corresponde a um prefeito fazer e o que deve esperar de sua gestão, desconfia.

A Febraban encomendou do Ipespe no começo de julho uma pesquisa telefônica com 3 mil entrevistas sobre o tema. Somente um em cada quatro afirmou saber bem qual a divisão de atribuições entre prefeitura, governo estadual e Presidência, ao passo que 29% disseram desconhecer totalmente o que cabe a cada um e 43% afirmaram "conhecer mais ou menos". Há uma certa modéstia do eleitor, mostra o levantamento. Sabe-se o essencial.

De acordo com a pesquisa, que tem margem de erro de 1,8 ponto percentual, há dois temas imensamente preocupantes para a população em que o protagonismo dos prefeitos não é esperado: segurança pública e custo de vida ou inflação.

Em relação à violência urbana, 40% dizem que seu controle cabe ao governo estadual, o que é correto. Outros 28% dizem ser tema municipal e 11% de responsabilidade do Palácio do Planalto. O tema, contudo, vem ganhando espaço no debate eleitoral, em função da tentativa dos aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro de nacionalizar as disputas.

Em São Paulo, por exemplo, o bolsonarismo exigiu a presença de um coronel da Rota, Ricardo Mello de Araújo, como candidato a vice pelo PL na chapa do prefeito Ricardo Nunes (MDB). Os delegados da Polícia Federal Alexandre Ramagem e da Polícia Civil Éder Mauro, ambos deputados, foram lançados pelo PL para as prefeituras do Rio e de Belém. A pesquisa sugere que esse movimento pode estar mais relacionado com uma demanda da política em si do que do eleitorado.

A tradição histórica reforça essa hipótese. Por mais que a segurança pública tenha cimentado a eleição de deputados estaduais, federais, um senador (Major Olímpio) e até um governador em São Paulo (Luiz Antônio Fleury Filho), o tema nunca teve centralidade na campanha municipal. No Rio o retrospecto de eleições locais também não é favorável para candidatos com essa agenda.

No caso da economia, 48% consideram ser tarefa do presidente da República controlar a inflação e o custo de vida e não mais do que 10% entendem que os governos municipais devem atuar nesse tema.

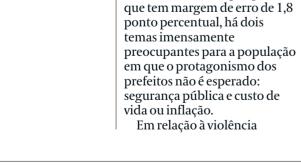
O resultado permite também inferir que a melhora da percepção da situação econômica é crucial para a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pode ter sido a razão para o crescimento de sua aprovação registrado por diversos institutos no mês passado. A pesquisa ainda indica que crises na segurança pública tendem a impactar diretamente a avaliação de governadores presidenciáveis, como o de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e o de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil).

A maior expectativa do eleitorado, de acordo com o Ipespe, é que o prefeito apresente respostas para a saúde (37%), educação (30%) e emprego (30%). Saúde e educação são zonas cinzentas, em que há alguma superposição de atuação de governos municipais e estaduais, além de grande influência do governo federal como ordenador e financiador. Mas ainda assim cabe fundamentalmente ao município a pré-escola, o primeiro ciclo do ensino fundamental e a atenção básica à saúde.

No caso da geração de emprego, o protagonismo esperado dos prefeitos cresce nos municípios acima de 500 mil habitantes (36%) e nos da região Centro-Oeste (44%), em relação ao que se espera dos governos estaduais e do governo federal. A expectativa nessa questão é que o prefeito seja capaz de atrair investimentos que gerem emprego e renda.

A pesquisa da Ipespe encomendada pela Febraban indica ainda que é maior a parcela dos eleitores que dizem que definirão seu voto em função dos debates entre os candidatos do que pelo acompanhamento do noticiário que chega por redes sociais ou mídia tradicional: 22%, ante respectivamente 16% e 14%. O espaço para "outsiders" está longe de ser irrelevante: 24% dos pesquisados dizem aceitar votar em um candidato de fora da política, percentual equivalente aos 25% que indicam preferir alguém que tenha experiência administrativa.

O que se espera dos prefeitos
Instância de governo com mais responsabilidade em cada área - em %

César Felício é repórter especial de Política em Brasília
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Venezuela Observadores independentes negam haver registrado 'ataque hacker' que teria atrasado entrega de boletins de votação

Centro Carter rejeita tese de Maduro sobre sumiço de atas

Agências internacionais

O Centro Carter, único observador internacional independente a atuar na eleição do dia 28 na Venezuela, informou ontem não ter registrado nenhum ataque hacker durante a apuração — como disse o governo de Nicolás Maduro para justificar o desaparecimento de parte das atas eleitorais. Ao mesmo tempo, a líder da oposição María Corina Machado pediu "especialmente a Brasil, Colômbia e México" que revisem as atas que os opositores obtiveram por meio da mobilização de militantes.

Estas atas estão no centro da crise aberta com a decisão do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) de proclamar Maduro como vencedor do pleito, com 52% dos votos, contra 32% do opositor Edmundo González. Os números do conselho, porém, são amplamente contestados pela oposição, para quem González obteve 67% dos votos, muito à frente do governo, que teria 30%. O CNE diz que o atraso na apresentação das atas ocorreu pelo suposto ataque de hackers.

"Não temos nenhuma prova disso", disse Jennie Lincoln, chefe da delegação do Centro Carter que foi à Venezuela, à agência France Presse. "O Centro Carter não pôde verificar ou corroborar a autenticidade dos resultados da eleição presidencial declarados pelo CNE da Venezuela", afirmou a entidade. "O fato de a autoridade eleitoral não ter anunciado os resultados discriminados por seção de votação [nas atas] constitui uma grave violação dos princípios eleitorais", disse a entidade, que na semana passada afirmou que as eleições no país "não foram democráticas".

A oposição, por seu lado, reforçou o pedido para que os três países que assumiram o papel de mediadores da crise façam a auditoria das cópias e fotos de atas de que dispõe. "Teríamos muito interesse em interagir com o Instituto Nacional Eleitoral do México e as entidades técnicas de Brasil e Colômbia para auditar esses documentos", disse Corina, durante uma entrevista coletiva virtual com a mídia mexicana. Inicialmente, os países rejeitaram a ideia de fazer essa recontagem *(mais informações abaixo)*.

"A Venezuela precisa agora mais do que nunca de governos democráticos que falem com muita firmeza, especialmente aqueles que têm comunicação com o partido no poder em Caracas, para que entendam que o conflito na Venezuela transcende as nossas fronteiras", disse. Na véspera, a líder opositora dissera que apreciava o esforço do Brasil e dos outros dois países "para criar um espaço de negociação" com o regime de Maduro.

Ela tem reiterado, no entanto, que não cogita discutir o resultado da eleição, mas sim uma forma pacífica de transição de poder — ocupado pelo chavismo há 25 anos na Venezuela.

Desde as eleições, a tensão na Venezuela não parou de crescer. As forças de segurança detiveram mais de 2.000 pessoas por se manifestarem contra Maduro ou por questionarem os resultados divulgados pelo CNE. Outras 24 pessoas morreram, segundo o grupo local de direitos humanos Provea.

Agentes de segurança e inteligência do governo têm feito buscas sem mandato casa por casa de opositores, batendo na porta e levando-os detidos — numa operação que o próprio Maduro batizou de "toc-toc".

Na quarta-feira, González desobedeceu a uma intimação para comparecer à sede do Tribunal Superior de Justiça (TSJ), sob a alegação de que não havia garantias de respeito à sua integridade física — e afirmando que a corte não é o foro competente para resolver pendências eleitorais. Desde a eleição, várias autoridades chavistas têm defendido a prisão tanto de González quanto de Corina.

Brasil, Colômbia e México só avalizam atas do CNE

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

Os governos do Brasil, do México e da Colômbia recusam-se a analisar as atas da oposição na eleição venezuelana como fez o Centro Carter e como pediu a líder da oposição, María Corina Machado. A avaliação, no governo brasileiro, é de que enveredar pela contabilidade paralela é fazer o jogo do presidente Nicolás Maduro.

Governo estrangeiro, na avaliação de diplomatas brasileiros, não pode ser "fiel depositário" de atas. Ao se cobrar que o Conselho Nacional Eleitoral as apresente pretende-se manter a pressão sobre Maduro. Aceitar a verificação das atas é fazer seu jogo. Questionar a legitimidade eleitoral, avalia-se, é o que mais fere o chavismo.

São essas as entrelinhas da nota divulgada ontem sobre a videoconferência da véspera entre os chanceleres do Brasil, Mauro Vieira, da Colômbia, Álvaro Leyva, e do México, Alicia Bárcena. Nesta nota, os três chanceleres "consideram fundamental a apresentação, pelo CNE, dos resultados desagregados por mesa de votação".

A nota não menciona a possibilidade de um telefonema entre os presidentes dos três países e Maduro. Antes que esta chamada ocorra, porém, haveria uma outra entre os três presidentes.

Ao insistir na verificação das atas pelo CNE, os três países se afastam da decisão do Centro Carter, observador internacional independente de mais longeva atuação. O Brasil resolveu se dissociar porque, na avaliação do Itamaraty, o Centro Carter só dispunha de 17 pessoas na Venezuela, o que impediria uma auditoria completa.

O Itamaraty não vê qualquer articulação entre a radicalização do governo nicaraguense e aquele da Venezuela, que, na avaliação do Itamaraty, também perdeu a paciência com Daniel Ortega, presidente da Nicarágua. O embaixador brasileiro, Breno da Costa, foi expulso do país na quarta-feira, o que levou à reciprocidade do gesto em relação à embaixadora da Nicarágua no Brasil, Fulvia Matus.

As tensões entre o Brasil e o governo nicaraguense escalaram a partir do encontro de presidentes da União Europeia e da Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) em julho do ano passado.

Negociou-se uma declaração desta cúpula que contou com a adesão de todos os integrantes, à exceção da Nicarágua, em um único parágrafo referente à Ucrânia. Como as declarações dependem de adesão integral, a conclusão ficou bloqueada até que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dissesse que 60 países, incluindo Cuba e Venezuela, não poderiam ficar reféns de um só. Sugeriu que o impasse fosse resolvido por uma nota de rodapé informando que a Nicarágua havia se dissociado daquela posição.

Em seguida, Lula tentou falar com Ortega sobre a situação dos bispos daquele país a pedido do Papa Francisco, mas não teve retorno. O balde acabou por entornar em 19 de julho, quando o embaixador brasileiro ausentou-se das comemorações dos 45 anos da revolução sandinista.

Os laços diplomáticos não foram rompidos e as embaixadas seguem abertas — uma situação parecida com a do estresse entre Brasil e Israel depois que Lula foi considerado persona non grata em Israel.

Mais informações na pág. A10

Yunus toma posse como chefe de governo em Bangladesh

RAJIB DHAR/AP PHOTO

O prêmio Nobel da Paz Muhammad Yunus prometeu restaurar "a lei e a ordem" em Bangladesh ao retornar ao país ontem para liderar um governo interino encarregado de organizar a normalização democrática, após uma onda de protestos derrubou o governo da primeira-ministra Sheikh Hasina. Manifestações violentas no país deixaram pelo menos 455 mortos desde o início de julho, segundo um balanço da AFP baseado em dados da polícia, autoridades do governo e fontes médicas. "Não podemos dar um passo adiante a menos que solucionemos a situação da lei e da ordem", disse Yunus. Na foto, ele assina um documento após prestar juramento como chefe do governo interino de Bangladesh, em Daca.

China sai à caça de impostos atrasados

Fu Ting e Dake Kang
Associated Press, de Pequim

Autoridades chinesas estão à caça de impostos não pagos por empresas e pessoas físicas que datam de décadas, como parte de uma iniciativa do governo para sanar déficits orçamentários gigantescos e resolver uma crise de dívidas que fica cada vez maior.

Mais de 12 empresas de capital aberto informaram ter recebido cobranças de milhões de dólares em impostos passados, em meio à intensificação dos esforços para arrumar as contas de governos locais, abaladas pela crise no mercado imobiliário, que derrubou as vendas de concessões de terras, uma grande fonte de arrecadação.

Novas políticas adotadas após um recente encontro da cúpula do Partido Comunista chinês (PCC) defendem a expansão dos recursos fiscais locais. Também advogam que os governos locais reforcem sua "autoridade de gestão fiscal e melhorem sua gestão de dívida".

A dívida dos governos locais é estimada em até US$ 11 trilhões, se incluído o valor devido por entidades de financiamento usadas por esses governos e que não consta das estimativas oficiais. Entre as mais de 300 reformas delineadas pelo PCC há promessas de que as dívidas locais, um dos maiores riscos ao sistema financeiro da China, passem a ser mais bem monitoradas e administradas.

Mas os especialistas questionam o rigor com o que o partido cumprirá as promessas de aperfeiçoar o regime tributário e de equilibrar melhor o controle da arrecadação do governo.

"Mudar a forma como arrecadação e as obrigações de gastos [públicos] são divididas entre o governo central e os locais é digno de nota, mas eles já prometeram isso antes", disse Logan Wright, do Rhodium Group, uma firma independente de análises. A pressa para cobrar impostos atrasados há tanto tempo mostra a urgência dos problemas.

O grupo de alimentos e bebidas VV Food & Beverage contabilizou em junho uma cobrança de 85 milhões de yuan (US$ 12 milhões) relativa a impostos de até 30 anos atrás. A Zangge Mining comunicou ter recebido duas cobranças, em um total de 668 milhões de yuans (US$ 92 milhões), por impostos de até 20 anos atrás.

As pressões têm aumentado diante da desaceleração da economia e do aumento dos custos decorrentes da política de covid-zero adotada durante a pandemia.

Economistas alertam há muito tempo para a insustentabilidade da situação. Argumentam que a China precisa reforçar a arrecadação tributária para equilibrar os orçamentos no longo prazo.

Sob o comando de Xi Jinping, o governo reduziu o imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas e os impostos sobre valor agregado para ganhar apoio, impulsionar o crescimento econômico e incentivar o investimento.

"É um enorme problema estrutural que precisa de uma solução de grande porte, que não está a caminho", disse Wright. "Realmente não há forma de driblar isso. E está piorando, não melhorando."

Rússia declara emergência em Kursk em meio à maior contraofensiva da Ucrânia

Christopher Miller
Financial Times, de Kiev

A Ucrânia capturou cerca de 350 km² na região russa de Kursk, enquanto suas forças lutam para expandir e solidificar sua presença no terceiro dia da mais audaciosa contraofensiva de Kiev na guerra.

O Ministério da Defesa da Rússia informou que houve fortes combates ontem enquanto suas tropas e forças especiais enfrentavam a maior incursão ucraniana desde o início da invasão da Ucrânia por Moscou, em 2022. O governador interino de Kursk decretou estado de emergência na região e o reforço da segurança ao redor de uma usina nuclear próxima.

Vídeos analisados e verificados pelo "Financial Times" e por analistas ocidentais mostraram ataques russos a colunas de veículos blindados ucranianos e danos expressivos a cidades e vilas. Jatos de Moscou foram vistos sobrevoando as áreas e dezenas de soldados russos foram feitos prisioneiros.

Os russos afirmam que cerca de 1.000 ucranianos participaram da operação e Kiev perdeu 600 militares e 82 veículos blindados — números que não puderam ser verificados de forma independente.

"Ataques aéreos estão sendo realizados contra reservas avançadas das forças armadas da Ucrânia no território da região de Sumy", acrescentou o Ministério da Defesa da Rússia, em referência a ataques na região ucraniana que fica do outro lado da fronteira de onde a operação contra Kursk foi lançada.

Em uma reunião com suas principais autoridades militares e da área de segurança na quarta-feira, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, chamou a ofensiva de uma "provocação em larga escala" e acusou Kiev de atacar civis. Autoridades regionais disseram que pelo menos cinco pessoas foram mortas e dezenas ficaram feridas.

A operação surpresa da Ucrânia começou na madrugada de terça-feira e desde então se concentrou na pequena cidade russa de Sudzha e seus arredores, que incluem uma estação de um dos últimos gasodutos que ainda fornecem gás russo para a Europa Central.

O think-tank Institute for the Study of War, que fica em Washington e monitora a guerra, informou que até o momento as forças ucranianas tomaram 11 povoados, entre eles Nikolaevo-Darino, Darino e Sverdlikovo, e operavam dentro de Lyubimovka. A área equivale a aproximadamente 350 km², pelos cálculos do "FT".

De acordo com o think-tank, filmagens geolocalizadas mostram que veículos blindados ucranianos avançaram para posições ao longo da rodovia 38K-030 Sudzha-Korenovo, a cerca de 10 km da fronteira entre os dois países.

Blogueiros russos próximos às forças armadas escreveram no Telegram que tropas ucranianas tentavam avançar ao longo da 38K-030. Um blogueiro das forças armadas pró-Kremlin afirmou que os ucranianos avançavam nas direções noroeste e sudeste ao longo da rodovia e estavam em combates ao redor de Korenovo e Sudzha.

"Basicamente, Sudzha está perdida para nós. E esse é um centro logístico importante", escreveu no Telegram o blogueiro ucraniano pró-Moscou Yuriy Podolyaka, que hoje mora na Rússia.

Um ataque de drone ucraniano atingiu veículo de repórteres favoráveis ao Kremlin. Yevgeny Poddudny, um jornalista premiado por Putin por sua cobertura da guerra, foi ferido gravemente.

Kiev não divulgou comentários oficiais sobre a operação. Seus aliados ocidentais indicaram que não foram consultados, mas disseram que a Ucrânia tem autonomia para planejar seus ataques.

Ao contrário de ataques anteriores feitos do outro lado da fronteira por unidades russas e internacionais pró-ucranianas, vídeos verificados sobre a operação atual mostram a participação de tropas regulares de pelo menos quatro brigadas. Para analistas, isso sugere que a operação foi planejada com bastante antecedência.

Na sua luta contra as forças invasoras russas, a Ucrânia depende em grande parte do apoio militar ocidental — em particular dos EUA —, mas não só dele. Ela também depende fortemente de Washington para obter informações de inteligência que a ajudem a planejar e conduzir suas operações, segundo autoridades ucranianas.

Kursk sob ataque
Ação de Kiev surpreende Putin

Área russa atacada | Região ucraniana ocupada pela Rússia

KURSK
Kursk
Sverdlikovo
Sudzha
BELGOROD
RÚSSIA
Sumy
Belgorov
UCRÂNIA
KHARKIV
LUHANSK

Fonte: Institute for the Study of War, AEI's Critical Threats Project/ FT

Apesar disso, o porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Matthew Miller, disse na quarta-feira que os EUA não tinham conhecimento prévio da ofensiva e pediriam mais detalhes a Kiev. "Nós fornecemos equipamentos a eles; fornecemos orientações. Mas quando se trata da tática do dia a dia que eles realizam... às vezes estamos em comunicação sobre isso, às vezes não. É apropriado que eles tomem essas decisões", disse ele.

A presença de veículos blindados de combate Stryker (americano) e Marder (alemão) nos combates em território russo foi confirmada em vídeos verificados pelo "FT". Miller disse que a Ucrânia tinha direito de usar o equipamento ocidental em suas operações.

Um porta-voz do Ministério da Defesa alemão não confirmou nem negou que Marders sejam usados na ofensiva em Kursk, e limitou-se a dizer que era um "objetivo declarado do governo alemão apoiar a Ucrânia em sua luta contra o agressor russo".

> "Negociar com parte do território do seu inimigo é muito melhor" *Mick Ryan*

Ontem, a Comissão Europeia disse que a Ucrânia tinha o "direito de se defender" e isso "inclui atingir o inimigo em seu território".

"Quanto mais pressão for exercida sobre a Rússia — sobre o agressor que trouxe a guerra para a Ucrânia, mais próxima a paz estará. Apenas paz por meio da força justa", afirmou na quarta-feira o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenskyy. Ele acrescentou que consultara seu comandante em chefe, Oleksandr Syrskyi, sobre os próximos passos da operação e "os detalhes seguirão mais tarde".

Autoridades ucranianas não responderam a pedidos de comentários. Mas Mykhailo Podolyak, um conselheiro sênior do Zelenskyy, disse ontem que "a causa que está na raiz de qualquer escalada, bombardeio, ações militares, evacuações forçadas e destruição de maneiras normais de vida, inclusive dentro dos próprios territórios [da Rússia], como as regiões de Kursk e Belgorod, é apenas e unicamente a agressão inequívoca da Rússia".

Os objetivos de Kiev com a operação ainda são obscuros, embora um deles pareça ser obrigar a Rússia a desviar tropas de sua ofensiva no leste da Ucrânia. O Ministério da Defesa russo informou na quarta-feira que estava enviando reforços para Kursk.

Mick Ryan, um major-general reformado do exército australiano, acredita que o ataque "pode ser uma tentativa de desacelerar ou acabar com o ímpeto russo em suas ofensivas, que se manteve por todo o ano de 2024". Outro objetivo possível seria ocupar territórios antes de negociações sobre algum tipo de acordo. "Negociar com parte do território do seu inimigo é muito melhor do que negociar sem ele", acrescentou ele. ***(Colaboraram Alice Hancock, de Bruxelas, e Guy Chazan, de Berlim)***

ECONÔMICO
Valor

Diminui mais o espaço para despesas livres no Orçamento

Gastos obrigatórios em crescimento, muitos deles vinculados a porções das receitas, asfixiam o orçamento da República a um ponto em que, em futuro próximo, poderá não haver recursos suficientes para cobri-los. O novo regime fiscal, que estabeleceu crescimento real de despesas, dará ao Executivo federal mais R$ 138,3 bilhões para gastar no ano que vem. Deles, apenas R$ 3 bilhões estarão disponíveis para que o Executivo os aloque segundo suas prioridades. O restante estará comprometido com despesas obrigatórias, segundo estudo da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (**Valor**, ontem).

Uma parte do xeque-mate que se avizinha no jogo de xadrez orçamentário decorre das regras fiscais do governo Lula, que estabeleceu sua correção pela inflação do exercício anterior acumulada em 12 meses até junho, mais ganho real de 2,5%. A correção real mínima é de 0,6%, mas o governo tem feito um esforço para aumentar a arrecadação para custear esses gastos. Essas regras fiscais não conversam com a vinculação de duas rubricas enormes de despesas, as de saúde (15%) e educação (18% na esfera federal), atreladas à evolução das receitas correntes líquidas e receitas líquidas de impostos, respectivamente. Esses dispêndios aumentarão automaticamente com o avanço da arrecadação, que tem batido recordes nos últimos dois anos.

As principais despesas obrigatórias, referentes à previdência e a programas sociais, estão aumentando acima da inflação e dos 2,5% reais do teto permitido. O Brasil começou a envelhecer rapidamente. As despesas previdenciárias se aproximam do R$ 1 trilhão em 12 meses encerrados em junho, com um déficit de R$ 455,8 bilhões no período, incluindo os regimes dos servidores públicos e dos militares. Apenas cinco anos depois da reforma, o rombo previdenciário, mais o do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o do abono salarial, disparou porque o governo Lula reinstituiu a fórmula de correção do salário mínimo vigente em seus mandatos anteriores e nos de Dilma Rousseff — a inflação do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto de dois anos antes. O principal gasto da União, então, cresce acima da inflação.

O resultado do Tesouro de junho mostra o dilema da gestão dos gastos discricionários, que podem (em tese) ser feitos por deliberação do Executivo e nos quais estão incluídos os investimentos públicos. Em 12 meses, as despesas totais aumentaram para 20,4% do PIB, enquanto as obrigatórias foram a 18,5% do PIB e as discricionárias, a apenas 1,8% do PIB.

Os investimentos públicos, que estão sendo empurrados há tempos para fora do orçamento pelos gastos obrigatórios, chegaram a seu menor valor em 2022, último ano do governo Bolsonaro. O governo de Lula, na discussão do novo regime fiscal, criou outro tipo de vinculação, reservando um piso de 0,6% do PIB para os gastos de capital da União. O resultado, com esse acréscimo, é que 98% do orçamento são de gastos obrigatórios, cabendo ao governo, transformado cada vez mais em um mero administrador de repasses de verbas, gerir 2% das despesas.

No entanto, nem esses 2% estão “livres” de fato. As emendas parlamentares foram elevadas em 2019 de 1,2% da receita corrente líquida para 2%. No orçamento de 2024, a dotação das emendas orçadas é de R$ 49 bilhões, ou 25% dos gastos discricionários.

O presidente Lula vetou dois fatores de correção importantes para abrir algum espaço orçamentário para gastos livres. Desvincular as aposentadorias, pensões, BPC e abono salarial do salário mínimo é uma delas. A outra seria eliminar os ganhos reais na correção do salário mínimo. Uma terceira, seria encontrar uma outra forma, que não a vinculação à receita líquida, para atrelar as despesas com saúde e educação.

Os técnicos da equipe econômica avaliaram que uma nova fórmula de correção para saúde e educação — teto de 2,5% real, como para os gastos em geral — abriria um espaço de R$ 190 bilhões em dez anos para as despesas discricionárias. Se isso não ocorrer, já em 2028 as despesas discricionárias, que incluem todo o custeio do aparato público da União, ficarão restritas a R$ 11,8 bilhões, ou seja, o máquina pública será paralisada (O Globo, 20 de maio).

O orçamento para 2025 dará um pálido exemplo do que pode ocorrer no futuro. Dos R$ 138,3 bilhões de espaço adicional de gastos para o exercício, R$ 60 bilhões deverão ser consumidos pelos benefícios previdenciários, R$ 32 bilhões pelos gastos com pessoal e R$ 27 bilhões com precatórios, Fundeb e BPC, e R$ 16 bilhões de despesas com controle de fluxo (como Bolsa Família).

Além de reduzir os subsídios, que sugam 5,7% do PIB, seria necessário realizar uma reforma do orçamento para reduzir as vinculações de forma ampla, dando de volta ao governo e aos parlamentares a prerrogativa de estabelecer prioridades atuais, e não as herdadas de gastos que se perenizam sem que se avaliem seus resultados e sua eficácia. Uma avaliação ágil dos gastos orçamentários é parte importante desse conjunto renovador. Do contrário, o Estado brasileiro terá então de se endividar para pagar gastos correntes, uma regressão enorme, indesejável e que pode ser evitada.

GRUPO GLOBO
Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho
Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A
Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar
Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br) Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br) Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br) Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br) Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios Patrick Cruz patrick.cruz@valor.com.br
Editor de S.A. Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br) Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@tvalor.com.br) César Felício (cesar.felicio@valor.com.br) Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br) Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br) João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br) Lu Aiko Otta (lu.aiko@valor.com.br) Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br) Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br) Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br) Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo: Cassiano Ribeiro cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%
CARBON FREE

Mudanças na condição de crédito não estão sendo suficientes para atrair o produtor. Por **Leila Harfuch e outros**

Incentivos para a agricultura familiar estão no caminho certo?

Para o Pronaf foram alocados R$ 76 bilhões para a Safra 2024/2025, um programa de crédito subsidiado voltado à agricultura familiar. Este valor representa um aumento nominal de 6,1% em relação à safra anterior. Um aspecto positivo do anúncio foi a queda nas taxas de juros da maior parte das linhas do programa. O Mais Alimentos, principal linha de investimento, ganhou uma taxa específica para máquinas de pequeno porte (2,5% ao ano), bem como para construção de infraestrutura, como armazéns, silos e câmaras frias (3% ao ano), bem abaixo da taxa de 5% ao ano praticada na safra anterior. Tais medidas devem ser vistas com entusiasmo, uma vez que a agricultura familiar é o segmento com maior potencial para ganhos de produtividade, sendo este um importante caminho para a sua perenidade e desenvolvimento.

Também no investimento, as linhas com finalidade sustentável, voltadas à transição tecnológica para sistemas de produção mais adaptados e resilientes — Pronaf Agroecologia, Bioeconomia, Floresta e Semiárido — ganharam novos estímulos, com queda de 1 (ponto percentual) nas taxas, que passaram a ser 3% ao ano. Trata-se de outra mudança positiva, na medida em que estes subprogramas são orientados à transição produtiva e resiliência da agricultura familiar, que sente com mais intensidade os efeitos das mudanças climáticas.

É preciso que a política agrícola avance cada vez mais nesta agenda, entendendo que as práticas produtivas mais sustentáveis, como as estratégias de diversificação, o cuidado com o solo, o uso de bioinsumos, são também ganhos tecnológicos, tendo papel fundamental tanto na gestão de riscos da atividade, quanto para os riscos ambientais.

No âmbito do custeio, duas medidas anunciadas se destacam: a taxa de juros de 3% ao ano para a Faixa 1, produção de alimentos (arroz, feijão, olerícolas, leite etc) e de 2% ao ano para a Faixa 3, produtos agroecológicos, orgânicos e da sociobiodiversidade. Tais medidas se alinham à estratégia de promoção da segurança alimentar e nutricional do país, dado o importante papel da agricultura familiar no abastecimento com produtos mais saudáveis, sem insumos químicos.

MARCIO MENASCE/AGÊNCIA O GLOBO

Todavia, considerando o cenário amplo do Pronaf e dos agricultores familiares, será que estes incentivos possuem oportunidades de escala?

A partir dos dados do crédito rural, é possível observar o número de produtores e os valores totais contratados no crédito de custeio, em quatro grupos: i) Faixa 1 (produção de alimentos, ii) Faixa 3 (produtos da sociobiodiversidade), iii) soja e milho e iv) demais produtos. Os valores da safra 2023/2024 são parciais. A partir deste recorte, é possível observar o grupo foco das mudanças anunciadas. Os dados demonstram que o valor do crédito para a produção de alimentos cresce ao longo das safras, mas o número de produtores não se altera.

O destaque dos produtos milho e soja em relação aos demais ajuda a demonstrar o quanto a agricultura familiar vem se dedicando à produção de grãos. Olhando para o total de produtores, percebe-se que o montante já quase se iguala àqueles que contratam crédito para os produtos incentivados na Faixa 1. Este quadro permite atestar o quão importantes são as medidas que visam estimular a expansão da produção de alimentos.

Cabe, no entanto, refletir se a queda de 1 ponto percentual pode ser estímulo suficiente para alterar a tomada de decisão do produtor, se comparado a outros incentivos de mercado, como o preço dos grãos e comportamentos de aversão ao risco. No atual momento do Pronaf, de queda de entrantes e aumento dos produtores recorrentes, a impressão que fica é que mudanças nas condições de financiamento não estão sendo suficientes no sentido de atrair o produtor para os objetivos da política agrícola.

Do outro lado, chama a atenção o baixo peso da produção orgânica, agroecológica e de produtos da sociobiodiversidade, que na safra 2023/2024 contou com apenas 1,8 mil produtores, movimentando R$ 76,1 milhões no crédito rural. A situação ainda incipiente destas cadeias sugere a necessidade de medidas mais estruturantes, uma vez que a simples queda na taxa de juros pode não ser suficiente para a transição de sistemas de produção ou a aposta em culturas menos convencionais.

A própria inclinação das instituições financeiras ao financiamento de empreendimentos mais tradicionais, como as commodities milho e soja, pode ser um empecilho ao incentivo em questão. Para estas cadeias, medidas estruturantes anunciadas no Plano Safra como o Programa Ecoforte, que visa fortalecer e ampliar as redes de agroecologia e produção orgânica, com aportes de recursos não reembolsáveis, são um ótimo caminho e devem ser expandidas a fim de melhor estruturar este nicho.

Os incentivos no custeio no atual Plano Safra da agricultura familiar são bem-vindos, na medida que sinalizam uma maior focalização de esforços nesse público tradicionalmente marginalizado. No entanto, é importante não perder de vista os atuais desafios de inclusão de novos produtores ao programa e a crescente tendência à produção de commodities. Espera-se que as medidas gerem efeito e possam impulsionar a formação de mercados e a reorientação da agricultura familiar ao seu objetivo maior: promover a segurança alimentar e nutricional, assegurando a produção sustentável.

Leila Harfuch é sócia-gerente na Agroicone, colíder da Força Tarefa de Finanças Verdes da Coalizão e economista.
Lauro Vicari é pesquisador na Agroicone, economista e Mestre em Administração Pública.
Gustavo Lobo é pesquisador na Agroicone, economista e Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP).

Contratações do Pronaf

Total de produtores por grupo de produto - em mil

Safra	Faixa 1 (Produção de alimentos)	Outros produtos	Milho e soja	Faixa 3 (Sociobiodiversidade, orgânicos e agroecológicos)
2019/20	196,1	104,9	143,8	1,3
2020/21	193,1	105	156,2	1,3
2021/22	202,9	120	168,7	2,6
2022/23	202,4	121,1	194	1,4
2023/24	186,4	119,2	177,8	1,8

Fonte: elaborado por Agroicone com base no Sicor/BCB

Tendências na política de comércio exterior

Armando Castelar Pinheiro

A busca de um comércio internacional mais livre foi um dos principais marcos das discussões de política econômica no século XX. Essa busca começou ainda no período entre as duas Grandes Guerras, tentando reverter o forte protecionismo adotado pela maioria dos países em resposta ao quadro recessivo de então. Como logo ficaria claro — por exemplo, no fracasso da Conferência Monetária e Econômica Mundial de 1933 — esse seria um desafio bem maior do que inicialmente pensado, pela dificuldade, de um lado, de convencer os atores políticos e, de outro, de negociar tarifas individuais para produtos específicos, em que a competitividade dos países era bem diferente.

Esse processo se acelerou após a Segunda Grande Guerra, primeiro com a conferência de Bretton Woods, em 1944, de onde se originaram o FMI e o Banco Mundial, assim como as regras que governariam o sistema monetário internacional nas décadas seguintes, e, em 1947, com a assinatura do Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT, na sigla em inglês). Os Estados Unidos exerceram uma liderança importante nesse processo, refletindo sua vantagem comparativa na produção de bens manufaturados, a situação econômica favorável com que saiu da guerra e os seus interesses geopolíticos, em especial de conter a expansão do comunismo, o que em algumas situações fez o país aceitar acordos que de outra forma rejeitaria.

Outras rodadas de negociação viriam ao longo dos anos, culminando com o estabelecimento da Organização Mundial do Comércio, no início de 1995. Ajudou bastante nessa fase a popularidade de políticas econômicas mais liberais, que viria com a dissolução do bloco soviético e o abandono do comunismo, com a maioria dos países reduzindo a influência do Estado na alocação de recursos na economia. O Brasil, com seu programa de abertura comercial no final dos anos 1980 e, principalmente, no início dos anos 1990, é um bom exemplo do que ocorreu nessa fase.

Não foi, porém, um processo isento de críticas. Em especial, ele é visto como tendo favorecido as economias avançadas, focando em liberalizar o comércio de bens manufaturados, em que estas eram mais competitivas. Mas isso tem mudado nos últimos anos, conforme a vantagem comparativa na produção de manufaturados passou, em grande parte, para os países emergentes, em especial a China. É interessante observar, nesse sentido, que entre 2000 e 2023 o volume de exportações dos emergentes cresceu em média 5,4% ao ano, contra 3,1% ao ano para as economias avançadas. Entre 1980 e 2000, essas taxas haviam sido de 5,7% e 6,8% ao ano, respectivamente.

Essa é parte da explicação para as políticas comerciais mais protecionistas que vêm sendo adotadas em algumas economias avançadas, como os Estados Unidos. Em especial, Donald Trump tem prometido que, se for reeleito presidente, irá elevar as tarifas sobre as importações americanas, particularmente as vindas da China, promovendo um significativo programa de (re)industrialização via substituição de importações, um objetivo também perseguido pelo atual presidente, ainda que focando mais em subsídios aos investimentos.

Três fatores principais parecem motivar essa postura. Um, de caráter mais geopolítico, é o desejo de reduzir a integração econômica entre os Estados Unidos e a China. Outro, vem da visão de que a indústria é parte da cadeia de defesa nacional. E, um terceiro, é o potencial de votos que podem vir de políticas voltadas a gerar empregos nos Estados do Meio Oeste americano, que tendem a ganhar com essas políticas.

Se os EUA impuserem novas barreiras às importações, isso reduzirá o crescimento na Europa e na China

Há sérias dúvidas de se os Estados Unidos serão bem sucedidos nessas políticas. A visão dominante é que a proteção tarifária, junto com os estímulos fiscais, irá resultar em apreciação cambial, o que reduziria a competitividade americana. Os Estados Unidos poderiam pressionar para haver um esforço coordenado com outros países para depreciar o dólar, como nos anos 1980. Mas dificilmente teria sucesso, dado o gigantesco volume de recursos que seriam necessários para promover uma desvalorização suficiente do dólar. Algo assim só seria possível se o dólar deixasse de ser a moeda dominante nas transações comerciais e financeiras internacionais, o que dificilmente valeria à pena para os Estados Unidos.

Não obstante, se os EUA impuserem novas barreiras às importações, isso reduzirá o crescimento tanto na Europa como na China. Esta, em especial, tem dependido significativamente do aumento das suas exportações para crescer, em um quadro de baixa expansão da demanda doméstica. É um risco relevante, visto que nos últimos anos a China embarcou em um programa de elevados investimentos na produção de manufaturados, com foco em produtos intensivos em tecnologia, uma iniciativa que pode gerar elevada capacidade ociosa, na ausência de um crescimento mais forte das exportações.

Não deixa de ser estranho que, um século depois, o mundo esteja caminhando para políticas comerciais e cambiais que lembram bastante, ainda que com menos intensidade, o que se viu no entre guerras. É torcer para que o bom senso — e o internacionalismo — prevaleça antes que haja, como então, um impacto mais forte sobre a saúde da economia mundial.

Armando Castelar Pinheiro é professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador-associado do FGV Ibre e escreve mensalmente neste espaço. Twitter: @Acastelar.

Questão chave é se existe consenso político para buscar inflação baixa. Por **Stefan Gerlach**

Limites da independência dos BCs

Os bancos centrais não são principados soberanos e seus dirigentes não são príncipes soberanos. Embora a independência dos bancos centrais tenha sido essencial para a elaboração de políticas eficazes nas últimas décadas — ao dar às autoridades monetárias a cobertura política para que adotem medidas necessárias, mas possivelmente dolorosas, quando as condições assim exijam —, é quase certo que os limites desse princípio se tornarão mais claros nos próximos anos.

O motivo não é que erros catastróficos de política monetária tenham acontecido, ou que os governos queiram assumir diretamente a gestão da política monetária. De forma geral, os bancos centrais têm feito um bom trabalho e os governos sentem-se contentes em deixar que o façam.

É claro que o Federal Reserve (Fed) dos Estados Unidos e bancos centrais de outros países poderiam ter começado mais cedo uma intervenção para parar ou amenizar a disparada recente da inflação, mas a maioria dos observadores mais sensatos avalia que esse episódio era inevitável. Ele foi causado por uma série de choques excepcionalmente abrangentes e completamente inesperados para a economia mundial — em particular os da covid-19 e da invasão da Ucrânia pela Rússia. Os dirigentes de bancos centrais podem ser perdoados por não terem previsto a primeira pandemia mundial em um século e a primeira grande guerra na Europa em 80 anos.

Então, por que é que o princípio da independência dos bancos centrais está mais vulnerável? A principal preocupação é com o crescimento dos balanços dos bancos centrais — por causa dos vários anos de relaxamento quantitativo — que hoje têm levado a grandes perdas. Embora os governos considerem a independência dos bancos centrais como algo bom, em princípio, perdas que terão efeitos de primeira ordem nas finanças públicas são outra história. E isto é especialmente verdadeiro se as perdas se materializam em um momento em que a demanda por gastos públicos para a adaptação às mudanças climáticas e sua mitigação, para a competitividade estratégica e para a área da defesa aumentou de maneira massiva.

A independência dos bancos centrais é vista com frequência como uma panaceia para o tipo de inflação alta e persistente que caracterizou os anos 1970 e o início dos anos 1980. Para muitos, ela parece um almoço grátis: desinflação e estabilidade de preços a longo prazo sem quaisquer efeitos adversos sobre o crescimento e o desemprego. Mas é quase certo que os defensores da independência dos bancos centrais superestimam seu papel como garantidor de uma inflação baixa.

Os governos têm o poder de nomear a autoridade monetária, e parece lógico que não optarão por autoridades que tendam a ignorar os interesses e prioridades do governo. É por isso que dirigentes dos BCs de muitos países são ex-autoridades do Tesouro com frequência

Consideremos um cenário que contradiz essa ideia: a Autoridade Monetária de Cingapura tem conseguido uma taxa de inflação média de quase 2% desde a introdução da estrutura de sua política monetária, no início dos anos 1980. Poucos bancos centrais conseguem igualar esse histórico excepcional. E, no entanto, quatro ministros do governo de Cingapura integram o conselho da Autoridade Monetária, e não há muitas dúvidas de que o governo pode controlar a política monetária, se assim desejar. Cingapura conseguiu uma inflação baixa e estável de maneira consistente sem um regime robusto de independência do banco central.

O que mais importa para a estabilidade dos preços é a capacidade dos bancos centrais de definirem as taxas de juro e outras alavancas de política monetária conforme lhes pareça apropriado. Um apoio político firme é essencial para o objetivo de manter a inflação baixa; mas a independência jurídica total não parece ser uma condição necessária para conseguir isso.

Além disso, quando os economistas mensuram a independência dos bancos centrais, o próprio Fed tem uma pontuação bastante baixa — pior do que a dos bancos centrais de muitos países latino-americanos mais suscetíveis à inflação —, mas em geral ele é visto como um banco que faz um bom trabalho para garantir a estabilidade dos preços. Mais uma vez, a questão chave é se existe um consenso político contra interferir na atividade do banco central de buscar uma inflação baixa.

Os bancos centrais são rápidos em lembrar que seu objetivo é garantir preços estáveis, e não gerar receitas para o governo. Embora esta seja uma afirmação verdadeira, ela é um pouco ingênua. Quando a independência dos bancos centrais foi adotada em todo o mundo, há um quarto de século, ninguém previa que os lucros e perdas dos bancos centrais teriam muita importância para as finanças públicas. Mas grandes perdas importam sim, e com a mudança da situação, os políticos podem começar a acreditar que o consenso em torno da independência do banco central e a forma que ela assume também precisam mudar.

Os governos têm o poder de nomear os responsáveis pela política monetária, portanto parece lógico que não escolherão autoridades que tendam a ignorar os interesses e prioridades do governo. É por essa razão que dirigentes dos bancos centrais de muitos países frequentemente vêm das fileiras de ex-autoridades do Tesouro.

Os bancos centrais fariam bem em serem mais sensíveis às consequências que suas ações podem ter para as finanças públicas. Em última análise, essa pode ser a única forma de proteger sua liberdade de alinhar a política monetária com seu mandato de garantir a estabilidade de preços. ***(Tradução de Lilian Carmona)***

Stefan Gerlach economista-chefe do EFG Bank em Zurique, foi diretor executivo da Autoridade Monetária de Hong Kong e vice-governador do Banco Central da Irlanda. **www.project-syndicate.org**

Frase do dia

"Eu sei como é devastador a inflação na vida do trabalhador. O que interessa é inflação baixa e economia crescendo".

Do presidente Lula, na abertura de reunião ministerial, ontem

Cartas de Leitores

Venezuela

Celso Amorim, o eterno emissário do presidente da República, teme por uma guerra civil na Venezuela. Em primeiro lugar, importante essa declaração porque tacitamente reconhece a legitimidade das reclamações da oposição venezuelana.

Mas, para haver uma guerra civil é necessário ter dois lados de um conflito armados. Ocorre que o porte e a posse de armas na Venezuela é proibido. Assim, como só o lado do regime tem a capacidade de mobilização armada, o que seria razoável esperar é uma reação do regime Maduro semelhante ao que vimos no Chile de Augusto Pinochet e não ao que vimos, por exemplo, na Nicarágua.

Aliás, esse processo pinochetiano já se iniciou. Pessoas estão sendo presas a rodo por expressar suas opiniões contra o regime e muitos temem pela vida da líder da oposição.

Assim, cada minuto de silêncio do Executivo federal faz crescer as pretensões do regime de Nicolás Maduro e a chancela brasileira às crescentes violações de direitos humanos no país vizinho.

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

Educação no trânsito

As secretarias de Educação dos Estados e municípios precisam implementar a educação no trânsito nas escolas conforme estabelece a BNCC, Base nacional Comum Curricular do Ministério da Educação brasileiro.

A violência no trânsito brasileiro tem causado mais mortes do que muitas guerras e deixado sequelas psicológicas e prejuízos psíquicos irreparáveis para milhares de famílias. A quantidade de veículos e pessoas nas ruas dobrou nos últimos anos, enquanto as calçadas e ruas ficaram mais estreitas.

Preparar cidadãos para o trânsito é uma estratégia que poupará enormes gastos em saúde pública e com cidadãos cordiais e atentos ao trânsito.

Daniel Marques
danielmarquesvgp@gmail.com

Trump acuado

Parece que o céu volta a ser de brigadeiro nas hostes democratas. Depois que Joe Biden renunciou a sua candidatura à reeleição e da indicação para disputa a Casa Branca da sua vice Kamala Harris, dá a impressão que o falastrão ex-presidente Donald Trump se sente acuado, até sem discurso, pelo crescimento da sua opositora nas pesquisas de opinião.

Kamala Harris não encontrou divergências em seu partido democrata para poder escolher como seu vice o moderado governador de Minnesota, Tim Walz, muito afinado com os programas do partido. Oxalá Kamala seja vitoriosa em novembro próximo, afastando de vez da cena política esse radical e nada democrático Donald Trump.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Celulose
Suzano mantém plano de crescer no exterior, conta Beto Abreu, novo presidente B3

Tecnologia
Reino Unido vai investigar investimento da Amazon na Anthropic B4

Esporte
Projeto visa popularizar golfe no Brasil de olho nas próximas Olimpíadas B5

Agronegócio
Nutrien troca diretoria financeira após perdas com derivativos B7

Beleza Investimentos somam R$ 3,3 bilhões e preveem ampliar unidade paranaense e logística

Grupo Boticário terá nova fábrica em MG e vai aumentar produção em 50% até 2028

Ana Luiza de Carvalho
De São Paulo

O grupo Boticário anunciou plano de investimento de R$ 3,34 bilhões para os próximos quatro anos — o maior de sua história. Deste total, R$ 1,8 bilhão será para a construção de uma nova fábrica, que será instalada em Pouso Alegre (MG). A nova unidade deve aumentar em 50% a capacidade produtiva da companhia.

"Estamos investindo em todas as operações, mas a abertura de uma nova fábrica em Minas Gerais é um novo ciclo e vai expandir muito a produção. Minas é um Estado importante, tem o terceiro maior volume de vendas e todas as marcas presentes, além de ser uma localização estratégica no Sudeste", disse ao **Valor** Fernando Modé, presidente do grupo.

De 2021 para cá, a companhia de beleza tem focado sua estratégia no aumento da capacidade produtiva. O grupo já tinha anunciado aportes de R$ 800 milhões na fábrica de Camaçari (BA) há três anos, que somados aos novos aportes totalizam R$ 4,14 bilhões.

A principal fábrica da companhia, instalada na cidade de São José dos Pinhais (PR), também vai receber investimento adicional de R$ 840 milhões para ampliar a produção local em 40%. Outros R$ 700 milhões serão destinados para logística de distribuição de produtos da empresa.

Um dos maiores grupos de beleza do Brasil ao lado da Natura, o Boticário pretende inaugurar a nova fábrica em 2028. Essa unidade será responsável pelas linhas de produção do segmento de hidroalcoólicos, que incluem perfumes e desodorantes, e também de cremes e loções. Já os itens de maquiagem seguirão com produção exclusiva na matriz de São José dos Pinhais (PR).

Segundo Modé, a companhia já opera em Minas Gerais um centro de distribuição em Varginha, inaugurado em 2019. De acordo com o executivo, a proximidade da cidade, a 130 quilômetros de Pouso Alegre, foi um dos fatores que motivou a decisão da nova fábrica.

O executivo afirmou que também foram avaliados, por exemplo, a disponibilidade de mão-de-obra, localização de fornecedores, qualidade da água da região e suprimento de matéria-prima. "Esse processo é bem sofisticado hoje, há uso de inteligência artificial e há mais ou menos duas mil variáveis analisadas."

Ele aponta que a indústria mineira é bem desenvolvida e concentra alguns dos principais fornecedores de embalagens da companhia. O cenário é diferente da fábrica de Camaçari (BA), em que a instalação da fábrica do grupo em 2014 desencadeou uma mudança no cenário econômico movimentado pela indústria petroquímica à época.

O maior mercado do grupo é São Paulo. Os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro se alternam na vice-liderança a depender do ano. Em 2024, Minas é o terceiro maior mercado da companhia.

Além das fábricas de Pouso Alegre (MG), Camaçari (SP) e São José dos Pinhais (PR), o Boticário controla ainda uma quarta unidade em São José do Rio Preto (SP). O ativo foi adquirido em 2022, junto à marca Truss, e segue dedicado exclusivamente à produção do portfólio de produtos capilares profissionais.

Os recursos para esse novo ciclo de investimento serão levantados por meio de contratação de dívida, sem a previsão de retirada robusta do caixa da empresa. "Será capital de terceiros, tudo de acordo com nossa estrutura de capital. Não devemos ter nenhuma pressão adicional sobre a estrutura já definida", disse Modé.

O executivo tinha afirmado, em entrevista em maio, que a estrutura de capital da companhia atualmente "está longe de ser uma questão", descartando a possibilidade de uma oferta inicial de ações a curto prazo.

O Boticário não divulga balanço financeiro, mas informa que no ano passado a receita somou R$ 30,8 bilhões, alta de 30,5% em relação a 2022. O indicador utilizado foi volume bruto de mercadoria (GMV), comum às atividades de marketplace, e soma as venda próprias e as vendas de outros fabricantes no e-commerce Beleza na Web.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Modé, CEO do grupo, afirmou que a companhia já opera em um centro de distribuição em Varginha, um dos fatores que motivou a escolha por Pouso Alegre

Para o sócio da consultoria TCP Partners, Roberto Jacomassi, o novo investimento do Boticário possibilitará atender a demanda no mercado interno, além de possibilitar um eventual crescimento das exportações. "Minas Gerais hoje é um canteiro de investimentos em mineração, logística e indústria. A localização da nova fábrica deve atender aos mercados do Centro-Oeste e parte do Nordeste, em linha com as expansões vistas em diversos setores.

> A companhia tem focado a estratégia no aumento da capacidade produtiva

De acordo com Jacomassi, o mercado de cosméticos brasileiro deve seguir disputado majoritariamente pelo Boticário e pela Natura, visto que não há um terceiro concorrente com patamar de faturamento próximo.

O setor, porém, está passando por um momento de consolidação com fusões e aquisições de indústrias menores, o que viabiliza crescimento das companhias para além de buscar um faturamento bilionário.

Leonardo Cyreno, da AGR Consultores, aponta que os investimentos de R$ 700 milhões em logística também indicam que a companhia está se preparando para um período de crescimento de vendas. "A parte de malha de distribuição, eficiência logística, fiscal e demais aspectos de logística vai ser essencial para os próximos passos da indústria de cosméticos, que tem uma venda muito pulverizada."

> Recursos para novo investimento serão obtidos por meio de contratação de dívida

Na avaliação dele, a escolha por Minas também está alinhada aos investimentos logísticos, considerando a localização estratégica as demais regiões do país. Cyreno aponta ainda que, apesar das diferenças relativas a canais de vendas e particularidades de portfólio, Boticário e Natura seguem em posicionamento privilegiado na indústria e varejo do setor de cosméticos no Brasil. "É um segmento com muita inovação, mas não há uma tendência fora do que já está se vendo. Esse é um movimento de preparação das empresas para absorver essa demanda e essa capacidade de crescimento."

Destaques

Lucro da Magazine Luiza

A Magazine Luiza registrou lucro de R$ 23,6 milhões no segundo trimestre, revertendo prejuízo de R$ 301,7 milhões apresentado um ano antes. Na mesma base de comparação, as receitas avançaram 5,1%, para R$ 9,01 bilhões. A empresa ressalta o aumento de 11,2% na receita de serviços, com destaque para o crescimento do "marketplace" e dos seguros vendidos nas lojas. As vendas totais, incluindo o "marketplace", somaram R$ 15,38 bilhões, alta de 4,5%, reflexo do aumento de 0,9% no "e-commerce" total e de 14,2% nas lojas físicas. As vendas mesmas lojas físicas ficou em 15,6%, enquanto a participação do comércio eletrônico total nas vendas foi de 70,4%, abaixo dos 72,9% de um ano antes. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) somou R$ 655 milhões, avanço de 130,7% sobre R$ 283,9 milhões do segundo trimestre de 2023. A margem Ebitda avançou de 3,3% para 7,35%.

Cresce venda de cimento

As vendas de cimento cresceram 6,6% no país em julho, na comparação com o mesmo mês do ano passado, para 5,9 milhões de toneladas. Ante junho, o aumento é de 9,2%. Os dados foram divulgados do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (Snic). As vendas de cimento por dia útil tiveram dinâmica diferente, com crescimento de 0,5% sobre julho de 2023 e queda de 2% na comparação com junho deste ano. Foram comercializadas, em média, 234 mil toneladas por dia. De janeiro a julho, 36,4 milhões de toneladas foram vendidas no país, alta de 2% sobre o mesmo período de 2023. No acumulado de 12 meses, o aumento é de 1,3%, para 62,9 milhões de toneladas de cimento. O Snic destacou em nota que a indústria registrou pela primeira vez neste ano crescimento de vendas em todas as regiões do país, "reflexo da sazonalidade da maior comercialização do cimento no segundo semestre".

Vinci, Advent e Mubadala estão na disputa pela Outback no Brasil

Restaurantes

Fernanda Guimarães e Adriana Mattos
De São Paulo

Os fundos de private equity (que compram participação em empresas) Vinci e Advent e o fundo soberano de Abu Dhabi Mubadala estão na disputa para a compra das operações da Outback no Brasil, apurou o **Valor**. A decisão da venda do ativo brasileiro se deve às dificuldades financeiras de sua atual controladora, a Bloomin' Brands.

O mandato de venda do ativo está nas mãos do Bank of America, que tem sondado os potenciais interessados. Segundo fontes, o desfecho do negócio ainda levará alguns meses.

Os três fundos têm conhecimento no setor. O Mubadala, por exemplo, tem se debruçado em construir no Brasil uma conglomerado de franquias do setor alimentício sob o guarda-chuva da Zamp, dona do Burger King e Popeyes no país. Está, em paralelo, em negociações para a compra da Subway no Brasil, após a derrocada do fundo SouthRock.

A Vinci, por sua vez, tem em seu portfólio a rede de pizzaria Domino's e o Burger King já foi um de seus investimentos. O Advent já foi investidor da IMC, do Frango Assado e KFC.

Vice-presidente executivo de estratégia global de clientes e de Brasil da Bloomin' Brands, Pierre Berenstein, disse ao **Valor** em entrevista recente que a venda do Outback no Brasil é uma das "alternativas em análise" e que se não encontrarem um comprador nas condições "adequadas", a companhia manterá a operação.

Os recursos com a venda, de acordo com a empresa, podem ser para a redução de dívidas do grupo controlador, também na recompra de ações na bolsa americana ou em reinvestimentos nos Estados Unidos.

Nesta semana, a Bloomin' Brands reportou resultados fracos, com um lucro de US$ 28,4 milhões no segundo trimestre, queda de 58,4% na comparação anual. Já as receitas de US$ 1,12 bilhão, entre abril e junho, representam redução de 2,9%, ainda na relação anual.

> **58,4%** foi a queda no lucro da Bloomin' Brands

A Outback afirmou que anunciou em maio que está "avaliando alternativas estratégicas para nossas operações no Brasil". "Estamos entusiasmados com o interesse demonstrado em nosso negócio e forneceremos atualizações à medida que houver novidades. Reafirmamos que o Outback Steakhouse é uma empresa com grande valor de longo prazo e continuará operando no Brasil", frisou, em nota ao **Valor**.

A Advent, Vinci e Mubadala não comentaram.

INÊS 249

Varejo Analistas ainda veem balanço fraco, apesar de plano interno dar sinais de avanços

Na busca da 'virada', Casas Bahia ganha margem, mas perde venda

TUANE FERNANDES/BLOOMBERG

Varejista reduziu 10 mil cargos, cerca de 22% do total de empregados, incluindo corte de 40% na alta cúpula, como parte de um plano 'ousado' de retomada

Adriana Mattos
De São Paulo

O grupo Casas Bahia deu sinais mais animadores nos últimos meses, pelo tom dos relatórios dos analistas publicados após a divulgação do balanço do segundo trimestre, mas a rede ainda precisar trilhar um caminho longo para convencer o mercado de que há uma mudança sustentável mais próxima.

Pelo balanço, a rede alcançou lucro líquido de R$ 37 milhões de abril a junho, versus perda de R$ 492 milhões um ano antes — trata-se do primeiro lucro desde o segundo trimestre de 2022. Foi, no entanto, um resultado que refletiu, em parte, efeitos não recorrentes da renegociação de dívidas, que ocorreu por conta da recuperação extrajudicial, pedida em junho.

A receita líquida sentiu a reorganização interna, inclusive o fechamento de 60 lojas em cerca de um ano — e, com isso, a venda caiu 13,5%, para R$ 6,5 bilhões.

Na visão de analistas do Citi, a melhora na lucratividade é positiva, e pode refletir as medidas internas tomadas pela gestão no ano, porém segue preocupante o recuo de vendas, mesmo que isso esteja dentro do programado. Para a XP, a rentabilidade crescendo é boa notícia, e as tendências são melhores, mas o balanço ainda parece fraco. O BTG calculou que, como a rede teve o efeito positivo do reperfilamento de dívidas, sem esse efeito, ela teria tido um prejuízo de R$ 384 milhões no trimestre.

A ação fechou o dia com forte alta de 24,3%, com parte dos investidores acreditando num otimismo maior com a rede, e parte, vendo uma reação ao alto volume de papéis circulando no mercado, algo que abre espaço para maior volatilidade da ação, cotada a R$ 1.

Ontem, em teleconferência, o comando defendeu o amadurecimento de iniciativas do plano de reestruturação, iniciado em 2023, que levaram a rede a alcançar 92% dos produtos com estoques de até 90 dias (em 2022, superava 100 dias) e a reduzir despesas internas, após um corte de 22% dos postos da empresa desde 2023. A produtividade de vendedores em lojas subiu 19% e houve uma queda de perdas com produtos de 9%.

> "Tem que ver o que vale aumentar venda e o que vale ganhar margem" *Renato Franklin*

Franklin disse que 54% das lojas tiveram melhora na margem de um ano para cá, e em 12% das unidades o aumento foi maior que cinco pontos percentuais.

O foco continua sendo privilegiar rentabilidade, mas a companhia adotou um tom cauteloso sobre esse tema. Renato Franklin, CEO do grupo desde 2023, disse que a alta nas margens será gradual, apesar do segundo trimestre com índices melhores. Isso deve ocorrer mesmo que em detrimento de venda, porque a cadeia, "não vai abrir mão de margem líquida para crescer", afirmou.

"Nós ouvimos, 'ah, mas receita está baixa', só que temos que ver se vale aumentar venda ou não, dentro do que dá resultado. Aí com isso, claro, você gera valor. Porque isso é meio 'trick' [enganoso], porque você acha que vender mais vai gerar valor, mas isso nem sempre é assim", disse ele.

"Nós nos blindamos das pressões de mercado que vinham nessa linha de só privilegiar o que dá venda", disse.

A margem bruta subiu de 29,2% para 30,7% entre segundo trimestre de 2023 e 2024, e a margem Ebitda ajustada, foi de 6,3% para 7% — esse índice mede lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação. No caso da margem líquida, saiu de um negativo de 6,6% para um positivo de 0,6% no período.

Franklin também disse que a rede também está se "prendendo menos em margem bruta", diz. "Porque você às vezes faz algo que melhora isso, mas que não gera Lair [lucro antes do imposto de renda e contribuição social]. Eu falo isso a meu comercial, eu digo, 'meu amigo, não quero margem bruta, quero que dê impacto em todas as linhas'. É uma mudança cultural", disse.

Entre as medidas tomadas, o comando ainda mencionou, de 2023 para cá, o fechamento de quatro centros de distribuição, além das 60 lojas encerradas. Houve o corte de 40% nos cargos de liderança, que se somaram aos 10 mil postos de trabalho reduzidos, de um total de 45 mil empregados que existiam no fim de 2022. O grupo tem 1.073 lojas, sendo 939 Casas Bahia e 134 Ponto Frio. Um ano antes, era pouco mais de 1,1 mil unidades.

A empresa ainda saiu, desde 2023, de 23 categorias vendidas por ela no marketplace, deixando segmentos que elevavam custo e estavam foram do "core".

Na ponta do lápis, esse processo vai gerando retornos paulatinos, e não caminha em linha reta. As despesas com vendas, gerais e administrativas, por exemplo, ainda caíram menos que a receita, o que afeta a alavancagem operacional. Mas por conta de uma diminuição na linha de "outras despesas", a queda total das despesas foi maior que o recuo da venda.

> **24,3%** foi a alta do preço das ações da rede

A Casas Bahia ainda vê espaço para até R$ 2,5 bilhões de ganhos com plano de transformação, e a previsão era de até R$ 1,8 bilhão, dentro desse pacote de melhorias do plano em curso. "Sabemos que foi um plano ousado e agressivo e fomos desafiados quanto à capacidade de execução e sabíamos que teria um risco de desalavacagem operacional [despesas crescerem mais que receita], mas isso não ocorreu", disse.

A varejista chamou a atenção para a existência de um mercado ainda difícil, apesar da recuperação de produção que a indústria, por meio da Eletros, ter informado frente a 2023. "Não há crescimento estrutural do mercado, e ainda há defesa da margem no setor. Ainda tem muita instabilidade política e econômica no país e no mundo".

Receita Federal investiga importação irregular de vinho de luxo

Bebidas

Helena Benfica
De São Paulo

O restaurante paulistano Tuju, detentor de duas estrelas Michelin, e a importadora Clarets foram alvo da Operação Bordeaux, realizada na quarta-feira (7) pela Receita Federal. A ação, que investiga a importação irregular de garrafas de vinhos de luxo, apreendeu 450 rótulos nos dois locais, com valor estimado de R$ 1 milhão, segundo o órgão.

O nome da operação faz referência à famosa região francesa onde são produzidos alguns dos rótulos apreendidos. Além da apreensão das mercadorias, os responsáveis serão processados pelo crime de descaminho e outros correlatos.

Em nota, a Receita Federal diz que a ação se concentrou em um "grupo econômico para o qual foi verificada a venda de vinhos de luxo de alto valor, fruto de importação irregular".

Localizado no bairro Jardim Paulista, o Tuju é fruto de uma sociedade entre o chef Ivan Ralston, que comanda a cozinha do restaurante, e sócios da Clarets. A casa reabriu ano passado, após um hiato de três anos. Antes ela estava localizada na Vila Madalena, na zona oeste da cidade.

Em nota, o restaurante diz que sua adega conta com cerca de 5 mil rótulos e que 352 deles foram recolhidos pela Receita. As garrafas, segundo o restaurante, foram "regularmente compradas" no Brasil através da importadora Clarets.

Procurado pela reportagem, Guilherme Lemes, sócio da Clarets e do Tuju, diz que os 352 rótulos apreendidos no restaurante são vinhos "antigos e raros do seu acervo pessoal" e que foram vendidos por ele ao estabelecimento na inauguração da casa. Segundo Lemes, o restante da adega "estava em perfeita conformidade".

> Operação em SP apreendeu 450 rótulos em dois locais, com valor estimado de R$ 1 mi

No caso da importadora, onde foram apreendidos outros 98 rótulos, Lemes diz que as garrafas estavam retidas em sua sala, uma vez que esses vinhos de luxo também pertenciam ao seu acervo pessoal. "Todo o restante do estoque que foi vistoriado e não teve nenhuma desconformidade."

Após a operação, o Tuju cancelou a quarta edição do evento "O Melhor dos Estados Unidos", um jantar com degustação de vinhos para 17 convidados que seria realizado nesta quinta-feira (8). Os ingressos custavam R$ 14.900, mais 15% de taxa de serviço, e os valores serão reembolsados.

O restaurante alega que "havia sido apenas contratado [pela importadora] para operacionalizar o jantar". De acordo com o estabelecimento, o Tuju irá funcionará normalmente para clientes e reservas.

O consumo regular de vinho no Brasil sofreu uma transformação intensa nos últimos anos, pontua Diego Bertolini, especialista de mercado e sócio-proprietário do grupo Venda Mais Vinho. "Fomos de 21 milhões de consumidores regulares em 2015 para 51 de milhões em 2022", afirma.

Em busca de novas experiências, as importações da bebida também vem crescendo. Segundo Bertolini, mesmo com o câmbio desvalorizado, a compra de vinhos estrangeiros cresceu 7% no primeiro semestre. No caso de vinhos premium e superpremium, como os recolhidos na operação da Receita, o incremento foi de 33%.

Nesse contexto, o contrabando se fortalece como uma prática criminosa para driblar o pagamento de impostos. Em 2023, a Receita Federal apreendeu mais de 5 milhões de garrafas de bebidas alcoólicas que entraram de forma irregular no Brasil, o que equivale a cerca de R$ 63 milhões.

Paulo Solmucci, presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), destaca que, no caso do vinho, o comércio irregular é mais intenso na região Sul do país e pela pessoa física, com foco em rótulos argentinos.

Para além dos prejuízos financeiros e da concorrência desleal, a falsificação de importados é um problema sério gerado pelo contrabando, diz Bertolini. "Temos muitos casos de pessoas intoxicadas com produtos falsificados."

Olimpíadas: mais que inspiração, um alento

Esporte

Isabel Clemente

Você conhece alguém que não tenha se emocionado com o sorriso de nossas ginastas medalhistas? Que não se comoveu com as lágrimas do nadador decepcionado consigo mesmo? Com a obstinação da judoca Rafaela Silva que venceu "na base do ódio", mas era puro amor? Quem não ficou com vontade de abraçar a Bia Souza depois que ela conquistou a primeira medalha de ouro do Brasil em Paris?

Nós que estamos longe das arenas e dos palcos dificilmente seremos alvo de tanta reverência. Nenhum desconhecido vai se emocionar porque você concluiu uma venda fabulosa ou venceu um desconhecido e difícil caso na Justiça. Nós, no máximo, conseguimos aplauso metafórico quando fazemos algo digno de nota porque ninguém bate palmas quando cumprimos nossas tarefas — ainda que nos custem.

Apesar de não usufruirmos do glamour dos atletas olímpicos, temos muito em comum. E não estou falando dos ganhos emocionais ou físicos da prática esportiva. Eu me refiro às metas descabidas e às vezes regras que só você e seus pares entendem, ou nem vocês.

No dia em que você estiver se questionando sobre a importância da sua função para o mundo, reflita sobre a aplicabilidade do salto com vara. Invadir propriedade alheia? No dia em que te fizerem um pedido absurdo, lembre que o pessoal da canoagem slalom precisa prender o fôlego, virar e desvirar dentro d'água antes de seguir na competição. Para quê, me diz, para quê?

Quando você desanimar com seus esforços sem sentido, dê uma espiada nos vídeos do curling, modalidade dos Jogos de Inverno também conhecida como o "xadrez do gelo". Um atleta mira e lança a "pedra" sobre a pista de gelo enquanto o outro sai na frente limpando o caminho com uma espécie de rodo para diminuir o atrito e garantir que a pedra atinja o alvo. Usarão a técnica para limpar o chão de casa?

Se precisar de incentivo, inspire-se na alegria da equipe brasileira do skate. Parecia estar lá pelo prazer de se divertir, rindo das manobras bem-feitas e das quedas. O Japinha ainda fazia malabarismo antes e depois das provas, sem saber que levaria o bronze no final, como Rayssa, que segue fazendo história no mesmo esporte.

Esportes são apaixonantes, inclusive porque, para nós que só torcemos, a coisa é bem irracional. A notícia boa é que há vantagens nesse ato desprovido de interesse.

No livro "Fans have more friends" (Fãs têm mais amigos), os autores David Sirkojac e Bem Valenta argumentam que ser fã de esportes é uma excelente estratégia para combater a solidão. "E se lhe disséssemos que fãs apresentam índices mais robustos de bem-estar, felicidade, confiança e otimismo do que os não-fãs? E se lhe disséssemos que fãs tendem a confiar mais nos outros e nas instituições?" São algumas das provocativas perguntas de apresentação desse livro.

Os autores mediram o que parece inquantificável: o que acontece nas arquibancadas, e não em campo. Aqui as histórias afloram. Memórias remotas da infância ao lado de pais e avós, a paixão por um clube transmitida por gerações, a cumplicidade entre pai e filhos, os momentos especiais acompanhados de cheiros (de pipoca), cores (dos times) e som (da algazarra). Ser torcedor moldou a identidade de muita gente.

Resta saber se nossa torcida bissexta pelas Olimpíadas rende os mesmos benefícios da torcida frequente. Espero que sim. Do sofá, com a família, vibrei com manobras de nomes esquisitos do skate. Eu me emocionei até com a chegada da marcha atlética. E com o salto com vara, ora. Torcer desperta alegrias, frustrações, humor, o pior e "o melhor de nós", como sugeriu o repórter Thiago Medeiros diante da menina que, na torcida por Rebeca Andrade, confessou, "tio, amei que ela caiu", quando a adversária chinesa falhou. Nos sentimos mais humanos.

"O melhor de nós" é o que o esporte ajuda a resgatar quando nos faz torcer por esse pessoal que exala disciplina na concentração, mas, no fundo, está pensando em comida. Rebeca Andrade, obrigada por aquela entrevista. A vida fica mais fácil quando entendemos que sorriso vale pontos, e não se levar a sério também.

Isabel Clemente é formada em Jornalismo pela PUC-Rio e mestre em Escrita Criativa pela Royal Holloway, University of London
E-mail
isabelclemente.writer@gmail.com

Balanço Companhia anuncia resultado negativo de R$ 2,6 bilhões na primeira divulgação trimestral da gestão de Magda Chambriard

Petrobras registra primeiro prejuízo em quase quatro anos

Kariny Leal, Fábio Couto e Rafael Rosas
Do Rio

GABRIEL DE PAIVA/AGÊNCIA O GLOBO

Chambriard: variação cambial não teve efeito no caixa nem no patrimônio da empresa, mas sim na contabilidade

Pela primeira vez desde setembro de 2020, a Petrobras fechou um trimestre com prejuízo. Ontem, na primeira divulgação de resultados da gestão de Magda Chambriard, a companhia anunciou, na última linha do balanço, um resultado final negativo em R$ 2,6 bilhões. Fatores extraordinários como a desvalorização do real frente ao dólar e provisão envolvendo acordo tributário com a Fazenda impactaram o lucro líquido, sem efeito sobre o caixa, informou a Petrobras. Apesar do prejuízo, a empresa divulgou o pagamento de R$ 13,57 bilhões em dividendos aos acionistas, sendo parte do valor oriundo de reserva de capital criada no ano passado.

No fim de junho, o dólar se valorizou 11,2% em relação ao real. A desvalorização da moeda brasileira no período teve efeitos negativos no resultado financeiro da companhia. A Petrobras S.A., no Brasil, tem dívidas em dólar com subsidiárias integrais do grupo no exterior e, quando a moeda americana sobe, há uma piora no balanço financeiro da holding, uma vez que a moeda operacional da empresa no país é o real. A Petrobras informou que a variação cambial impactou o resultado contábil devido a obrigações em dólar entre empresas do sistema Petrobras.

Chambriard disse, no comunicado do resultado, que a variação cambial não teve efeito no caixa nem no patrimônio da empresa, mas impactou a contabilidade interna da companhia. Fernando Melgarejo, diretor financeiro da Petrobras, acrescentou: “O resultado líquido do trimestre deve ser analisado à luz de eventos que impactaram o resultado contábil, mas sem impacto relevante no caixa da empresa.”

Outro fator que pesou foi o acordo com o Ministério da Fazenda que pôs fim a litígio da estatal com o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), por tributação de remessas ao exterior para pagar afretamento de embarcações. A Petrobras fez provisão de cerca de US$ 2,1 bilhões envolvendo o acordo com o Carf.

> “Resultado não teve impacto relevante no caixa da companhia”
> *Fernando Melgarejo*

A receita líquida da Petrobras no segundo trimestre ficou em R$ 122,25 bilhões, alta de 7,4% ante igual período do ano passado. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) caiu 12,3%, a R$ 49,7 bilhões, na comparação anual. A dívida líquida no fim de junho ficou em US$ 46,16 bilhões, 9,4% acima da apurada um ano antes.

O último prejuízo da Petrobras havia sido registrado no terceiro trimestre de 2020, na pandemia, quando teve queda de receitas por fatores como adesão a programas de anistia tributária e recompra de títulos. Antes, no primeiro trimestre de 2020, a empresa havia registrado resultado ainda pior, com prejuízo de R$ 48,52 bilhões (*ver quadro ao lado*).

Na ocasião, o resultado refletiu baixa contábil por perda no valor de ativos e investimentos (“impairment”) de R$ 65,3 bilhões no período, em meio ao choque dos preços do petróleo no mercado externo a partir de março de 2020. Até então, o pior resultado da estatal havia sido no quarto trimestre de 2015, de R$ 36,94 bilhões, também puxado por baixas contábeis na gestão de Aldemir Bendine, no governo Dilma Rousseff.

Quanto à distribuição de R$ 13,6 bilhões em dividendos, parte dos recursos, R$ 6,4 bilhões, virá da reserva estatutária de R$ 22 bilhões relativa aos dividendos extras de 2023. No segundo trimestre, a companhia teve caixa para remunerar os acionistas. Ainda assim, R$ 15,5 bilhões vão continuar na reserva de capital criada pela empresa.

A remuneração aos acionistas corresponde a R$ 1,05320017 por ação ordinária e preferencial em circulação e o pagamento será feito em duas parcelas. A primeira será no dia 21 de novembro, no valor de R$ 0,52660009 por ação, sendo R$ 0,11384838 sob a forma de dividendos e R$ 0,41275171 sob a forma de juros sobre o capital próprio. A segunda parcela, no valor de R$ 0,52660008 por ação será paga no dia 20 de dezembro.

A Petrobras revisou a projeção de investimentos para 2024, para a faixa entre US$ 13,5 bilhões e US$ 14,5 bilhões. Os valores consideram de US$ 11,1 bilhões a US$ 12,1 bilhões em exploração e produção.

Resultados recentes da estatal
Último prejuízo havia sido em 2020 - Em R$ bilhões

60
50
40
30
20
10
0
-10
-20
-30
-40
-48,5
59,9
54,3
-2,6
1º tri/20
4º tri/20
2º tri/22
2º tri/24

Fonte: Petrobras

Suzano vai manter estratégia de crescer no exterior, diz novo CEO

Stella Fontes
De São Paulo

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Beto Abreu: Caixa adicional permite executar estratégia com mais velocidade

A Suzano seguirá buscando a internacionalização de suas operações, em um movimento que atende sobretudo à estratégia de avançar na cadeia de valor em meio às oportunidades hoje limitadas de crescimento no mercado brasileiro, dado o tamanho que a companhia assumiu, disse ao **Valor** o novo presidente, Beto Abreu. O executivo está no comando da maior produtora de celulose do mundo desde 1º de julho, em substituição a Walter Schalka, que foi para o conselho de administração.

Depois de registrar um segundo trimestre “muito forte” em termos de resultados, conforme o executivo, a companhia vai se beneficiar da geração de caixa adicional com o início de operação da unidade Cerrado, em Mato Grosso do Sul, e terá condições de acelerar essa estratégia. “A companhia passa a ter 20% a mais em volume e menos desembolsos com investimentos, o que permite um novo ciclo de crescimento.”

Antes mesmo do início de operação de Cerrado, uma fábrica de 2,55 milhões de toneladas anuais de celulose, a Suzano foi às compras no mercado internacional e deu início ao processo de desalavancagem financeira, que subiu com o investimento de R$ 22,2 bilhões no projeto. De acordo com o novo presidente, a companhia tem uma estratégia “clara” em relação a avenidas de crescimento e, com Cerrado, mantém posição de relevância em fibra curta, responsável por um terço do mercado global.

O plano é manter essa posição no longo prazo, mas também avançar na cadeia de valor. “A internacionalização é uma forma importante de fazer isso, visto que já não tem tanta oportunidade assim no mercado brasileiro”, explicou. “Queremos dar continuidade a essa estratégia, que é robusta, observando as premissas de geração de valor, retorno adequado e busca por ativos em que seja possível mostrar diferenciais competitivos, que possam ser escalados”.

> **20%**
> **é a alta na produção com projeto Cerrado**

Conforme o executivo, a aquisição recente de duas fábricas da americana Pactiv Evergreen, por US$ 110 milhões, permite testar aquele mercado e a Suzano seguirá avaliando oportunidades. Já com a compra de 15% da Lenzing, afirmou o vice-presidente financeiro, relações com investidores e jurídico, Marcelo Bacci, a Suzano entra no setor têxtil e mostra que vai se posicionar em produtos de maior valor agregado, e não só na ponta inicial, a celulose solúvel, neste caso.

Além de permitir a aceleração da estratégia de internacionalização, a entrada em operação de Cerrado deve dar ritmo à desalavancagem financeira da companhia ao longo do segundo semestre. “Foi um trimestre muito forte, fruto da melhoria de preços da celulose, com demanda bastante robusta na Europa e nos Estados Unidos, e alguns desafios na China”, afirmou Abreu. No intervalo, a companhia vendeu 2,5 milhões de toneladas da fibra de eucalipto, 6% acima do volume vendido nos três primeiros meses do ano e crescimento de 1% na comparação anual.

“Não houve alteração dos estoques. A Suzano vendeu basicamente tudo o que produziu”, afirmou Bacci. Segundo ele, a companhia não pretende alterar a estratégia de proteção do fluxo de caixa (hedge), que adotou já há alguns anos, em função de oscilações pontuais nos resultados, sem efeito caixa, como as vistas no segundo trimestre. No intervalo, apesar do forte desempenho operacional, a Suzano teve prejuízo líquido de R$ 3,7 bilhões, por causa do impacto do câmbio na dívida e na marcação a mercado de derivativos.

Por outro lado, a oferta adicional de celulose já deu início a um processo de correção dos preços, que ao fim do ano devem ser menores do que os vistos no segundo trimestre. “A correção de preços já está acontecendo, mas do ponto de vista estrutural, quando olhamos Estados Unidos e Europa, a demanda é consistente”, afirmou Abreu. Para ele, “é cedo para falar em recessão nos EUA”. Na China, maior consumidor de celulose do mundo, o governo busca crescimento de 5% no ano. “Não vemos queda de demanda estrutural”.

Braskem pode rever produção por falta de competitividade

De São Paulo

Se os desafios de competitividade enfrentados pela indústria química e petroquímica instalada no país persistirem no longo prazo, a Braskem vai reavaliar sua base local de ativos e poderá reduzir ou fechar capacidade produtiva, indicou na quinta-feira (8) o comando da companhia.

Além do pior ciclo de baixa vivido pelo setor globalmente, a indústria brasileira enfrenta dificuldades adicionais, relacionadas ao maior custo de matéria-prima e a custos estruturais mais elevados do que os vistos por produtores instalados em outras regiões.

“Estamos avaliando, em termos de longo prazo, qual é a capacidade de recuperar o nível de operação ou então a melhor maneira para isso. É uma agenda sim, algo que ninguém busca ou prefere como solução, mas às vezes não tem outra opção”, afirmou o presidente da Braskem, Roberto Bischoff.

Embora uma das principais estratégias da companhia seja a diversificação de matérias-primas, as operações no Brasil ainda são mais expostas à nafta, mais cara do que o gás natural. Além disso, o próprio gás, usado também como energia, chega a custar sete vezes mais no país do que nos Estados Unidos, um grande produtor de petroquímicos.

As estatísticas atestam a perda de competitividade do produto nacional, em um momento de sobreoferta no mercado global. De acordo com o Relatório de Acompanhamento Conjuntural (RAC) da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), o índice de utilização da capacidade instalada no setor recuou a 58% em maio, o menor nível desde o início da série histórica, em 1990, e uma queda de sete pontos percentuais na comparação anual.

As centrais da Braskem no país vem operando com taxas na casa dos 70% — 71%, na média do segundo trimestre —, quando deveriam rodar acima de 85% ou 90% para gerar o retorno adequado. “No caso de prolongamento dessa situação, [a readequação de capacidade] é uma análise que estamos fazendo, que a indústria está fazendo”, acrescentou Bischoff.

O Brasil tem assistido a um crescimento acentuado das importações de produtos químicos e petroquímicos, incluindo resinas termoplásticas, em meio ao excesso de oferta no mercado global e da adoção de medidas de defesa comercial por diferentes países, deslocando volumes adicionais para os mercados que ainda não se protegeram. “O Brasil ainda não adotou medidas efetivas em petroquímica”, disse o vice-presidente de Finanças, Suprimentos e Relações Institucionais da Braskem, Pedro Freitas.

Nesse ambiente, a Braskem, junto com a Unipar, entrou em junho com um pedido de revisão da tarifa antidumping aplicada às importações de PVC dos Estados Unidos, que em 2022 foi reduzida de 16% para 8,2%. O pleito é elevar a tarifa atual.

“A indústria petroquímica está vivendo situação muito específica com o excesso de oferta global, porque Estados Unidos e Oriente Médio têm acesso a matéria-prima com diferencial muito grande de custo”, disse, acrescentando que, em alguns casos, há questionamentos sobre práticas comerciais.

Na China, também houve aumento substancial da capacidade instalada na indústria petroquímica, que não tem sido absorvido pelo mercado doméstico, contribuindo para a sobreoferta global. Diante disso, produtores ao redor do mundo já fecharam fábricas ou estão avaliando medidas similares.

Na avaliação da Braskem, os bancos públicos, incluindo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), poderiam desempenhar papel importante de suporte ao setor.

No curto prazo, a indústria já pediu a elevação temporária das tarifas de importação de algumas dezenas de produtos, para 20%, mas ainda não foi atendida. A expectativa é que a Câmara de Comércio Exterior (Camex) se posicione no terceiro trimestre. *(SF)*

Tecnologia Anúncios do Instagram eram direcionados a adolescentes no YouTube, driblando as regras

O acordo secreto entre Google e Meta

Stephen Morris, Hannah Murphy e Hannah McCarthy
Financial Times, de San Francisco

Google e Meta fizeram um acordo secreto para direcionar anúncios do Instagram para adolescentes no YouTube. E isso foi feito driblando as próprias regras do Google sobre como menores de idade devem ser tratados no ambiente on-line.

De acordo com fontes a par do assunto e com documentos aos quais o "Financial Times" teve acesso, o Google trabalhou em um projeto de marketing para a Meta criado para ter como alvo usuários do YouTube de 13 a 17 anos, com anúncios que promoviam o aplicativo rival de fotos e vídeos.

A campanha do Instagram foi direcionada de forma deliberada a um grupo de usuários que foram classificados como "desconhecidos" em seu sistema de publicidade, embora o Google soubesse que a probabilidade maior fosse dos usuários serem menores de 18 anos, segundo as fontes. Além disso, os documentos vistos pelo "FT" sinalizam que foram tomadas medidas para assegurar que a verdadeira intenção da campanha fosse disfarçada.

O projeto ignorou as próprias regras do Google, que proíbem a personalização e o direcionamento de anúncios a menores de 18 anos, o que inclui a exibição de anúncios baseados em dados demográficos. O Google também possui políticas contra uma forma de driblar as próprias diretrizes, conhecida como "direcionamento por procuração".

A campanha da Meta no YouTube para atrair usuários mais jovens para o Instagram já estava em desenvolvimento quando Mark Zuckerberg fez um testemunho dramático perante o Congresso dos Estados Unidos em janeiro, no qual o cofundador do Facebook pediu desculpas a famílias cujos filhos foram vítimas de exploração e abuso sexual em suas plataformas.

Normalmente rivais ferrenhas por serem as maiores plataformas de publicidade on-line do mundo, as duas gigantes do Vale do Silício iniciaram o projeto no fim de 2023, em meio aos esforços do Google para elevar seus ganhos publicitários e às dificuldades da Meta para manter a atenção dos usuários mais jovens diante de concorrentes em rápida expansão, como o TikTok.

Na semana passada, Zuckerberg disse a investidores que os esforços recentes para atrair mais jovens de 18 a 29 anos estavam dando resultados.

As empresas trabalharam com a Spark Foundry, uma subsidiária dos Estados Unidos da gigante publicitária francesa Publicis, para lançar o programa-piloto de marketing no Canadá, entre fevereiro e abril de 2024, segundo as fontes e os documentos vistos pelo "Financial Times".

Ao perceberem o sucesso, o piloto foi então testado nos EUA em maio. As empresas planejavam expandi-lo ainda mais, para mercados internacionais e para promover outros aplicativos da Meta, como o Facebook, segundo as fontes.

Embora a escala dos pilotos tenha sido pequena, o Google os viu como uma oportunidade para expandi-los com a Meta em um relacionamento mais lucrativo conhecido como estratégia de funil, que envolveria anúncios "de marca" mais chamativos e caros no YouTube, assim como em outras plataformas.

Quando contatado pelo "FT", o Google deu início a uma investigação sobre as acusações. O projeto agora foi cancelado, segundo uma fonte. Google afirmou: "Proibimos que anúncios sejam personalizados para menores de 18 anos, ponto final. Essas políticas vão muito além do que é exigido e são apoiadas por salvaguardas técnicas. Confirmamos que essas salvaguardas funcionaram corretamente aqui" porque nenhum usuário registrado do YouTube conhecido por ser menor de 18 anos foi alvo direto da empresa.

O Google, contudo, não negou o uso da brecha dos usuários "desconhecidos". "Também tomaremos medidas adicionais para frisar com os representantes de vendas que eles não podem ajudar anunciantes ou agências a executar campanhas que tentem contornar nossas políticas."

A Meta discordou de que a seleção do público "desconhecido" constitua personalização ou uma violação de quaisquer regras e acrescentou ter seguido as próprias políticas, assim como as de seus pares, ao anunciar seus serviços. Não respondeu se os funcionários estavam cientes de que o grupo de "desconhecidos" tendia a incluir usuários mais jovens.

"Temos sido transparentes sobre promover nossos aplicativos para jovens como um lugar para eles se conectarem com amigos, encontrarem comunidade e descobrirem seus interesses", destacou a Meta.

A Spark Foundry não respondeu a vários pedidos para comentar o assunto.

Na semana passada, o Senado dos EUA aprovou por uma margem enorme um projeto, a Lei de Segurança On-line das Crianças (Kosa, na sigla em inglês), que imporá o dever de que as plataformas de relacionamento social on-line protejam as crianças contra conteúdos on-line prejudiciais, um raro momento de consenso bipartidário que deixam os EUA mais próximos da aprovação plena da importante regulamentação sobre segurança infantil, que é direcionada ao Vale do Silício.

"Não se pode confiar a proteção de nossos filhos às 'big techs'", disse a senadora republicana Marsha Blackburn ao "FT", quando questionada sobre a parceria entre Google e Meta. Ela conclamou o Congresso a aprovar o projeto de lei Kosa. "Elas mais uma vez foram pegas explorando nossas crianças, e esses executivos do Vale do Silício provaram que sempre vão priorizar o lucro em detrimento de nossas crianças", disse a senadora.

Jeff Chester, diretor executivo do Center for Digital Democracy, uma instituição de defesa da privacidade infantil, disse que "a Meta está perdendo jovens e encontrou uma porta dos fundos [para tentar estancar isso]".

A Meta há muito tempo está sob os holofotes por suas políticas em relação aos menores. É alvo de processos de 33 Estados, que a acusam de valer-se de práticas "manipulativas" em relação a jovens usuários, algo que a empresa nega. Por sua vez, a Comissão Federal de Concorrência dos EUA (CFC) também tenta proibir a Meta de lucrar com públicos adolescentes, como parte de uma modernização de um acordo de privacidade existente, que a empresa contesta nos tribunais.

STAN SZETO/USA TODAY

O projeto de marketing secreto entre Google e Meta tinha como alvo usuários do YouTube de 13 a 17 anos

> "Não se pode confiar a proteção de nossos filhos às big techs"
> *Marsha Blackburn*

Em 2021, a empresa engavetou planos de lançar uma versão do Instagram para crianças, após a reação pública contrária e de denúncias da ex-funcionária Frances Haugen, de que pesquisas da própria controladora Facebook indicavam que o aplicativo era prejudicial para as adolescentes.

De acordo com documentos e várias fontes, o projeto Meta-Google teve origem no início de 2023, quando a Spark Foundry, agindo em nome da controladora do Instagram, solicitou a vários parceiros que apresentassem ideias e propostas para uma campanha publicitária chamada "Meta IG Connects".

A Spark Foundry estava trabalhando em nome da equipe de ciência de dados de marketing da Meta e foi encarregada de fazer com que mais clientes da "geração Z" baixassem o Instagram, que tem perdido usuários para aplicativos rivais, em particular o TikTok, segundo documentos internos.

Há anos, o Instagram está preocupado com a perda de sua "base entre adolescentes". Já havia alocado todo o seu orçamento de marketing para alcançar o público adolescente, em especial o segmento de "início do ensino médio", entre 13 e 15 anos, de acordo com um relatório de 2021 do "The New York Times".

Em um e-mail visto pelo "FT", um gerente de anúncios da Spark Foundry pede ao Google que faça uma proposta para a campanha e identifica especificamente que o público-alvo "primário" era de jovens de 13 a 17 anos, além de exigir que isso fosse medido por dados coletados diretamente dos espectadores. Um objetivo secundário era atingir jovens de 18 a 24 anos.

Em 2021, o Google divulgou ter adotado proteções mais rigorosas para adolescentes em seus sites. "Bloquearemos o direcionamento de anúncios baseado na idade, gênero ou interesses de pessoas com menos de 18 anos", informou a empresa.

A política de "proteções contra veiculação de anúncios para adolescentes" do Google acrescenta: "Esperamos que todos os nossos anunciantes sigam os requisitos legais locais ao usar nossos produtos [...] assim como todas as políticas do Google Ads."

No entanto, a equipe do Google propôs uma alternativa para contornar a política, que consistia no uso desse grupo classificado como "desconhecido", segundo as fontes.

Em seu site, o Google diz que o grupo "desconhecido" "se refere a pessoas cuja idade, gênero, status parental ou renda familiar" não foram identificados pela empresa. No entanto, a equipe do Google tinha milhares de dados sobre quase tudo desses usuários, desde sua localização por meio de antenas de celular até quais aplicativos baixavam e quais eram suas atividades on-line. Isso permitiu que determinassem com alto grau de confiança que os integrantes do grupo "desconhecido" incluíam muitos usuários mais jovens, em particular menores de 18 anos.

A desativação dos grupos etários dos quais possuíam dados demográficos deixava apenas o grupo "desconhecido", com sua alta proporção de menores e crianças, e isso foi descrito como uma maneira de "hackear" as políticas de salvaguardas do sistema do Google, segundo uma das fontes.

"Direcionar para a categoria 'desconhecido' alcança um público variado e amplo de pessoas", incluindo aqueles que desativaram a personalização de anúncios, destacou o Google, em resposta a perguntas sobre o uso da tática para contornar sua política.

A Meta afirmou que a "opção de direcionamento 'desconhecido' do Google está disponível para todos os anunciantes — não apenas para a Meta". "E temos princípios claros aos quais aderimos quando se trata de como comercializamos nossos aplicativos para adolescentes em outras plataformas."

Durante o processo de apresentação de propostas, outro e-mail da Spark Fondry, no fim de 2023, pediu ao Google que fornecesse à Meta "dados específicos da plataforma e insights sobre o comportamento dos adolescentes". "[Isso nos permitiria] adaptar e refinar nossas táticas de mídia, mensagens e execução criativa", dizia o e-mail.

Como parte de sua proposta, o Google também se vangloriou de seu uso "realmente impressionante" por jovens de 13 a 17 anos, superando amplamente o engajamento diário no TikTok e no Instagram, mostram os documentos.

O Google acabou ganhando o trabalho da Spark Foundry e as equipes de ambos os lados tomaram precauções, proibindo qualquer referência direta por escrito à faixa etária, disse uma das fontes. Os funcionários usaram eufemismos em apresentações, como slides usando apenas as palavras "abrace o desconhecido", de acordo com documentos vistos pelo "FT".

Sobre a parceria entre a Meta e o Google, que pertence à Alphabet, Chester, do Center for Digital Democracy, disse que "isso mostra como ambas as companhias continuam a ser plataformas poderosas, duvidosas e pouco confiáveis, que requerem regulamentação e supervisão rigorosas." *(Tradução de Sabino Ahumada)*

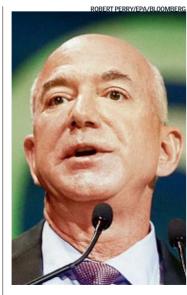
Reino Unido abre investigação sobre Amazon

Camilla Hodgson
Financial Times

O órgão fiscalizador da concorrência no Reino Unido lançou uma investigação formal de fusão em relação ao investimento da Amazon na renomada startup de inteligência artificial (IA) Anthropic, no momento em que as autoridades reguladoras intensificam sua fiscalização sobre negócios no setor de tecnologia, em crescimento acelerado.

A Competition and Markets Authority (CMA) disse nesta quinta-feira (8) ter "informações suficientes" sobre a parceria da Amazon com a companhia por trás dos modelos de IA generativa Claude, para iniciar uma investigação. A CMA decidirá se passará a investigação para uma "Fase 2" mais aprofundada até 4 de outubro.

A CMA poderá, em última análise, aprovar o acordo, bloqueá-lo ou exigir que as companhias façam mudanças para obter a aprovação oficial. A Amazon disse estar "desapontada" com a decisão e que seu trabalho com a Anthropic "não levanta nenhuma preocupação com a competição, nem atende ao próprio critério da CMA para revisão".

ROBERT PERRY/EPA/BLOOMBERG

> 'Big tech' fundada por Jeff Bezos investiu US$ 4 bi na Anthorpic, startup de IA

"Ao investir na Anthropic, a Amazon, juntamente com outras companhias, está ajudando a Anthropic a ampliar as escolhas e a competição nessa tecnologia importante", disse a CMA.

Enquanto isso, a Anthropic disse que vai "cooperar com a CMA", acrescentando: "Somos uma empresa independente. Nossas parcerias estratégicas e relações com os investidores não diminuem nossa independência de governança corporativa ou nossa liberdade de firmar parcerias com outras."

A decisão desta quinta-feira ocorre semanas depois que a CMA iniciou oficialmente uma investigação formal de fusão sobre a contratação pela Microsoft de funcionários da startup Inflection AI. Em março, a gigante tecnológica pagou US$ 650 milhões para contratar vários funcionários da startup, incluindo seu presidente-executivo, Mustafa Suleyman, cofundador da DeepMind, do Google, e para licenciar sua tecnologia.

Autoridades reguladoras do mundo todo têm voltado cada vez mais suas atenções para as alianças que estão sendo forjadas entre as "big techs" e startups de IA que estão desenvolvendo a tecnologia que capturou as atenções mundiais e que os defensores prometem que vai inaugurar uma nova era da computação.

As uniões vêm gerando preocupações de que as maiores e mais bem capitalizadas companhias do mundo estão prestes a exercer uma influência descomunal sobre como essa tecnologia extremamente cara vai se desenvolver e quem serão os vencedores com a sua adoção.

O investimento de US$ 4 bilhões da Amazon [cujo maior acionista é seu fundador Jeff Bezos] na Anthropic deu uma participação minoritária na startup e foi concluída em março. Essa operação está entre os acordos de IA de destaque que a CMA disse em abril que estava buscando opiniões enquanto tomava medidas para investigar o que classificou de comportamento potencialmente anticompetitivo.

A CMA disse na ocasião que estava considerando se a parceria representava uma fusão e, caso positivo, se ela representava riscos à competição. A autoridade reguladora precisa buscar comentários antes de lançar uma investigação formal.

O prazo para a autoridade reguladora levar para o próximo nível sua investigação sobre a Microsoft e a Inflection é 11 de setembro.

Várias autoridades reguladoras mundiais estão investigando a parceria de US$ 13 bilhões da Microsoft com a startup OpenAI. A companhia de Seattle disse em julho que abriu mão de seu assento como observadora no conselho de administração da OpenAI. Mas ela mantém o direito exclusivo de fornecer serviços de computação em nuvem solicitados pela startup.

A CMA solicitou comentários sobre o negócio no ano passado, mas ainda não anunciou se vai transformar sua investigação em uma investigação formal de fusão.

A Amazon, por sua vez, não é uma provedora exclusiva de serviços de computação em nuvem para a Anthropic, nem nunca ocupou um assento no conselho da startup. O Google também assumiu uma participação multibilionária na startup.

Mais cedo este ano, a Federal Trade Commission (FTC), contraparte da CMA nos EUA, lançou uma investigação sobre os investimentos da Amazon e do Google na Anthropic, e também sobre o apoio da Microsoft à OpenAI, o grupo por trás do ChatGPT. *(Tradução de Mario Zamarian)*

Curtas

Apple na UE

A Apple anunciou novas mudanças nas regras de sua App Store na União Europeia (UE), em uma tentativa de evitar bilhões de euros em potenciais multas sob uma nova legislação vigorosa que visa controlar o poder das maiores empresas de tecnologia do mundo. A decisão anunciada ontem (8) é a quarta vez que a fabricante do iPhone faz mudanças em seus termos de negócios na UE desde que se movimentou pela primeira vez para se adequar à Lei dos Mercados Digitais do bloco no início deste ano.

Fim da Aliança Global

A Aliança Global para Mídia Responsável (GARM, em inglês), foi dissolvida ontem (8), poucos dias após a rede social X, de Elon Musk, entrar com um processo judicial contra a organização. A GARM foi criada em 2019 pela Federação Mundial de Anunciantes e forneceu diretrizes para ajudar anunciantes a evitar que conteúdos prejudiciais, como discursos de ódio ou conteúdos violentos, apareçam ao lado de seus anúncios em plataformas de mídia social e outros lugares.

Olimpíada Brasil tem chances na canoagem, na ginástica rítmica, no vôlei de praia, no vôlei de quadra — competições terminam no domingo

Netinho leva bronze no taekwondo e país pode trazer mais medalhas

Valor
De São Paulo

O paraibano Edival Pontes, conhecido como Netinho, fez a alegria dos brasileiros nesta quinta-feira (8), ao conquistar a medalha de bronze no taekwondo, categoria até 68 kg, durante a Olimpíada Paris. O brasileiro derrotou o espanhol Javier Perez Polo por 2 rounds a 1. Com isso, o Brasil passou a acumular 15 medalhas nesta Olimpíada.

No vôlei de praia feminino, as brasileiras Ana Patrícia e Duda venceram as australianas Mariafe e Clancy. A dupla do Brasil passou para a final, marcada para esta sexta-feira (9), às 17h30 (horário de Brasília), quando enfrentará as canadenses Brandie Wilkerson e Melissa Paredes.

Mas, na maratona aquática e na canoagem C2 500 o Brasil perdeu chance de medalhas. As disputas prosseguem a partir de amanhã e as esperanças de ver brasileiros no pódio também. Nas semifinais da canoagem C1 1000m, Isaquias Queiroz volta à raia nesta sexta-feira (9), em prova individual. As competições terminam no domingo (11).

A canoagem velocidade feminina do Brasil, por sua vez, obteve bom resultado nesta quinta. Valdenice Conceição, da Bahia, fez o tempo de 48:57 na prova de C1 200m e garantiu sua passagem para a semifinal neste sábado (10).

A bateria contou com sete atletas, sendo que só as duas mais rápidas se classificariam diretamente. As demais, vão competir nas quartas de final, nesta sexta-feira.

Netinho tornou-se o terceiro brasileiro medalhista olímpico em taekwondo. Antes dele, Maicon de Andrade, na Rio-2016, e Natália Falavigna, em Pequim-2008, também levaram bronze.

O jogo desta quinta foi realizado na Arena Torre Eiffel. As australianas venceram o primeiro set por 22 a 20. O segundo set foi a favor das brasileiras, 21 a 15. Na parcial, a dupla brasileira mostrou força nos saques e garantiu a vitória.

Na seleção brasileira feminina de vôlei, o Brasil perdeu para os EUA e vai disputar o bronze com a Turquia neste sábado (10).

> Nas disputas de canoagem, o Brasil terá Isaquias Queiroz e Valdenice Conceição em busca do pódio

Na canoagem, Isaquias Queiroz e Jacky Godmann chegaram na oitava e última posição na final da C2 500, com o tempo de 1min42s58, na disputa realizada nesta quinta-feira.

O ouro ficou com Liu Hao e Ji Bowen, da China, que terminaram a competição em 1min39s48. Com suas quatro medalha olímpicas, Isaquias perdeu a chance de igualar as seis medalhas com Rebeca Andrade.

A atual campeã olímpica da maratona aquática, Ana Marcela Cunha, terminou em 4º lugar na prova de 10 km desta quinta-feira, no rio Sena.

Também brasileira, Viviane Jungblut terminou na 11ª colocação. O ouro foi para a holandesa Sharon van Rouwendaal, a prata para a australiana Moesha Johnson e o bronze para a italiana Ginevra Taddeucci.

Ainda nesta sexta, a equipe brasileira de ginástica rítmica estreia na Olimpíada. A final da disputa por equipes está marcada para sábado (10), às 9h.

A equipe brasileira é formada por Maria Eduarda de Almeida Arakaki, capitã da seleção, Nicole Pircio, Déborah Medrado e as estreantes Victoria Borges, Sofia Madeira e Bárbara Galvão. A equipe ficou com a medalha de prata na Copa do Mundo da ginástica rítmica da Romênia neste ano. *(Com agências de notícias)*

Medalhas do Brasil
Jogos Olímpicos Paris 2024

ANDREW MEDICHINI

Edival Ponte (Netinho), bronze no taekwondo

Ouro	Modalidade
Beatriz Souza	Judô / +78kg
Rebeca Andrade	Ginástica artística/Solo feminino
Prata	
Caio Bonfim	Atletismo / Marcha atlética 20 km
Willian Lima	Judô / -66kg
Rebeca Andrade	Ginástica artística / individual geral
Rebeca Andrade	Ginástica artística / Salto
Tatiana Weston-Webb	Surfe
Bronze	
Larissa Pimenta	Judô / -52kg
Rayssa Leal	Skate Street
Brasil / Disputa por equipes	Ginástica artística: Rebeca Andrade, Flávia Saraiva, Jade Barbosa, Júlia Soares e Lorrane Oliveira
Brasil / Equipes mistas	Judô: Beatriz Souza, Rafaela Silva, Larissa Pimenta, Ketleyn Quadros, Daniel Cargnin, Rafael Macedo, Léo Gonçalves, Guilherme Schimidt, Rafael Silva e Willian Lima
Bia Ferreira	Boxe / 60kg
Gabriel Medina	Surfe
Augusto Akio	Skate Park
Edival Ponte (Netinho)	Taekwondo de 68 kg

Quadro de medalhas do Brasil

Ouro	Prata	Bronze	total: medalhas
2	5	8	15

Fonte: Comitê Olímpico Internacional (COI)

ROBERT F. BUKATY/AP

Ana Patrícia e Duda venceram a dupla australiana e disputam a final nesta sexta, enfrentando as canadenses

Por que o Brasil não está disputando o golfe em Paris

Rafael Rosas
Do Rio

O golfe olímpico termina suas competições em Paris no sábado (10), com a última rodada do torneio feminino. No masculino, a medalha de ouro ficou com o americano Scottie Scheffler, com prata para a Grã-Bretanha e bronze para o Japão. Entre os 120 atletas que disputaram as seis medalhas em jogo na França, não esteve presente nenhum brasileiro. O objetivo é mudar esse cenário e a Confederação Brasileira de Golfe (CBG) busca maneiras de popularizar o esporte, principal alavanca para o surgimento de talentos.

O acesso ao jogo é considerado o principal entrave à disseminação do esporte no país. São apenas 112 campos registrados na CBG. "Estou na Confederação desde 2004. E a gente sempre bate na tecla: o principal problema que temos no golfe é a acessibilidade. Os campos são particulares. Esse é o maior problema para o crescimento do golfe", resume o presidente da Confederação, Osmar Sobrinho, que está em Paris para acompanhar os Jogos Olímpicos.

Para reverter esse cenário, a CBG aposta na formação de atletas e em programas para aumentar o acesso de quem quer conhecer o esporte. Sobrinho explica que a confederação foca os investimentos na base, com competições e seleção nacional. Segundo ele, há a expectativa que na próxima Olimpíada, em Los Angeles 2028, o Brasil tenha um representante no golfe. As principais apostas são Fred Biondi no masculino e Valentina Bosselmann no feminino.

Biondi, de 23 anos, joga a Korn Ferry Tour, espécie de liga de acesso para o PGA Tour, que reúne os principais torneios do mundo. No feminino, Bosselmann, de 19 anos, começa este ano a cursar a universidade nos Estados Unidos, onde continuará jogando.

Sobrinho diz que ambos são as principais esperanças brasileiras para participação em Los Angeles: "Temos uma categoria juvenil e pré-juvenil muito boas e é a esperança para termos alguém em alguns anos", diz.

GEORGE WALKER IV/AP

> O americano Scottie Scheffler ganhou a medalha de ouro no golfe masculino em Paris

A Confederação conta com recursos limitados. São cerca de R$ 3,5 milhões anuais vindos do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) via arrecadação de loterias e outros R$ 1,8 milhão de taxas federativas do esporte. A entidade conta ainda com o apoio da Rolex e do R&A — Royal & Ancient Golf Club of St Andrews — mais antiga e prestigiada instituição de golfe do mundo, sediada na Escócia, onde o esporte nasceu. Sobrinho não revela o valor do patrocínio da Rolex e diz que o R&A apoia cinco polos de desenvolvimento do esporte.

Atualmente o Brasil conta com 9 mil atletas federados e Sobrinho espera aumentar esse número em 10% nos próximos cinco anos. O dirigente defende a existência de campos abertos ao público no Brasil e diz que países vizinhos, como Argentina e Chile, têm mais tradição no esporte justamente por apostarem em campos públicos.

O único campo de golfe particular e aberto ao público no Brasil é justamente o Campo Olímpico, na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio. O dono da concessão que administra o local, Carlos Favoreto, diz que em 2017, quando abriu a área ao público, a média mensal de frequentadores era de 50 pessoas, 99% golfistas. Hoje, recebe em torno de 40 mil pessoas por mês, sendo 95% delas não golfistas, que vão ao local em busca de atrações como bares, restaurantes e tour ecológico, com passeio de balão. O empreendimento, de 1,2 milhão de metros quadrados, fica em uma Área de Proteção Ambiental. Entre as atividades, são apresentados ao golfe e muitos tomam gosto pelo esporte.

"Fizemos cerca de 300 golfistas que começaram a jogar aqui. A diferença do golfe aberto ao público para o golfe privado é o acesso ao esporte. A partir do momento em que você tem o acesso, a oportunidade de jogar, você começa a popularizar", diz Favoreto.

Ele diz que essas outras atividades dão sustentação ao golfe. O Campo Olímpico, ressalta, opera no azul. "Se fosse contar só com o golfe [sem outras atrações], não teríamos o mesmo sucesso", diz. A construção do empreendimento para a Rio 2016 custou R$ 60 milhões e foi criticado no início justamente por estar em uma área ambiental. Tocado com investimentos privados, Favoreto diz que contou com empréstimos vindos da sua própria empresa de gestão, licenciamento e monitoramento ambiental, a ECP Enviromental Solution para custear a obra.

Como a prefeitura tem dois terrenos — um de 58 mil e outro de 60 mil metros quadrados na área — fechou um acordo para que o campo fosse aberto ao público e isento de IPTU por 20 anos.

Favoreto oferece no local três aulas grátis de golfe por semana, com cerca de 60 alunos cada. Os interessados em continuar podem se matricular numa academia-escola que conta com 10 professores. Cada aluno escolhe seu professor. O pacote para essas aulas custa R$ 3 mil por 6 meses — em torno de R$ 500 por mês.

Há ainda a categoria de associados, para aqueles que querem jogar várias vezes por semana ou mesmo diariamente. A mensalidade varia de R$ 1,6 mil a R$ 3 mil a depender da frequência. "O conceito do legado olímpico é ser aberto ao público."

Favoreto também destaca o reconhecimento internacional do Campo Olímpico. Este ano o Rio foi palco do PGA Americas, principal evento do continente fora dos Estados Unidos. E revela que assinou contrato para representar no Brasil, até 2027, as edições anuais do campeonato. Em 2025, mais uma vez, o palco do torneio será o Rio.

Chevrolet SUV tem o mesmo motor 2.8 turbodiesel da S10 e recebeu ajustes eficientes na linha 2025

Trailblazer tenta renascer na briga contra o SW4

Jady Peroni
Da Autoesporte

O Chevrolet Trailblazer estreou no Brasil em 2012. Desde então, não mudou de geração, passando por algumas reestilizações (umas mais intensas que outras). A mais significativa aconteceu agora, na linha 2025, com visual atualizado e uma lista de equipamentos aprimorada. Faz sentido para tentar resgatar os olhares dos brasileiros e recuperar números, já que seu rival direto, o Toyota SW4, vende quase 10 vezes mais.

O SUV de sete lugares, que está disponível em versão única, a High Country, por R$ 368.550, não era atualizado profundamente desde 2016. A reestilização trouxe mudanças, algumas significativas, como no interior renovado e até ajustes no motor. Por outro lado, outros detalhes foram esquecidos e permanecem iguais desde o lançamento.

Uma das novidades está no design da dianteira. O Trailblazer 2025 traz as mesmas atualizações da S10, com quem divide praticamente toda a parte mecânica. Desta forma, o SUV tem uma grade maior e com acabamento cromado que emoldura os novos faróis. Um visual bem americanizado que agrada e deixa de lado a cara mais antiga.

Se a dianteira agrada, a traseira deixou a desejar. A Chevrolet optou por manter a traseira sem grandes mexidas na linha 2025. Por isso, não condiz com a linguagem mais moderna da dianteira. Se você fizer um 360°, nem parece o mesmo carro.

A cabine guarda as principais mudanças. O Trailblazer recebe o mesmo conjunto de telas da S10 e da Spin, ou seja, painel de instrumentos digital com tela de 8 polegadas e multimídia de 11" atualizada. A central, aliás, é bastante intuitiva e gosto do modo de personalização, no qual você consegue colocar os recursos que mais utiliza no menu rápido, apenas arrastando os ícones. O sistema impõe léguas de distância para o dos principais correntes, Toyota SW4 e Mitsubishi Pajero Sport. A conexão com Apple CarPlay e Android Auto é feita sem cabo.

O acabamento também melhorou. Está mais refinado, com um mix de cores no interior que agrada aos olhos. Senti uma mudança considerável nos materiais, embora tenha presença de bastante plástico nas portas e painel. O volante novo traz um ar mais moderno ao SUV e facilita com atalhos para mexer no painel, aumentar volume e verificar as principais informações do carro.

Os bancos também receberam atenção especial. O novo estofamento aumenta o conforto e "abraça" melhor o motorista para ter uma posição de dirigir melhor, que naturalmente é mais alta (e agrada) por ser um carro de porte maior. Não é difícil de encontrar uma boa posição e os ajustes elétricos auxiliam no processo. Só entrar no carro é uma questão para pessoas mais baixas: é preciso segurar na alça que fica na coluna para conseguir subir sem esforço.

DIVULGAÇÃO

O Trailblazer é um SUV bem equipado, que oferece bom conforto mesmo no dia a dia da cidade, mas pelo preço, falta um piloto automático adaptativo, por exemplo

> O SUV de sete lugares, que está disponível em versão única, High Country, custa R$ 368.550

Quem viaja na segunda fileira, também vai bem. Tem espaço suficiente para três pessoas se sentarem de forma confortável, graças as dimensões. São 4,87 metros de comprimento, 1,86 metro de altura, 1,90 m de largura e 2,84 m de entre-eixos. Ou seja, é maior que o SW4. No comprimento, a diferença é de 8 centímetros, enquanto na distância entre os eixos são 10 cm a mais.

Algo interessante são as saídas de ar-condicionado no teto. Uma solução bastante prática e que funciona por resfriar toda a cabine. Outro item de conforto são as duas entradas USB para os passageiros de trás. Durante o teste, com cinco adultos no SUV, todos viajaram bem e não houve reclamações.

Agora, vamos falar da terceira fileira. Os bancos da fileira do meio podem ser rebatidos para facilitar o acesso de quem vai no fundo. Já o espaço é razoável para o meu caso (que tenho 1,60 m), mas não é dos melhores para adultos medianos ou mais altos. A posição das pernas também não é favorável, ficam mais elevadas, em uma posição, digamos, "não natural". Se os bancos da segunda fileira fossem corrediços, como acontece na Spin, essa questão seria parcialmente resolvida.

No caso do porta-malas, a Trailblazer oferece 554 litros de capacidade na configuração 5 lugares (ou com a terceira fileira rebatida). Nada muito exorbitante para uma família de sete pessoas, mas justificável pela configuração. Mesmo assim é maior que o do SW4, que tem 500 litros.

Entretanto, o que desaponta é o espaço de 205 litros com a última fila de bancos armada. No máximo dá para levar três mochilas de tamanho menor. É aqui que vemos a solução interessante de um carro de categoria de preço inferior, o Citroën C3 Aircross (R$ 136.590), que tem esses últimos assentos removíveis e você consegue personalizar de acordo com a necessidade.

A Chevrolet manteve o já conhecido motor 2.8 turbodiesel de quatro cilindros. Porém, assim como na S10, foi recalibrado para ficar 7 cv mais potente, totalizando 207 cv. O torque é de 52 kgfm (ligeiramente acima dos 51 kgfm anteriores). Com esse trem de força, o SUV é mais potente que os rivais, já que SW4 entrega 204 cv e 50,9 kgfm e Pajero Sport, 190 cv e 43,9 kgfm.

A sensação de dirigir um carro a diesel é sempre diferente, ainda mais pelo barulho semelhante ao de um caminhão. É mais robusto nas respostas e "rígido" para dirigir. Nada que atrapalhe, mas exige um período de adaptação. Neste caso, o destaque fica para o novo câmbio automático de oito velocidades, que veio emprestado da irmã americana Colorado. A transmissão, além de ser mais eficiente que a antiga de seis marchas, entrega melhores relações e marchas iniciais mais curtas. Então, força de arranque não falta.

Justamente por conta desse acerto, e da tração 4x4 com reduzida, o modelo se comporta muito bem em terrenos mais difíceis, mesmo com o peso elevado de 2.189 kg. O Trailblazer também ficou mais ágil nas respostas. Acelera de forma imediata e tem bom desempenho no ciclo urbano. O zero a 100 km/h é feito em 9,5 segundos, mesmo tempo do Fiat Pulse de 130 cv e que pesa 1.237 kg, em termos de comparação.

Há também outros dois pontos de destaque. A suspensão ajustada, em conjunto com as rodas de 18", impede que os passageiros sintam o reflexo das imperfeições da via. É um carro estável na medida do possível, embora você sinta um pouco de trepidação em alguns pontos de desnível do asfalto. Em segundo lugar, está o isolamento acústico. Com as placas adicionais nas portas, colunas e teto, pouco se ouve da vibração do motor a diesel (que não é pequena).

O Trailblazer é um SUV bem equipado e facilita a vida do motorista no dia a dia. Traz frenagem autônoma de emergência com detecção de pedestres, alerta de colisão frontal e de saída de faixa, bem como sensor de estacionamento dianteiro e traseiro (talvez o item mais importante da lista para estacionar o brutamonte de quase 5 metros). No entanto, pelo preço de mais de R$ 368 mil, falta um piloto automático adaptativo.

Seja como for, é um carro que entrega bom conforto. Durante os cinco dias em que pude testá-lo, constatei que é um SUV espaçoso (ideal para famílias), com trocas dinâmicas de marchas, que agradam mesmo no trânsito da cidade, e que entrega uma estabilidade melhor que a do SW4, por exemplo.

Em termos de consumo, não impressiona. Entretanto, por ser um carro mais pesado e movido a diesel, faz médias razoáveis. Os números melhoraram em relação ao SUV anterior. Na cidade, por exemplo, foi de 8,2 km/l para 9,2 km/l. Já na estrada, subiu de 10,3 km/l para 11,2 km/l.

Com a estreia do Trailblazer 2025, a Chevrolet tenta (talvez em vão) assumir o segundo lugar do segmento (Mitsubishi Pajero) e diminuir a grande vantagem para o líder absoluto (Toyota SW4). Até maio de 2024, o SUV da GM emplacou 681 unidades. Enquanto o Mitsubishi, que parte de R$ 376.990, registrou 802 vendas. Por fim, o SW4, mesmo com a tabela ainda mais elevada de R$ 386.290, supera com nada menos que 6.177 emplacamentos (!).

Embora a expectativa de um design totalmente atualizado tenha sido frustrada, o Trailblazer 2025 melhorou. E é uma boa opção para quem quer espaço para a família, mas sempre há um preço que se paga pelo conforto. No caso, R$ 368.550.

Blazer volta ao país como SUV mais caro da GM

Vitória Drehmer
Da Autoesporte

Após 13 anos, o Chevrolet Blazer retorna ao Brasil. Mas agora de uma forma (bem) diferente: elétrico e com design futurista. O SUV chega em versão única, a esportiva RS, com 347 cv de potência e uma das maiores autonomias do país. O preço só será revelado no fim do mês, mas "Autoesporte" apurou que o valor ficará na faixa de R$ 450 mil, o que supera os R$ 370 mil do novo Trailblazer e o torna o SUV mais caro da marca por aqui.

Começando pelas dimensões, o carro tem 4,88 m de comprimento, 3,09 de entre-eixos (o mesmo de uma Kia Carnival), 1,98 m de largura e 1,65 m de altura. Com medição até o teto, o porta-malas tem capacidade para 436 litros.

A versão RS, única oferecida no Brasil e importada do México, é equipada com um motor elétrico, instalado no eixo traseiro, fornece o equivalente a 347 cv e 44,8 kgfm de torque. Segundo a GM, o SUV, que tem tração nas rodas de trás, vai de 0 a 100 km/h em 5,8 segundos e tem velocidade máxima de 190 km/h.

O pacote escolhido para o nosso mercado traz baterias de 102 kWh, as maiores disponíveis na gama. Isso significa que o Blazer EV consegue rodar até 481 km com uma só carga, já no padrão do Inmetro. O número faz o SUV ter a segunda maior autonomia do país, ficando atrás apenas do BMW iX xDrive 50, que tem 528 km de alcance. A Chevrolet ainda diz que as recargas são feitas em até 22 kW em corrente alternada (AC) e em 190 kW em corrente contínua (DC).

Por ser a versão RS, com apelo esportivo, o Blazer que chega ao Brasil tem design exclusivo. Entre os principais diferenciais estão rodas de 21 polegadas com desenho diferente, câmera 360°, grade frontal na cor preta, bancos dianteiros aquecidos e ventilados, saídas de ar, faróis e lanternas com assinatura de LED e interior escurecido. O SUV ainda traz teto panorâmico, espelho retrovisor por câmera, som premium Bose e o logotipo dianteiro com iluminação.

O SUV também é equipado de série com central multimídia de nada menos que 17,7 polegadas e painel de instrumentos digital de 11". E há ainda iluminação ambiente, abertura elétrica do bocal para o carregador, sistema de navegação com planejamento para estações de recarga e assistência semiautônoma de condução Super Cruise. O SUV também não tem botão de partida. Portanto, liga somente quando o motorista pisa no freio após fechar a porta.

A lista de equipamentos de segurança é extensa e conta com frenagem autônoma de emergência com detecção de pedestres, alerta de colisão dianteira e abertura de porta, assistente de tráfego cruzado dianteiro e traseiro, assistente de estacionamento, controle de cruzeiro adaptativo (ACC), assistente de permanência em faixa com correção de rota e faróis inteligentes.

Vale lembrar que o Blazer é o segundo carro elétrico lançado pela Chevrolet no Brasil. O primeiro foi o Bolt, que chegou com carrocerias hatch e SUV. No entanto, ambos não são mais fabricados. O próximo da fila é o Equinox EV, também previsto para estrear neste semestre. De acordo com a fabricante, o utilitário elétrico terá versões de até 290 cv.

DIVULGAÇÃO

> Agora elétrico, utilitário tem versão única com 347 cv e quase 500 km de autonomia

Os dois SUVs fecham o ciclo de investimento anterior e não fazem parte do novo aporte de R$ 7 bilhões anunciados pela Chevrolet no Brasil em janeiro. O plano é renovar a linha atual (destaque para os novos Onix, Onix Plus e Tracker) até 2028, além de incorporar novos modelos.

Cenários Documento do setor privado sugere reforço à produtividade, crédito inovador e apoio à OMC

Grupo define propostas ao G20 sobre alimentos

G20 no Brasil

Patrick Cruz
De São Paulo

O estímulo a iniciativas de aumento de produtividade no campo, o desenvolvimento de modelos inovadores de crédito e o fortalecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC) são os elementos-chave para o combate à fome no mundo e a expansão da agricultura sustentável, segundo a avaliação dos líderes de algumas das principais empresas globais de alimentos e insumos agrícolas. A análise dos executivos compõe um relatório com recomendações aos governos dos países do G20, o grupo em que estão as 19 maiores economias do planeta e a União Europeia.

O documento é o resultado das discussões que ocorreram na força-tarefa de sistemas alimentares e agricultura sustentável do B20, o fórum empresarial dos membros do G20. A coordenação dos diferentes fóruns temáticos e setoriais estará a cargo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) até 30 de novembro, quando vai se encerrar o "mandato" do Brasil na presidência do grupo de países.

Sob a coordenação da CNI, a força-tarefa de sistemas alimentares voltou à agenda do B20, da qual o tema estava ausente desde 2018. Gilberto Tomazoni, o principal executivo global da JBS, encabeçou a força-tarefa, da qual também fazem parte Agnes Kalibata (da indiana Agra) Greg Heckman (Bunge), Livio Tedeschi (Basf e CropLife), Lyu Jun (Cofco), Miguel Gularte (BRF), Pelerson Dalla Vechia (Grupo Roncador), Rodrigo Santos (Bayer Crop Science), Ramon Laguarta (PepsiCo), Sanjiv Puri (ITC Limited), Sulaiman Al-Rumaih (do fundo saudita Salic), todos presidentes executivos de suas respectivas empresas. Também compõem o grupo Marcela Rocha e Jason Weller, diretora de assuntos corporativos e diretor global de sustentabilidade da JBS, respectivamente, e a consultoria Bain & Company deu apoio aos trabalhos.

"Como se trata de um esforço global, a força-tarefa tinha que ter pessoas do mundo inteiro", afirma Tomazoni ao **Valor**. "A conclusão [das discussões] não podia levar em conta apenas a realidade brasileira. Ela tinha que ser global".

A primeira das três recomendações da força-tarefa — apoiar o aumento de produtividade no campo — é virtualmente um consenso nos debates sobre como elevar a oferta de comida para alimentar a crescente população do planeta sem que isso seja necessariamente um vetor de abertura de novas áreas de cultivo. No documento, o grupo sugere ações como o fomento a pesquisa e desenvolvimento, investimento em redes de extensão, em capital humano e em plataformas digitais e melhoria da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação.

Tomazoni conta que a segunda recomendação — desenvolvimento de modelos de financiamento inovadores — ganhou corpo a partir de reuniões entre a força-tarefa e representantes dos ministérios da Agricultura e da Pesca, que ocorreram em maio.

Nessa frente, diz o executivo, tão importante quanto melhorar o acesso ao crédito é oferecer conhecimento e assistência técnica. Esse cuidado, argumenta, ajudaria a evitar decisões equivocadas na aplicação dos recursos.

Já o "inovador" que compõe a recomendação faz referência a problemas muito comuns no financiamento ao campo, como as restrições que os produtores enfrentam para acessar o crédito e os desafios de se financiar a adoção de modelos de produção mais sustentável, que muitas vezes demoram a dar resultado. "Para adotar um sistema de agricultura regenerativa, o produtor vai ficar com fluxo de caixa negativo. Precisamos diminuir o risco dos produtores", afirma Tomazoni.

A força-tarefa recomenda ainda o fortalecimento do sistema de comércio agrícola multilateral. A OMC, que perdeu o protagonismo nos últimos anos, centralizaria esses esforços, poderia atuar, por exemplo, para harmonizar as regulações sobre iniciativas sustentáveis e definir práticas regulatórias com base científica. "Um terço da população mundial sofre com insegurança alimentar. São 2 bilhões, 3 bilhões de pessoas. Estamos discutindo a melhoria do comércio como uma solução para a questão da fome", diz o executivo.

O B20 Brasil tem sete forças-tarefa e um conselho de ação. As sugestões desses diferentes grupos de trabalho vão integrar a proposta de pauta do setor privado para a Cúpula de Líderes do G20, que está agendada para os dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Gilberto Tomazoni, da JBS, que encabeça a força-tarefa do B20 sobre sistemas alimentares: discussões não levaram em conta apenas a realidade brasileira

Nutrien perde R$ 1,2 bi com derivativo no Brasil e substitui diretor financeiro

Fertilizantes

Isadora Camargo e Gabriella Weiss
De São Paulo

A canadense Nutrien perdeu US$ 220 milhões no segundo trimestre — o equivalente a R$ 1,2 bilhão — com contratos de derivativos cambiais feitos com instituições financeiras no Brasil por uma pessoa não autorizada a realizar essas operações. Assim que divulgou o balanço com a perda, a fabricante de fertilizantes anunciou uma troca na diretoria financeira.

A perda com os derivativos pesou sobre o resultado no trimestre, quando o lucro líquido da companhia caiu 13%, para US$ 392 milhões, segundo balanço que a empresa divulgou na noite de quarta-feira (7/8).

No mesmo dia, a empresa anunciou que Mark Thompson, atual chefe comercial, assumirá a diretoria financeira em 26 de agosto, substituindo o brasileiro Pedro Farah, que atuará como consultor até o fim do ano. A Nutrien não relacionou a troca à perda no Brasil.

A informação das perdas com derivativos consta das notas explicativas do balanço. Na quinta-feira (8/8), em teleconferência com analistas, os executivos afirmaram que o problema ocorreu porque o escritório no Brasil estava passando por "mudanças organizacionais", mas que o caso teria sido isolado e que a situação foi "rapidamente remediada", com supervisão do Comitê de Auditoria.

No balanço, a Nutrien disse que vai revisar seus títulos financeiros e "reestruturar a segregação de funções, conformidade e confirmação, atividades de contabilidade e reconciliação, limites de autoridade e controles de sistemas".

Mesmo assim, a empresa teve novas perdas com derivativos neste terceiro trimestre. Segundo a própria Nutrien, houve o acerto de novos contratos a termo, no valor de US$ 3 bilhões, com vencimentos entre julho e setembro. Em julho, porém, a companhia já teve prejuízo com esses derivativos de US$ 12 milhões a valor justo.

Segundo a Nutrien, a liquidação dos contratos de derivativos relacionados à perda contabilizada no balanço do segundo trimestre ocorreu no fim de julho.

Os problemas na gestão financeira apenas agravam a situação operacional da companhia, que vem enfrentando queda nas vendas e perda de lucratividade desde o terceiro trimestre de 2022. No segundo trimestre, as vendas caíram 13%, para US$ 10,15 bilhões.

Diante do aperto, a canadense anunciou que está revendo sua estratégia de reestruturação. Em maio, a empresa colocou à venda suas operações na Argentina, Uruguai e Chile. Na época, ela disse que a prioridade na região era o Brasil, que estaria concentrando os negócios dessas sedes latinas.

Agora, a Nutrien citou o Brasil como um mercado com dificuldades e revelou na teleconferência que fechou 21 unidades de vendas no país no segundo trimestre. "[Estamos] reavaliando todo o mercado no Brasil de forma estratégica", disse Jeff Tarsey, vice-presidente da empresa. "Não acreditamos que as dificuldades vão durar para sempre. É uma questão de tempo para que [a situação] melhore."

A Nutrien ajustou para baixo suas projeções de resultados. Agora, ela prevê Ebitda ajustado para o varejo na faixa entre US$ 1,5 bilhão e US$ 1,7 bilhão.

valor.com.br

Mais sobre os resultados financeiros da Nutrien no segundo trimestre em
valor.com.br/agro

Após decepção com resultado, Cargill planeja reestruturação de operações

Estratégia

Amy Lv e Naveen Thukral
Reuters

A Cargill passará por uma reestruturação após não ter atingido suas metas de lucro, de acordo com um documento interno da empresa visto pela agência "Reuters" e por duas fontes da companhia. Ela planeja simplificar as operações, que passariam a ter três unidades, em vez das cinco atuais.

As tradings agrícolas, como a Cargill, que é de capital fechado, têm enfrentado dificuldades com a queda dos preços das commodities que comercializam. As cotações desses produtos estão próximas de seu menor patamar em quatro anos, e as margens de processamento também diminuíram.

"Nosso desempenho recente e as tendências de mercado à nossa frente provaram ser um caso claro e urgente de mudança", diz comunicado que o principal executivo da Cargill, Brian Sikes, enviou à equipe na quarta-feira (7/8).

Atualmente, a Cargill tem cinco unidades de negócios, mas, a partir de 1º de setembro, passará a ter três: "Alimentos", "Ag & Trading" e "Portfólio Especializado".

Um porta-voz da Cargill disse à "Reuters" que a empresa estabeleceu um plano claro para evoluir e fortalecer seu portfólio. Ele não deu detalhes específicos.

ADM e Bunge, concorrentes da Cargill, não atingiram as estimativas de Wall Street para os lucros do segundo trimestre. A Cargill não divulga lucros trimestrais.

Segundo o memorando, menos de um terço dos negócios da empresa atingiu sua meta de lucros no ano fiscal de 2024. "Vamos reduzir nossos custos e otimizar nossos investimentos de capital", cita o documento, prometendo "agilizar e simplificar a organização".

Jon Nash, hoje chefe da unidade de proteínas da Cargill, vai liderar a nova divisão de alimentos, Roger Watchorn, que está à frente da cadeia de suprimentos agrícolas, vai comandar a Ag & Trading, e David Webster chefiará a área de Portfólio Especializado, dedicada principalmente a nutrição e saúde animal. A nova unidade de Alimentos combinará as equipes de Alimentos & Bio e Proteína & Sal, enquanto a Cargill Risk Management e Metais será transferida para a Ag & Trading.

> "[Estamos em] um caso claro e urgente de mudança [na companhia]"
> *Brian Sikes*

"Em nossa essência, sempre fomos uma empresa de alimentos e agricultura. Como tal, essas duas empresas são altamente interconectadas e serão apoiadas por um sistema operacional independente que constrói nossa profunda experiência, conexões em toda a cadeia de suprimentos e posição única no coração do sistema global de alimentos", diz o memorando.

A empresa passou recentemente por mudanças de executivos seniores. Paul Ruston, líder de comércio de metais da Cargill, deixará a companhia no fim de agosto, e outro veterano, Ross Hamou-Jennings, vai se aposentar no fim do ano como presidente da Ásia-Pacífico e líder de serviços financeiros e metais (FSM).

Julian Chase, que atua como chefe de Operações de Negócios e Cadeia de Suprimentos da Cargill, também vai se aposentar. Ele sairá no fim de dezembro.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Asm Comércio de Metais Eireli -** CNPJ: 17.174.313/0001-69 - Endereço: Rua João Alfredo, 444, Cidade Industrial Satélite - Requerente: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial Prévia - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Emibm Engenharia e Comércio Ltda. -** CNPJ: 37.071.313/0001-40 - Endereço: Setor Sig Quadra 03, Bloco C, Lote 72, Lojas 74 e 75, Zona Industrial - Requerente: Condor Atacadista de Materiais Para Construção S/A - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Requerido: **Suplax Indústria e Comércio S/A -** CNPJ: 18.921.037/0004-60 - Endereço: Av. Gino Borelli, 445, Galpões 7, 8 e 9, Bairro Jardim Nina, Santana de Parnaíba/sp - Requerente: Nederman do Brasil Comércio de Produtos de Exaustão Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Villabunker Construção e Montagem Industriais Eireli -** CNPJ: 30.768.362/0001-98 - Endereço: Rua Clóvis de Sá e Benevides, 66, Sala 04, Chácara Urbana, Jundiaí/sp - Requerente: Trademaster Instituição de Pagamento, Serviços e Participações S/A - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Bts Tubos de Precisão Para Sistemas Automotivos e Aplicação em Geral Comércio e Indústria Ltda. -** CNPJ: 12.823.790/0001-94 - Endereço: Av. Rotary, 2712, Bairro Jardim Santa Tereza - Administrador Judicial: Dr. Marcelo Hajaj Merlino - Vara/Comarca: 1a Vara de Embu Das Artes/SP

Empresa: **Cláudio Roberto da Silva Tecidos -** CNPJ: 39.363.930/0001-45 - Endereço: Rua Natércia, 28, Bairro Vila Carolina - Administrador Judicial: Bl Consultoria e Participações Ribeirão Preto S/s Ltda., Representada Pelo Dr. Alexandre Borges Leite - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Prestige da Amazônia Ltda. -** CNPJ: 02.648.270/0001-39 - Endereço: Rua Santa Bárbara, 310, Bairro Flores - Administrador Judicial: Contador Sr. Flávio Andrade de Souza - Vara/Comarca: 17a Vara de Manaus/AM - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Hotel Fazenda Paraíso Dos Sonhos Ltda. -** CNPJ: 11.428.747/0001-61 - Requerente: Caio Rodrigo de Araújo Porto - Vara/Comarca: Vara Cível de Corumbá de Goiás/GO - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Ig Publicidade e Conteúdo Ltda. Provedor Ig -** CNPJ: 13.922.889/0001-06 - Requerente: Daumas Academia Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Face ao cumprimento do acordo entabulado entre as partes.

Requerido: **Sukest Indústria de Alimentos e Farma Ltda. -** CNPJ: 55.692.537/0001-51 - Requerente: Cartonagem Jauense Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Agudos/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Tramontina Comércio de Materiais Para Construção Ltda. -** CNPJ: 36.640.939/0001-68 - Endereço: Rua Sorocaba, 205, Bairro Jardim Paulista - Requerente: Belenus Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Face ao cumprimento do acordo entabulado entre as partes.

Requerido: **Trip Turismo e Eventos Ltda. -** CNPJ: 28.385.809/0001-06 - Requerente: Caio Rodrigo de Araújo Porto - Vara/Comarca: Vara Cível de Corumbá de Goiás/GO - Observação: Desistência homologada.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Canroo Comércio de Artefatos de Couro Ltda. -** CNPJ: 01.401.206/0001-96 - Endereço: Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 375, Cjto. 42, Sala 01, Bairro Cidade Monções - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **E. A. Roschildt, Nome Fantasia Fazenda Águas da Serra -** CNPJ: 55.655.553/0001-74 - Endereço: Área Rural, S/nº, Km 42, Cáceres/mt - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Egon Albino Roschildt -** Endereço: Não Consta - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Mult Side Comércio de Artefatos de Couro Ltda. -** CNPJ: 01.358.979/0001-37 - Endereço: Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 375, Cjto. 42, Sala 02, Bairro Cidade Monções - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Clínica Maiara Albuquerque Ltda. -** CNPJ: 35.425.840/0001-80 - Endereço: Rua Benjamin Constant, 170, 11º Andar, Sala 1108, Torre A, Bairro Estação Velha - Administrador Judicial: Contador Sr. João Teberge Neto - Vara/Comarca: Vara de Feitos Especiais de Campina Grande/PB

Agenda Tributária

Mês de Agosto de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Julho/2024
9	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)		
	Cigarros Contendo Tabaco (Cigarros do código 2402.20.00 da Tipi)	1020*	Julho/2024
9	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Outros Rendimentos		
	Juros de empréstimos externos	5299*	Julho/2024

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

Cenários Protagonista do movimento é o etanol de milho, com aportes de R$ 15,8 bilhões em curso

Biocombustíveis têm investimentos de R$ 42 bi

Camila Souza Ramos
e Cibelle Bouças
De São Paulo e Belo Horizonte

O setor de biocombustíveis está fazendo investimentos bilionários em 2024 no Brasil, estimulado pela aposta na necessária transição energética. Neste ano, as empresas já anunciaram e mantêm em curso aportes de pelo menos R$ 42 bilhões, segundo levantamentos realizados por diferentes agentes do setor a pedido do **Valor**.

Esses investimentos consideram apenas o capital comprometido em infraestrutura industrial, isto é, não incluem aportes na área agrícola.

O protagonista do movimento é o etanol de milho. Segundo levantamento da União Nacional do Etanol de Milho (Unem), há investimentos de R$ 15,8 bilhões em curso, em fase avançada de construção de unidades e outros em fase de licenciamento e início de obra. Os projetos estão espalhados por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Tocantins, Pará, Paraná e Rio Grande do Sul, e devem ser concluídos até 2026.

Também há aportes em ampliações de fábricas existentes e em novas indústrias de biodiesel, biometano, etanol celulósico e açúcar. "O setor de bioenergia está de olho nas possibilidades de transição energética que contemplam diversas rotas de produção", afirma Guilherme Nolasco, presidente da Unem.

Para ele, o projeto de lei Combustível do Futuro, que tramita no Senado e prevê aumentos de mistura de biodiesel e etanol, além de mandatos para biometano e bioquerosene de aviação (SAF), indica ao setor privado que os biocombustíveis são prioridade do país na transição energética.

No caso do biodiesel, os aportes na expansão e construção de novas unidades neste ano foram estimados em R$ 6 bilhões pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), segundo projeção do fim do ano passado.

Em etanol de segunda geração (E2G) e em biogás, os investimentos em curso somam R$ 3 bilhões. Além disso, as empresas do setor de cana também estão aumentando suas apostas na produção de açúcar, tanto com projetos de melhorias das unidades como na instalação de novas fábricas, totalizando investimentos de R$ 4,2 bilhões, segundo cálculos da FG/A, de Ribeirão Preto.

O valor não inclui os aportes nas lavouras para renovar os canaviais e as frotas, que têm o maior peso e são na casa das dezenas de bilhões de reais, segundo a FG/A.

Em parte, a expansão da indústria de etanol de milho é reflexo da estratégia das usinas de cana de priorizar a produção de açúcar nos últimos anos, uma vez que a commodity está remunerando mais que o etanol. Isso abriu espaço para que a indústria de milho garantisse a oferta de etanol ao mercado, diz Juliano Merlotto, sócio da FG/A.

Muitos dos investimentos em processamento de milho para produção do biocombustível são feitos por usinas de cana querendo diversificar a produção. É o caso da CerradinhoBio, que primeiro investiu em uma linha anexa à sua usina de cana com processamento de milho em Chapadão do Céu (GO), e agora em uma usina só de milho em Maracaju (MS).

Outra alavanca dessa indústria é o fato de o milho ser plantado todo ano, enquanto a expansão do etanol de cana demanda investimento nas lavouras, bem mais custoso, observa Nolasco, da Unem.

Já os aportes em biodiesel ocorrem a despeito da capacidade ociosa de 42% das indústrias em operação. De acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), há no país 59 unidades industriais instaladas. Há dez em ampliação e oito em construção.

"Não temos necessidade de aumento de capacidade. Os investimentos hoje estão baseados numa expectativa de antecipação do aumento da mistura e da maior adoção do B100 [biodiesel puro] em frotas cativas, como da Amaggi e da JBS", diz Julio Minelli, diretor da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio).

Em novembro de 2023, executivos de tradings como Cargill, Bunge, ADM, Cofco, Amaggi e Louis Dreyfus (LDC) anunciaram que investirão US$ 10 bilhões nos próximos anos no país. Os recursos serão destinados ao esmagamento de soja e à produção de biocombustíveis.

Fora da lista da ANP está o projeto do Grupo Potencial, de R$ 1,7 bilhão em uma nova usina em Lapa (PR), com capacidade de 900 milhões de litros de biodiesel por ano e previsão de início em 2026.

Já o setor de cana praticamente não está investindo em aumento de capacidade de etanol de primeira geração (feito da planta). Uma das poucas empresas a anunciar investimento em capacidade de moagem da matéria-prima foi a CMAA. Em abril, a companhia informou que investirá R$ 3,5 bilhões para elevar sua capacidade industrial de 10 milhões para 18 milhões de toneladas até 2033.

Na última quarta-feira, foi a vez de a BP Bunge anunciar um aporte de R$ 530 milhões para ampliar a capacidade de moagem de cana e de produção de etanol em sua unidade de Pedro Afonso, em Tocantins.

Os aportes no setor de cana estão concentrados no etanol de segunda geração, feito de bagaço e palha, e são liderados apenas pela Raízen. A empresa tem quatro plantas de E2G em construção e três em fase de projeto.

Outra vertente de investimentos do segmento é em biogás e biometano. A Associação Brasileira de Biogás (Abiogás) diz que suas associadas anunciaram ampliação da capacidade em 7 milhões de metros cúbicos de biometano ao dia até 2029, o que exigirá investimentos de R$ 7 bilhões.

Atualmente, o setor tem autorização da agência reguladora para a venda de 417 mil metros cúbicos por dia e aguarda o aval para mais 1,6 milhão de metros cúbicos diários de capacidade.

"Os grandes investidores não olham mais para energia elétrica porque não está pagando adequadamente. A tendência é dos projetos de menor porte serem de biogás [para geração de energia] e os maiores para biometano [como combustível veicular]", afirma Renata Isfer, presidente da Abiogás.

Mais biocombustíveis

Número de projetos de novas usinas

Estado	Etanol	Biodiesel	Biometano
Pará	1	1	
Maranhão	1		
Pernambuco	1		
Tocantins	1		
Bahia	1		
Mato Grosso	8	4	1
Goiás	1	2	
Minas Gerais	1	2	
Espirito Santo	1		
Mato Grosso do Sul	1	1	
São Paulo	1	2	6
Paraná	1	2	
Santa Catarina			5
Rio Grande do Sul	4	3	

R$ 42 bilhões são os investimentos previstos pelas indústrias de combustíveis em 2024*

Fontes: ANP, com elaboração do Valor. * Os investimentos levantados pelo Valor incluem indústrias em fase de projeto e que ainda não protocolaram pedido de registro na ANP

Combustível do Futuro

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, disse a parlamentares da Frente Parlamentar Mista do Biodiesel (FPBio) e a representantes do setor de biocombustíveis que o projeto de lei do Combustível do Futuro deverá ser votado pelos senadores nas próximas semanas. Pacheco afirmou que ligou para o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), relator da matéria na Casa, e que faria contato com o presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Confúcio Moura (MDB-RO), para que o projeto seja pautado na próxima semana. Se aprovada, há chances de a proposta ser votada no plenário na semana seguinte. O relato foi feito ao presidente da FPBio, deputado Alceu Moreira (MDB-RS), e ao relator da proposta na Câmara, Arnaldo Jardim (Cidadania-SP). (Rafael Walendorff, de Brasília)

Novas cultivares de cana fazem lucro do CTC subir no trimestre

De São Paulo

O aumento das vendas de variedades de cana-de-açúcar lançadas recentemente impulsionou os resultados do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) no primeiro trimestre da safra 2024/25. O lucro líquido da companhia cresceu 8,3% no período, e alcançou R$ 35,8 milhões.

A receita líquida, fruto do pagamento de royalties das cultivares protegidas, aumentou 8,9%, para R$ 95,1 milhões. O desempenho foi o melhor já registrado pela empresa num primeiro trimestre.

O CTC aumentou sua participação no plantio de cana desta safra — de toda a área de cana cultivada no Brasil, 24% foram com variedades do CTC, acima dos 20% de participação de um ano atrás. Considerando a área de produção, a fatia da empresa subiu 1 ponto percentual na base anual, para 16%.

As variedades lançadas de 2020 em diante já representam 59% da área plantada com cultivares do CTC. Desde aquele ano, o CTC lançou sete variedades, que têm ganhado maior participação no plantio, afirmou Cesar Barros, CEO da companhia, ao **Valor**. A companhia tem hoje 31 cultivares de exploração comercial.

"As variedades mais novas representam um ganho no ticket médio, e isso se reflete em ganho de margem", afirmou. A área faturada no trimestre foi de 295,7 mil hectares, alta anual de 1%, enquanto o preço médio subiu 3%, para R$ 345 o hectare.

Como resultado, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) no trimestre cresceu 17,3%, para R$ 50 milhões, o que levou a um aumento da margem Ebitda de 3,8 pontos, para 52,6%. Segundo Barros, o desempenho também é fruto de "eficiência organizacional, da forma de fazer negócio e eficiência nos gastos".

Boa parte dos resultados é reinvestido no CTC. O investimento apenas em pesquisa e desenvolvimento (P&D) alcançou R$ 46,6 milhões, alta de 9,9%. Mesmo assim, a companhia teve um aumento de 21,3% em sua posição de caixa, que encerrou o trimestre em R$ 378,9 milhões.

Neste terceiro trimestre, o caixa da empresa será reforçado com o desembolso da segunda tranche do financiamento contratado com a Finep — Financiadora de Estudos e Projetos —, destinados a investimentos em pesquisa, com 14 anos de prazo e quatro de carência. Dos R$ 180 milhões contratados, R$ 70 milhões entraram em novembro passado e R$ 60 milhões entraram no trimestre atual. *(CSR)*

Minerva vai deixar de exportar bovinos vivos até o fim do ano

Frigoríficos

Nayara Figueiredo
De São Paulo

A Minerva não vai mais exportar gado bovino vivo. Até o fim deste ano, as operações de embarques de boi em pé a outros países serão encerradas, disse ontem o diretor financeiro da companhia, Edison Ticle. Segundo o executivo, a operação é cada vez menos relevante para o balanço total da empresa.

"É um negócio que tem uma volatilidade grande e, para nossa estratégia, não faz mais sentido do ponto de vista de risco/retorno, manter essa operação", afirmou Ticle em teleconferência com analistas para apresentar os resultados da Minerva no segundo trimestre do ano.

Na composição da receita bruta do segundo trimestre de 2024, a categoria 'outros' ficou em R$ 253,1 milhões e foi a única que registrou queda, de 33,5%, em relação ao mesmo período do ano passado, conforme balanço divulgado na quarta-feira.

De acordo com o diretor financeiro, a queda foi motivada, basicamente, pela redução na exportação de gado vivo, diante do plano de encerrar essa operação.

Ao lado das vendas de boi em pé, a categoria 'outros' da receita bruta inclui os negócios de trading de proteínas, trading de energia e revenda de produtos para terceiros, que juntos representam de 2% a 3% da receita da Minerva em base trimestral.

Uma fonte do mercado disse que as exportações de gado vivo representam um negócio de poucos compradores para o Brasil, mas de bons volumes.

33,5% foi a queda na receita bruta da categoria 'outros'

"Apesar da volatilidade e da questão ESG, que tem sido uma briga que a Austrália tem enfrentado há muito tempo também, a operação tinha boas margens [para Minerva]", afirmou a fonte. A Austrália é uma das principais concorrentes dos brasileiros nesse segmento.

A "questão ESG" citada por essa fonte é uma referência às críticas feitas por organizações não governamentais (ONGs) em relação às condições que os animais enfrentam no transporte em navios até os destinos.

A Minerva já enfrentou problemas relacionados às exportações de gado vivo. Em 2018, a prefeitura de Santos (SP) multou a empresa em R$ 1,469 milhão por irregularidades no transporte de carga viva até o Porto de Santos. Na época, a companhia disse que seguia todos os procedimentos de bem-estar animal. Em 2015, um navio com 5 mil bois da empresa afundou em Barcarena, no Pará.

Imóveis de Valor

RPAROBE/GETTY IMAGES

CAPUSKI/GETTY IMAGES

FG TRADE/GETTY IMAGES

São Paulo, Curitiba e Porto Alegre lideram, nessa ordem, a lista das capitais com imóveis superluxuosos que custam a partir de R$ 5,5 milhões

O número de unidades de R$ 1,5 milhão ou mais vendidas no primeiro semestre do ano cresceu 10,6% na comparação com 2023, aponta estudo exclusivo da Brain

Vendas de imóvel de luxo batem recorde no país

Imóveis a partir de R$ 1,5 milhão bateram recorde de vendas no país no primeiro semestre deste ano, com 5,7 mil unidades comercializadas — 10,6% acima do volume de igual período em 2023. É o que aponta o estudo "Mercado imobiliário nacional — 1º semestre 2024", da consultoria Brain — Inteligência Estratégica. O VGV acumulado nos seis primeiros meses do ano nessa faixa de preço foi de R$ 17,2 bilhões: alta de 10,8%.

A consultoria Brain categoriza os produtos de alto padrão como luxo (de R$ 1,5 milhão a R$ 3 milhões) e superluxo, a partir de R$ 3 milhões. O desempenho atesta a capacidade de evolução dos dois segmentos mesmo em um cenário econômico pouco inspirador, analisa Fabio Tadeu Araújo, CEO da consultoria. "A decisão de compra do cliente de alto poder aquisitivo é pautada pelo desejo de mais conforto e sofisticação."

Não que a taxa de juros e o câmbio não interfiram nas vendas. Segundo Marco Tulio Vilela, CEO da Esquema Imóveis, "qualquer indicativo de redução na Selic cria uma perspectiva positiva, com aumento efetivo da demanda." O desempenho da empresa no período referenda essa tese: crescimento histórico de 56% da receita operacional — o mesmo índice de aumento observado no VGV. O volume de negócios subiu 20%.

Para a economista Paula Reis, do DataZAP, nem a alta do câmbio nem a reforma tributária teriam tido influência direta nos resultados do setor. Segundo ela, a cotação do dólar mexe no preço dos insumos, mas demora a ser percebida, e o impacto da reforma tributária nos resultados depende do texto final.

"A probabilidade de a nova tributação do setor aumentar é um fato, mas o segmento de alto padrão é o que tem maior capacidade para absorver esses repasses e deve continuar provando sua resiliência", pontua.

No top 3 do ranking das capitais com maior preço médio dos imóveis de luxo estão Vitória (ES), João Pessoa (PB) e São Luís (MA). Entre as propriedades superluxuosas, São Paulo (SP), Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS) encabeçam a lista, com valores acima de R$ 5,5 milhões.

No recorte por região, o Centro-Oeste registrou a maior variação positiva, com 32,8%, seguido do Norte (22,5%), do Nordeste (20%) e do Sudeste (7,3%). Apenas o Sul indicou queda de 1,6% nas unidades negociadas.

O Centro-Oeste ficou na liderança também quando o estudo focou no desempenho do VGV, com crescimento de 45,8% em relação ao mesmo período do ano passado. O percentual confirma o boom do mercado imobiliário da região, em especial de Goiânia, a capital de Goiás. Norte e Sul registraram queda de 4,3% e 12,9%, respectivamente.

MPD/DIVULGAÇÃO

Level Alphaville: projeto tem a quadra de tênis assinada por Fernando Meligeni

SIG/DIVULGAÇÃO

Residencial na Urca será construído em terreno com casarão preservado de dois andares em estilo art déco, que será convertido em 11 estúdios, alguns com quintal

LANÇAMENTOS

Na contramão dos bons resultados nas vendas, o volume de lançamentos de novos produtos no ano teve uma redução significativa, segundo o estudo da Brain. Por região, apenas o Nordeste apresentou variação positiva em relação ao primeiro semestre de 2023, com alta de 32,1%. Todas as demais registraram índices negativos.

Para Tadeu Araújo, um dos motivos seria a definição das novas diretrizes incluídas na revisão dos planos diretores de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. "Os lançamentos ficaram represados em razão desse debate, mas devem retomar com força na segunda metade do ano", avalia, acrescentando que, de modo geral, o segundo semestre é sempre mais forte que o primeiro, tanto em vendas quanto em lançamentos, em todas as categorias de imóveis.

A MPD Engenharia é uma das incorporadoras que devem voltar a fazer lançamentos neste semestre, um deles na região de Alphagran (São Paulo). Diretora-geral de Incorporação e Vendas da empresa, Débora Bertini avalia que a expectativa positiva mostra o aumento da confiança dos clientes na economia e a possível entrada de mais investidores estrangeiros no mercado nacional.

"Com o dólar forte, o preço das propriedades no país para o comprador internacional fica mais atraente", destaca. A MPD registrou aumento de 28% na comercialização de seus produtos na primeira metade do ano.

No Rio, a Sig Engenharia bateu recorde de vendas no período: R$ 40 milhões, alta de 60% em relação ao primeiro semestre de 2023. A empresa postergou os lançamentos para o segundo semestre e, agora, deve colocar seis projetos na rua — quatro deles em Ipanema, na Zona Sul carioca.

"A alta valorização dos imóveis de alto padrão no Rio deve-se à escassez de oferta. A ideia é atender à demanda por produtos sofisticados e em bairros nobres da cidade", comentou o presidente da Sig, Schalom Grimberg.

A previsão de novos lançamentos por parte das incorporadoras levou a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) a subir para 3% a projeção de crescimento para 2024. A entidade já havia ampliado uma previsão anterior em março: de 1,3% para 2,3%.

Para o presidente da entidade, Renato Correia, o lançamento de novos empreendimentos e a oferta de serviços, especialmente no segmente de alto padrão, criam uma expectativa positiva para a compra de insumos e matérias-primas, além de gerar empregos.

"A queda nas taxas de juros e a estabilização da inflação são os principais fatores para a perspectiva otimista dos empresários da construção civil", ressalta.

ESQUEMA IMÓVEIS/DIVULGAÇÃO

Casa no Jardim Paulista, com mil metros quadrados de área construída, tem projeto de Marcio Kogan e paisagismo de Rodrigo Oliveira

INÊS 249

CASA e JARDIM Sua casa linda do seu jeito. revistacasaejardim.globo.com

FOTOS DE DISNEY CRUISE LINE/DIVULGAÇÃO

Ao lado: vista aérea de Lookout Cay, ilha de 900 hectares exclusiva da Disney, localizada no Caribe

Acima: materiais sustentáveis foram aplicados na construção das estruturas da ilha da Disney, como nas cabanas de descanso Serenity Bay

Acima: por enquanto, apenas os navios Disney Dream, Disney Magic e Disney Fantasy, da frota da Disney Cruise Line, estão parando na ilha

Arquitetura da ilha exclusiva Lookout Cay representa a fauna, a flora, o oceano e as tradições locais

Nova atração da Disney é inspirada no mar das Bahamas

DANIELA TÓFOLI

A Disney Cruise Line acaba de inaugurar a ilha Lookout Cay, cercada pelas águas calmas e transparentes das Bahamas, para receber os turistas que viajam em seus cruzeiros.

Depois de 25 anos da abertura da Castaway Cay, a primeira ilha da Disney na região, o novo projeto tem como principal preocupação a preservação do meio ambiente. Por isso, a arquitetura e o paisagismo tornaram-se fundamentais durante ocupação do local.

São 900 hectares rodeados de praias paradisíacas, com infraestrutura impecável e mata preservada. "A ilha tem a cultura vibrante das Bahamas e uma beleza natural inesquecível. É um projeto muito importante para a Disney Cruise Line e um sonho realizado", afirmou Joey Gaskins, diretor de Relações Públicas dos cruzeiros, durante a entrevista de inauguração do projeto, no início de junho. "A gente nem sabe para onde olhar."

A criação da ilha foi feita em parceria da Disney com o governo das Bahamas. A arquitetura reflete a natureza e as tradições locais. O projeto tem diversas estruturas que reproduzem conchas enormes espalhadas ao longo da costa, e há instalações de arte permanentes de artistas bahamenses.

Materiais sustentáveis foram usados nas construções, e a paleta de cores é inspirada no oceano. As formas dos corais da região e a textura dos peixes locais, como a garoupa e o peixe-anjo, estão por toda parte. No chão de alguns bares e lojas, um brilho rosa remete à cor da areia local, encantando crianças e adultos.

Houve o mesmo cuidado com a fauna e a flora. Na abertura do espaço, ainda era possível ver os ajustes finais de paisagismo com mudas recém-plantadas, todas de espécies nativas. Essa vegetação protege as dunas, fornece alimento aos polinizadores e representa a biodiversidade da ilha.

Especialistas em conservação das Bahamas e da Disney implementaram uma variedade de iniciativas, como projetos de restauração de corais, marcação de pássaros e preservação das plantas.

Menos de 16% da área está sendo usada para as construções, preservando o estado natural da maior parte do terreno. Os engenheiros priorizaram design e construção sustentáveis, incluindo passarelas elevadas e um cais de cavalete aberto para evitar dragagem (escavação aquática).

A Disney também se comprometeu a enviar zero resíduos para aterros, e 90% da energia do destino será proveniente de fontes renováveis. "Lookout Cay está repleta de animais e plantas nativas, e estou orgulhoso da nossa equipe de conservação, que trabalha há anos para criar esse destino mágico, onde a natureza pode continuar a prosperar", afirmou Mark Penning, vice-presidente de Animais, Ciência e Meio Ambiente da Disney.

Por causa da preocupação com o meio ambiente, para se chegar à ilha é preciso atravessar um píer de 800 metros a partir do navio. O porto ficou mais distante dada a promessa de não destruir os corais por cavar o fundo do mar.

As equipes de conservação farão pesquisas contínuas com insetos e pássaros no local para monitorar a saúde do ecossistema, e toda construção nova passará por uma avaliação criteriosa. No destino, diversão e natureza em harmonia garantem uma experiência única aos visitantes.

A Lookout Cay tem uma extensa faixa de areia para as famílias e um espaço à beira-mar exclusivo para adultos, a Serenity Bay, ambas com cabanas privativas para os hóspedes, que reproduzem a arquitetura bahamense. Entre as atividades agendadas, snorkel para mergulho e passeios de catamarã.

Se as crianças cansarem do mar, a Rush Out Gush Out Water Play tem brinquedos aquáticos para todas as idades, que vão desde tobogãs e "baldes-cascatas" até fontes que saem do chão. Já na Sebastian's Cove, os adolescentes têm entretenimento garantido com muitos jogos.

Para quem quer aventura e atividade física, uma trilha natural permite descobrir parte da ilha a pé ou de bicicleta. Ao longo do caminho, é possível apreciar vistas do Oceano Atlântico e esculturas de bronze que apresentam animais da região, como mariposas-morcego, lagartos de cauda encaracolada e caranguejos.

Na área de alimentos e bebidas, dois restaurantes e quatro bares servem a gastronomia local. Algumas opções são feijão bóer, arroz das Bahamas, pargo grelhado marinado com limão, churrascos, costelas e frango assado com especiarias da ilha.

Entre os drinques, há cafés gelados especiais (o café das Bahamas é tradição cultural), o refrigerante Goombay Punch e típicas bebidas à base de abacaxi, que vão de refrescantes "smoothies" até uma cerveja feita com a fruta.

Apenas os navios Disney Dream, Disney Magic e Disney Fantasy, da frota da Disney Cruise Line, estão parando na ilha por enquanto. Os demais continuam atracando na Castaway Cay. Para saber mais detalhes, acesse o site disneycruise.com.

Fachada da churrascaria True True BBQ é um destaque da arquitetura da ilha

Ao lado: instalação de arte que lembra o Mickey tem formas e elementos bahamenses

Estruturas que lembram conchas estão espalhadas por toda a Lookout Cay

Ao lado: a ilha tem trilhas naturais com esculturas de bronze de animais das Bahamas, como mariposas-morcego, lagartos de cauda encaracolada e caranguejos

A área Rush Out Gush Out Water Play, repleta de brinquedos aquáticos, foi projetada com diversas cores e formas geométricas

Entrevista

FLAVIA MARCOLINI, DIRETORA-PRESIDENTE DO CASASHOPPING (RJ)

Um dos ícones do varejo nacional completa 40 anos em setembro cheio de novidades: o CasaShopping, no Rio, maior polo de decoração da América Latina, transcendeu o propósito original de ser um centro de compras para se tornar um local de convivência, frequentado por 200 mil pessoas a cada mês. Agora, pretende ser, de fato, o lar de seus clientes, com o lançamento de três torres residenciais em um terreno anexo ainda em 2024. À frente do negócio — que deve crescer 9% neste ano — está Flavia Marcolini, filha do fundador da empresa, Luiz Paulo Marcolini, que comenta a aposta no novo segmento e analisa a trajetória da companhia.

Por que lançar um residencial anexo ao shopping?
Flavia Marcolini — O mercado de salas comerciais ainda não absorveu a superoferta do período pré-Copa do Mundo e Olimpíadas na cidade, mas, no sentido inverso, houve uma valorização do metro quadrado residencial. Então, entendemos que um projeto misto, com varejo e moradias, seria complementar ao shopping.

Como será o empreendimento?
Serão três torres residenciais de 12 andares projetadas pelo escritório Feu Arquitetura, com 220 apartamentos de dois e três quartos, e decoração assinada pelo CasaShopping. Na base, haverá 13 lojas, além de dois subsolos de garagem. O VGV será de cerca de R$ 400 milhões, e o projeto deve estar concluído em três anos e meio.

No setor de decoração, a experiência de consumo se tornou tão importante quanto a qualidade do produto ou serviço?
Sim, por isso, é imprescindível valorizar o relacionamento. No nosso setor, as pessoas não compram por impulso. Mudar uma casa exige planejamento e estudo. Vendemos sonho, bem-estar, estilo e qualidade de vida, atributos intangíveis e emocionais.

Como atender à demanda?
O shopping se transformou em um lugar de convivência. Nesse sentido, apostamos no incremento e na diversificação do mix, com gastronomia e serviços de bem-estar, mobilidade, imobiliária, concessionária e lajes corporativas para empresas de grande porte. ▶▶▶

ARI KAYE/DIVULGAÇÃO

CONTINUE LENDO ESTA ENTREVISTA EM: valor.globo.com/patrocinado/imoveis-de-valor

G.LAB É O ESTÚDIO DE BRANDED CONTENT DA EDITORA GLOBO, ESPECIALIZADO EM SOLUÇÕES DE CONTEÚDO PARA MARCAS

CONTATO COMERCIAL SP:
João Meyer — jomeyer@edglobo.com.br
CONTATO COMERCIAL RJ:
Marcelo Lima — mlima@oglobo.com.br
DEMAIS REGIÕES: ana.lima@edglobo.com.br

SUGESTÕES DE PAUTA:
imoveisdevalor.glab@edglobo.com.br

Valor C
Sexta-feira, 9 de agosto de 2024

Finanças

Cenário Após ajustes nos últimos anos setor retoma expansão, mas cenário macro traz incertezas

Bancos voltam a mostrar apetite a risco e aceleram no crédito

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Mario Leão, CEO do Santander: "O componente interno tem tido um efeito maior no preço dos ativos que o externo, na nossa visão até além do que deveria"

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

Os principais bancos brasileiros — Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil — voltam a mostrar disposição para tomar mais risco à medida que concluem os ajustes feitos nos balanços para controlar o aumento da inadimplência no pós-pandemia. As linhas de cartão de crédito e empréstimo pessoal sem garantia — que estão no centro da crise so último ciclo de crédito — cresceram no segundo trimestre, e as instituições financeiras dizem que estão com mais apetite nessas modalidades.

No entanto, deve ser uma retomada mais cautelosa, com aprendizados deixados pelo período de expansão acelerada dos cartões no Brasil e em meio às incertezas sobre o cenário macroeconômico.

A reversão das provisões relacionadas à Americanas é outro fator que pode ajudar numa retomada mais forte do crédito. Isso deve aparecer nos balanços a partir do terceiro trimestre, com o término da reestruturação das dívidas da varejista. As medidas contemplam a conversão de parte dos créditos em ações e o pagamento do restante com deságio. Juntos, os quatro grandes bancos tinham exposição de R$ 12,7 bilhões à empresa. A instituições devem reverter parte do valor provisionado, com impacto positivo nos resultados, e manter outra parte, ajudando a manter o balanço protegido até mesmo pelas expectativas de crescimento da carteira.

Os quatro grandes bancos de capital aberto registraram um lucro combinado de R$ 27,622 bilhões no segundo trimestre, uma alta de 13,4% na comparação com o segundo trimestre do ano passado. A margem financeira bruta teve avanço anual de 6%, a R$ 83,545 bilhões. Já as despesas com provisões para devedores duvidosos (PDD) diminuíram 9,4%, a R$ 29,805 bilhões, refletindo um ambiente de menor risco de crédito.

A carteira de crédito expandida dessas instituições registrou incremento de 9% em um ano, chegando a R$ 4,015 trilhões. É um ritmo próximo da média do sistema financeiro nacional, de 9,9%.

O crédito vem acelerando nos últimos meses, mesmo com a interrupção da queda da Selic e com as turbulências mais recentes nos mercados financeiros. A inflação controlada e o mercado de trabalho bastante forte favorecerem esse movimento, especialmente após o processo de desalavancagem das famílias nos últimos anos. A inadimplência também caiu ante 2023, o que alivia a PDD e abre caminho para os bancos terem um maior apetite por risco.

Todos os quatro bancos aceleraram no crédito nos últimos meses, sobretudo o Banco do Brasil (BB), que avançou mais que os outros, com expansão anual de 13,2%. O desempenho foi puxado sobretudo pelo agro, que cresceu 16,6%. Na outra ponta, quem menos aumentou o portfólio foi o Bradesco, alta com 5% em meio a um processo de reestruturação no banco, que sofreu mais impacto da inadimplência que os concorrentes.

Passada a euforia no início da pandemia, os bancos amargaram uma forte alta na inadimplência de linhas sem garantia ("clean") a partir da segunda metade de 2022, quando iniciaram um processo de ajuste nos seus portfólios. Muitos CEOs admitiram que houve um excesso na oferta de cartões, especialmente no chamado "mar aberto", ou seja, para clientes que não eram correntistas e sobre os quais os bancos não tinham tantos dados. Agora, eles dizem que o cenário macro mudou — com famílias menos alavancadas —, que a competição está mais racional e que aprimoraram as políticas de aprovação de clientes ("onboarding") e os modelos de crédito. Mais até do que uma linha de crédito, o cartão é essencial como instrumento de engajamento dos clientes, por isso os bancos não podem abrir mão dele.

No Itaú, líder no mercado de cartões, a carteira nessa linha ficou estável no trimestre e teve expansão anual de 2%, a R$ 130,9 bilhões. O diretor de estratégia corporativa e relações com investidores, Renato Lulia, disse que a carteira de cartões pode ter chegado a "um ponto de inflexão". "A carteira para de cair e fica de lado, o que pode possibilitar crescimento a partir do próximo trimestre", afirmou em teleconferência nesta semana.

O Santander teve expansão de 3,5% em três meses e 11,4% em 12 meses, a R$ 51,015 bilhões na carteira de cartões. O CEO, Mario Leão, comentou que por quase dois anos o banco diminuiu o negócio, mas voltou a crescer no último trimestre e dobrou a velocidade agora. "O crédito 'clean' que vai trazer a principalidade não é o crédito pessoal, é o cartão de crédito", disse.

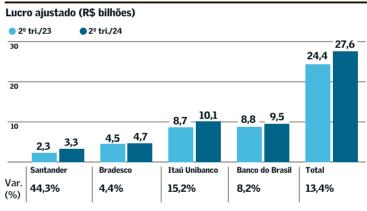
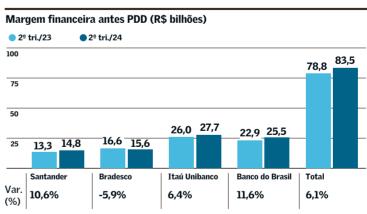
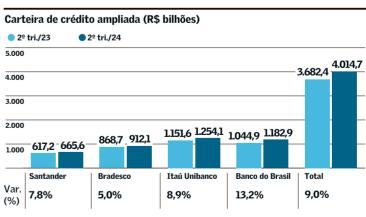
> "Estamos com apetite moderado, com pé no chão. Aprovação de crédito ainda está 16% abaixo de 2019"
> *Marcelo Noronha*

No Bradesco, a carteira de cartões subiu 0,7% no trimestre e ainda cai 3,7% em um ano, a R$ 69,507 bilhões. O presidente do banco, Marcelo Noronha, se mostrou um pouco menos animado que os rivais, dizendo que está conservador na linha. No entanto, disse que na alta renda os volumes de cartões estão avançando 12%. Ele deixou claro que não haverá arroubos. A instituição passa por um profundo processo de reestruturação após uma sequência de resultados ruins. "Estamos com apetite a risco moderado, com pé no chão."

A carteira de cartões do BB caiu 1% no trimestre e 2,9% em um ano, a R$ 53,770 bilhões. No entanto, o vice-presidente financeiro, Geovanne Tobias, afirmou que há espaço para crescer. Ele lembrou que ó portfólio do Itaú na área é três vezes maior que o do BB. "Não faz sentido os rivais crescendo 3%, 4%, 5% e a gente caindo 3%, estamos perdendo share."

O Banco do Brasil foi o único que teve aumento da inadimplência de pessoa física, ainda que pequeno, de março para junho (de 4,77% para 4,81%). Os executivos da instituição falam em estabilização após o processo de ajuste do balanço.

Os bancos digitais também estão voltando com mais força para as linhas sem garantia. O Inter cresceu 3,9% no trimestre e 36,8% em um ano em cartões. O vice-presidente financeiro, Santiago Stel, disse que o banco começou a expandir as linhas de Pix crédito e crediário digital ("buy now, pay later"), que têm inadimplência maior, mas retorno mais elevado. No Pan, o CEO, Carlos Eduardo Guimarães, afirmou que planeja elevar a fatia de crédito sem garantia do nível atual de 5% para 10% dentro de um ano. No médio prazo, esse patamar pode chegar a 15%, superando o pico de 12% atingindo pelo Pan no fim de 2021.

A expectativa agora é com o Nubank, que tem a quinta maior carteira de cartão do país e divulga balanço na terça-feira. Em relatório recente, usando os números do Banco Central referentes a maio, o Itaú BBA disse que a deterioração na qualidade de crédito da fintech no segundo trimestre está mais rápida que o observado no primeiro. E isso pode reacender o debate sobre a verdadeira saúde da carteira do banco. "Na nossa opinião, a qualidade do crédito deve ser avaliada em conjunto com receitas e lucros. Esse sempre foi o modus operandi do Nubank.".

Nesse cenário de volta do apetite ao risco, os grandes bancos mostraram otimismo moderado com o cenário macroeconômico, mesmo com as turbulências recentes nos mercados financeiros doméstico e externo e a possibilidade de alta da Selic, admitida nesta semana pelo Banco Central. A visão é que a atividade está em um nível bom, com PIB crescendo perto de 2,3%. Os juros altos poderiam prejudicar mais o contexto para 2025.

Leão, do Santander, disse que continua acreditando na agenda fiscal do governo, mas que o ruído recente em torno do tema tem feito os ativos se mexerem. "O componente interno tem tido um efeito maior no preço dos ativos que o externo, na nossa visão até além do que deveria", afirmou. "Esperamos alguma acomodação nos próximos meses."

Noronha, por sua vez, lembrou que as prováveis reduções de juros pelo Federal Reserve, o banco central dos EUA, devem ajudar o Brasil. "Vemos o cenário de taxa de juros mais constante no Brasil, ainda não estamos trabalhando com alta de juros."

Maluhy foi na mesma linha e disse que a chance de uma recessão na economia americana é baixa e que o Itaú continua trabalhando com uma Selic estável em 10,5% até o fim do ano "A dinâmica e discussão da parte fiscal sempre traz algum prêmio de risco", disse, acrescentando que o governo vem fazendo um esforço para controlar parte fiscal.

Apesar das incertezas, os bancos têm revisado para cima as projeções para a expansão do crédito este ano. Segundo a Pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da Febraban, a previsão passou para 10%, com alta de 11,3% no crédito direcionado e de 9,2% no livre. No começo de 2024, a expectativa para o crédito geral era de alta de 8,3% no ano. Para a inadimplência, a projeção para dezembro é de 4,2%, mostrando queda em relação à projeção anterior, de 4,6%.

Leia mais na página C3

Retomada à vista

Bancos estão acelerando o crédito e com maior apetite a risco

Fonte: Elaboração do Valor com dados dos bancos

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 8/ago24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	1,76
S&P 500	2,30
Euronext 100	-0,15
DAX	0,37
CAC-40	-0,26
Nikkei-225	-0,74
SSE Composite	0,00

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Mercados Dados de seguro desemprego nos EUA aliviaram receios de recessão econômica

Temor de recessão nos EUA diminui e ativos de risco avançam

Gabriel Roca, Maria Fernanda Salinet e Gabriel Caldeira
De São Paulo

Os sinais de que o mercado de trabalho dos Estados Unidos não está a caminho de uma desaceleração veloz contribuíram para a retomada da demanda por ativos de risco nos mercados globais. Na sessão de ontem, os índices acionários ao redor do mundo se valorizaram, bem como as moedas de países emergentes e, neste contexto, o dólar encerrou o dia em queda firme, terminando o dia em seu menor patamar desde 22 de julho.

O dólar caiu 0,90% em relação ao real, para R$ 5,5741, e, perto do horário de fechamento nos mercados locais, recuava também 2,23% ante o peso mexicano. Já o Ibovespa subiu 0,90%, aos 128.661 pontos.

Os agentes financeiros se mostraram menos cautelosos com a possibilidade de uma recessão nos Estados Unidos. Isso porque os dados semanais de seguro-desemprego no país vieram abaixo das estimativas de consenso, aliviando parcialmente as tensões que cresceram no mercado após o dado do 'payroll' na última sexta-feira.

Os pedidos somaram 233 mil na semana passada, encerrada em 3 de agosto, caindo em 17 mil na comparação com o número da semana anterior, de acordo com dados divulgados pelo Departamento do Trabalho. O resultado veio abaixo dos 240 mil pedidos esperados por analistas consultados pelo "The Wall Street Journal".

Imediatamente após o dado, os rendimentos dos Treasuries passaram a operar em alta firme e permaneceram assim até o fim do dia. O rendimento da T-note de 2 anos subiu de 3,968% para 4,050%, enquanto a taxa da T-note de 10 anos avançou de 3,966% para 3,997%.

Os receios menores de desaceleração na atividade econômica americana também acabaram impulsionando as bolsas. Em Nova York, o índice Dow Jones teve alta de 1,76%, o S&P 500 subiu 2,30%, e o Nasdaq avançou 2,87%.

Segundo Michael Pfister, analista de câmbio do Commerzbank, o mercado parece ter chegado a um ponto de maior equilíbrio após o pânico que atingiu em cheio as moedas emergentes entre o fim da semana passada e o começo desta. "Isso pode ser um bom sinal para os participantes do mercado que pensaram que a turbulência foi apenas um fato temporário", diz.

Para ele, contudo, ainda há riscos que podem afetar o desempenho de ativos de risco à frente, "afinal, as razões para o 'sell-off' não desapareceram", diz. "A economia dos EUA continua enfraquecendo e é provável que o BC japonês continue a aumentar seus juros, apesar de os fundamentos sugerirem o contrário — a turbulência, no máximo, adiou isso", avalia Pfister. "As próximas semanas devem continuar instáveis", completa.

Já o economista-chefe do Banco Bmg, Flavio Serrano, avalia que há espaço para que o dólar continue recuando no curto prazo e, caso isso se confirme, uma nova alta de juros poderia ser evitada pelo BC.

"Acreditamos que o real pode seguir se valorizando em um futuro próximo. O câmbio devia estar entre R$ 5,20 e R$ 5,30. As contas externas estão em um momento tranquilo; a balança comercial deve seguir forte. O fiscal segue como uma preocupação, mas o cenário externo melhorou bastante. Mais provável que tenhamos três cortes pelo Fed neste ano", diz.

Na avaliação de Serrano, para que o Copom trouxesse sua projeção de inflação do horizonte relevante para 3%, seria necessário algo em torno de 0,5 a 0,75 ponto percentual de alta. "Mas fazer um ciclo pequeno como esse, em um ambiente de flexibilização global, parece um pouco esquisito. Dada a incerteza, não custa esperar uma ou duas reuniões e ver em que patamar o câmbio se estabiliza e qual será o comportamento das expectativas de inflação", afirma.

Serrano também não vê um cenário de desaceleração brusca na atividade econômica dos EUA. "Mas acho que o ajuste de política monetária vai ficar mais rápido. Antes ele tinha cara de que seria gradual. Acredito que eles devem começar de uma maneira um pouco mais rápida, desacelerar e parar por volta dos 4% para analisar os efeitos", aponta.

No mercado de renda variável, o analista Hayson Silva, da Nova Futura Investimentos, ressalta que a bolsa brasileira segue muito desvalorizada, com múltiplos bastante atrativos. "Os múltiplos estão sendo negociados abaixo das médias históricas, o que não dá espaço para cair. E estamos no meio de resultados muito bons de forma geral, com destaques positivos, como é o caso do próprio Itaú, abrindo espaço para pagar mais dividendos", argumenta Silva. "Essa avalanche de resultados positivos na temporada traz um pouco de abrigo em relação a essa movimentação lá fora."

Em relação ao investidor estrangeiro, o analista afirma que a dinâmica de alocação global deve se inverter neste segundo semestre. "Tivemos muita saída de capital estrangeiro indo para a renda fixa americana. À medida que começar a flexibilização nos EUA, isso pode deixar o Brasil mais atrativo", avalia.

Assim, a corretora acredita que o Ibovespa deva alcançar a casa dos 140 mil pontos até o fim de 2024.

140 mil
pontos é a projeção da Nova Futura para o Ibovespa

Galípolo endurece tom e deixa juros futuros em alta

Gabriel Shinohara e Gabriel Roca
De Brasília e de São Paulo

CRISTIANO MARIZ/O GLOBO

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, fez um pronunciamento considerado duro contra a inflação, ao reconhecer que o período complicado de volatilidade "acima do normal" traz um "cenário desconfortável para autoridade monetária atingir a meta".

Foi a primeira manifestação pública de uma autoridade do BC sobre política monetária depois da última reunião do Copom e da piora nos mercados globais. Pela manhã, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, participou de evento, mas não comentou sobre a cena econômica.

O grau de preocupação de Galípolo, visto como possível sucessor de Campos Neto, com a inflação provocou uma nova alta nos juros futuros — a taxa do DI para janeiro de 2026 subiu de 11,52% para 11,645%. O dirigente enfatizou que a projeção de inflação de 3,2% no horizonte relevante, atualmente o primeiro trimestre de 2026, está acima da meta e voltou a apontar para a necessidade de os novos diretores do BC conquistarem credibilidade.

"Foi explicitado de maneira clara nesta ata [divulgada na terça-feira] que, em 3,2%, é uma interpretação por parte do Copom de que você está acima da meta", disse o diretor. Além disso, para ele, "cabe a nós, os novos diretores, conquistar credibilidade perante a sociedade". Galípolo participou do 15º Congresso Brasileiro das Cooperativas de Crédito (Concred).

Galípolo destacou que havia um debate sobre se o BC entendia que o cenário atual estava "ok e aguardava não ter uma deterioração" ou se entendia que o cenário era desconfortável e esperava uma melhora das variáveis que influenciam a inflação para ter a convergência à meta. "Eu me alinho com a visão do segundo cenário. É um cenário desconfortável para a autoridade monetária para atingir a meta. As coisas, como estão hoje, colocam um cenário desconfortável."

O dirigente, inclusive, ressaltou que a definição de que a projeção de 3,2% está "acima da meta" é importante porque, em alguns momentos, foi utilizada, pela linguagem do Copom "que uma projeção de 3,1% estava em torno da meta ou ao redor da meta".

O diretor disse que era normal que surgisse uma dúvida sobre o que significava "em torno" ou "ao redor" da meta. "É importante dizer que, em nenhum momento, isso significa uma leniência sobre cumprir a meta de 3%. De nenhuma maneira a banda é utilizada para que você vá reduzir o esforço da política monetária", destacou.

Em sua fala, Galípolo citou que várias análises de bancos e investidores passaram a estabelecer correlação de taxa de câmbio, a inflação e a função de reação da política monetária. O diretor disse que é "sabido e reconhecido" o impacto do câmbio na inflação corrente e nas expectativas, mas que "seria um equívoco" estabelecer a reação mecânica entre taxa de câmbio e política monetária.

O diretor explicou que o repasse do câmbio para a inflação depende de uma série de condicionantes e existem diversos outros pontos de preocupação levantados pelo BC. "Para dar um exemplo, que agente vem a toda reunião desde que eu entrei ressaltando, o dinamismo do mercado de trabalho e o crescimento econômico tem sido uma surpresa repetida."

Galípolo ressaltou que a inflação de serviços é importante não só pela maior inércia, mas também porque "serviços não podem ser importados". Assim, se prestaria como referência de sinal adicional sobre a trajetória de inflação.

"Cabe a nós, os novos diretores [do BC], conquistar credibilidade perante a sociedade"
Gabriel Galípolo

Diretor procura eliminar dúvidas sobre como seria BC sob seu comando

Análise

Alex Ribeiro
De São Paulo

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, fez no início da noite de ontem um discurso alinhado com a ala mais conservadora do Comitê de Política Monetária (Copom), procurando eliminar dúvidas sobre como deverá presidir a instituição caso seja indicado para o cargo.

Os analistas econômicos do mercado financeiro estavam de olho, em particular, na opinião de Galípolo sobre as projeções de inflação do Copom e sobre o balanço de riscos para a inflação. No caso das projeções, o diretor de política monetária do BC disse que a estimativa de um índice de preços de 3,2% no período de 12 meses até março de 2026, feita pelo Copom, está acima da meta, de 3%.

Já sobre o balanço de riscos para a inflação, Galípolo emitiu a opinião de que ele é assimétrico, ou seja, os riscos altistas para a inflação superam os baixistas.

Sua visão sobre o balanço de riscos para a inflação o coloca do lado mais conservador do comitê de política monetária. A ata do Copom diz que "vários membros", e não a maioria ou unanimidade, avaliavam que o balanço de riscos pesava mais para cima.

Galípolo foi o primeiro membro do Copom a falar sobre política monetária desde o fim do período de silêncio, na terça-feira, e provavelmente isso não foi por acaso. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, participou de um evento ontem pela manhã, mas restringiu a sua fala a temas ligados ao sistema financeiro e ao mercado de crédito em particular.

Em outras ocasiões, Campos Neto já havia misturado temas sobre política monetário com regulação financeira. Se o atual presidente do BC tivesse falado primeiro, a impressão quer iria passar é que ele deu o recado primeiro, e nada mais caberia ao diretor de política monetária do que subscrever o que havia sido dito. Mais do que Campos Neto, a fala que mais tranquiliza o mercado é de Galípolo, visto como o futuro próximo presidente do BC.

Desde os votos dissendentes na reunião de maio do Copom, com os diretores indicados por Lula apoiando um corte maior de juros do que os demais, os membros do colegiado estão combinando mais os seus pronunciamentos públicos para mostrar um maior alinhamento.

Visão de Galípolo sobre o balanço de riscos para a inflação o coloca do lado mais conservador do Copom

Galípolo é o favorito para ser indicado pelo presidente Lula para comandar o BC e precisa vencer desconfianças do mercado financeiro de que, eventualmente, seja mais suave do que o necessário no combate à inflação.

No seu discurso de ontem, ele tratou diretamente do tema, mas sem abandonar o figurino de diretor do BC. "É absolutamente legitima qualquer tipo de dúvida, e cabe a nós, os novos diretores, conquistar a credibilidade perante a sociedade", afirmou.

Ele lembrou que o comitê como um todo colocou na mesa também a hipótese de uma alta de juros em setembro e reuniões seguintes, embora sua comunicação não tenha indicado de antemão o que será feito, já que a decisão dependerá da evolução dos dados.

"Ao comitê de política monetária cabe estabelecer a taxa de juros num patamar restritivo o suficiente, pelo tempo que for necessário, para a persecução e alcance da meta", disse. "Não há nenhum espaço para tergiversação em cima disso."

Galípolo defendeu o presidente Lula, que vem sendo criticado pelos ataques feitos à política de juros altos do Banco Central. Para o diretor do BC, o sinal concreto dado pelo presidente Lula em defesa da inflação baixa foi manter a meta de 3% e estabelecer que ela não pode ser alterada por um período de 36 meses.

O diretor do BC, que depende da indicação de Lula para se tornar presidente da instituição, disse que é abordado nos corredores e elevadores com sugestões sobre o que fazer com a taxa Selic e que prefere que sugestões sejam feitas em público.

O discurso de Galípolo teve vários outros pontos conservadores, como afirmar que não há uma relação mecânica entre a cotação do dólar e a execução da política monetária. Ele lembrou, por exemplo, que o repasse das desvalorizações cambiais para a inflação não é linear e varia de acordo com as circunstâncias.

Ele não elaborou esse ponto, mas os estudos do Banco Central mostram que quando a desvalorização é grande, as expectativas estão desancoradas e a economia aquecida, o repasse tende a superar os valores médios.

Galípolo lembrou que o câmbio não é a única coisa que o Copom está de olho e citou, em particular, o grau de aquecimento do mercado de trabalho, as surpresas no crescimento que preencheram a ociosidade da economia e a inflação alta do setor de serviços.

Com disciplina, o diretor do BC, entretanto, não foi além do que foi sinalizado pelo comitê como um todo: "Em um intervalo curto de tempo, o Banco Central saiu de um ciclo de flexibilização monetária e de corte de juros para afirmar que vai ser necessário permanecer com uma taxa de juros mais restritiva por mais tempo e migrando para uma posição dependente de dados, deixando todas as alternativas em aberto, inclusive elevação da taxa de juros como colocado de maneira explicita na ata do Copom".

Balanço Banco diz que entregará o lucro prometido no 'guidance' em 2024 e que é capaz de manter o nível atual de retorno, hoje em 21,6%

BB quer acelerar o crédito, 'mas de forma calculada'

Mariana Ribeiro e Álvaro Campos
De São Paulo

O Banco do Brasil (BB) acelerou a oferta de crédito no segundo trimestre e, de acordo com a presidente da instituição, Tarciana Medeiros, está pronto para correr "um pouco mais de risco, mas de forma calculada". Após colocar o pé no freio, a instituição vê espaço para voltar a ampliar a oferta de crédito sem garantia, inclusive do cartão. Durante apresentação de resultados, o banco disse que entregará o lucro prometido no "guidance" em 2024 e que é capaz de manter o nível atual de retorno.

A retomada do crédito não consignado será mais controlada em 2024, mas será um motor de crescimento importante no próximo ano, afirmou o vice-presidente financeiro do banco, Geovanne Tobias. O BB teve lucro de R$ 9,502 bilhões no segundo trimestre, levemente acima do previsto, mas a margem financeira piorou, assim como a inadimplência e as provisões para devedores duvidosos (PDD).

De acordo com ele, o BB já reduziu significativamente o risco da carteira e está "pavimentando o caminho" para retomar o crescimento mais forte das linhas sem garantia em 2025, o que deve contribuir com a margem financeira. Tobias afirmou que concorrentes já aceleraram as concessões, enquanto o banco está adotando uma postura mais conservadora. No cartão de crédito, por exemplo, há instituições já avançando, enquanto a carteira do BB caiu 3% no segundo trimestre. "Temos uma avenida de crescimento. Não estávamos satisfeitos com o nosso 'onboarding' e agora estamos."

O crescimento não será feito sem critério e, se a conta não fechar, o banco simplesmente não prosseguirá com a estratégia, acrescentou o vice-presidente de controle de riscos, Felipe Prince. A margem financeira bruta atingiu R$ 25,549 bilhões no segundo trimestre, com alta anual de 11,6%. A margem com clientes caiu 1,0% em 12 meses, enquanto a margem com o mercado subiu 100,7%, impulsionada pelo Banco Patagonia. O ROE ficou em 21,6%.

> "Temos uma avenida de crescimento no cartão. Agora estamos satisfeitos com 'onboarding'
> *Geovanne Tobias*

Durante a divulgação, Tarciana afirmou que os resultados estão bem distribuídos nos mercados em que atuam, o que traz uma "composição equilibrada entre risco e rentabilidade".

Os executivos destacaram que a inadimplência, em 3%, está sob controle e que o índice de cobertura, em 191%, é suficiente para cobrir esse patamar de atraso. A inadimplência da pessoa jurídica está "um pouco mais nervosa", segundo Prince, mas ainda assim controlada. Com o novo Plano Safra, a ideia é também lidar com o aumento do atraso no segmento de agro. "Já vínhamos falando que tendência de inadimplência no agro era de volta para patamar histórico", afirmou Tobias. Como para conseguir pegar novos créditos do Plano Safra os clientes não podem ter dívidas inadimplidas, a expectativa do BB é que haja um movimento de regularização.

O banco encerrou o segundo trimestre com inadimplência 4,81% na carteira de pessoa física, ante 4,77% em março e 5,27% em junho do ano passado. Em empresas, atingiu 3,38%, de 3,19% e 2,58% na mesma comparação. E no agronegócio foi para 1,32%, de 1,19% e 0,58%.

DIVULGAÇÃO

Tobias, do BB: banco prepara o caminho para crescimento do crédito sem garantia

Tobias frisou que o banco vai entregar o lucro no patamar prometido para 2024, que vai de R$ 37 bilhões a R$ 40 bilhões. Na quarta, o BB revisou seu guidance para melhorar a previsão para a margem financeira bruta e piorar as projeção para as provisões em 2024.

Ele defendeu ainda que os analistas de mercado "estão buscando pelo em ovo" e optando por olhar os resultados da instituição pela ótica do "copo meio vazio". Ele destacou que o banco está bastante confortável com o seu nível de capital e que os resultados do período foram positivos, com lucro e rentabilidades robustos.

De acordo com os executivos, é esperada uma melhora da margem com os clientes à frente. Em relação à margem com o mercado, a expectativa é de uma contribuição positiva do Banco Patagonia no segundo semestre, mas abaixo do que foi no primeiro.

A maior parte dos analistas apontou piora nas tendências operacionais do BB e dúvidas sobre como será o segundo semestre. "A margem com clientes foi relativamente fraca, a carteira renegociada e a formação de inadimplência aumentaram. Por outro lado, as receitas de tarifas foram sólidas, as despesas estão sob controle e as provisões estão ligeiramente abaixo do que prevíamos", diz o Goldman Sachs.

A Genial aponta que o resultado foi sólido e que, para o segundo semestre, espera uma dinâmica similar, "com a melhor sazonalidade de fim de ano impulsionando o lucro do banco em direção ao guidance". A XP diz que o BB ainda tem "bastante gasolina restante no tanque".

BR Partners lucra R$ 52 milhões no 2º trimestre

Mariana Ribeiro
De São Paulo

O BR Partners teve lucro líquido de R$ 52 milhões no segundo trimestre de 2024, o que representa alta de 5,1% em relação ao trimestre anterior e de 34,3% na comparação com o mesmo período de 2023. A receita ficou em R$ 142,0 milhões, aumento trimestral de 3,3% e anual de 37,7%. Os dois valores são recordes.

De acordo com Vinícius Carmona, diretor de relações com investidores do banco, foi um trimestre forte nas diferentes linhas de negócios, com um mercado ativo para emissões de dívidas (DCM) e uma retomada mais robusta também das operações de fusões e aquisições (M&As).

A área de banco de investimento e mercado de capitais, onde estão os M&As e as emissões de dívida, gerou receitas de R$ 89,3 milhões, alta trimestral de 14,9% e anual de 60,4%.

Em "treasury sales & structuring" (área que abarca soluções de tesouraria para clientes), a receita foi de R$ 18,8 milhões, alta trimestral de 8,4% e anual de 13,2%. A gestão de ativos rendeu mais R$ 3,4 bilhões em receita, avanço de 64,9% e 162,6% na mesma comparação.

No segundo trimestre, o retorno ajustado sobre o patrimônio (ROAE) foi de 24,9%, de 19,4% um ano antes. O índice de eficiência (quanto menor, melhor) ficou em 47,3%, de 40,8% no segundo trimestre de 2023. A piora é explicada principalmente pela alta nas despesas, que somaram R$ 83,7 milhões, avanço de 22,3% sobre o trimestre anterior e de 66,7% sobre o mesmo período de 2023.

Litígio TRF derruba liminar obtida pelo presidente do BC que barrava processo administrativo em caso do 'Pandora Papers'

Conselho de Ética vai investigar Campos Neto por 'offshore'

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Defesa de Campos Neto diz que fundos seguiram regras de mercado e do governo

Flávia Maia
De Brasília

A 1ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF1), por unanimidade de votos, derrubou uma liminar obtida pelo presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, para impedir a continuidade de um processo administrativo em que ele é alvo na Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Com isso, poderão ser retomadas as investigações sobre a denúncia de que Campos Neto mantém offshore no exterior.

A informação de que Campos Neto teria ligação com offshore veio a público por meio do "Pandora Papers", arquivos vazados com dados sobre possíveis contas em paraísos fiscais e publicados pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ).

A apuração na Comissão de Ética da Presidência da República contra Campos Neto começou em 2019, ainda na administração do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Em 2021, a Procuradoria-Geral da República (PGR), sob a gestão de Augusto Aras, arquivou a apuração preliminar. Porém, em 2023, já na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), as apurações foram retomadas. O presidente do BC acionou a Justiça para impedir a continuidade das apurações alegando que violava a autonomia do BC.

A Advocacia-Geral da União (AGU) ingressou então com o pedido da Justiça Federal para que as apurações fossem retomadas e que a liminar de Campos Neto fosse cassada. A AGU alegou que a paralisação do processo prejudicava a atuação da Comissão de Ética da Presidência da República e a sua função de "apuração de infrações éticas com as de cunho disciplinar".

Assim, com a decisão afastando a suspensão do processo administrativo, os desembargadores Luis Gustavo Soares Amorim, Eduardo Morais da Rocha e Marcelo Albernaz atenderam ao recurso proposto pela União.

Os advogados de Campos Neto, Ticiano Figueiredo, Pedro Ivo Velloso e Francisco Agosti, informaram via nota que o caso já foi examinado pelos órgãos públicos de fiscalização, e pela PGR, e que não constataram qualquer irregularidade tendo, inclusive, sido arquivada a apuração.

> Em nota, os advogados dele informam que caso já foi examinado, sem identificar irregularidades

"A defesa por mais de uma vez já demonstrou que os fatos apurados em relação ao presidente foram legais, éticos e condizentes com as normas que regem a probidade daqueles que ocupam cargo público. As declarações dos fundos foram feitas seguindo as regras de mercado e do governo, sempre informando às autoridades públicas, com a máxima transparência e respeito às normas".

Segundo os advogados "uma terceira apuração para os mesmos fatos nada mais é que um 'bis in idem' e tem como consequência apenas gastar o tempo e aumentar o custo para o poder público, eis que se chegará à mesma conclusão das anteriores, em relação à legalidade e regularidade dos fatos re-reinvestigados", informa a nota.

Parlamentares do PT, como os deputados Gleisi Hoffmann e Lindbergh Farias comentaram a decisão da Justiça em suas redes sociais. Farias é o autor do pedido de investigação contra Campos Neto na Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

"Campos Neto conseguiu liminar argumentando que não podia ser investigado com base na Lei de Autonomia do Banco Central. Ele tava querendo fugir de uma investigação séria. É um absurdo um presidente do Banco Central ter offshore, ter recursos que estavam escondidos em paraísos fiscais", disse Lindbergh.

"Como é que pode ser presidente do Banco Central e esconder negócios com especulação no exterior e no Brasil?", questionou Hoffmann.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 08/08/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.081,9707900	0,03	0,26	5,76
IRF-M	1+**	20.416,8686920	-0,01	0,60	2,38
IRF-M	Total	18.547,4391100	0,00	0,48	3,37
IMA-B	5***	9.415,7892450	0,03	0,60	4,89
IMA-B	5+****	11.599,4051800	0,57	1,96	-0,05
IMA-B	Total	10.133,1302580	0,31	1,30	2,28
IMA-S	Total	6.810,2342450	0,04	0,24	6,57
IMA-Geral	Total	8.301,6632590	0,11	0,59	4,43

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	25/07	24/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,49	31,50	30,57	29,38	32,98	33,98
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,74	24,54	26,06	24,27	26,11	26,24
Conta garantida pré - a.a.	46,80	48,79	46,65	47,85	41,69	45,74
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,65	21,70	21,47	21,65	21,70	25,74
Vendor pré - a.a.	15,28	15,60	18,04	16,40	16,22	19,02
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,96	17,65	15,95	18,22	18,26	20,54
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,05	19,64	17,74	17,78	18,01	18,30
Conta garantida pós - a.a.	24,60	24,42	24,62	24,76	25,49	26,58
ACC pós - a.a.	8,31	8,28	8,11	8,34	8,08	8,78
Factoring - a.m.	3,28	3,27	3,24	3,27	3,27	3,49

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	08/08/24	07/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3300	5,3500	5,3800	5,3400	5,3000
1 mês	-	5,3532	5,3505	5,3512	5,3364	5,1644
3 meses	-	5,3641	5,3620	5,3612	5,3543	5,1211
6 meses	-	5,3918	5,3908	5,3905	5,3870	4,9579
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6630	3,6640	3,6530	3,6620	3,6520
1 mês	-	3,6685	3,6680	3,6681	3,7068	3,4547
3 meses	-	3,7758	3,7902	3,7943	3,8526	3,3047
6 meses	-	3,8686	3,8768	3,8781	3,9079	3,0044
1 ano	-	3,9123	3,9114	3,9106	3,8925	2,0222
Euribor ***						
1 mês	-	3,594	3,606	3,630	3,615	3,615
3 meses	-	3,569	3,638	3,647	3,708	3,765
6 meses	-	3,462	3,563	3,579	3,668	3,921
1 ano	-	3,192	3,349	3,390	3,593	4,065
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,34	5,34	5,37	5,37	5,34	5,37
T-Bill (3 meses)	5,22	5,22	5,24	5,27	5,37	5,45
T-Bill (6 meses)	4,97	4,95	5,02	5,09	5,29	5,50
T-Note (2 anos)	4,05	3,96	4,15	4,26	4,63	4,76
T-Note (5 anos)	3,84	3,76	3,84	3,91	4,24	4,11
T-Note (10 anos)	4,00	3,94	3,98	4,03	4,30	4,03
T-Bond (30 anos)	4,28	4,25	4,28	4,31	4,49	4,21

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	ago/24*	jul/24	Mês jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,24	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,42	11,50
CDI	0,24	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,42	11,50
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	6,04	10,12
Poupança (2)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
Poupança (3)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
IRF-M	0,48	1,34	-0,29	0,66	-0,52	0,54	3,37	8,37
IMA-B	1,30	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,08	2,28	4,38
IMA-S	0,24	0,94	0,81	0,83	0,90	0,86	6,57	11,71
Renda Variável								
Ibovespa	0,79	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	-4,12	4,68
Índice Small Cap	3,44	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	-10,62	-13,36
IBrX 50	0,47	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	-2,71	6,82
ISE	2,96	2,84	1,10	-3,61	-6,02	1,21	-4,85	-4,44
IMOB	3,52	4,82	1,06	-0,73	-11,56	1,10	-9,76	-8,60
IDIV	0,12	1,90	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	-1,45	11,06
IFIX	-0,59	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,43	1,01	5,25
Dólar Ptax (BC)	-0,79	1,86	6,05	1,35	3,51	0,26	16,03	19,42
Dólar Comercial (mercado)	-1,41	1,18	6,46	1,09	3,54	0,86	14,87	19,56
Euro (BC) (4)	0,03	2,92	4,73	2,89	2,37	0,07	14,56	17,29
Euro Comercial (mercado) (4)	-0,54	2,23	5,07	2,79	2,43	0,71	13,33	17,68
Ouro (BC)	-0,95	5,98	5,97	2,87	7,18	8,62	35,88	46,76
Inflação								
IPCA (5)	-	0,33	0,21	0,46	0,38	0,16	2,82	4,45
IGP-M	-	0,61	0,81	0,89	0,31	-0,47	1,71	3,82

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 8/ago. ** Até jul/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,33% para o mês de julho

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 05/08/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.594.394,05					-8.915,06	-5.935,31	250.418,65	260.159,81
RF Indexados (2)	144.226,26	0,10	0,74	4,19	7,88	60,15	-320,28	-12.641,98	-16.090,13
RF Duração Baixa Soberano (2)	682.169,91	0,04	0,11	5,80	10,54	-376,38	-3.277,74	36.519,07	40.296,33
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	873.709,52	0,04	0,12	6,62	12,03	-2.447,36	1.453,72	68.280,61	74.693,73
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	186.289,31	0,04	0,05	6,70	12,10	-353,02	660,56	78.020,54	83.057,39
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.070,76	0,05	0,26	5,51	9,30	-241,46	-104,52	-4.086,50	-5.172,65
RF Duração Livre Soberano (2)	217.576,99	0,05	0,26	5,56	10,00	-781,56	-1.558,81	-13.178,19	-28.843,74
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	649.411,46	0,08	0,23	6,03	10,82	-3.691,73	-1.754,69	-32.656,58	-40.972,65
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	382.677,81	0,07	0,35	6,17	11,35	-297,15	-83,81	93.512,35	138.296,14
Ações	606.078,93					-286,48	-764,64	-4.318,45	37.799,28
Ações Indexados (2)	10.056,89	-0,44	-1,76	-6,55	4,46	-21,57	125,57	244,71	-890,87
Ações Índice Ativo (2)	29.797,51	-0,59	-1,34	-7,11	1,89	-25,21	-241,80	-5.557,73	-5.203,76
Ações Livre	220.560,53	-1,14	-1,51	-4,43	2,46	-156,36	-320,22	-610,87	-5.866,42
Fechados de Ações	122.262,86	-0,74	-1,05	-5,76	-5,29	3,56	6,52	-1.906,00	29.643,83
Multimercados	1.654.981,15					-2.503,30	-4.887,41	-107.942,96	-233.194,76
Multimercados Macro	140.338,26	-0,15	-0,09	2,07	5,89	-1.005,22	-1.785,17	-37.952,35	-59.661,76
Multimercados Livre	625.492,85	-0,10	0,14	4,66	8,61	-981,73	-2.347,62	-18.221,56	-74.072,63
Multimercados Juros e Moedas	48.649,93	0,03	0,22	5,84	10,92	-30,84	-57,71	-9.356,49	-15.542,56
Multimercados Invest. no Exterior (2)	759.190,76	-0,21	0,26	6,25	11,74	-414,72	-625,85	-43.415,72	-79.751,39
Cambial	6.563,00	0,21	1,85	22,18	24,81	48,35	67,96	-613,09	-1.400,60
Previdência	1.457.693,35					-2,18	1.244,74	24.318,28	41.767,59
ETF	42.476,50					296,52	364,17	-2.163,06	-3.091,09
Demais Tipos	2.050.665,86					-946,42	-110,75	65.482,22	72.613,01
Total Fundos de Investimentos	**7.362.186,98**					**-11.362,15**	**-9.910,48**	**159.699,37**	**102.040,22**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.781.467,08**					**721,70**	**2.879,34**	**86.373,40**	**147.101,31**
Total Fundos Off Shore (4)	**50.481,47**					-	-	-	-
Total Geral	**9.194.135,53**					**-10.640,45**	**-7.031,14**	**246.072,77**	**249.141,53**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de junho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	08/08/24	07/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,01
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9493
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,74
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0044
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,48	10,48	10,49	10,50	10,45	12,84
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,81	10,82	10,80	10,83	10,59	12,20
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,42	10,42	10,42	10,41	13,12
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,44	10,45	10,44	10,45	10,43	13,00
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,50	10,49	10,48	10,50	10,45	12,86
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,60	10,59	10,55	10,59	10,48	12,63
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,84	10,79	10,78	10,81	10,58	12,24
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,35	11,30	11,32	11,38	10,92	11,09

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 08/08/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	99.334,35	10,407	74.140	10,404	10,410	10,408
Vencimento em out/24	98.514,68	10,433	323.207	10,426	10,446	10,446
Vencimento em nov/24	97.617,43	10,475	17.898	10,472	10,506	10,484
Vencimento em dez/24	96.861,10	10,568	8.136	10,565	10,610	10,600
Vencimento em jan/25	96.012,88	10,685	669.581	10,665	10,735	10,730
Vencimento em fev/25	95.112,88	10,811	3.353	10,785	10,830	10,785
Vencimento em mar/25	94.276,43	10,945	4.190	10,910	10,950	10,910
Vencimento em abr/25	93.486,87	11,045	262.829	11,000	11,120	11,110
Vencimento em mai/25	92.665,17	11,124	1.922	11,120	11,130	11,120
Vencimento em jun/25	91.803,00	11,201	4.389	11,205	11,235	11,235
Vencimento em jul/25	90.974,79	11,281	439.842	11,220	11,370	11,355
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em set/24	5.583,70	-1,03	322.030	5.547,00	5.670,00	5.549,50
Vencimento em out/24	5.600,51	-1,03	25	5.589,00	5.670,00	5.589,00
Vencimento em nov/24	5.620,17	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.636,52	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.655,73	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em set/24	6.102,43	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.129,99	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.160,19	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	128.796	0,83	79.685	127.355	129.250	129.140
Vencimento em out/24	130.893	0,83	190	129.750	131.100	131.100
Vencimento em dez/24	133.008	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 08/08/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,6166	5,6172	0,14	-0,79	16,03	14,13
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,5735	5,5741	-0,90	-1,41	14,87	13,81
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6142	5,7942	-0,83	-1,10	14,79	13,94
Euro (BC) - (R$/€)	6,1294	6,1306	0,04	0,03	14,56	13,74
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,0845	6,0851	-0,95	-0,54	13,33	13,39
Euro Turismo (R$/€)	6,1597	6,3397	-0,78	-0,37	13,06	13,45
Euro (BC) - (US$/€)	1,0913	1,0914	-0,10	0,83	-1,27	-0,34
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	436,7496	436,7963	1,08	-0,95	35,88	43,33
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.426,81	1,76	-0,78	17,51	26,03
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.396,30	0,14	-0,96	16,19	23,85

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	08/08/24	07/08/24	No fim de jul/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	166.842,37	164.328,55	164.489,50	173.997,89	1,53	1,43	-4,11
Valor-Coppead Mínima Variância	101.255,92	99.465,95	101.224,36	93.533,91	1,80	0,03	8,26

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 08/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 08/08/24

Índice	08/08/24	07/08/24	Em 31/07/24	29/12/23	08/08/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	178,74	174,40	185,23	165,54	157,49	2,49	-3,50	7,98	13,49
S&P BNY Emergentes	347,17	334,67	350,11	312,75	299,55	3,74	-0,84	11,01	15,90
S&P BNY América Latina	188,89	185,13	189,19	225,28	202,25	2,03	-0,16	-16,15	-6,60
S&P BNY Brasil	187,23	183,96	186,11	232,95	201,53	1,78	0,60	-19,63	-7,10
S&P BNY México	291,33	286,62	295,36	331,67	325,55	1,64	-1,37	-12,16	-10,51
S&P BNY Argentina	231,83	213,53	223,58	178,27	150,34	8,57	3,69	30,05	54,20
S&P BNY Chile	134,09	131,25	139,05	162,12	171,54	2,16	-3,57	-17,29	-21,83
S&P BNY Índia	3.034,10	2.998,65	3.096,48	2.923,01	2.834,02	1,18	-2,01	3,80	7,06
S&P BNY Ásia	208,63	202,54	218,49	189,60	181,57	3,01	-4,51	10,04	14,91
S&P BNY China	309,56	300,14	306,01	336,11	354,40	3,14	1,16	-7,90	-12,65
S&P BNY África do Sul	200,81	203,42	221,65	199,87	203,05	-1,28	-9,40	0,47	-1,10
S&P BNY Turquia	36,27	35,69	36,85	22,45	22,47	1,62	-1,56	61,55	61,46

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
22/07 a 22/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8457
23/07 a 23/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8461
24/07 a 24/08	0,0754	0,5758	0,5758	0,8470
25/07 a 25/08	0,0710	0,5714	0,5714	0,8105
26/07 a 26/08	0,0673	0,5676	0,5676	0,7737
27/07 a 27/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7716
28/07 a 28/08	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085
29/07 a 29/08	0,0745	0,5711	0,5711	0,8454
30/07 a 30/08	0,0744	0,5711	0,5711	0,8452
31/07 a 31/08	0,0743	0,5711	0,5711	0,8442
01/08 a 01/09	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080
02/08 a 02/09	0,0668	0,5671	0,5671	0,7689
03/08 a 03/09	0,0668	0,5671	0,5671	0,7694
04/08 a 04/09	0,0705	0,5709	0,5709	0,8062
05/08 a 05/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8430
06/08 a 06/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8425
07/08 a 07/09	0,0743	0,5747	0,5747	0,8439

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 08/08/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	128.661	0,90	0,79	-4,12	8,04
IBrX	54.342	0,91	0,81	-3,73	8,46
IBrX 50	21.616	0,87	0,47	-2,71	10,03
IEE	90.222	0,72	1,16	-4,99	2,68
SMLL	2.103	1,25	3,44	-10,62	-10,27
ISE	3.581	0,70	2,96	-4,85	-0,14
IMOB	912	0,44	3,52	-9,76	-7,49
IDIV	8.942	0,68	0,12	-1,45	13,46
IFIX	3.345	-0,12	-0,59	1,01	3,98
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.905	0,76	1,60	-17,36	-5,34
IBrX	9.674	0,76	1,61	-17,03	-4,97
IBrX 50	3.848	0,73	1,28	-16,14	-3,59
IEE	16.062	0,58	1,97	-18,11	-10,03
SMLL	374	1,11	4,27	-22,97	-21,38
ISE	638	0,56	3,78	-18,00	-12,51
IMOB	162	0,30	4,35	-22,23	-18,94
IDIV	1.592	0,53	0,92	-15,06	-0,59
IFIX	595	-0,26	0,20	-12,94	-8,89

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
dez/23	355.034	29/07/24	362.121
jan/24	353.563	30/07/24	362.220
fev/24	352.705	31/07/24	363.282
mar/24	355.008	01/08/24	364.304
abr/24	351.599	02/08/24	366.356
mai/24	355.560	05/08/24	366.751
jun/24	357.827	06/08/24	365.776
jul/24	363.282	07/08/24	365.067

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	08/08/24	07/08/24	06/08/24	05/08/24	02/08/24	01/08/24
Índice	2.140,98	2.140,88	2.139,02	2.145,04	2.142,32	2.131,16
Var. no dia	0,00%	0,09%	-0,28%	0,13%	0,52%	0,02%
Var. no mês	0,48%	0,48%	0,39%	0,67%	0,54%	0,02%
Var. no ano	3,67%	3,66%	3,57%	3,87%	3,73%	3,19%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 08/08/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	35,2400	35,2500	0,15930	0,15940
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,6166	5,6172
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5889	36,6806	0,1531000	0,1535000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,8024	0,8200
Colon (Costa Rica)	522,1000	535,0000	0,010500	0,010760
Coroa (Dinamarca)	6,8375	6,8379	0,8214	0,8215
Coroa (Islândia)	138,3100	138,6000	0,04052	0,04061
Coroa (Noruega)	10,8511	10,8545	0,5174	0,5177
Coroa (Rep. Tcheca)	23,1500	23,1620	0,2425	0,2426
Coroa (Suécia)	10,5288	10,5324	0,5333	0,5335
Dinar (Argélia)	133,9720	135,3120	0,04151	0,04193
Dinar (Kuwait)	0,3061	0,3062	18,3429	18,3509
Dinar (Líbia)	4,7940	4,8163	1,1662	1,1717
Direitos Especiais de Saque ***	1,3345	1,3345	7,4954	7,4962
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6728	3,6732	1,5291	1,5294
Dirham (Marrocos)	9,8397	9,8447	0,5705	0,5709
Dólar (Austrália)***	0,6579	0,6580	3,6952	3,6961
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,6166	5,6172
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7624	2,8111
Dólar (Canadá)	1,3742	1,3743	4,0869	4,0876
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,7265	6,8087
Dólar (Cingapura)	1,3258	1,3260	4,2357	4,2368
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,6166	5,6172
Dólar (Hong Kong)	7,7925	7,7927	0,7208	0,7208
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6005	0,6006	3,3728	3,3737
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7646	6,8260	0,8228	0,8304
Euro (Comunidade Européia)***	1,0913	1,0914	6,1294	6,1306
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0860	3,1478
Franco (Suíça)	0,8656	0,8658	6,4872	6,4894
Guarani (Paraguai)	7566,5700	7574,4400	0,0007415	0,0007424
Hryvnia (Ucrânia)	40,8000	41,1000	0,1367	0,1377
Iene (Japão)	147,0800	147,0900	0,03818	0,03819
Lev (Bulgária)	1,7916	1,7929	3,1327	3,1353
Libra (Egito)	49,2000	49,3000	0,1139	0,1142
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000063	0,000063
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2741	1,2742	7,1561	7,1574
Naira (Nigéria)	1540,0000	1640,0000	0,00343	0,00365
Lira (Turquia)	33,4539	33,4639	0,1678	0,1679
Novo Dólar (Taiwan)	32,4430	32,4730	0,17300	0,17310
Novo Sol (Peru)	3,7224	3,7250	1,5078	1,5090
Peso (Argentina)	936,5000	937,0000	0,00599	0,00600
Peso (Chile)	934,5000	935,4000	0,006005	0,006011
Peso (Colômbia)	4101,9700	4104,0900	0,001369	0,001369
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2340	0,2341
Peso (Filipinas)	57,3900	57,4100	0,09783	0,09788
Peso (México)	19,1128	19,1233	0,2937	0,2939
Peso (Rep. Dominicana)	59,5400	59,9300	0,09372	0,09434
Peso (Uruguai)	40,4100	40,4400	0,13890	0,13900
Rande (África do Sul)	18,3703	18,3782	0,3056	0,3058
Rial (Arábia Saudita)	3,7526	3,7530	1,4966	1,4969
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001337	0,0001337
Ringgit (Malásia)	4,4700	4,4800	1,2537	1,2566
Rublo (Rússia)	86,7000	86,7200	0,06477	0,06479
Rúpia (Índia)	83,9480	84,0030	0,06686	0,06691
Rúpia (Indonésia)	15890,0000	15899,0000	0,0003533	0,0003535
Rúpia (Paquistão)	278,5000	278,7500	0,02015	0,02017
Shekel (Israel)	3,7817	3,7902	1,4819	1,4854
Won (Coréia do Sul)	1376,7200	1377,6400	0,004077	0,004080
Yuan Renminbi (China)	7,1747	7,1776	0,7825	0,7829
Zloty (Polônia)	3,9623	3,9633	1,4172	1,4177

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2418,85	0,01286	436,7496	436,7963

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	08/08/24	07/08/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.446,49	38.763,45	1,76	-3,42	4,66	11,70	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.413,82	17.867,37	3,06	-4,90	9,44	20,56	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	16.660,02	16.195,81	2,87	-5,34	10,98	19,99	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.319,31	5.199,50	2,30	-3,68	11,52	18,22	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.225,62	21.880,95	1,58	-3,83	6,05	10,00	18.737,39	23.110,81
México	Cidade do México	IPC	52.876,55	52.680,90	0,37	-0,49	-7,86	-1,47	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.299,24	Feriado	0,19	-3,45	8,70	10,72	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	93.213,69	92.378,38	0,90	3,35	61,18	156,27	35.796,91	94.058,81
Chile	Santiago	IPSA	6.293,62	6.192,69	1,63	-2,28	1,55	0,84	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.536,39	28.239,08	1,05	-3,39	9,92	20,19	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.530.365,70	1.452.160,78	5,39	1,50	64,61	228,27	461.280,80	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.430,58	1.432,71	-0,15	-3,94	2,51	5,40	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	17.680,40	17.615,15	0,37	-4,47	5,54	12,08	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.247,45	7.266,01	-0,26	-3,77	-3,92	-0,30	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	31.741,91	31.831,64	-0,28	-5,99	4,58	13,60	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.002,34	3.994,30	0,20	-3,10	7,94	8,20	3.290,68	4.142,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.617,62	2.550,39	2,64	-4,87	14,63	19,57	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	10.558,00	10.599,00	-0,39	-4,58	4,51	13,50	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.382,46	1.394,29	-0,85	-6,47	6,91	5,44	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	884,49	886,08	-0,18	-3,92	12,41	15,32	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	71.925,82	71.554,39	0,52	-2,87	18,65	30,59	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	79.736,49	78.971,56	0,97	-5,46	1,63	14,32	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.569,77	6.575,30	-0,08	-2,07	2,71	8,85	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.038,10	1.053,66	-1,48	-3,57	-4,19	3,83	982,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.450,39	2.442,13	0,34	-6,09	2,18	11,66	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	11.827,43	11.843,18	-0,13	-3,98	6,19	6,96	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	10.098,50	10.024,31	0,74	-5,08	35,18	36,24	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.996,01	1.970,26	1,31	-0,10	6,41	6,07	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	80.739,31	80.364,88	0,47	-2,45	5,00	5,08	69.451,97	82.765,12
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	34.831,15	35.089,62	-0,74	-10,92	4,08	7,58	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.886,50	7.913,10	-0,34	-5,21	0,73	4,88	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.564,26	1.566,10	-0,12	-2,89	-14,89	-23,73	1.433,10	2.051,03
China	Xangai	SSE Composite	2.869,90	2.869,83	0,00	-2,34	-3,53	-11,98	2.702,19	3.260,62
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.556,73	2.568,41	-0,45	-7,72	-3,71	-0,67	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	16.891,83	16.877,86	0,08	-2,61	-0,91	-11,95	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	78.886,22	79.468,01	-0,73	-3,49	9,20	19,80	63.148,15	81.867,55
Indonésia	Jacarta	JCI	7.195,12	7.212,13	-0,24	-0,84	-1,07	4,75	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.296,25	1.290,55	0,44	-1,86	-8,45	-14,63	1.274,01	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	20.870,10	21.295,28	-2,00	-5,99	16,39	23,66	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS

CNPJ: 00.001.180/0001-26 - COMPANHIA ABERTA - NIRE 33300346767

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, SUSPENSA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2023 E ENCERRADA EM 11 DE JANEIRO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 29 de dezembro de 2023, às 14h00, horário de Brasília, DF, e encerrada em 11 de janeiro de 2024, às 15h00, horário de Brasília, DF, sob a forma exclusivamente digital por meio da plataforma Zoom ("Plataforma Digital"), nos termos do artigo 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e dos artigos 5º, §2º, inciso I, e 28, §2º e §3º, todos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"). Adicionalmente, nos termos do artigo 5º, §3º, da Resolução CVM 81, a presente assembleia ("Assembleia") tem como local a sede da Companhia Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Companhia" ou "Eletrobras"), localizada na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Quitanda, nº 196, Loja A, Centro, CEP 20.091-005. **2. CONVOCAÇÃO:** O Edital de Convocação foi publicado, na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, no Jornal Valor Econômico, nos dias 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro de 2023. **3. PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES:** Além da observância ao artigo 135, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, e em adição ao disposto no item 2 acima, o Edital de Convocação e a Proposta da Administração foram também divulgados nos websites da Companhia (https://ri.eletrobras.com), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). **4. PRESENÇA:** Presentes os acionistas que participaram por meio da Plataforma Digital e aqueles que apresentaram, na forma da legislação em vigor, Boletim de Voto a Distância ("BVD") válido, os quais representam 63,43% (sessenta e três vírgula quarenta e três por cento) das ações com direito a voto da Companhia, considerando neste cálculo as limitações de voto previstas no Estatuto Social da Companhia, conforme se verifica: (i) pelo registro do "Livro de Presenças de Acionistas"; (ii) pelo registro de presença provido pela plataforma digital disponibilizada pela Companhia, nos termos da Resolução CVM 81; e (iii) pelo mapa de votação à distância elaborado com base nos BVDs válidos recebidos por meio do agente de custódia, do agente escriturador das ações de emissão da Companhia e diretamente pela Companhia, nos termos da Resolução CVM 81, havendo, portanto, quórum para instalação da presente Assembleia nos termos do artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações. Registraram presença, para os fins do disposto no artigo 164 da Lei das Sociedades por Ações, os Srs. Carlos Eduardo Teixeira Taveiros, Gisomar F. de Bittencourt Marinho, José Raimundo dos Santos e Ricardo Bertucci, membros do Conselho Fiscal. **5. MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do artigo 18, § 7º, do Estatuto Social, o membro efetivo do Conselho de Administração da Eletrobras, Sr. Daniel Alves Ferreira, em substituição ao Presidente do Conselho de Administração, Sr. Vicente Falconi Campos, conforme Deliberação do Conselho de Administração da Eletrobras nº 191, de 24 de novembro de 2023, tendo sido convidado para atuar como secretário o Sr. Bruno Rieger Salzano. **6. ORDEM DO DIA:** De acordo com o Edital de Convocação e a Proposta da Administração divulgados para a presente Assembleia, é a ordem do dia: 6.1. Ratificar a nomeação da Impacto Consultores Associados como empresa avaliadora responsável pela elaboração do laudo de avaliação do valor do patrimônio líquido contábil de Furnas - Centrais Elétricas S.A. ("Laudo de Avaliação Contábil" e "ELETROBRAS Furnas", respectivamente); 6.2. Aprovar o Laudo de Avaliação Contábil; 6.3. Aprovar, com eficácia condicionada à implementação das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação, o Protocolo e Justificação de Incorporação de Sociedade, celebrado pelos administradores da Companhia e da ELETROBRAS Furnas, que estabelece os termos e condições da incorporação da ELETROBRAS Furnas pela Companhia ("Incorporação" e "Protocolo e Justificação", respectivamente); 6.4. Aprovar, com eficácia condicionada à implementação das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação, a Incorporação, nos termos do Protocolo e Justificação; 6.5. Autorizar, com eficácia condicionada à implementação das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação, os administradores da Eletrobras a praticarem todos os atos necessários à implementação da Incorporação. **7. NARRATIVA DOS TRABALHOS:** 7.1. Em 29 de dezembro de 2023, às 14h00, foi informado aos Srs. Acionistas que, naquela data, foi proferida decisão pela Desembargadora plantonista Maria Isabel Paes Gonçalves, que concedeu o pedido de liminar, realizado nos autos do processo nº 0185639-83.2023.8.19.0001, para determinar "*a suspensão da AGE, pelo prazo de 90 dias, que foi fixado pelo Ministro Nunes Marques na ADI 7385, visando à mediação conciliatória*". Foi informado ainda que foi proferida outra decisão, também em 29 de dezembro de 2023, às 11h16h, pelo Desembargador do Trabalho José Nascimento Araujo Neto, que concedeu o pedido de liminar, realizado nos autos do processo nº 0120785-36.2023.5.01.0000, para determinar o "*sobrestamento da Assembleia Geral Extraordinária designada para o dia de hoje - 29 de dezembro de 2023, às 14 horas*". Os trabalhos foram então suspensos até conclusão da verificação da situação pela Mesa. 7.2. Em 30 de dezembro de 2023, às 3h20, foi proferida nova decisão relacionada aos autos do processo nº 0185639-83.2023.8.19.0001, pelo Desembargador Vice-Presidente Caetano Ernesto da Fonseca Costa, responsável pelo plantão da Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, na qual, concedendo-se parcialmente o pedido da Eletrobras, foi determinado o quanto segue: "Suspendo pois o prazo de 90 dias estipulado na decisão guerreada, na (*sic*) obstando que se cumpra o ato assemblear na sua plenitude, desde que tenha continuidade após o dia 10 de janeiro de 2024". Dessa forma, em decorrência e cumprimento das decisões acima referidas, os trabalhos da presente Assembleia foram mantidos suspensos pela Companhia. 7.3. Em 11 de janeiro de 2024, o Ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal proferiu nova decisão com medida cautelar relacionada aos autos dos processos referidos acima, na Reclamação nº 64.901, na qual foi determinada a cassação das decisões acima referidas, permitindo, portanto, a conclusão dos trabalhos da presente Assembleia. 7.4. Diante dessa nova decisão, a situação em questão foi reavaliada pela Mesa, tendo-se constado o fim da suspensão dos trabalhos anteriormente determinada pelo Poder Judiciário. **8. DELIBERAÇÕES:** Tendo havido quórum de instalação de Assembleia, autorizou-se a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, conforme faculta o artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Após o exame e discussão da matéria indicada na ordem do dia, os acionistas deliberaram o seguinte: 8.1. Aprovar, por maioria, conforme mapa de votação consolidado constante do Anexo I à presente ata, a ratificação da nomeação da Impacto Consultores Associados como empresa responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação Contábil; 8.2. Aprovar, por maioria, conforme mapa de votação consolidado constante do Anexo I à presente ata, o Laudo de Avaliação Contábil; 8.3. Aprovar, por maioria, conforme mapa de votação consolidado constante do Anexo I à presente ata, e com eficácia condicionada à implementação das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação, o Protocolo e Justificação de Incorporação de Sociedade, celebrado pelos administradores da Companhia e da ELETROBRAS Furnas, que estabelece os termos e condições da Incorporação pela Companhia; 8.4. Aprovar, por maioria, conforme mapa de votação consolidado constante do Anexo I à presente ata, e com eficácia condicionada à implementação das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação, a Incorporação, nos termos e do Protocolo e Justificação; e 8.5. Aprovar, por maioria, conforme mapa de votação consolidado constante do Anexo I à presente ata, a autorização, com eficácia condicionada à implementação das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação, aos administradores da Eletrobras a praticarem todos os atos necessários à implementação da Incorporação. **9. REGISTROS:** 9.1. Consignar que, nesta data, as condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação e descritas na Proposta da Administração ainda não foram integralmente satisfeitas. Dessa forma, os efeitos das deliberações ora tomadas ficam suspensos até a data em que houver referida satisfação, nos termos do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Caberá ao Conselho de Administração da Companhia verificar e deliberar sobre a implementação das condições suspensivas e definir a data da eficácia da Incorporação, o que será devidamente divulgado aos acionistas e ao mercado. 9.2. Consignar as manifestações apresentadas pelos representantes dos acionistas Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI e APÓS-FURNAS - Associação dos Aposentados de Furnas, que se encontram anexas a esta ata como Anexo II. **10. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a Assembleia Geral, da qual foi lavrada a presente ata, sob a forma de sumário e divulgada com omissão de assinaturas, observado o disposto no Artigo 130, § 1º e § 2º, da Lei das Sociedades por Ações, que foi colocada à disposição a todos os acionistas que solicitaram sua cópia por e-mail e foi assinada pelos membros da Mesa, sendo que os acionistas que participaram da presente Assembleia Geral por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia tiveram sua presença registrada pelos membros da Mesa e são considerados assinantes da referida ata, nos termos Artigo 47, §1º, da Resolução CVM 81. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 2023 e 11 de janeiro de 2024. DANIEL ALVES FERREIRA - Presidente. BRUNO RIEGER SALZANO - Secretário. A ata da 188ª AGE foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Jucerja sob nº 2024/00606188-9 em 25.07.2024. O inteiro teor da presente ata pode ser acessado no sítio da Eletrobras no seguinte endereço: https://ri.eletrobras.com/governanca/assembleias-de-acionistas/.

Ultrapar Participações S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 33.256.439/0001-39 - NIRE 35.300.109.724

Ata da Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora e Local: 07 de agosto de 2024, às 10h, na sede social. **Presença:** (i) Membros do Conselho de Administração abaixo assinados; (ii) a Secretária do Conselho de Administração, Sra. Denize Sampaio Bicudo; (iii) o Diretor Presidente da Companhia, Sr. Marcos Marinho Lutz; (iv) o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. Rodrigo de Almeida Pizzinatto; e (v) para fins dos item 1, demais diretores da Companhia, a saber, os Srs. Leonardo Remião Linden e Tabajara Bertelli Costa; e o Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Flávio Cesar Maia Luz. **Matérias tratadas e deliberações aprovadas sem emendas ou ressalvas:** 1. Examinado e discutido o desempenho da Companhia no segundo trimestre do exercício social em curso, foram aprovadas as respectivas demonstrações financeiras. 2. "Ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária que apreciar o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2024, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intermediários, no montante total de R$ 275.970.941,50, cabendo aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia receber o valor de R$ 0,25 por ação, já excluídas as ações que se encontram em tesouraria na presente data. 3. Determinou-se, ainda, que o pagamento dos dividendos declarados neste ato deverá ocorrer a partir de 23/08/2024, sem remuneração ou atualização monetária. A data base para o recebimento dos dividendos ora aprovados ("record date") será o dia 15/08/2024 no Brasil e o dia 19/08/2024 nos Estados Unidos da América. As ações da Companhia passarão a ser negociadas "ex-dividendos" na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão a partir do dia 16/08/2024 e na Bolsa de Valores de Nova York a partir do dia 19/08/2024. 4. Os membros do Conselho de Administração da Companhia confirmaram a emissão de 35.235 ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado previsto no art. 6º do Estatuto Social da Companhia, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Companhia quando da incorporação da totalidade das ações de emissão da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. pela Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31/01/2014, devendo a administração da Companhia providenciar os boletins de subscrição necessários para assinatura e formalização da subscrição das novas ações pelos titulares dos referidos bônus de subscrição. As ações ordinárias farão jus aos mesmos direitos atribuídos às demais ações da Companhia já emitidas. O capital social da Companhia passará, portanto, a ser representado por 1.115.439.503 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A atualização do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para consignar o novo número de ações em que se divide o capital social da Companhia será objeto de confirmação em Assembleia Geral Extraordinária a ser oportunamente convocada. 5. O Conselho de Administração aprovou as alterações da Política Corporativa de Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas, com eficácia a partir de 01/10/2024. 6. Por fim, os Conselheiros aprovaram as mudanças nas Políticas Corporativas de Divulgação de Fatos Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários, conforme textos propostos pela Diretoria. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. aa) **Jorge Marques de Toledo Camargo** - Presidente; **Marcos Marinho Lutz** - Vice-Presidente; **Ana Paula Vitali Janes Vescovi; Flávia Buarque de Almeida; Francisco de Sá Neto; José Maurício Pereira Coelho; Marcelo Faria de Lima; Peter Paul Lorenço Estermann** - Conselheiros; e **Denize Sampaio Bicudo** - Secretária do Conselho de Administração. A íntegra da ata está publicada no endereço eletrônico deste jornal nesta data.

TIM S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF 02.421.421/0001-11 - NIRE 333.0032463-1

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: 30 de julho de 2024, às 13h00, na sede social da TIM S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **PRESENÇA:** Reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Nicandro Durante, Adrian Calaza, Alberto Mario Griselli, Claudio Giovanni Ezio Ongaro, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Gigliola Bonino, Herculano Aníbal Alves e Michele Valensise, presencialmente ou por meio de áudio ou videoconferência, conforme facultado previsto no parágrafo 2º do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia. **MESA:** Sr. Nicandro Durante - Presidente; e Sra. Fabiane Reschke – Secretária. **ORDEM DO DIA:** **(1)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Remuneração; **(2)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário; **(3)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos; **(4)** Tomar conhecimento sobre o Relatório Financeiro Trimestral ("ITRs") da Companhia relativo ao 2º trimestre de 2024, encerrado em 30 de junho de 2024; **(5)** Deliberar sobre a proposta para as outorgas 2024 do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia ("Plano"); **(6)** Deliberar sobre a proposta de Plano de Recompra de Ações; **(7)** Apresentação sobre o Informe de Governança Corporativa da Companhia; e **(8)** Apresentação sobre as implicações práticas da Inteligência Artificial ("IA") no âmbito dos negócios e operações da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: Inicialmente, os Senhores Conselheiros **tomaram conhecimento** da carta de renúncia da Sra. **Elisabetta Paola Romano**, apresentada em 4 de julho de 2024, com eficácia imediata, em relação à posição por ela ocupada na Companhia, como membro deste Conselho. Fica consignado que os membros do Conselho de Administração agradeceram à Sra. Elisabetta Romano por seu comprometimento e dedicação no desempenho de suas funções ao longo do seu mandato. **(1) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Remuneração ("CR"), na reunião realizada no dia 30 de julho de 2024, conforme relatado pelo Sr. Nicandro Durante, Presidente do CR. **(2) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), nas reuniões realizadas no dia 30 de julho de 2024, conforme relatado pelo Sr. Gesner José de Oliveira Filho, Coordenador do CAE. **(3) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"), na reunião realizada no dia 30 de julho de 2024, conforme relatado pelo Sr. Herculano Aníbal Alves, Presidente do CCR. **(4) Tomaram conhecimento** do Relatório Financeiro Trimestral ("ITRs") da Companhia, relativo ao 2º trimestre de 2024, encerrado em 30 de junho de 2024, conforme as informações fornecidas pela administração da Companhia e pelos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"). O referido relatório foi objeto de revisão limitada pelos auditores independentes. **(5) Aprovaram** a outorga de 2024 do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, conforme o material apresentado, tendo por base a avaliação favorável do CR, em reunião realizada em 30 de julho de 2024. **(6)** Os membros do Conselho **tomaram conhecimento** dos resultados do último Programa de Recompra de Ações, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de junho de 2023 ("Programa 6") e **aprovaram** a abertura de um novo Programa de Recompra de Ações ("Programa 7"), nos termos do Artigo 22, v, do Estatuto Social da Companhia e do Artigo 6º da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 77/2022"), com as seguintes condições: **(6.1)** Objetivo: apoiar a remuneração baseada em ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo – LTI (*Long Term Incentive Plan*) ou para eventual cancelamento, sem redução do capital social; **(6.2)** Quantidade de ações que poderão ser adquiridas: poderão ser adquiridas até 5.040.044 (cinco milhões, quarenta mil e quarenta e quatro) ações ordinárias da Companhia ("Ações"), sem redução do capital social, que correspondem a 0,19% (zero vírgula dezenove por cento) do total de ações ordinárias da Companhia ou 0,59% (zero vírgula cinquenta e nove por cento) do total de ações em circulação. A Diretoria poderá decidir o melhor momento, dentro do prazo do Programa, para realizar as aquisições das Ações, podendo realizar uma ou diversas aquisições; **(6.3)** O Programa terá início a partir da data de deliberação do Conselho de Administração, permanecendo em vigor até 30 de janeiro de 2026, sendo as aquisições realizadas na Bolsa de Valores (B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão), a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares aplicáveis; **(6.4)** Instituição financeira intermediária: BTG PACTUAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., estabelecida na Rua Praia de Botafogo, 501 – Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22250-911; **(6.5)** Recursos que serão utilizados: serão utilizados os recursos dos saldos das reservas de capital e de lucros, que totalizam R$ 2.111.151.251,19 (dois bilhões, cento e onze milhões, cento e cinquenta e um mil, duzentos e cinquenta e um reais e dezenove centavos), conforme as Demonstrações Financeiras Intermediárias com data base em 30 de junho de 2024, excetuando-se as reservas referidas no art. 8º, § 1º, da Resolução CVM 77/2022; e **(6.6)** Nos termos do art. 6º da Resolução CVM 77/2022, os membros do Conselho de Administração da Companhia forneceram as informações contidas no **Anexo I** da presente ata e autorizaram os Diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários à total efetivação da operação. **(7) Tomaram conhecimento** sobre a evolução e a atual posição da Companhia com relação ao Informe de Governança Corporativa, estabelecido na Resolução nº 80 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e com arquivamento previsto dentro do prazo legal. **(8) Tomaram conhecimento** das perspectivas sobre a IA no âmbito das operações de telecomunicações, bem como da estratégia da Companhia frente às inovações tecnológicas relacionadas à IA, incluindo as principais iniciativas e as próximas etapas apresentadas pela área de *Information*, conforme o material apresentado, que fica arquivado na sede da Companhia. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes. Certifico que a presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 30 de julho de 2024. **FABIANE RESCHKE - Secretária da Mesa.**

ANEXO I - ANEXO G À RESOLUÇÃO CVM Nº 80, DE 29 DE MARÇO DE 2022. Negociação de Ações de Própria Emissão. 1. Justificar pormenorizadamente o objetivo e os efeitos econômicos esperados da operação: O Programa de Recompra de Ações tem por objetivo apoiar a remuneração baseada em ações do Plano de Incentivos de Longo Prazo – LTI (*Long Term Incentive Plan*) ou para eventual cancelamento, sem redução do capital social. 2. Informar as quantidades de ações (i) em circulação e (ii) já mantidas em tesouraria: Atualmente, há 807.965.170 (oitocentos e sete milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, cento e setenta) ações ordinárias em circulação (*free float*) e 869.282 (oitocentas e sessenta e nove mil, duzentas e oitenta e duas) ações mantidas em tesouraria. 3. Informar a quantidade de ações que poderão ser adquiridas ou alienadas: Poderão ser adquiridas até 5.040.044 (cinco milhões, quarenta mil e quarenta e quatro) ações ordinárias da Companhia ("Ações"), sem redução do capital social, que correspondem a 0,19% (zero vírgula dezenove por cento) do total de ações ordinárias da Companhia ou 0,56% (zero vírgula cinquenta e seis por cento) do total de ações em circulação. A Diretoria poderá decidir o melhor momento, dentro do prazo do Programa, para realizar uma ou diversas aquisições das Ações. 4. Descrever as principais características dos instrumentos derivativos que a companhia vier a utilizar, se houver: Não aplicável. 5. Descrever, se houver, eventuais acordos ou orientações de voto existentes entre a companhia e a contraparte das operações: Não aplicável. 6. Na hipótese de operações cursadas fora de mercados organizados de valores mobiliários, informar: a. o preço máximo (mínimo) pelo qual as ações serão adquiridas (alienadas); e b. se for o caso, as razões que justificam a realização da operação a preços mais de 10% (dez por cento) superiores, no caso de aquisição, ou mais de 10% (dez por cento) inferiores, no caso de alienação, à média da cotação, ponderada pelo volume, nos 10 (dez) pregões anteriores: Não aplicável. 7. Informar, se houver, os impactos que a negociação terá sobre a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da sociedade: Não aplicável. 8. Identificar as contrapartes, se conhecidas, e, em se tratando de parte relacionada à companhia, tal como definida pelas regras contábeis que tratam desse assunto, fornecer, ainda, as informações exigidas pelo art. 9º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022: Não aplicável. 9. Indicar a destinação dos recursos auferidos, se for o caso: Caso ocorra a alienação das ações adquiridas no contexto do programa, a destinação dos recursos será decidida oportunamente, quando haverá comunicação adequada ao mercado. 10. Indicar o prazo máximo para a liquidação das operações autorizadas: Início a partir da data da deliberação do Conselho de Administração, permanecendo em vigor até 30 de janeiro de 2026, sendo as aquisições realizadas na Bolsa de Valores (B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão), a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares aplicáveis. 11. Identificar instituições que atuarão como intermediárias, se houver: BTG PACTUAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., estabelecida na Rua Praia de Botafogo, 501 – Botafogo; Rio de Janeiro/RJ, CEP 22250-911. 12. Especificar os recursos disponíveis a serem utilizados, na forma do art. 8º, § 1º, da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022: Serão utilizados os recursos dos saldos das reservas de capital e de lucros, que totalizam R$ 7.505.792.968,60 (sete bilhões, quinhentos e cinco milhões, setecentos e noventa e dois mil, novecentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos), conforme as Demonstrações Financeiras Intermediárias com data base 30 de junho de 2024, excetuando-se as reservas referidas no artigo 8º, § 1º, da Resolução CVM 77/22. 13. Especificar as razões pelas quais os membros do Conselho de Administração se sentem confortáveis de que a recompra de ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos: Tendo em vista que a recompra visa a atender ao *Long Term Incentive Plan*, limitando-se à aquisição de até 5.040.044 (cinco milhões, quarenta mil e quarenta e quatro) ações, com a cotação do dia 29 de julho de 2024, correspondem ao valor de R$ 81.195.108,84 (oitenta e um milhões, cento e noventa e cinco mil, cento e oito reais e oitenta e quatro centavos), os membros do Conselho de Administração da Companhia entendem que o Programa de Recompra de Ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos, uma vez que, conforme as Demonstrações Financeiras Intermediárias com data base 30 de junho de 2024, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia é de R$ 2.111.151.251,19 (dois bilhões, cento e onze milhões, cento e cinquenta e um mil, duzentos e cinquenta e um reais e dezenove centavos). Jucerja nº 6382132, em 06/08/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

Neoenergia Cosern

CNPJ/MF nº 08.324.196/0001-81 - NIRE nº 24.300.000.502

COMPANHIA ABERTA - CVM nº 01813-9

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN, REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: 22 (vinte e dois) dias do mês de julho do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 10h30min, por Microsoft Teams. **PRESENÇA**: Presentes os senhores (as) Conselheiros da Companhia: Ana Teresa Lafuente González, Fulvio da Silva Marcondes Machado, Solange Maria Pinto Ribeiro, Leonardo Pimenta Gadelha, Edison Antonio Costa Britto Garcia, Armando José Pereira de Barros e Pedro Damásio Costa Neto (Conselheiro Representante dos Empregados). **CONVOCAÇÃO:** Convocações endereçada aos senhores Conselheiros da Companhia por meio de correio eletrônico nos termos do Estatuto Social. **ORDEM DO DIA:** Informações e deliberações acerca dos seguintes assuntos: **(1)** Dividendos Intermediários; e **(2)** OPA Cosern. **DELIBERAÇÕES:** Dando-se início aos trabalhos, sendo abordado o item **(1) da Ordem do Dia**, os senhores Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a distribuição de Dividendos Intermediários, no valor de R$ 226.000.000,00 (duzentos e vinte e seis milhões de reais), correspondentes a R$ 1,3146657858 por ação ordinária, R$ 1,4461323643 por ação preferencial classe A, R$ 1,4461323643 por ação preferencial classe B, sem atualização monetária, para pagamento até 31/12/2024. Terão direito ao recebimento todos aqueles acionistas constantes da base acionária da Companhia em 25/07/2024, sendo que as ações serão negociadas "ex-direito" na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") a partir do dia 26/07/2024, inclusive, conforme aplicável. Quanto ao **item (2) da Ordem do Dia**, os senhores Conselheiros aprovaram, por maioria, considerando o voto contrário do conselheiro Pedro Damásio e a abstenção do conselheiro Armando Barros, (i) a conversão do registro da Companhia junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM de emissor categoria "A" para a categoria "B" e a deslistagem das ações de emissão da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, condicionadas à conclusão da Oferta Pública de Aquisição de Ações para Conversão de Registro de Categoria A para Categoria B da Neoenergia Cosern ("OPA"); (ii) a convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada após o leilão da Oferta e em data a ser oportunamente definida para deliberar sobre o resgate e cancelamento das ações de emissão da Companhia que remanescerem em circulação no mercado após a realização do leilão da Oferta Pública de Aquisição de Ações para Conversão de Registro de Categoria A para Categoria B da Companhia ("OPA"), pelo mesmo preço por ação pago no âmbito da OPA, ajustado pela Taxa SELIC acumulada, pro rata basis, desde a data de liquidação do leilão da OPA até a data do efetivo pagamento do preço do resgate, nos termos do artigo 4º, § 5º, da Lei da S.A., condicionada a que, após a conclusão da OPA, o número de ações de emissão da Companhia remanescentes represente menos de 5% do total das ações emitidas pela Companhia; (iii) autorizar a Diretoria a adotar todas as providências necessárias à efetivação e implementação das deliberações discutidas e aprovadas nesta reunião. **ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA**: Fica registrado que o material pertinente aos itens da **Ordem do Dia** encontra-se arquivado na sede da Companhia. Foi, então, declarada como encerrada a reunião e lavrada a presente ata no livro próprio, a qual foi lida e assinada pelos senhores Conselheiros presentes. Natal, 22 de julho de 2024. **Confere com original lavrado em livro competente. Marcela Veras -** Secretária. JUCERN. Certifico o registro em 24/07/2024 sob nº 20240591143. Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN. Denys de Miranda Barreto - Secretário Geral.

TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

ATA DA 472ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA TELEFÔNICA BRASIL S.A. REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 15 (quinze) dias do mês de julho de 2024, às 11h00 (horário local de São Paulo), realizada virtualmente, conforme faculta o artigo 19, parágrafo 1º do Regimento Interno do Conselho de Administração e dos Comitês Técnicos e Consultivos da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Foi realizada convocação na forma do Estatuto Social da Companhia. Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, que subscrevem a esta ata, havendo, portanto, quórum nos termos do Estatuto Social para instalação da reunião. Ainda, estava presente o Secretário Geral e Diretor Jurídico da Companhia, Sr. Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira, como Secretário da Reunião. **3. MESA:** Eduardo Navarro de Carvalho - Presidente da Reunião; Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira - Secretário da Reunião. **4. ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** Examinada e debatida a matéria constante da Ordem do Dia, foi deliberado por unanimidade dos membros do Conselho de Administração presentes, o seguinte: **4.1. Proposta de Declaração de Juros sobre Capital Próprio pela Companhia:** Foi aprovada a proposta de declaração de juros sobre capital próprio da Companhia ("JSCP"), com base no balanço patrimonial de 30 de junho de 2024, no montante bruto de R$ 650.000.000,00, correspondente a R$ 552.500.000,00 líquidos de imposto de renda retido na fonte. O valor do JSCP ora declarados equivale ao valor bruto de R$0,39467123305[1] por ação ordinária, sendo R$ 0,33547054809[1] líquidos de imposto de renda. O crédito dos JSCP será realizado de forma individualizada a cada acionista, com base na posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 26 de julho de 2024. Após esta data, as ações serão consideradas "ex-JSCP". O valor líquido dos JSCP será imputado ao dividendo obrigatório do exercício social que se findará em 31 de dezembro de 2024 *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a ser realizada em 2025, e o pagamento será realizado até o dia 30 de abril de 2025, devendo a data ser oportunamente fixada pela Diretoria da Companhia. **5. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho de Administração declarou encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata. São Paulo, 15 de julho de 2024. (aa) Eduardo Navarro de Carvalho - Presidente do Conselho de Administração; Alfredo Arahuetes García; Ana Theresa Masetti Borsari; Andrea Capelo Pinheiro; Christian Mauad Gebara; Denise Soares dos Santos; Francisco Javier de Paz Mancho; Ignácio Moreno Martínez; Jordi Gual Solé; José María Del Rey Osorio; Juan Carlos Ros Brugueras; e Solange Sobral Targa. Secretário da Reunião: Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira. ***Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata da 472ª reunião do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A., realizada em 15 de julho de 2024, lavrada em livro próprio e registrada perante a Junta Comercial de São Paulo sob o nº 294.653/24-7 de 31/07/2024.*** **Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira -** Secretário do Conselho de Administração

[1] Valor por ação calculado com base na posição acionária de 30.06.2024. Em razão do Programa de Recompra de Ações da Companhia em vigor, o valor por ação poderá sofrer alterações considerando a base acionária da Companhia a ser verificada em 26.07.2024.

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público, que irá solicitar ao Instituto Água e Terra - IAT, a Autorização Florestal para corte de árvores na faixa de domínio da estrada municipal, no município de Coronel Domingos Soares, para implantação de rede de energia elétrica, projetos 1506874 e 1509153.

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público, que irá solicitar ao Instituto Água e Terra - IAT, a Autorização Ambiental para implantação de rede de distribuição de energia elétrica 34,5 kV a ser instalada no município de Coronel Domingos Soares, projetos 1506874 e 1509153.

Edital de Convocação de Credores - art. 52, § 1º - RJ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CREDORES, COM PRAZO DE 15 DIAS PARA HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS DE CRÉDITO, EXPEDIDO NOS AUTOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE ODEBRECHT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, ODEBRECHT HOLDCO FINANCE LIMITED, OEC S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, OEC FINANCE LIMITED, CNO S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CBPO ENGENHARIA LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, OENGER S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, ODEBRECHT OVERSEAS LIMITED, OECI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, TENENGE ENGENHARIA LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, BELGRÁVIA SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e TENENGE OVERSEAS CORPORATION, PROCESSO Nº 1100438-71.2024.8.26.0100.

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Capital, Estado de São Paulo, Dr. Paulo Furtado de Oliveira Filho, informa a todos os interessados e credores que:

1-) DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO: Por decisão proferida em 27/06/2024, às fls. 5456/5461, foi deferido o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL de ODEBRECHT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ nº 19.821.234/0001-28; ODEBRECHT HOLDCO FINANCE LIMITED, registrada sob o nº 358435; OEC S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ nº 33.950.222/0001-24; OEC FINANCE LIMITED, registrada sob o nº 358433; CNO S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ nº 15.102.288/0001-82; CBPO ENGENHARIA LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ nº 61.156.410/0001-10; OENGER S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ nº 29.229.029/0001-21; ODEBRECHT OVERSEAS LIMITED registrada sob o nº 4834B; OECI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ nº 10.220.039/0001-78; TENENGE ENGENHARIA LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ nº 15.122.275/0001-75; BELGRÁVIA SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ nº 71.884.431/0001-06 e TENENGE OVERSEAS CORPORATION, registrada sob o nº 232850 (em conjunto, "Recuperandas"), tendo sido nomeada como Administradora Judicial AJ RUIZ CONSULTORIA EMPRESARIAL S.A., representada por Joice Ruiz Bernier, OAB/SP nº 126.769, com sede na Rua Lincoln Albuquerque, nº 259, conj. 131, Perdizes, São Paulo-SP, CEP 05004-010, telefone: (11) 3864-4332, e-mail: aj.oec@ajruiz.com.br ("Administradora Judicial"). A íntegra da decisão encontra-se disponível no website da Administradora Judicial (https://ajruiz.com.br/PROCESSOS na área de "PROCESSOS" / "GRUPO OEC") e no website das Recuperandas (https://www.oec-eng.com/pt-br/reestruturacao).

2-) RELAÇÃO DE CREDORES: As Recuperandas apresentaram relação de credores, com seus créditos e respectivas classificações, que está reproduzida no sítio eletrônico da Administradora Judicial (https://ajruiz.com.br/PROCESSOS) e às fls. 7.260/7.851, para ciência de todos os interessados ("Relação de Credores"), na forma da lei e do Enunciado 103 da III Jornada de Direito Comercial da Justiça Federal.

3-) PRAZO PARA HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS: Os credores terão o prazo de 15 dias, contado da publicação deste Edital, para apresentar suas habilitações e/ou divergências quanto aos créditos constantes da Relação de Credores, diretamente à Administradora Judicial através do e-mail aj.oec@ajruiz.com.br. **Não devem ser apresentadas habilitações ou divergências no processo.**

E para que produza seus efeitos de direito, será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei e da Comarca da Capital, 9 de agosto de 2024.

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

A COPEL Distribuição S.A. torna público, que irá solicitar ao Instituto Água e Terra - IAT, a Autorização Ambiental - AA, para a Instalação de Antena de Comunicação em Torre compartilhada com a Estrutura do IAT, a ser instalada na praia de encantadas, Ilha do Mel, no município de Paranaguá, no estado do PR.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 168/2024

Protocolo: 22.099.488-0

Objeto: Aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado, conforme especificações técnicas do termo de referência.
Abertura das Propostas: 22/08/2024 às 08h30min
Disputa: 22/08/2024 às 08h30min
UASG: 930141
Fonte de Recurso: 501

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 127/2024

Protocolo: 22.343.223-9

Objeto: contratação de prestação de serviços de perfuração e instalação de poço tubular profundo, conforme especificações técnicas do termo de referência.
Abertura das Propostas: 26/08/2024 às 8h30min
Disputa: 26/08/2024 às 8h30min
UASG: 930141
Fonte de Recurso: 501

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 167/2024

Protocolo: 22.070.459-9

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de engenharia para reforma do terceiro andar da unidade do IDR Paraná localizada na Rua da Bandeira, 500 - Curitiba - Paraná, conforme planilha orçamentaria de referência constante no Anexo XIII.
Abertura das Propostas: 26/08/2024 às 11h00min
Disputa: 26/08/2024 às 11h00min
UASG: 930141
Fonte de Recurso: 501
RETIRADA DO EDITAL: www.compras.gov.br, www.transparencia.pr.gov.br.
APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTOS DOS LANCES: www.compras.gov.br.
Informações Complementares: Setor de Compras e Contratos - Rodovia Celso Garcia Cid, Km 375 – Três Marcos – Londrina-PR, Fones: (43) 3376-2261/2148 – Fax: (43) 3376-2106 – Email:, leonardoao@idr.pr.gov.br.

Londrina, 09 de agosto de 2024.

DINIZ DIAS DOLIVEIRA
Diretor-Presidente Substituto

INÊS 249

Crime financeiro Profissional, agora afastado, é acusado de usar informações para obter vantagem

Operação da PF mira funcionário da BB Asset

Victoria Netto
Do Rio

Um funcionário — agora afastado — da BB DTVM é um dos investigados no caso de "front running" em apuração pela Polícia Federal. A informação consta do processo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que serviu de base para a Operação Rabbit, deflagrada nesta semana.

"Front running" é um jargão em inglês para se referir à obtenção antecipada de informações no mercado que influenciam o valor dos ativos para obter vantagens financeiras.

Na quarta-feira, a PF deflagrou a operação e anunciou que seriam cumpridos quatro mandados de busca e apreensão na cidade do Rio de Janeiro. Segundo a PF, as informações privilegiadas vinham "do funcionário de uma Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira que tem como objetivo intermediar a compra e venda de títulos e valores mobiliários". Essa pessoa repassava as informações para conhecidos para que se antecipassem aos movimentos do mercado.

Procurada, a BB Asset confirmou que as investigações envolvem um funcionário específico.

A Justiça determinou o afastamento do funcionário do cargo que ocupava e a apreensão de bens e valores de até R$ 5.141.045,34 — montante que corresponde ao ganho bruto apontado pela investigação, que compreende o período de 2016 a outubro de 2022. O grupo tinha taxa de sucesso superior a 94% em operações de "day trade", que envolvem a compra e a venda de ativos em um único dia.

O processo administrativo sancionador da CVM foi instaurado em outubro de 2021 para apurar a "possível prática não equitativa em negócios com valores mobiliários na B3 entre janeiro de 2016 e junho de 2020". Quando o inquérito foi aberto, a CVM tinha indícios que iam até 2020, mas o aprofundamento no caso apontou irregularidades até 2022.

> Grupo investigado tinha taxa de sucesso superior a 94% em operações de 'day trade', segundo a Polícia Federal

O processo, que traz três acusados, ainda não foi julgado pelo órgão regulador e está na fase final de apresentação de defesas. A última atualização ocorreu no dia 25 de julho. Os acusados indicaram interesse em apresentar termo de compromisso para um acordo, conforme as informações disponibilizadas sobre o processo.

Diante dos indícios de crime de ação pública penal, a CVM comunicou o Ministério Público Federal (MPF), com o encaminhamento de cópia integral do processo. A autarquia mantém um acordo de cooperação técnica com o Departamento de Polícia Federal DPF desde 2010, o que inclui o compartilhamento de informações em temas de interesse em comum.

A BB Asset disse em nota que as investigações, que envolvem um funcionário específico, não refletem as práticas e a cultura da instituição. "A gestora adota todas as providências em seu âmbito de atuação e está colaborando junto às autoridades com as investigações. A BB Asset reforça o seu comprometimento com processos robustos de monitoramento, gestão de riscos e governança", afirmou.

A CVM informou ao **Valor** que a investigação começou a partir de comunicações com a B3. As apurações e diligências do regulador levaram à acusação pela prática de "front running".

Esse tipo de operação não é fácil de identificar e é uma prática relacionada à assimetria de informação, segundo Leonardo Ugatti, sócio da Azeredo & Ugatti Advogados. Ele afirmou que, considerando casos precedentes na CVM, enseja "penalidades muito altas" junto ao regulador, de 2,5 a três vezes o benefício econômico, considerando o montante corrigido.

"O valor é alto porque a assimetria de informação é vista como uma das piores práticas, ainda mais se aplicada a um profissional que deveria pautar seu comportamento de uma determinada maneira e tenta se beneficiar da posição que ocupa", disse.

Segundo a PF, os investigados poderão responder pelos crimes de "front running", lavagem de dinheiro e associação criminosa. As penas máximas, somadas, superam 20 anos de reclusão, além de multa e ressarcimento dos valores.

Vibra terá de depositar aluguel em garantia

Rita Azevedo
De São Paulo

Em um novo capítulo do caso envolvendo certificados de recebíveis imobiliários (CRI) lastreados no aluguel da sede da Vibra, um tribunal arbitral determinou que a companhia deposite mensalmente em garantia o valor do aluguel até o julgamento final, apurou o **Valor**. Não houve análise do mérito do caso.

O dinheiro deve ser enviado a uma conta bancária separada a ser aberta entre as partes, que não poderá ser acessada até a resolução do caso. A expectativa é que a decisão final sobre o tema ocorra em 12 meses, segundo fontes.

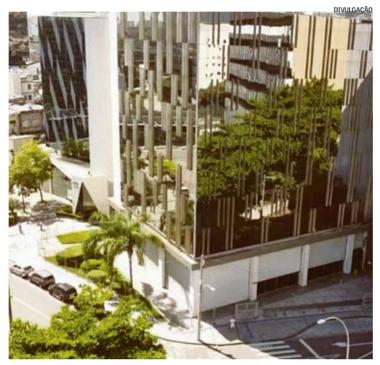
Desde maio, investidores de um certificado de recebíveis imobiliários (CRI) lastreado na locação da sede da Vibra, no centro do Rio de Janeiro, não recebem juros remuneratórios e amortização. Isso ocorreu devido ao não pagamento do aluguel pela companhia.

Em abril, a Vibra arrematou o imóvel, batizado de Edifício Lubrax, por cerca de R$ 127,1 milhões em leilão. Após a compra, a companhia informou que deixaria de pagar o aluguel. A avaliação da empresa é que, a partir do certame, criou-se o chamado instituto de confusão, com o locador e o locatário sendo a mesma entidade e o contrato sendo extinto.

A Opea, uma das securitizadoras que emitiu os papéis, contestou essa visão. Em comunicados ao mercado divulgados na época, disse que "os argumentos utilizados pela devedora para sustentar a alegação de confusão e extinção do contrato atípico de locação não encontram amparo na lei, na doutrina ou na jurisprudência".

A decisão do Tribunal Arbitral foi proferida ontem em resposta a um pedido de liminar da Opea. Procurada, a securitizadora disse que só se manifesta por meio de comunicados ao mercado. Em fato relevante divulgado no fim da noite, disse que a decisão foi baseada no "fundamento de que é importante que sejam mantidas as condições contratuais e que se previnam ações que comprometam a execução da sentença final". A Opea ressaltou ainda que os valores que serão pagos não poderão ser repassados aos titulares do CRI até que haja a confirmação da decisão liminar em sentença final de mérito.

A Vibra disse, em nota, que tomou conhecimento da decisão "que convidou as partes a buscarem, até setembro de 2024, uma solução consensual para encontrar o método menos oneroso para que se garanta a eficácia da decisão final de mérito na arbitragem", reiterou a confiança "nos sólidos fundamentos jurídicos que embasam seu posicionamento na arbitragem e reforçou a "solidariedade aos investidores, que, assim como a Vibra, foram prejudicados pela operação conduzida por OpeaeConfidere."

DIVULGAÇÃO

> Tribunal arbitral determinou que companhia recolha o valor do aluguel mensalmente até o julgamento

O contrato de locação do prédio foi firmado na modalidade "built to suit" (BTS). Nesse tipo de contrato, a empresa se compromete a pagar o aluguel do local por um período determinado — no caso da Vibra, o acordado foi de 18 anos. A construção foi feita pela Confidere, que cedeu os aluguéis como lastro para obter o financiamento da obra.

Em nota enviada em maio, a Vibra disse que não tinha relação com uma operação "comercializada de modo a gerar expectativa de estar sujeita unicamente ao risco de crédito da Vibra" e que trata-se de "um caso extraordinário de CRI emitido sem nenhuma garantia além do patrimônio da própria Confidere e dos sócios".

Os termos do contrato de locação são contestados pela Vibra há alguns anos. Em 2021, em meio à pandemia da covid-19, a empresa tentou reduzir o valor do aluguel do imóvel, de cerca de R$ 5 milhões. Para isso, levou aos investidores uma proposta de mudança nos termos que, na prática, significaria uma redução da remuneração. Os investidores não aceitaram. Em 2022, a empresa abriu o processo de arbitragem contra a Confidere.

Nasdaq vai endurecer regras de listagem para 'penny stocks'

Dow Jones Newswires, de Nova York

A Nasdaq está tomando medidas para se livrar de empresas com ações negociadas abaixo de US$ 1 cada — as chamadas "penny stocks" — após críticas de que teria se tornado o lar de centenas de companhias arriscadas do setor de tecnologia. As mudanças propostas podem acelerar a saída de empresas como a Bit Brother, uma startup chinesa de blockchain que se tornou um constrangimento para a Nasdaq durante o ano passado.

Desde 2020, a Bit Brother realizou três grupamentos para manter o preço de suas ações acima de US$ 1 mesmo com o preço dos papéis caindo mais de 99%. As ações chamaram a atenção no final de dezembro, quando experimentaram um grande aumento no volume de negócios, alimentado por investidores individuais de ações de memes e pelo burburinho nas redes sociais.

A Bit Brother foi finalmente retirada de listagem em março. Mas a Nasdaq ainda foi criticada por corretores e defensores dos investidores, que dizem que ela lista muitas outras empresas pequenas e arriscadas que não merecem o selo de aprovação que vem com uma listagem em bolsa.

"Estas são empresas clássicas de ações de baixo valor que muitas vezes estão ligadas a atividades de negociação de 'bombeamento e despejo' e outras formas de manipulação de mercado", disse a empresa de negociação eletrônica Virtu Financial à Securities and Exchange Comission (SEC, a comissão de valores mobiliários dos EUA) em uma petição apresentada em julho.

A Virtu instou a SEC a limitar os desdobramentos excessivos de ações e a forçar as bolsas a retirarem a listagem mais rapidamente se os preços de caírem abaixo de US$ 1. As empresas listadas na Nasdaq, cujas ações caiam abaixo desse nível, podem atualmente evitar a exclusão por mais de um ano, devido a vários períodos de carência permitidos pelas regras atuais.

Quando uma ação fecha abaixo de US$ 1 por 30 dias consecutivos de negociação, a Nasdaq considera a empresa inadimplente e lhe dá 180 dias para remediar a situação. Após 180 dias, se a ação não ultrapassar US$ 1, a empresa pode solicitar outro período de carência de 180 dias. No final desse segundo período, ainda pode obter uma prorrogação de última hora recorrendo a um painel de audiências da Nasdaq. A saída fica suspensa enquanto a empresa aguarda audiência.

Alguns dizem que essas regras são frouxas, levando a um acúmulo de "penny stocks" na Nasdaq. Na quarta, havia 523 ações listadas nas bolsas dos EUA que fecharam abaixo de US$ 1 por ação, das quais 433 na Nasdaq, de acordo com a Dow Jones Market Data. Em comparação, havia menos de uma dúzia de ações abaixo de US$ 1 no início de 2021.

Ativos digitais e regulação da CVM: desafios e oportunidades

Palavra do gestor

Julia Franco, Vitor Szmaragd e Gabriel Barenco

O surgimento de novas tecnologias vem provocando uma verdadeira revolução nos mercados financeiro e de capitais, promovendo a democratização do acesso a oportunidades de investimento, o aumento de liquidez e a diminuição do custo de capital.

Junto às inúmeras oportunidades, surgiram novos desafios, que vêm fomentando intensos debates sobre limites da regulação estatal e potenciais medidas a serem adotadas para mitigar riscos e trazer mais credibilidade para o ecossistema.

De um lado, há preocupação de tutelar o interesse dos investidores estabelecendo padrões mínimos de conduta e disclosure. Por outro, há o senso de cautela e de responsabilidade em preservar a livre iniciativa, não impondo obstáculos que prejudiquem a inovação e o desenvolvimento.

No Brasil, um marco relevante foi a publicação do decreto 11.563/23, que regulamentou o Marco Legal dos Ativos Virtuais, para conferir competências ao Banco Central (BC) para regular e fiscalizar a indústria de ativos virtuais, com a ressalva de que ativos representativos de valores mobiliários permanecem sob competência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Por mais que a competência da CVM seja restrita aos ativos virtuais que se caracterizem como valores mobiliários, na prática sua competência vem sendo ampliada em função de orientações divulgadas pela autarquia. Por meio do parecer de orientação 40/22, a CVM esclareceu que, a despeito de a "tokenização" em si não estar sujeita ao crivo da própria comissão, caso viessem a ser emitidos valores mobiliários com fins de distribuição pública, tanto os emissores quanto a oferta pública de tais tokens estariam sujeitos à sua regulamentação.

Na sequência, a autarquia divulgou dois ofícios circulares, em abril e junho do ano passado, esclarecendo que "tokens de recebíveis" ou "tokens de renda fixa" podem ser considerados valores mobiliários caso sejam verificados os seguintes elementos: a) existência de aporte de recursos financeiros ou outro bem suscetível de avaliação econômica pelo investidor; b) representação digital de títulos de dívida ou direitos creditórios; c) participação de intermediários na seleção, análise de risco, precificação, aquisição, manutenção, custódia ou gestão; d) promessa de rendimento devido à participação do investidor; e) caráter de investimento coletivo; e f) existência de oferta pública por meio de tokenizadoras, "exchanges" de criptoativos.

Em conjunto com os novos entendimentos, a CVM também está intensificando as atividades de supervisão sobre a oferta e negociação secundária irregular de ativos digitais que sejam valores mobiliários, também merecendo atenção os diversos casos concretos em que a CVM analisou se uma criptomoeda ou token, à luz de suas características, seriam de fato um valor mobiliário sujeito à competência da autarquia.

Além de ter incluído a fiscalização das ofertas de criptoativos como uma prioridade, a autarquia vem conduzindo diversas comunicações com as instituições que atuam nesse mercado para realizar um mapeamento mais detalhado do ecossistema.

Nesse contexto, o BC e a CVM devem seguir abertos ao diálogo e à interlocução com os desenvolvedores de produtos, mas atentos e coibindo ofertas e negociações irregulares. Tal atuação ponderada não inibe o empreendedorismo e a inovação, mas proporciona ambiente seguro e viabiliza o seu pleno desenvolvimento, com benefícios para os diversos participantes envolvidos.

Aos agentes de mercado, é necessário que permaneçam atentos ao exercício diligente de suas atividades e às características dos produtos ofertados, uma vez que a caracterização de determinado ativo como valor mobiliário independe da manifestação prévia da CVM. Dessa forma, devem ser cuidadosamente observadas as orientações já fornecidas pela autarquia por meio de normativos e precedentes para evitar que uma oferta de tokens seja caracterizada como uma oferta pública irregular – especialmente porque tal ilícito é tipificado como crime e pode gerar graves repercussões.

Além disso, vale lembrar que a CVM indicou que as ofertas de tokens que sejam valores mobiliários podem ser realizadas por meio de plataformas de "crowdfunding" reguladas pela Resolução CVM 88. Assim, apesar de estarem sujeitas a diversos limites e seus ativos não poderem ser negociados em mercado secundário — o que cria desafios para a adequação das atividades de tokenizadoras —, essas plataformas podem, hoje, servir como uma alternativa frente aos expressivos custos envolvidos no registro de oferta e emissor.

Diante de todas essas nuances, o que fica evidente é que a indústria de ativos digitais está em momento crucial de desenvolvimento e adaptação regulatória no Brasil, demandando atuação cuidadosa de todos os players envolvidos para que o arcabouço regulatório evolua e traga credibilidade a essa importante indústria.

Julia Franco é sócia das áreas de societário e mercado de capitais do Cescon Barrieu

Vitor Szmaragd é associado das áreas de societário e mercado de capitais do Cescon Barrieu

Gabriel Barenco é associado das áreas de societário e mercado de capitais do Cescon Barrieu

E-mail
julia.franco@cesconbarrieu.com.br.

Sexta-feira, 9 de agosto de 2024 | Ano 25 | Número 1223

ALEXANDRE MOTTA/ED GLOBO

O bom negócio dos insetos

Agricultura Além de equilíbrio ambiental, eles possibilitam ganhos financeiros, como mostram estudos indicando que 75% dos cultivos de alimentos dependem de polinizadores. Por *Vivian Oswald*, para o Valor, de Brasília

Quando mudou-se para a Ilha de Mosqueiro, uma das 39 do arquipélago que cerca Belém, no Pará, 20 anos atrás, a pesquisadora carioca Marlucia Martins costumava observar, no fim da tarde, nuvens de "jacintas", ou "lavadeiras" — como são conhecidas no Sudeste do Brasil. Com a mudança do clima, secas recorrentes e a ação do homem, elas foram escasseando.

Neste ano, pela primeira vez, a doutora em ecologia precisou recorrer a repelentes para proteger-se de picadas indesejadas no jardim de casa. Predadora, a jacinta, ou libélula, se encarregava de conter mosquitos e outros incômodos trazidos da floresta.

O fenômeno se repete entre várias espécies e suas implicações podem ser catastróficas para a economia. E no Brasil, um dos maiores produtores de alimentos do mundo, os insetos têm imensa responsabilidade. Estima-se que estariam por trás de pelo menos 25% do Produto Interno Bruto do país. Esta é mais ou menos a fatia da agroindústria no total da produção nacional.

Há anos, a pesquisadora do Museu Paraense Emilio Goeldi se debruça sobre a vida e a importância dos insetos polinizadores para as florestas e o cultivo, onde cada uma dessas pequeníssimas criaturas tem a sua função.

Estudos científicos indicam que 75% dos cultivos de alimentos dependem de polinizadores. Há ainda um percentual importante dos que ganham em produtividade apenas com a "visita" frequente desses seres. E a soja, uma das vedetes da balança comercial, está entre eles, embora tenha se acreditado por muito tempo que o grão dispensasse a presença de insetos nos seus arredores.

Ao **Valor**, o pesquisador da Embrapa Decio Gazzoni afirma que a presença de abelhas pode significar um ganho médio de nada menos que 17% na produção da soja. Tudo isso sem um metro quadrado a mais de terra plantada, acréscimo de sementes, adubos ou pesticidas. As abelhas encarregam-se do trabalho. E mais: descobriu-se que o mel de soja é altamente nutritivo, cheio de antioxidantes fenólicos e mais produtivo do que outros.

Cada colmeia produz 50 kg só nos dois meses da colheita da soja — quase o dobro da média geral nacional. Para a indústria, ainda oferece vantagem adicional: não cristaliniza a baixas temperaturas, o que facilita sua manipulação. Multinacionais têm usado o mel de soja em massas para bolos, biscoitos e outros produtos.

Há duas décadas, o pesquisador da Embrapa se dedica ao assunto. Ele é autor do livro "Soybeans and Bees", publicado em inglês antes mesmo do lançamento da edição em português. A inversão aconteceu porque a ideia era levar a publicação em missões agrícolas ao exterior, para mostrar que o polêmico cultivo da soja podia acontecer em consonância com as boas práticas de sustentabilidade.

"As abelhas podem reduzir em 25% as emissões por tonelada de soja produzida sem mudanças do uso da terra", destaca Gazzoni, que tem apresentado dados ao governo e fóruns internacionais dos ganhos de sustentabilidade que as abelhas oferecem à produção de soja dos pontos de vista social, econômico e ambiental.

Nos anos recentes, ficou claro que investir no bem-estar de insetos é um bom negócio. Eles significam equilíbrio ambiental e, para surpresa de muitos produtores, ganhos financeiros. Revisão de bases de dados científicas de 48 países publicada no periódico "Nature Communications", a partir da análise de 48 culturas diferentes, revelou que os frutos vindos de árvores polinizadas por animais e insetos têm, em média, 23% mais qualidade do que aqueles que não foram, particularmente no que se refere a forma, tamanho e vida útil.

O empresário Mauro Lúcio Costa, pecuarista e produtor de soja e milho no Pará há décadas, mudou a orientação dos seus negócios. Em sua fazenda de 4.356 hectares, apenas 880 estão destinados à produção. Deste total, 500 têm 2.500 cabeças de gado e o resto está voltado para o milho e a soja. Ele segue à risca a determinação legal de manutenção de 80% de reserva do território nessas áreas e afirma que não precisa de um hectare a mais para ter resultados.

"Precisamos muito do equilíbrio. A nossa ação gera impacto nos negócios. Meu trabalho é minimizar os impactos que eu causo", diz Costa. "Muita gente diz que sou hippie, ou doido mesmo", brinca. "Costumo dizer que é pecuária sob o princípio da reciprocidade. Quanto mas eu dou para a natureza, mais ela me devolve. Não me falta terra. Tenho como aumentar em dez vezes a minha produção sem avançar nas áreas de reserva."

Desde que passou a criar as áreas de florestas em torno da produção, afirma que passou a ter menos problemas com a "mosca de chifre" em seu rebanho, queixa recorrente dos colegas, e menos incidência de cigarrinhas e outras pragas no cultivo. Filho e neto de pecuarista, ele saiu pequeno de Governador Valadares (MG) para o Pará. A família foi atraída pelo que o pai chamava de três "C"s: chuva, calor e crédito.

Desde 2002, Costa entendeu que era preciso produzir de maneira diferente. E que isso era não apenas investimento no legado que deixará para as quatro filhas, mas nos preços do que vende. Ele está atrás de valor agregado, de olho na demanda internacional por sustentabilidade.

"Comecei plantando árvores por paisagismo, para tornar minha fazenda agradável", diz Costa. Hoje, ele mantém parcerias com pesquisadores, dá palestras e firma-se como produtor verde, amigo dos insetos. Palavras dos próprios cientistas que trabalham com ele.

Outro entusiasta dos insetos, o agricultor Michinori Konagano trabalha há anos em sua propriedade em Tomeaçu, no nordeste do Pará, com parcerias com institutos de pesquisa justamente para estudar o papel dos insetos na produção. E ele descobriu há um bom tempo que depende deles para viver.

A agricultura na região cresceu em boa medida associada aos esforços dos imigrantes japoneses, que se organizaram em cooperativas e investiram em pesquisas. Ele próprio veio para o Brasil com a família ainda pequeno, 62 anos atrás. Sua propriedade tem produção variada e colheita garantida o ano inteiro. Dali tira o suficiente para manter os seus e de 40 a 70 colaboradores todos os anos. Pouco mais de 90% de tudo o que produz hoje depen-

> "As abelhas podem reduzir em 25% as emissões por tonelada de soja produzida"
> *Decio Gazzoni*

INÊS 249

de da polinização de insetos.

"Estou do lado deles. São trabalhadores 0800, não têm salário, nem direitos trabalhistas", costuma brincar. A lista do que planta é imensa: cupuaçu durante seis meses de colheita; cacau de maio a outubro; açaí por 12 meses irrigado; pimenta-do-reino de julho a dezembro, além de espécies florestais e hortaliças.

"Toda essa produção conta com trabalho que a gente não costuma enxergar dos insetos. Eles têm papel importante demais no agronegócio. Não adianta ter material genético melhorado, boa terra, bom manejo, se não tiver insetos para polinização", diz Konagano. "O açaí depende 100% dos polinizadores, assim como cacau e o cupuaçu. Eles têm flores minúsculas. Não há como se fazer manualmente. No caso do maracujá até dá, mas o trabalho é complicado e a mão de obra, cara." Ele também produz acerola, pupunha, mangostão e outras frutas exóticas. Cada um tem o seu polinizador.

Konagano está instalando um laboratório na fazenda para reproduzir produtos biológicos e pulverizar nas plantas a fim de combater fungos e isentos. A ideia é garantir que os bons insetos permanecerão vivos e a produção, saudável. As pesquisas serão disseminadas para os pequenos agricultures da região, que muitas vezes ainda recorrem a pesticidas para combater pragas e a queimadas para limpar o terreno antes de plantar.

Segundo o pesquisador Decio Gazzoni, o manejo de produtos químicos é uma ameaça aos polinizadores. No caso da produção de soja, matam as abelhas que visitam as flores da soja e, quando espalhados em grandes quantidades, se encarregam de desaparecer com insetos de uma região inteira, afetando até mesmo as vizinhas agriculturas de subsistência.

Os produtores que já entenderam a dinâmica começam a recorrer a produtos alternativos. No caso da soja, há quem aplique inseticidas no fim da tarde, já que as abelhas visitam suas flores no "horário comercial".

"Quase todos os nossos cultivares são plantas que produzem flores e frutos. Para se manterem na natureza, têm que se reproduzir. Elas produzem flores masculinas, femininas, ou ainda hermafroditas", explica a pesquisadora Marlucia Martins. A estrutura masculina, que seria o equivalente ao espermatozoide, chama-se pólen, e a feminina, ovário. O embrião vai se chamar "semente" no equivalente à reprodução animal e fica guardada no útero da planta.

"A planta não se move, é o fruto que carrega o filhote da planta, e ele tem várias maneiras de viajar", diz Martins. "Na praia de Mosqueiro, quando a onda vem, traz para a terra firme um monte de materiais. São os frutos que vêm do outro lado da margem do rio, entre eles a andiroba. O pessoal vai de manhã cedo catar andiroba na praia."

Na Amazônia sobretudo, destaca a especialista, a maioria das plantas depende de animais para a reprodução; muitas vezes os frutos ainda precisam passar por seu trato digestivo. Cerca de 80% dos polinizadores são abelhas (que evoluíram de vespas).

Mas há ainda pássaros, morcegos, répteis e outros organismos a visitar flores e espalhar pólen. Tudo se encaixa. O animal é atraído à flor, que, evolutivamente, desenvolve mecanismos específicos de atração. Para algumas orquídeas há um tipo de abelhas que exergam o lugar onde devem aterrissar para ter acesso ao pólen como uma "pista de pouso fosforescente".

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Marlucia Martins: "É muito importante que, nos processos de restauração, não se olhe só para as árvores"

Esses insetos estão atrás de recursos alimentícios ou abrigo. A planta produz néctar e alguns óleos. Existem as criaturas que gostam de pólen, do néctar, do óleo ou dos três. Não só gostam como dependem deles para a reprodução. É uma cadeia de interdependência.

Existem 20 mil espécies de abelhas no mundo. Dessas, entre 90% e 95% são solitárias. Não formam colônias, não são sociais e, por isso, não podem ser criadas. Elas precisam de áreas naturais para viver. A castanha-do-pará e o maracujá, por exemplo, dependem das visitas das "bombus", abelha solitária capaz de voar de 3 a 4 km de distância. A depender da espécie, podem voar até 20 km, como as especializadas nas orquídeas.

Isso significa que a proteção do seu habitat vai muito além da mata onde vivem. E não adianta apenas reflorestar áreas degradadas. É preciso garantir que os insetos adequados para aquele tipo de plantas estejam presentes. E é difícil reproduzir o seu ambiente, sobretudo em áreas destruídas.

"É possível facilitar a ocorrência dos insetos polinizadores nas áreas naturais alteradas ou cultivadas, oferecendo local para se estabelecerem, como, por exemplo, estruturas construídas com diferentes substratos e materiais para que abelhas construam seus ninhos, como orifícios em pedaços de madeira, tubos de bambu ou de papelão para atraí-las", diz a pesquisadora da Embrapa Marcia Maués, uma das maiores especialistas do Brasil. No ambiente natural, elas se instalam em casas de árvores, debaixo de folhas e em buracos na terra. As sociais podem ser criadas (nem todas).

Tomate, morango, laranja e outras frutas e legumes precisam das abelhas sociais, principalmente as sem ferrão, que vivem em bandos. As abelhas africanizadas, sociais e mais agressivas, são importantes não só para a polinização agrícola, para a soja, café, laranja, melão e melancia, mas também são importantes para a conservação das matas. Embora muitos pequenos agricultores se arvorem a criá-las, elas não podem estar em área urbana.

Outra discussão importante que ganha peso só agora no Brasil é que espécies de biomas diferentes não poderem ser misturadas, sob risco de reduzir a diversidade, já que as mais fortes podem prevalecer.

RONALDO ROSA

Marcia Maués coletando insetos num açaizeiro: "O açaí hoje é muito mais valorizado como fruto do que palmito"

DIVULGAÇÃO

O produtor Mauro Lúcio Costa: "Quanto mais eu dou para a natureza, mais ela me devolve"

No Brasil, segundo Ana Assad, diretora-executiva da Associação Brasileira de Estudos das Abelhas, há 3 mil espécies, embora muitas ainda estejam sendo descobertas. Destas, 1.900 estão cientificamente descritas. Entre elas, há as solitárias, semi-sociais (que vivem em duplas ou trios) e sociais ou abelhas sem ferrão (que vivem em colônias).

A economista afirma que 70% dos polinizadores de cultivos brasileiros são abelhas. Ela destaca não apenas o papel desses insetos para o aumento e qualidade do cultivo, mas para a produção de mel em si. O Brasil hoje exporta cerca de 51 mil toneladas de mel orgânico por ano. A produtividade média brasileira ainda é relativamente baixa: de 20 kg por ano por colmeia. Na Argentina, é de 80 kg.

"Há produtores de mel de soja que nunca perderam uma colmeia por conta de produtos químicos. Isso significa que a convivência harmônica e sustentável é viável. E não é só isso: todos ganham. É dinheiro no bolso para o produtor sem ele gastar. E o apicultor tem tido aumento de produtividade do mel", afirma Ana Assad.

Há anos, a economista se dedica ao tema e coordenou projetos sobre polinização e manejo de polinizadores do açaí, castanha-do-brasil, cupuaçu, urucu, camu-camu, cacau, entre outros. Ela explica que o açaí, por exemplo, é hoje uma das plantas que mais cresceram em termos de área cultivada no Pará.

"Até o início dos anos 1990, era um fruto de consumo amazônida. Não era cultivado. Era garantia de segurança alimentar de nossas populações nativas. Ocorre na margem dos rios, mas havia exploração muito pesada do seu palmito até os anos 1980, o que vinha destruindo os açaizais nativos. Para tirar o palmito da planta, precisa derrubar a palmeira de açaí", explica.

Os primeiros palmitos a serem consumidos eram do açaí (*Euterpe oleracea*) e do palmiteiro (*Euterpe edulis*), depois expandiu-se o consumo do palmito da pupunheira. Quase não existem mais palmiteiros na região Sudeste devido à sobre-exploração.

Nos anos recentes, com a associação do consumo de açaí à vida saudável, houve forte apelo de consumo, o que fez que a demanda pela fruta explodisse e aumentasse o controle da produção ilegal de palmito. A Embrapa desenvolveu material para cultivo em terra firme, já que a planta não era cultivada.

A primeira variedade para cultivo em terra firme foi a BRS Pará. As áreas de cultivo começaram a crescer. Em 2019, foi lançada a segunda cultiva BRS Paid'égua — que significa uma coisa boa para caramba, maravilhosa, no jargão paraense, como lembra a pesquisadora Marcia Maués.

"Foi aí que os produtores começaram a se preocupar com a polinização. E eles são mais atentados e organizados. O açaí hoje é muito mais valorizado como fruto [polpa] do que palmito", lembra a especialista.

Ela trabalhou em um projeto de polinização integrada para avaliar a contribuição da paisagem no entorno das áreas de cultivo e o manejo de uma espécie de abelha nativa sem ferrão, que era uma das que polinizavam o açaizeiro, a abelha canudo (*Scaptotrigona postica*).

Os estudos envolviam 18 áreas no nordeste paraense (Acará, Colares, Santa Bárbara, Santa Isabel, Santo Antônio do Tauá, Santa Maria e Tomé-Açu). Procuravam saber quais insetos polinizavam o açaí, qual o benefício de manejar uma abelha nativa e como percentual de cobertura florestal influenciava na oferta do serviço natural de polinização.

Havia 200 espécies de insetos visitando as flores do açaí, explica Marcia Maués, porém o açaí cresce em touceiras, com até quatro a oito palmeiras, cada uma com a mesma genética, pois são todas irmãs. "Se o polinizador levar o pólen entre as flores de uma mesma touceira, não é bom, estaria fazendo a autopolinização", diz.

Ela conta que o açaizeiro precisa da polinização cruzada, então o inseto polinizador tem de voar de uma touceira para a outra. As flores do açaizeiro têm uma dinâmica de "abertura peculiar", primeiro só abrem as masculinas por 15 dias, seguida de um intervalo neutro de dois a quatro dias.

Depois aparecem as flores femininas, "pequenas, delicadas, minúsculas", cuja abertura ocorre por no máximo seis dias. "Dentre as abelhas, registramos 65 espécies visitando as flores. Dessas, a maioria é impossível manejar porque algumas são solitárias e com outras não há metodologia para criação racional, mas havia algumas que podem ser criadas em caixas de madeira — a abelha mosquito, que tem de 3 a 4 mm, e a canudo, que faz colônia de até 10 mil abelhas", diz Maués.

A pesquisa mostrou aumento de 433% de produtividade nas áreas com grande quantidade de vegetação nativa quando comparada às áreas degradadas. Os cientistas viram que as abelhas manejadas têm grande potencial para aumentar a produção de frutos de açaí, mas não substituem o papel da floresta na provisão dos serviços de polinização.

Em áreas com mata preservada, as abelhas introduzidas aumentavam o número de visitas às flores, mas reduziam em 60%, em média, a abundância de espécies silvestres, e em 50% a diversidade de insetos. Segundo a pesquisadora Marcia Maués, além dos benefícios ambientais, ficava claro que a preservação de florestas reduz os custos para os produtores, com a compra e aluguel de colônias.

Nada é por acaso, e é esse o grande desafio para o quebra-cabeça da sustentabilidade. A flor de castanheira leva mais de 20 anos para abrir. Essas grandes árvores têm que amadurecer para dar flor. "Como vivem 700 anos, o que são 20-30 anos para elas darem flor? Se eu não tiver floresta por perto, de onde vão vir os insetos quando a flor aparecer? De lugar nenhum. Castanheira está fadada a morrer, porque ela precisa de outra perto para dar cruzamento", destaca a pesquisadora Marlucia Martins.

Uma maneira de curar o ambiente é a valorização da regeneração natural. "É aquele mato que cresce mesmo em áreas que já foram mexidas, plantas rupestres, que têm facilidade de crescer em solos já desfavorecidos e que produzem flores e atraem muitos insetos", diz Martins. Ela explica que a vismia é o lacre, que está em áreas de desenvolvimento secundário e é importante para manter os polinizadores por perto.

"É muito importante que, nos processos de restauração, não se olhe só para as árvores, mas para as epífitas, lianas, sub-arbustivas, outras formas de vida, que têm crescimento mais rápido, produzem flores, são atrativas para os polinizadores e ajudam a mantê-los no lugar onde você está tentando reflorestar. Não adianta só por caixa de abelha", ressalta.

Nos últimos 150 anos, o mundo perdeu entre 5% e 10% de todas as espécies de insetos — algo em torno de 250 mil e 500 mil espécies. Os dados são de estudo publicado na revista "Biological Conservation" em fevereiro de 2020. O PIB do agronegócio brasileiro chegou a R$ 2,45 trilhões em 2024 — deste total, US$ 1,65 trilhão da agricultura e US$ 801 bilhões da pecuária. ■

Res Publica

Um eterno recomeço a cada eleição?

Fernando Luiz Abrucio

Todos ganhariam se houvesse processos de transição governamental reflexivos e voltados a produzir políticas de longo prazo baseadas em dados e evidências

Uma das maiores conquistas do povo brasileiro foi conseguir fazer eleições regulares, livres e competitivas em todos os níveis de governo nas últimas décadas. Quando começamos a eleger presidentes de forma livre depois de 20 anos de regime autoritário, a alegria foi inenarrável. Mas é sempre bom lembrar que a cidadania política é um processo de aprendizado que se inicia no plano local, onde o poder está mais próximo dos cidadãos. O ato do voto é fundamental, no entanto, a qualidade de uma democracia depende da capacidade de os eleitores aprenderem com as políticas públicas, avaliando o que deve continuar e o que deve mudar.

Neste ano serão eleitos vereadores e prefeitos em 5.569 municípios. É um pleito gigantesco e complexo, com poucos paralelos no mundo democrático. A complexidade dessa engenharia política advém principalmente do fato de que as municipalidades brasileiras são muito diferentes entre si. Essa constatação poderia levar à ilusão de que é possível inventar novas soluções em cada localidade do país, e que cada eleição deve ser um novo recomeço.

O debate público deveria realçar que a possibilidade de mudança é uma garantia democrática presente em toda eleição, um elemento positivo que evita os males da perpetuação no poder, como se vê hoje tristemente na Venezuela. Só que se cada novo governo local tentar fazer algo completamente diferente, quiçá inédito, há mais chances de piorar a qualidade das políticas públicas do que encontrar caminhos melhores para as políticas públicas. Quando não se aprende com o que foi feito no passado, definindo o que deve ser continuado ou modificado, o resultado mais provável é ficar sem uma bússola segura para produzir melhores respostas aos cidadãos.

O problema é que uma das principais características dos municípios brasileiros é a descontinuidade administrativa. Programas governamentais geralmente são substituídos a cada alternância do poder e dificilmente uma política pública ganha o status de política de Estado, e não apenas do governo de plantão. Na verdade, mesmo com governantes reeleitos ou até num mesmo mandato, há descontinuidades importantes, com setores tendo até um secretário para cada ano do quadriênio governamental, como acontece regularmente, por exemplo, na educação.

O que leva a esse padrão de eterno recomeço a cada eleição? Quatro fatores explicam a força desse padrão. O primeiro são as baixas capacidades estatais da maioria dos governos municipais. Embora tenha havido um avanço importante na profissionalização dos funcionários públicos vinculados à implementação e execução dos serviços públicos, como médicos e professores — os chamados burocratas de nível de rua —, não houve o mesmo sentido positivo no que diz respeito aos gestores das secretarias e equipamentos públicos. Há ainda muita descontinuidade entre aqueles que formulam ou assessoram a formulação, bem como entre burocratas intermediários, que fazem a engrenagem das políticas se mover cotidianamente.

A fragilidade em termos de capacidades estatais deveria gerar um comportamento de preservação maior da continuidade das políticas e entre mandatos, pois isso poderia favorecer um aprendizado ao longo dos governos que permitiria a acumulação de saberes e práticas que fortaleceria, ao final, a capacidade de gestão. Porém, entra aqui um segundo fator de descontinuidade: na maior parte das vezes, o sistema político é mais movido pela mudança do que pela preservação da memória administrativa.

DANIEL CABALLERO

É muito comum na passagem de uma gestão a outra o desaparecimento de documentos ou mesmo dos próprios computadores, além da demissão logo de cara de quem era responsável pelos programas anteriores de uma área. Além disso, a lógica da política local em grande parte do país é fortemente ligada ao personalismo, de modo que os eleitos procuram estabelecer uma marca de governo trocando pessoas num nível muito alto de mudança administrativa, para, como se diz popularmente, "colocar os seus homens de confiança".

Ressalte-se que há também casos locais que conseguem manter um aprendizado contínuo de políticas públicas, preservando o que de melhor foi feito na gestão anterior e melhorando gradativamente as ações governamentais. Quando se cita a experiência exitosa de Sobral na educação, poucas vezes se diz que o seu sucesso tem uma forte relação com a preservação da memória administrativa, e mesmo quando pessoas nos postos de comando são trocadas, tenta-se aproveitar quem já participava, de algum modo, da política educacional.

A descontinuidade administrativa local é ainda influenciada por padrões ainda insatisfatórios de cooperação intermunicipal de longo prazo. Este terceiro fator explicativo é fundamental porque uma forma de se construir continuidades de políticas municipais em maior escala é pela via do aprendizado entre os pares, levando à disseminação de boas práticas que depois podem ser customizadas a cada contexto. Neste intercâmbio cooperativo, vale igualmente incentivar o maior diálogo entre políticos, gestores e burocratas de todos os níveis gerenciais. O avanço de municípios tão desiguais como os brasileiros depende de mecanismos aceleradores e compartilhados de aprimoramento de políticas públicas, uma vez que a maioria não conseguirá sair de sua situação "puxando os próprios cabelos", para usar a metáfora germânica.

Para ser justo na argumentação, é inegável que já houve nos últimos anos muitos avanços em termos de associativismo intermunicipal. Associações municipalistas se fortaleceram e têm maior espraiamento pelo país. Cresceu também a cooperação intermunicipal em algumas políticas públicas e mesmo de forma multissetorial. Igualmente importante são as ações federais e, em menor medida, estaduais que criam padrões que podem ser difundidos entre as municipalidades e gerar inclusive diálogo e aprendizado entre elas. No entanto, o fenômeno da fragmentação local e da baixa disseminação de políticas entre os governos municipais é, por ora, mais forte do que a articulação entre os governos locais. A prevalência desse padrão dificulta sair da armadilha da descontinuidade administrativa que tanto atrapalha os municípios no Brasil.

Obviamente que a argumentação em prol de maior aprendizado incremental e menos mudanças abruptas e desnecessárias não quer dizer que as eleições regulares e a possibilidade de alternância não devam ser sempre comemoradas. Avaliar a cada quatro anos os representantes e governantes locais, premiando com reeleição ou punindo com a eleição de outros competidores, é a arma política do alarme de incêndio que pode ter um impacto importantíssimo para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

Mesmo levando em conta esse potencial positivo da política sobre a gestão, é necessário que os governos preparem os processos de transição de um período governamental a outro, até quando há reeleição, pois é comum haver modificações substanciais em mandatos diferentes de um prefeito reeleito. E aqui entra o quarto e último fator que favorece a descontinuidade administrativa: não há incentivos institucionais e nem modelos administrativos disseminados que levem em conta o tema da transição político-administrativa democrática entre os governos.

De fato, já há legislações que limitam o comportamento de pirata saqueador que havia no passado, como a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas ainda não há uma obrigação política ou cultural de se produzir memória administrativa e, como instrumento ainda mais robusto, relatórios de acompanhamento e reflexão sobre a trajetória das políticas públicas. Embora tenha havido avanços nos instrumentos de planejamento governamental mais amplo, como o Plano Plurianual ou planos de metas em algumas cidades, quando há um corte intertemporal devido às eleições, perde-se muito em aprendizado na gestão pública local.

Todos ganhariam se houvesse processos de transição governamental reflexivos e voltados a produzir políticas de longo prazo baseadas em dados e evidências, o que permitiria melhorias contínuas, incrementais ou se necessário disruptivas. Eleitores estariam mais bem informados para realizar seu voto. Políticos tomariam decisões mais sólidas que evitariam a demagogia do discurso antipolítica. Seria consolidado um modelo burocrático em que os profissionais seriam mais valorizados e avaliados conforme suas capacidades e desempenho. E, por fim, os municípios, tão frágeis e desiguais em sua maioria, criariam condições para exercerem melhor suas funções.

Para quem quiser conhecer uma boa análise sobre como reduzir os malefícios da descontinuidade administrativa por meios de estratégias locais e intermunicipais, inclusive com lições sobre como fazer boas transições governamentais e disseminações de boas práticas, recomendo o livro "Transição de gestão na Secretaria de Educação", escrito por Carlos Eduardo Sanches, Edilberto Lima e Maíra Weber, recém-lançado pelo Instituto Positivo e Instituto Rui Barbosa. Fiz o prefácio da obra, no qual aponto como seriam mais impactantes as eleições municipais se os governos não recomeçassem completamente a cada novo mandato. Afinal, a força maior da democracia está na combinação de escrutínio popular constante (livre e justo), voto bem-informado e sistema político-administrativo capaz de aprender continuamente com as políticas públicas.

Fernando Abrucio, doutor em ciência política pela USP e professor da Fundação Getulio Vargas, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: fabrucio@gmail.com

Cristina Canale na Casa Roberto Marinho

UWE WALTER

A Casa Roberto Marinho inaugura em 15 de agosto duas exposições simultâneas em torno da artista plástica carioca Cristina Canale (na foto, em seu ateliê em Berlim). Com isso, comemora as quatro décadas de carreira da pintora, com a retrospectiva "Dar forma ao mundo", e explora o seu olhar curatorial sobre a Coleção Roberto Marinho, em "Paisagem e memória". "O conjunto destas duas exposições mostra meu olhar dentro de um acervo brasileiro, que é a minha origem, e, paralelamente, o meu percurso de 40 anos como artista plástica", diz ela. Radicada há mais de 30 anos na Alemanha, ela mantém forte relação com o Brasil. Sua relevância no circuito de arte nacional se reflete na celebração dessas quatro décadas de produção artística, que tem como marco inicial a exposição "Como vai você, Geração 80?", realizada em 1984, no Parque Lage.

INÊS 249

Casados com a Mata Atlântica

Meio ambiente Mônica e Clóvis Borges comandam a conservação de áreas naturais há 40 anos. Por *Helena Carnieri*, para o Valor, de Curitiba

Se trabalhar junto com o marido por 40 anos exige manter vivo um sonho comum, a bióloga Mônica Borges pode listar uma série de metas traçadas e alcançadas ao lado de Clóvis Borges. Nos anos 1990, eles lideraram a busca por recursos internacionais para adquirir mais de 19 mil hectares de áreas no litoral do Paraná, na época muito degradadas, hoje em pleno processo de restauração.

As três reservas naturais pertencem à Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental — SPVS. A entidade, criada pelo casal com alguns parceiros em 1983, tinha muito do idealismo adolescente, mas eles logo descobriram que o mundo real exigia estudo, persistência e, sobretudo, fontes de financiamento e o estabelecimento de parcerias com os mais diferentes atores.

"O Paraná já era um estado muito devastado na década de 1980, com exceção da Serra do Mar e do Parque Nacional do Iguaçu. E nós já tínhamos uma forte percepção de que a natureza tem um valor intrínseco, crença que está na base de todo esforço de conservação. Mas foi ingenuidade de achar que a sociedade acreditava nisso também", relembra Clóvis.

"Apostamos na educação ambiental para mudar isso. Para nós, não se trata de apenas um trabalho, e sim de perseguir uma missão", relembra Mônica.

Tudo começou com a atuação dela ainda como estagiária no Museu de História Natural de Curitiba, numa época de Terceiro Setor ainda incipiente no Brasil. Já com estudos em zoologia, Clóvis assumiu a direção da entidade e vestiu a camisa: por meio do contato com entidades nacionais e internacionais, pôde viabilizar as iniciativas de conservação da biodiversidade que estão no âmago da SPVS. "Devemos enorme reconhecimento às parcerias conquistadas ao longo destes anos, instâncias fundamentais para nossas conquistas", afirma Clóvis.

Entre os casos relembrados das memórias profissionais e familiares, Mônica e Clóvis nunca esquecem um aparelho de fax recebido de um americano da ONG The Nature Conservancy, conservacionista que caiu de paraquedas na sala deles. "Quem tinha um fax nos anos 1980? Era uma forma muito prática de nos comunicarmos com os EUA. Foi o início de uma grande parceria, mas sempre comparamos esse presente com os espelhinhos que impressionaram os povos originários do Brasil no século XVI", brinca Clóvis.

DIVULGAÇÃO

"Tínhamos uma forte percepção de que a natureza tem um valor intrínseco, crença que está na base de todo esforço de conservação", diz Clóvis Borges, com Mônica

Na restauração das reservas naturais, eles hoje contabilizam cerca de 1 milhão de mudas nativas plantadas, em meio a outras ações de conservação, trabalho realizado em seu momento de pico por 110 funcionários. Hoje a ONG tem mais de 60 colaboradores desenvolvendo projetos em diferentes frentes no campo da conservação.

Outro projeto emblemático, iniciado em 2006, foi de compensação de emissões, junto à HSBC Seguros. Na época, a ideia era remunerar proprietários de áreas conservadas no interior por meio da adoção por parte de empresas. "Foi um belo exemplo de como aliar negócios e conservação", recorda Clóvis. Foram quase 5 mil hectares de áreas naturais bem conservadas de floresta com araucária e de campos naturais. Eram fornecidos suporte financeiro e orientação técnica, em reconhecimento às ações de proteção dos donos de terra.

Hoje o grande desafio é ganhar escala, algo que está inserido no projeto da Grande Reserva Mata Atlântica, única iniciativa brasileira a receber medalha de ouro no 4º Prêmio de Turismo Responsável WTM Latin America. A ideia é inspirada na experiência do fundador da North Face, Douglas Tompkins, que vendeu a multinacional de roupas para comprar áreas naturais na Argentina e no Chile, transformadas em parques nacionais.

"Isso nos estimulou a delimitar uma área entre São Paulo, Paraná e Santa Catarina com 2,7 milhões de hectares, incluindo 60 municípios, com 110 unidades de conservação, o maior contínuo do bioma Mata Atlântica."

Trata-se de um trabalho suprainstitucional com apoio de outros parceiros e que hoje conta com 800 membros participantes. "Ali tem paisagens exuberantes, onça, anta... a estratégia é estimular atividades econômicas, geradoras de emprego e renda, como o turismo de natureza com atrativos únicos", explica o casal.

Também são realizadas intervenções na região em prol das espécies da fauna ameaçadas, como o papagaio-de-cara-roxa e o mico-leão-de-cara-preta, com ajuda institucional para entes públicos da região e apoio à fiscalização contra a degradação.

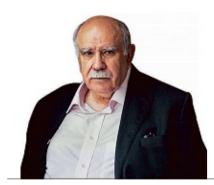
Além disso, no programa Condomínio da Biodiversidade, a SPVS tenta convencer proprietários de áreas naturais remanescentes da Região Metropolitana de Curitiba a conservar. Uma das orientações é realizar o paisagismo conservacionista, gerando mecanismos financeiros de estímulo à conservação e que leve em conta, por exemplo, o risco de inserir espécies exóticas invasoras. "A ideia é combater a visão corrente que enxerga essas áreas como bons lugares para desmatar e criar um condomínio de luxo ou mesmo como área de invasão em locais de risco", critica Clóvis.

Para atuar nesse mercado de forma mais consistente, o casal colaborou, junto com outras instituições parceiras, com a criação da acreditadora Life, que certifica empresas que realizam ações voluntárias de conservação compatíveis com o seu impacto ambiental não mitigável. Trata-se de uma visão muito mais completa do que apenas compensar emissões, acreditam.

"Não existe receita de bolo para a conservação. Cada região precisa de uma intervenção específica. Temos um vício no Brasil de que plantar mudas salva o mundo. Às vezes, isso acaba sendo até um placebo, que não resolve, porque é preciso um entendimento mais aprofundado sobre como recuperar as áreas degradadas", conta Mônica.

Para ela, uma demonstração da credibilidade do trabalho realizado até aqui vem do fato de os dois filhos terem escolhido carreiras na área ambiental. "Quando eles chegaram, aprendemos a não discutir trabalho em casa", conta ela. Ricardo, de 32 anos, é engenheiro florestal e coordena o projeto Grande Reserva Mata Atlântica, enquanto Daniela, de 30, integra a equipe do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente no Brasil. "Saí direto do escritório da SPVS para o hospital em trabalho de parto nas duas vezes", relembra. ■

Coluna Social

Esquerdistas na empresa

José de Souza Martins

Se o capitalismo, no Brasil, fosse atualizado e moderno, não haveria fatores de regeneração "natural" de relações de emprego baseadas em concepções pré e anticapitalistas das formas de lucrar e enriquecer

O Ministério Público do Trabalho, através de uma procuradora, manifestou-se sobre declarações de um presidente executivo (CEO) de uma empresa de reeducação de empresários, que afirmou não contratar esquerdistas. Não só não contrata como recomenda aos clientes de seus cursos e seguidores de suas ideias a fazerem o mesmo. Trata-se de um empresário jovem, filho de uma empregada doméstica do interior de Minas.

Suas recomendações viralizaram. Mas, na verdade, o que ele pensa e recomenda não tem nem originalidade nem criatividade. É apenas um retrocesso histórico empregar em pleno capitalismo moderno regras socialmente retrógradas de uma economia dos tempos iniciais da feira livre. O que indica que quem se vale dessas concepções tem uma falsa consciência do que é o capitalismo e a empresa.

A procuradora alertou para o que a respeito dispõem sobre ato discriminatório e limitativo no trabalho, a Lei 9.029/95, a Constituição, e as convenções 111 e 190 da Organização Internacional do Trabalho. A violação desses regulamentos gera direito à reparação por dano moral.

O empresário se justifica com a "tese" de que empregados esquerdistas "são mimizentos" e "não trabalham duro". Isto é, reclamam das condições de trabalho e da jornada acima do legalmente estabelecido. E diz: se o trabalhador não dedicar 70 a 80 horas por semana ao trabalho, não consegue nada na vida.

Sua receita é a de um salto sem mediações para a sociedade pós-moderna, que não é necessariamente um progresso, mas um futuro imaginário de retrocesso num modernismo desregulamentado, que combina realidade social de tempos desencontrados, como as do pré-capitalismo atrasado com um futurismo alucinado e meramente especulativo. Ele pensa numa sociedade de ordem sem progresso. Progresso é desenvolvimento social, de todos, como condição do desenvolvimento econômico.

CARVALL

Sua concepção da empresa retrocede aos tempos iniciais de uma economia que ainda não era capitalista, do negociante, dedicado ao negócio, à negação do ócio, mas não à afirmação do capitalismo.

A indicação de princípios quanto ao que é o trabalho e quem é o trabalhador, por parte do jovem empresário mineiro, é insólita expressão de uma característica retrógrada de nosso capitalismo atrasado. Se o capitalismo, no Brasil, fosse um capitalismo atualizado e moderno, não haveria nele fatores de regeneração "natural" de relações de emprego baseadas em concepções pré-capitalistas e anticapitalistas das formas de lucrar e enriquecer.

Esse empresário justifica seu modo de lucrar com procedimentos que na prática revogam a Lei Áurea. Ele não sabe que ao empregar um funcionário compra apenas e unicamente sua força de trabalho. Não compra sua pessoa nem sua consciência. Falta-lhe o discernimento e o conhecimento do que o assalariamento representa sociologicamente, a separação do corpo do trabalhador de sua capacidade de trabalho.

A realidade do capitalismo já estava definida nesses termos no século XIX. E foi nesses termos que se operou entre nós a abolição da escravatura. Para que o fazendeiro se transformasse de senhor de escravos em empresário capitalista, o empresário teria que libertar-se do escravo e da escravidão. Isto é, das relações sociais do que era um modo de produzir a sociedade, e não principalmente a economia de produção de mercadorias e lucros.

A abolição da escravatura libertou o escravo apenas em decorrência de ter libertado o fazendeiro para libertar seu capital das irracionalidades do escravismo. A maior das quais era a possibilidade do escravo morrer e o capital nele empregado deixar de existir em consequência.

A característica da organização de uma empresa hoje é negativa para esse empresário supostamente inovador porque democrática. Os direitos de um trabalhador fazem dele autor de decisões na empresa. O empresário nega o capitalismo ao se confessar monarca da empresa. Na verdade, uma concepção totalitária da empresa e do trabalho.

O retrocesso social do empresário mineiro está sobretudo na pressuposição de que seu salário compra a pessoa de quem trabalha e compra, portanto, seu direito e seu modo de pensar e de pensar-se. Nega-lhe o direito de ser esquerdista, que é o modo de pensar socialmente reformista do trabalhador. Nesse sentido, até mesmo levou igreja para a empresa, Bíblia e grupo de oração.

Ele se confunde. Propõe o retorno às origens do capitalismo, quando a ética protestante fazia do capitalista mero funcionário do capital, pois agia em nome de um dono da riqueza que era Deus. Sua antiética peculiar e nativa é tentativa de desconstruir o que a tradição considera a unidade diabólica do duplo na riqueza: enriquecer sem se perder

José de Souza Martins é sociólogo. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Professor da Cátedra Simón Bolivar, da Universidade de Cambridge, e fellow de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador Emérito do CNPq. Membro da Academia Paulista de Letras. Entre outros livros, é autor de "Sociologia do desconhecimento - Ensaios sobre a incerteza do instante" (Editora Unesp, São Paulo, 2022). ■

INÊS 249

À Mesa com o Valor

Marcelo Trindade

Ex-presidente da CVM e advogado de grandes disputas societárias começa a planejar saída gradual do dia a dia do escritório. Por *Liane Thedim*, do Rio

Hora de desacelerar

Marcelo Trindade é um sujeito que pode se gabar de uma carreira longe do convencional. Ainda jovem e recém-formado em direito, viveu seus tempos de ativismo. Chegou a paralisar a operação de Angra 1, em 1989, em uma ação para Carlos Minc e Fernando Gabeira, e a defender artistas contra o despejo de um circo, em 1987. Aos poucos, engrenou no direito societário e assumiu causas importantes, o que nos anos 2000 o catapultou a diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, depois, a presidente da autarquia, numa gestão marcada por grandes investigações.

De volta às austeras salas típicas dos escritórios de advocacia, construiu um bem-sucedido negócio até se jogar na "aventura", como ele próprio diz, de se tornar candidato a governador do Rio, na conturbada eleição de 2018 — com apenas 1% dos votos, perdeu para Wilson Witzel, candidato do bolsonarismo. Tudo isso sem contar os 30 anos em outra aventura, a das salas de aula, na PUC-RJ.

Agora, às vésperas de completar 60 anos, quer desacelerar. "Meu aniversário é no fim de setembro, então costumo dizer que tenho 60 anos incompletos", brinca. Botafoguense doente e autodenominado "um liberal na economia e um libertino nos costumes, porque o Estado não tem nada a ver com os costumes", Trindade já começou a planejar sua saída gradual do dia a dia do escritório para se tornar uma espécie de consultor. Além disso, planeja dar aulas a distância na universidade.

À primeira vista, o jeito como o advogado fala de sua nova fase pode até parecer que tem um quê de amargura. Quando o assunto é política, então, ela até parece mais forte: "Tenho muita frustração de chegar aos 60 anos tendo aos 30 achado que o país ia dar certo, aos 40 que ia decolar e agora ver tantos retrocessos". Mas os projetos são muitos. "São meus últimos 20 anos de vida, depois o que vier será um superbônus. Quero escrever livros sobre direito, artigos, e aproveitar um pouco a vida."

Envolvido com grandes e difíceis brigas corporativas, Trindade vem nos últimos anos se tornando cada vez mais reservado. Raramente dá entrevistas — prefere dar suas opiniões publicamente em sua coluna mensal no **Valor**. Mas a ideia de parar para balanço neste "À mesa com o Valor" tirou o advogado do silêncio.

Leo Pinheiro/Valor

Cardápio

Mitsubá, Rio de Janeiro

Coca Zero	9
Água sem gás	9
Água com gás	9
Dupla de sushi de olho de boi	39
Dupla de sushi de peixe-serra	37,50
Dupla de sushi de Vieiras de Hokkaido	82,50
Almoço executivo (Entrada: Gyoza / Prato principal: combinado com 18 peças)	207
Serviço	47,16
Total	**440,16**

O encontro foi em uma terça-feira ensolarada, mas bem fresca, típica do inverno do Rio, no japonês Mitsubá, no Leblon. Embora seus points preferidos sejam o Jobi, no Leblon, e o Guimas, na Gávea, casas tradicionais da boemia carioca, e o pedido fosse de que o local tivesse valor afetivo, Trindade estava preocupado que o barulho atrapalhasse nossa conversa.

A escolha, porém, não teve efeito. Mesmo ocupando a sala reservada do restaurante, o ruído do salão, onde ele eventualmente vai para almoços do dia a dia com companheiros de trabalho, invadia o ambiente com força.

Gentil, Trindade se empenhou por um bocado de tempo para encontrar uma disposição na mesa que protegesse a repórter do ar-condicionado gelado. Já na escolha do cardápio, discutiu com desenvoltura e profundidade sobre os peixes com o garçom. Escolha do combinado feita, o papo começa e, aos poucos, Trindade vai abrindo o baú de memórias, regadas a água com gás.

Logo vem uma primeira surpresa quando ele conta que sonhava ser jornalista e que chegou a cursar um ano de comunicação social na PUC do Rio. Não se encantou, mas, como era filho de um advogado criminalista, também resistia ao direito. "Meu pai era um criminalista raiz. Não tinha colarinho branco. Era furto, contrabando. Assistia aos júris em que ele atuava, e era muito barra-pesada, mas, como estava insatisfeito com o jornalismo, acabei mudando."

O amor pelo curso não foi à primeira vista. Ele veio quando Trindade foi selecionado para uma espécie de "grupo de elite" da PUC, em que o estudo era extremamente aprofundado, permitindo a ele um outro olhar sobre o direito. A partir dali, engrenou na profissão. Abriu seu primeiro escritório em 1987, em sociedade com Bruno Lara Resende, irmão do economista André Lara Resende, um dos pais do Plano Real.

Até 1994, só atuava em processos judiciais, e a insatisfação crescia. "Meu arquivo morto não crescia, só o arquivo vivo, porque os casos não acabavam. O Judiciário já era o que se tornou ainda mais atualmente, lento e incerto." Na segunda metade da década de 1990, com a estabilidade da economia, as gestoras independentes

EU&

“Tenho muita frustração de chegar aos 60 anos tendo aos 30 achado que o país ia dar certo, aos 40 que ia decolar” *Marcelo Trindade*

LEO PINHEIRO/VALOR

Trindade diz que não assume uma causa se não concorda com o que está defendendo: “Não vou contaminar a marca por dinheiro”

começaram a ganhar força, a maior parte sediada no Rio, e precisavam ter interlocução com os advogados das empresas em que investiam.

Por indicação de outros escritórios e de clientes, o volume de clientes do mercado de capitais foi crescendo. “Mudei para o direito societário por acaso, como tudo na minha vida, mas foi uma opção que deu certo.” Em 1999, um caso deu projeção especial a Trindade. A J.C. Penney comprou o controle da Renner e pretendia fechar o capital da empresa, pagando menos aos minoritários. O advogado ficou à frente das negociações e conseguiu uma proposta mais justa para a compra de ações.

Do lado oposto, como advogado do gigante americano, estava o escritório TozziniFreire Advogados, que, quando saiu o acordo, quis incorporar o escritório de Trindade. Só metade da equipe quis ir. E aí, como ele faz questão de frisar, mais uma vez o acaso fez sua parte.

Em janeiro de 2000, José Luiz Osorio, um de seus clientes, se tornou presidente da CVM e o convidou para ser diretor. Embora a visibilidade do cargo o seduzisse, a segurança financeira falou mais alto. “Eu estava construindo minha casa em Itaipava [região serrana do Rio] e não podia ganhar mal. Só assumi o cargo no fim do ano, quando acabou a obra.”

Na Fazenda, Pedro Malan era o titular, e, no Banco Central, Arminio Fraga. Em 2002, Osorio deixou o cargo e Trindade também saiu da CVM, mas já não “cabia” mais no TozziniFreire. Em janeiro de 2004, reabriu seu escritório, com filiais no Leblon e na Faria Lima, com apenas cinco pessoas. Não durou muito. Cinco meses depois, Luiz Leonardo Cantidiano estava de saída e indicou três nomes ao então ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Ele foi escolhido para presidir a autarquia e novamente fechou as portas de seu escritório.

Foi uma temporada em que a CVM fez barulho. Em meio a um mercado vibrante, Trindade conseguiu espaço para muitas mudanças. Em maio de 2004, a Natura havia estreado na bolsa, como uma das pioneiras no Novo Mercado, nível mais alto de governança. Quando ele deixou o cargo, em julho de 2007, o país há havia visto mais de cem operações de abertura de capital.

Um dos focos de sua gestão foi, em suas palavras, o “enforcement” [imposição para cumprimento da regulamentação], que acabou tendo como símbolo a punição ao uso de informação privilegiada. “A regulação tinha evoluído muito e a percepção era de que faltava punir quem não cumpria.” Trindade brinca que o “insider” tinha um sex appeal especial. “Parecia cemitério do Odorico Paraguaçu, todo mundo queria inaugurar. Tinha que ter um cadáver.”

Foram ao menos sete casos investigados, entre eles o da Ipiranga, que se tornou célebre à época porque resultou numa ação judicial que pela primeira vez no país bloqueou papéis de uma transação no mercado de capitais e quase R$ 4 milhões obtidos com a operação por suspeita. Os investidores teriam concentrado operações com os papéis do grupo um pouco antes do anúncio de sua compra por Petrobras, Braskem e Grupo Ultra. Os acusados foram condenados em 2010 a multas num total de R$ 2,02 milhões. “Colocamos em dia processos sancionadores que estavam atrasados e fizemos gestão ativa na punição.”

Missão cumprida, porém com as finanças de mal a pior. “Na primeira vez, saí da CVM quebrado. Na segunda, quase quebrado, tive que pedir dinheiro emprestado.” Mas Trindade sabia que a importância de sua temporada à frente da autarquia valia o sacrifício financeiro. “Nunca tive dúvidas de assumir o cargo não só porque era o certo, mas também porque é o que cria reputação. É uma visibilidade que pode ir para o bem e para o mal. Nenhum empresário chama para o seu conselho de administração um corrupto ou um leniente quando ele sai do poder. E muitos dos que você condenou te contratam depois.”

Ao fim da quarentena, lá estava Trindade novamente reabrindo seu escritório, ainda na companhia de Lara Resende. Só que desta vez foi para ficar. O Trindade - Sociedade de Advogados desde então atua em direito empresarial, com ênfase nas áreas de direito societário, mercado de capitais, obrigações e contratos.

Depois de tantas experiências vividas no mercado, porém, o advogado tinha uma linha muito bem delineada em mente e, com a reputação adquirida, se deu alguns luxos. “A gente aqui no escritório não assume uma causa se não concorda com o que está defendendo. Não vou contaminar a marca por dinheiro.”

Também leva a ferro e fogo um modelo complexo de divisão de resultados. “Todos são sócios [Trindade tem 20% do escritório] e a divisão é quase 100% baseada no trabalho.” A conta começa do mais jovem da equipe. “Vamos de baixo para cima, num exercício desde cedo de pensar quem trabalhou mais e melhor. E a generosidade é bem-vinda. Quem é muito guloso na divisão não é bem-visto na casa”, decreta.

Nessa dinâmica ajuda o fato de que não são equipes fixas. “Não temos turnover porque as pessoas ganham bem desde cedo e todo mundo é remunerado como dono, com legitimação coletiva do pagamento. Minha filosofia é que escritório de advocacia é empresa de serviços, não de capital.”

Além disso, há um cuidado especial com a cultura organizacional, hoje a cargo de Lara Resende, já fora do dia a dia da empresa. Toda segunda os escritórios de Rio e São Paulo, que juntos têm 25 profissionais, almoçam “juntos”, virtualmente, e costumam fazer encontros para discutir livros e filmes. “É uma preocupação fazer com que os jovens leiam e pensem em outra coisa que não só o direito.”

O escritório não parou mais, mas, nesta nova fase, Trindade teve um primeiro momento de afastamento, em 2018, nas eleições. As conversas com Bernardinho, então cotado para ser candidato a governador do Rio pelo Partido Novo, começaram em 2017. No começo o acertado era de que ele seria chefe da Casa Civil e, depois, candidato a vice do ex-atleta.

Mas a desistência do técnico de voleibol o jogou na linha de frente da chapa. Nessa época ele não tinha sequer perfil no Instagram, feito às pressas para a campanha. “Minha filiação aconteceu na véspera do prazo final. Fui para a rua pedir voto. Abordava as pessoas falando: ‘Bom dia meu nome é Marcelo Trindade, sou candidato a governador, nunca fui político’”, lembra.

A experiência foi contada em detalhes no livro “O caminho do centro - Memórias de uma aventura eleitoral” (selo História Real, da Editora Intrínseca), com prefácio de Arminio Fraga. “Escrevi o livro para não esquecer que eu adorei. Pela primeira vez eu entendi que as pessoas sabem perfeitamente em quem estão votando.”

Ao mesmo tempo que Trindade gostou do que viveu, no entanto, decidiu enterrar qualquer novo plano nesse sentido. Desfiliou-se do Novo em 2019 e diz que não tem esperança de conseguir mudar os rumos da política. “Nunca mais serei candidato, foi um acidente. Quem vai mudar o Brasil é a geração que hoje tem 35, 40 anos, que pode refazer a política brasileira e, especialmente, recriar um centro liberal.”

Isso não significa que ele deixará de participar do debate, “mas no front de política partidária nunca mais”. Nas eleições de 2022 atuou como coordenador do programa econômico de Marcelo Freixo, que concorreu ao governo do Rio pelo PSB. Também não quer dizer que não volta para o governo. “Não descarto voltar, mas, na minha idade, para aceitar um cargo tem que ser com muito foco e muita chance de dar certo. Há gente mais jovem, com mais energia. Os mais experientes podem atuar como conselheiros.”

Foi o segundo afastamento, desta vez forçado, na pandemia, que mostrou a Trindade que era possível estar a distância e ainda assim se dedicar aos negócios. Ele mantém uma rotina pesada. Acorda às 5 da manhã, faz exercícios físicos, chega às 8 ao escritório e só vai dormir por volta de meia-noite. E duas vezes por semana às 7 já está em sala de aula. Trabalhar nos fins de semana também é comum.

Na quarentena, quando a Espanha permitiu a entrada de cidadãos não residentes, ele, que tem dupla nacionalidade, aproveitou para visitar seu filho que mora no país. Ficou seis meses fora, trabalhando remotamente. “Até então, era pouco comum uma conversa por telefone, por medo de vazamento, mas meus clientes também estavam em casa, então as restrições que impediam o trabalho remoto tiveram que cair. Agora estou tentando explorar essa facilidade.”

E como os clientes vão reagir? A escolha do escritório não é por ter Trindade à frente? “Especialmente os mais velhos têm um olhar muito focado em mim, ainda querem falar mais comigo ou ao menos que eu esteja junto, e querem ouvir a minha opinião. Mas meus sócios na faixa dos 40 anos já estão interagindo com os executivos da idade deles.”

Na universidade, a ideia é estar presencialmente nos primeiros semestres do ano e, no segundo, ministrar aulas online. “É meu 62º semestre como professor da PUC, é o único lugar onde estou há 31 anos. Nem meu casamento tem esse tempo [Trindade está há 30 anos com sua segunda esposa, mãe de dois de seus três filhos, com idades entre 32 e 24 anos]. Sou muito caxias, não mato aula. A carreira acadêmica também me deu muita visibilidade, me projetou profissionalmente.”

Que ele desacelere é uma demanda antiga da esposa. Trindade é muito ligado à família e muito próximo de seus quatro irmãos por parte de pai, já falecido. Por sua mãe, de quem era filho único, demonstra verdadeira fascinação. Conta que ela era espanhola e veio para o Brasil aos 14 anos para fugir da pobreza. “Dormiu a primeira noite no Rio na praia.” Aos 16 virou modelo, foi capa de revista e largou a carreira para se casar. “Depois que se separou, em 1975, se tornou professora da Socila e, depois, instrutora das aeromoças da Varig. Dona Pina morreu em 2015, aos 75 anos. “Ficou linda até o fim”, diz.

Já sua paixão pelo Botafogo vem do avô, Eduardo de Góes Trindade, que foi presidente do clube e, em 1942, foi responsável pela fusão da divisão de futebol e de regatas. O próprio Trindade teve um momento de modelo e posou para a antiga revista “Pais e Filhos” aos 10 anos. “Foram umas três ou quatro reportagens. Teve uma do menino que tem vícios, como roer lápis, e a do que não gosta de tomar banho, mas essa não exigiu nenhuma produção, só me pegaram jogando bola na rua Resedá”, brinca.

Ex-estudante de jornalismo, ex-ativista, ex-diretor e ex-presidente da CVM, ex-candidato a governador e prestes a ser um ex-workaholic, Trindade diz que todo esse movimento aconteceu porque “deixa a vida levar”. “Tudo foi por acaso, não resisto às tentações. Sou fácil.”

E, no melhor estilo “vou ao sabor do vento”, ele só se lembra de outra efeméride deste ano ao ser alertado pela repórter: 20 anos de sua posse como “xerife” do mercado. “Não tinha me dado conta. O tempo passa.” Ele considera que foi agraciado com um momento pujante do mercado e vê um cenário bem diferente atualmente. Ressalta que o que está sob os holofotes atualmente é a estrutura do regulador, que sofre sem dinheiro e sem pessoal.

Para ele, o modelo em estudo no Ministério da Fazenda, conhecido como “twin peaks”, pode ser um bom começo para resolver o problema. Pelo projeto, revelado com exclusividade pelo **Valor** em julho, Banco Central (BC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) se tornariam “superórgãos” reguladores, responsáveis por monitoramento, regulação e supervisão de mercado financeiro, de capitais, seguros e previdência.

“Peguei o Cristo decolando na capa da ‘Economist’. Com o mercado assim, você consegue fazer o que precisa porque obtém recursos. O mercado progrediu muito na autorregulação e na regulação. Foi uma sorte e uma oportunidade estar ali naquele momento e poder fazer tudo isso”, conclui. ■

ACERVO PESSOAL

Durante campanha ao governo do Rio em 2018, quando teve 1% dos votos

ACERVO PESSOAL

ACERVO PESSOAL

Acima e ao lado, aos 10 anos, quando posou para a antiga revista “Pais e Filhos”

ACERVO PESSOAL

A mãe, Pina, foi modelo, professora e instrutora de aeromoças da Varig

INÊS 249

EU&

Pela alfabetização ecológica

Meio ambiente Físico austríaco Fritjof Capra vem ao Brasil debater sua proposta de pensamento sistêmico. Por *Claudia Penteado*, para o Valor, do Rio

Com sua teoria da interconexão e interdependência entre todos os sistemas naturais e sociais no planeta, o físico e educador ambiental austríaco Fritjof Capra é um dos pioneiros no pensamento ecológico. Faz quase 50 anos que ele publicou "O Tao da física", o primeiro de diversos livros que ganharam o mundo, no qual propôs uma visão complementar entre ciência e espiritualidade.

Hoje, aos 85 anos, este cientista, Ph.D. em física teórica pela Universidade de Viena, escritor e pensador sistêmico trabalha na atualização e no compartilhamento de sua perspectiva da vida como uma teia com as novas gerações, especialmente por meio de seu "Capra Course", ministrado online.

Até 2020, Capra também atuou no Centro de "Ecoliteracy" (ecoalfabetização), voltado para o incentivo da ecologia e do pensamento sistêmico nos ensinos primário e secundário, fundado por ele em Berkeley, no estado americano da Califórnia, onde vive há 48 anos.

Quando era ainda um estudante de física, Capra se interessou por filosofia pela via da física quântica e das teorias da física moderna, criando paralelos com as visões de mundo orientais do hinduísmo, do budismo e do taoísmo, que enfatizam a unidade do cosmo e de todas as formas de vida. Evoluiu no conceito agregando as perspectivas da psicologia, da sociologia e da biologia.

"Pertencemos à comunidade da vida em um sistema muito profundo, e este senso de pertencimento é a base para viver de maneira ecológica", define Capra, fervoroso proponente da ideia de que os problemas do mundo — relativos a energia, meio ambiente, emergência climática, desigualdade econômica, violência e guerras — não podem ser resolvidos isoladamente, mas a partir do reconhecimento de que todos eles estão, de alguma forma, interconectados.

Essencialmente, a compreensão sistêmica da vida parte do princípio de que cada indivíduo é único em suas características, mas que todos precisam, de alguma forma, do ambiente e de relações com outras pessoas e comunidades para sobreviver. O desafio é, segundo Capra, encontrar o equilíbrio entre a individualidade e a conexão na teia global da vida.

Dos Estados Unidos, e preparando-se para vir ao Brasil para participar do evento Rio Innovation Week, no Rio, Capra conversou com o **Valor** e contou que vem para um encontro no palco "Ciência para Todos, por Marcelo Gleiser", no dia 16 de agosto, com o físico, cosmólogo e escritor, intermediado por Lourenço Bustani, cofundador da Mandalah.

Em seu curso online, que ele ministra desde 2016, Capra já formou mais de 3 mil alunos — muitos do Brasil. Ele se orgulha de construir uma "rede global de pensadores e ativistas sistêmicos". É o contato frequente com esses jovens que o mantém engajado.

Capra vê uma situação em que a humanidade se encontra "em uma corrida desesperada entre um clima em rápida deterioração e o desenvolvimento acelerado de energias renováveis e tecnologias ecologicamente corretas". E enxerga motivos para ser otimista.

Um desses motivos é a crença de que os jovens têm uma capacidade natural de compreender, melhor do que as gerações anteriores, o pensamento sistêmico que está no centro da sua obra.

"Os nossos jovens, em particular, cresceram nas redes sociais e, portanto, o pensamento sistêmico é muito natural para eles. Isso me enche de muita esperança", diz ele, acreditando na compreensão cada vez maior da importância das redes em todas as áreas de vida.

Seu principal conselho para os jovens de maneira geral costuma ser que, independentemente da área em que escolham atuar, estudem o conceito do pensamento sistêmico e incorporem a visão sistêmica da vida.

"Reconhecer a natureza sistêmica dos nossos principais problemas e identificar as soluções sistêmicas correspondentes — já existentes, é importante ressaltar — é crucial em todos os campos, hoje em dia", observa.

O físico acredita fortemente no papel da educação ambiental e escreveu um livro a respeito, "Alfabetização ecológica". Segundo Capra, é preciso levar desde cedo para as pessoas o conhecimento de como a natureza sustenta a vida, pois são justamente os princípios de organização dos ecossistemas da terra para sustentar a teia da vida que podem e devem inspirar a construção de "comunidades humanas sustentáveis". Comunidades cujos modos de vida não interfiram com a capacidade inerente da natureza de, justamente, sustentar a vida.

"Nas próximas décadas, a sobrevivência da humanidade dependerá da nossa capacidade de compreender os princípios básicos da ecologia e de viver em conformidade", diz. "Isto significa que a alfabetização ecológica se tornará uma competência crítica para políticos, líderes empresariais e profissionais em todas as esferas e precisa ser a parte mais importante da educação em todos os níveis — desde escolas primárias e secundárias até faculdades, universidades e educação continuada."

No Brasil, seu recado fundamental será o da urgência de trocar o crescimento quantitativo pelo qualitativo, colocando a vida no centro de todas as estruturas físicas e instituições sociais. "Desigualdade social e desequilíbrio ecológico não passam de duas faces da mesma moeda", diz ele, para ressaltar a importância de não descuidar do ambiente sob o argumento de favorecer os mais vulneráveis. ■

JUERGEN FRANK

"Desigualdade social e desequilíbrio ecológico não passam de duas faces da mesma moeda", diz Fritjof Capra

Vinho

O boom dos vinhedos de dupla poda

Jorge Lucki

Festival em Espírito Santo do Pinhal mostrou como a vitivinicultura conseguiu movimentar a economia da cidade e arredores, fomentando o comércio, turismo e serviços

"Espírito Santo do Pinhal deveria erguer uma estátua para o Paulo Brito, pelo desenvolvimento que ele propiciou à cidade desde que ele começou a Vinícola Guaspari", foi o comentário do superexecutivo Fabio Barbosa, atual CEO da Natura, ao nos encontrarmos no Festival de Inverno de Pinhal e região, evento realizado no último fim de semana de julho que contou com 52 expositores, dos quais 22 vinícolas da região.

O festival é um exemplo de como a vitivinicultura conseguiu movimentar a economia da cidade e arredores, fomentando o comércio, turismo e serviços, fortalecendo a cadeia hoteleira e a gastronomia e gerando empregos qualificados.

Em 2001, quando Paulo Brito comprou a propriedade, uma antiga fazenda de café, o objetivo não era partir para a produção de vinhos. A ideia surgiu por acaso dois anos depois, quando a família se encantou com as mudas de videiras plantadas ao lado da casa principal, como parte de um projeto de paisagismo.

Não tinham nada de especial; de castas variadas, elas haviam sido arrematadas da Estação Experimental que a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) mantinha e tinha se desinteressado de acompanhar.

Na mesma época, o especialista em viticultura com mestrado na Universidade de Bordeaux Murillo de Albuquerque Regina estava desenvolvendo estudos no sentido de alterar o ciclo de produção da videira e viabilizar a produção de vinhos de qualidade em certas zonas da região Sudeste.

Sua tese consistia em mudar a data da vindima e colher as uvas no inverno, explorando as condições climáticas da estação naqueles locais: em abril, maio e junho, os três meses que antecederiam a colheita, o tempo é seco, os dias são ensolarados e as noites frescas, situação bastante favorável a uma boa maturação das uvas.

Em 2006, foram plantadas as primeiras videiras com a consultoria de Murillo Regina. Eram mudas de diversas variedades francesas, escolhidas em função das características do terroir da região. Dois anos após o primeiro plantio, a adega foi construída. Gradualmente a área de plantio foi ampliada, chegando hoje a 50 hectares de vinhedos próprios a partir dos quais o vinho é produzido — não há compra de uvas de fora.

Recentemente, depois de aumentar um amplo e sofisticado espaço dedicado ao enoturismo, o próximo passo deverá ser a ampliação da área de vinificação, não só por estar um pouco limitada e possibilitar trabalhar com mais folga o volume produzido, mas para permitir incorporar cubas e novas técnicas que poderão aprimorar ainda mais o já elevado padrão de seus vinhos.

O primeiro "vinho de inverno" (hoje denominação oficial) foi lançado comercialmente em 2010. Na falta de instalações para vinificação, o Primeira Estrada, vinhedo pioneiro que Murillo Regina implementou nove anos antes, em Três Corações, foi elaborado na Fazenda Guaspari (pronuncia-se guaspári), ganhando depois dimensão a ponto de se tornar vinícola modelo na utilização da técnica de dupla poda.

Os prêmios internacionais conseguidos pela Guaspari, inclusive o primeiro "ouro" de um vinho brasileiro da região no Decanter World Wine Awards (DWWA) de 2016, o Vista do Chá Syrah 2012 (o mesmo rótulo alcançaria outra medalha de ouro no mesmo concurso em 2017 com a safra 2014), serviram de estopim para o surgimento de vários outros projetos do gênero.

A Associação Nacional de Produtores de Vinhos de Inverno (Anprovin), que reúne perto de 50 vinícolas espalhadas pelo Sudeste (Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro), Centro-Oeste (Brasília, Mato Grosso e Goiás) e Chapada Diamantina (Bahia), além de outros 150 produtores que, estima-se, estejam adotando a técnica, consolidou essa grande região como novo e importante polo vitivinícola no Brasil.

DIVULGAÇÃO

A masterclass do especialista em viticultura Murillo Regina no Festival de Inverno de Pinhal

Números extraoficiais mostram que existem atualmente 34 vinícolas nos arredores de Espírito Santo do Pinhal e quase 60 só entre os municípios de Pinhal, Jacutinga, Albertina e Andradas, na Serra da Mantiqueira.

Bem organizado, o Festival de Inverno teve várias masterclasses com lotação disputada, contemplando diversos temas associados aos "vinhos de dupla poda", caso do "Uvas de qualidade para produção de vinhos de inverno, do campo até a cantina" conduzida pelo enólogo chileno Cristian Sepúlveda, que havia trabalhado na Guaspari e tem hoje sua própria empresa de consultoria na área; "Viticultura nos vinhos de Inverno", apresentada por Murillo de Albuquerque Regina; e "Syrahs pelo Mundo", em que fiz um apanhado sobre a variedade mais adotada (e que, até agora, melhor se adaptou) nos projetos que seguem a prática da dupla poda; finalizando com uma degustação de quatro vinhos, o francês Equinoxe Crozes Hermitage 2020, de Maxime Graillot, Rhône Norte, o australiano Watervale Single Vineyard 2022, de Jim Barry, Clare Valley, e dois vinhos da Guaspari, o Vale da Pedra 2021 e o Vista do Chá 2017.

A escolha dos quatro vinhos (em comum eram moldados integralmente com syrah) tinha como objetivo comentar a tendência mundial, onde os consumidores estão preferindo vinhos mais frescos e equilibrados, sem excesso de madeira, modelo que os produtores brasileiros deveriam buscar. Em especial se aspirarem alcançar medalhas de ouro no DWWA, que é um valioso atestado de qualidade e importante ferramenta de marketing.

Jorge Lucki escreve neste espaço semanalmente

E-mail: Colaborador-jorge.lucki@valor.com.br ■

Uma historiadora contra a fome

Sociedade O esforço de Adriana Salay e o marido, o chef Rodrigo Oliveira, para 'mudar o mundo'. Por *Maria da Paz Trefaut*, para o Valor, de São Paulo

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Em 2004, quando Adriana Salay entrou para o Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, ainda não havia regime de cotas. "Foi um choque muito grande, porque minha vida tinha sido 100% em escolas públicas e apenas uma minoria vinha de lá. A USP era uma escola de elite, e eu me sentia, assim, uma espécie de pária, uma pessoa fora da caixinha", diz a hoje doutora em história social pela mesma universidade, conhecida por seu trabalho em prol da inclusão e pelo ativismo contra a fome.

Não era só o fato de ser proveniente da escola pública que diferenciava Salay. Era um conjunto de coisas. "Havia uma diferença abissal entre a minha formação e a deles. As ferramentas que eu tinha não eram as mesmas. Por exemplo, as pessoas chegavam com conhecimento ótimo de inglês, sabiam quem era Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, esses autores canônicos... eu, não!", lembra. "Passei por um processo de adaptação a uma nova linguagem, a uma nova forma de pensar o mundo, que demorou muito para acontecer."

Diferentemente da maior parte de seus colegas, ela vinha do ABC e tinha vivido dos 5 aos 10 anos numa favela em Diadema, também na Grande São Paulo. "Não passávamos fome, mas o dinheiro era curto e sentíamos aquela frustração permanente diante do bombardeamento da mídia por coisas que não podíamos ter."

Já formada, decidiu pesquisar a alimentação brasileira. Estudou o papel do feijão na identidade nacional e começou a participar do Centro de Cultura Culinária Câmara Cascudo, um grupo de discussão que reunia pesquisadores e cozinheiros. Os encontros eram no Mocotó da Vila Medeiros, restaurante que tornou o chef Rodrigo Oliveira conhecido no país. Ali, os dois começaram a namorar. Juntos há dez anos, têm dois filhos: Pedro, de 9 anos, e Maria Alice, de 7.

Para esta entrevista, Salay chega ao Mocotó da Vila Leopoldina com um vestido comprido de linho cor de laranja e uma sandália rasteira. Os cabelos pretos são curtos e a pele é clara. O ar compenetrado e intelectual esconde uma ex-professora de salsa e dança de salão, que já requebrou muito na pista. Sentamos no terraço contornado por jardineiras cheias de espadas de São Jorge. Ao meio-dia, o restaurante já está cheio.

Quando se encontraram, ela e Oliveira tinham algo muito importante em comum: os dois cresceram nos bairros marginalizados da cidade de São Paulo. Mas havia diferenças fundamentais.

A família dela era misturada, como quase todas no Brasil. Uma parte vinha de Marília, no centro-oeste do estado de São Paulo, e outra, a da mãe, com a qual conviveu de verdade, era da Europa Oriental. Os bisavós eram oriundos da antiga Iugoslávia: um do lado que hoje é Sérvia, e o outro da atual Croácia. A mesa familiar seguia a tradição do que em casa se chamava "macarrão com batata", que, na verdade, era uma massa com purê de batata, na qual o purê fazia o papel de molho. Outros pratos eram "macarrão com repolho e sopa de macarrão".

Assim, o primeiro desafio do casal foi colocar na mesma mesa a cultura gastronômica do Leste Europeu com as tradições culinárias do Nordeste. "Café da manhã pra mim sempre foi pão com manteiga, não havia outra opção. Aí quando eu casei com o Rodrigo, para ele era cuscuz, tapioca, batata-doce e mandioca cozida. Lembro que eu falava: 'Rodrigo, não dá pra comer isso de manhã'. E hoje eu adoro. Ele me converteu."

Depois de formada, ela voltou para a USP como assistente de seu orientador. "Foi muito impactante para mim, porque eu vi como tinha mudado o ambiente. Quando entrei, só tinha pessoas brancas. Na verdade, havia um negro na sala, só um. Anos depois, com as cotas, era diferente. Não só para as pessoas que estavam lá aprendendo, mas para a produção científica que hoje conta com outros olhares. Outros objetos, outras vivências estão sendo discutidos agora, e eles vão desencadear outras pesquisas, que irão beneficiar a universidade no futuro."

Salay já estudava a fome havia alguns anos quando o assunto "virou uma questão de primeira grandeza durante a pandemia em consequência do lockdown e da diminuição de políticas públicas". Aí nasceu seu primeiro projeto social, em parceria com o marido, o Quebrada Alimentada. Ela explica que a "quebrada" é onde eles vivem (a periferia), e a finalidade do projeto é alimentar sua população e trazer melhores condições de vida para ela.

> "A gente sabe que não vai acabar com a fome, não tem essa ingenuidade" *Adriana Salay*

O Quebrada Alimentada nasceu para beneficiar os moradores da Vila Medeiros, onde eles vivem. Desde 2020 já foram doadas mais de 100 mil refeições e, atualmente, são entregues mensalmente cestas básicas a mais de 250 famílias. Depois de iniciado o projeto, eles fizeram uma parceria com o Instituto Capim Santo. Hoje, quem comanda o Quebrada é Salay, que é coautora do livro "Fome e assistência alimentar na pandemia", da editora Sefras, lançado em 2022.

No momento, o grupo está construindo uma cozinha-escola comunitária para preparar refeições e dar formação profissional para o pessoal do bairro. As obras começaram no fim do ano passado. "Vila Medeiros é o lugar do Rodrigo, e ele sempre teve muito orgulho de morar lá e de promover o bairro. Embora ele tenha trazido o Mocotó pra cá, para a zona oeste, lá continua sempre cheio."

Por sua vez, ela sempre se empenhou em buscar caminhos para tratar a questão da fome como um problema público e político. Na faculdade dirigiu sua pesquisa para Josué de Castro (1908-1973), geógrafo, sociólogo e médico pernambucano que, no século XX, levantou uma discussão nacional sobre a fome. Aos poucos, ela começou a se perguntar do que serviria toda a formação acadêmica e as teorias se não tivesse uma atuação direta na sociedade.

"Principalmente dos últimos anos para cá, eu acho que a gente tem que se posicionar e tentar mudar o mundo. Tem uma frase da Angela Davis muito maravilhosa que diz que a gente tem que agir todos os dias como se fosse mudar o mundo. Provavelmente a gente vai falhar, mas, se não tentar, não é coerente com aquilo que acredita, né? Então, esse se tornou meu modo de estar no mundo", diz. E explica: "A Quebrada Alimentada entrou nisso por esse motivo. A gente sabe que não vai acabar com a fome, não tem essa ingenuidade."

Para ela está claro que o Brasil só vai mudar quando parte significativa da população tiver acesso à renda e à educação. "As cotas são um elemento superimportante nas políticas públicas que podem promover mudanças estruturais e de diminuição da desigualdade. Mas enquanto essas mudanças não acontecem, as pessoas precisam comer, e a gente acredita que, além de comer, precisam se sentir amparadas e pertencentes a uma rede de solidariedade."

Salay conhece de perto o sentimento da exclusão. Da infância na favela, recorda da liberdade para brincar num terreno baldio que era depósito de entulho de material de construção, onde as crianças soltavam pipa. "Também lembro que as crianças da escola e do entorno colocavam uma hierarquia entre as que moravam na favela e as que viviam fora. Vira e mexe, alguns gritavam: favelada!" ■

'A razão hoje não pertence ao humano'

Tecnologia Filósofo italiano Franco Berardi diz que IA pode ser ferramenta para progresso desde que haja subjetividade social para governá-la

BOSTON UNIVERSITY SCHOOL

"A geração que aprende palavras pela máquina é uma geração que não consegue conectar a linguagem com a afetividade", diz Franco Berardi

A inteligência artificial generativa tornou-se um imperativo nesta década de 20. Ao mesmo tempo que seus avanços são saudados, seu potencial gigantesco de transformação na dinâmica econômico-social do mundo tem sido um grande foco de preocupação para intelectuais.

Para o filósofo italiano Franco "Bifo" Berardi, a inteligência artificial não é uma vilã e pode ser uma ferramenta para o progresso e bem-estar social. No entanto, ele afirma haver riscos a serem observados. "As habilidades específicas convergirão à concatenação de autômatos autodirigidos para os quais o criador humano original poderia converter-se em um obstáculo a eliminar."

Autor de vários livros como "Depois do futuro" e "Asfixia", publicados no Brasil pela Ubu, Berardi diz que a tecnologia já foi uma condição de progresso positivo quando existia uma subjetividade social capaz de governá-la de maneira consciente. "A classe operária organizada, em sua aliança com a burguesia, foi capaz de usar a tecnologia como fator de emancipação, liberação do tempo do trabalho assalariado e ampliação da experiência", afirma.

As formas de relacionamento proporcionadas pelas novas tecnologias, de acordo com Berardi, porém, afetam os paradigmas do humanismo racionalista clássico. "Humano, hoje, é o pânico, a desrazão, o medo, a loucura. Como nos tempos barrocos, quando a aceleração e complexificação do conhecimento produziu efeito de loucura em massa. A razão hoje não é algo que pertença ao humano", observa. "O humanismo racionalista é algo que desapareceu já faz muito tempo."

Berardi parte do princípio de que humanismo significa a centralidade do homem, no sentido da perspectiva do filósofo grego Protágoras: "O homem é a medida de todas as coisas". O pensador italiano, entretanto, afirma que hoje o homem não está "à medida de nada". "As coisas que importam hoje são grandes demais — mudança climática, armas nucleares — e pequenas demais — poluição dos microplásticos, fluxos psicopatogênicos na infosfera — e, acima de tudo, complexos demais para o governo racional."

Graduado em estética pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Bolonha, Berardi tem uma longa trajetória nos movimentos sociais e na academia europeia. Trabalhou, por exemplo, com o filósofo e psicanalista francês Félix Guattari (1930-1992) e frequentou os seminários do também francês e filósofo Michel Foucault (1926-1984).

O filósofo italiano chama atenção para um outro aspecto do cenário atual: os nativos digitais — aqueles nascidos a partir da disponibilidade de informações rápidas e acessíveis na internet — são a primeira geração que aprendeu mais palavras por meio de uma máquina do que por meio da voz da mãe, algo sem precedentes na história do ser humano. "Os psiquiatras falam de uma verdadeira epidemia de depressão, mas me parece que a questão é mais complicada. Acredito que estamos entrando em uma condição em que a afetividade se separa da linguagem."

Para ele, a entrada na esfera linguística sempre foi marcada pela singularidade da relação com o corpo e a voz da mãe. "A geração que aprende palavras pela máquina é uma geração que não consegue conectar a linguagem com a afetividade. Pode a civilização existir quando os indivíduos perdem a capacidade de uma relação que seja ao mesmo tempo afetiva (solidária) e socialmente funcional?", pergunta.

Berardi estará no Brasil no mês que vem, quando participa do XI Congresso de Psicopatologia Fundamental, no Recife. O tema será Eros e Civilização. Berardi pretende discutir a situação psíquica atual, quando o desejo pelo outro teria sido substituído pelo desejo de si ou do consumo.

"A pandemia produziu um efeito de sensibilização fóbica ao corpo, mas ao mesmo tempo devemos considerar a mutação decorrente da exposição contínua da mente ao universo digital, que produziu uma forma de hipersemiotização do desejo", afirma.

Em sua leitura da contemporaneidade, o desejo é o desejo de estimulações neurossemióticas. Ou seja, o corpo se transformaria em um signo, cujas evidências, para ele, seriam a massificação das tatuagens e o estetismo extremo da imagem de si nas telas. "Essa dupla mutação leva a um efeito psíquico, antropológico de mutação da sexualidade, de redução da frequência dos contatos sexuais, que já se está manifestando como abandono tendencial da procriação."

Um dos efeitos colaterais, em sua visão, seriam as condições para um colapso da população terrestre. Berardi cita o economista e demógrafo Dean Spears, professor da Universidade do Texas, que prevê uma queda vertical no número de habitantes do planeta. "Éramos 2 bilhões no começo do século XX. Voltaremos a ser 2 bilhões no fim do XXI?"

Além da relação homem x máquina, o autor de "Depois do futuro" analisa o impacto da mudança climática na subjetividade, a mais geral e a mais irreversível. "A mutação climática coloca em marcha efeitos como a migração em massa, que, por sua vez, produz a reação identitária, o fascismo e a guerra", afirma.

Organizado pela Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental, o XI Congresso de Psicopatologia ocorre entre 5 e 8 de outubro. ■

INÊS 249

A transição em foco

Entrevista Mudar a matriz energética é essencial, mas há um caminho a seguir para dissipar a ameaça climática. Por *Diego Viana*, para o Valor, de São Paulo

Um dos principais esforços para responder ao desafio da mudança climática é a transição energética, que consiste em mudar a matriz de produção de energia, ainda em grande parte baseada em combustíveis fósseis como o carvão e o petróleo, para fontes renováveis que emitem menos CO_2, como os painéis solares e as usinas eólicas.

De acordo com o historiador francês Jean-Baptiste Fressoz, da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) da França, investir em renováveis é decisivo, mas a passagem de um tipo de energia a outro não é algo simples. As fontes se estimulam mutuamente, em vez de tomarem o lugar umas das outras, argumenta.

O historiador se refere a uma relação "simbiótica" entre as energias, já que a chegada dos motores a vapor aumentou o consumo de madeira e na era do petróleo o emprego de carvão se expandiu rapidamente. Ainda hoje, a produção de painéis solares, turbinas eólicas e carros elétricos continua a consumir petróleo, carvão e madeira.

Segundo Fressoz, que lançou neste ano pela editora Seuil o livro "Sans transition" (Sem transição), o avanço das novas tecnologias e fontes energéticas traz um enorme avanço na luta para reduzir a intensidade de carbono da economia. Sozinho, no entanto, não basta para reduzir a emissão total de gases de efeito estufa o suficiente para atingir a neutralidade até 2050, meta que os climatólogos consideram necessária para manter o aquecimento do planeta abaixo dos 2º C.

Para cumprir esse objetivo, será preciso escolher bem como usar o CO_2 que persiste na economia. A escolha, diz o historiador, é questão de "sobriedade", o que significa definir prioridades, sem depositar todas as fichas na nova matriz energética.

Fressoz é autor dos livros "O evento antropoceno" (publicado no Brasil pela Editora da Unicamp no ano passado), em parceria com o também historiador das ciências Christophe Bonneuil, e "L'Apocalypse joyeuse" (O alegre apocalipse, 2012), entre outros. Trechos de sua entrevista ao **Valor**:

Valor: *O livro argumenta que o desenvolvimento de uma nova fonte de energia não substitui as já existentes, mas se soma a elas e estimula seu consumo. Por que isso acontece?*

Jean-Baptiste Fressoz: A história da energia costuma ser contada pelo prisma da competição: como o carvão competiu com a madeira na siderurgia britânica do século XVIII, até substituí-la em torno de 1800; como o motor a diesel supera os motores a vapor etc. Essas ideias compõem um relato de grandes transições energéticas. A história também costuma analisar as energias em termos relativos. Não olha para o valor absoluto do que consumimos, nem a quantidade, por exemplo, de madeira que a Inglaterra queimou em 1900 ou 2000, mas para a parte da madeira no composto energético. É verdade que hoje, na Inglaterra, a madeira não corresponde a muito, se comparada aos fósseis. Mesmo assim, o país queima, em 2024, muito mais madeira do que no século XVIII.

Valor: *O senhor se refere a uma "relação simbiótica" entre as energias. O que é essa relação?*

Fressoz: Os historiadores tomam cada tipo de energia como uma realidade em si: carvão é carvão e ponto, madeira é só madeira. Na verdade, quando dizemos carvão, dizemos muitas coisas. Por exemplo, em 1900, para fazer carvão é preciso muita madeira. A Inglaterra em 1900 consumiu mais madeira para fazer a estrutura de apoio das minas de carvão do que queimou em 1750 ou 1800. Ou seja, consumiu mais madeira só para obter energia. Apesar disso, existem historiadores que falam de "saída da economia orgânica". As energias são extremamente materiais e estão entrelaçadas entre si.

Valor: *O mesmo ocorreu com o petróleo?*

Fressoz: A história da transição do carvão para o petróleo é contada a partir do fato de que nas primeiras décadas do século XX se usava petróleo em motores de automóveis. Porém, na década de 1930, para fabricar um carro da Ford, eram necessárias sete toneladas de carvão. Isso corresponde a toda a massa de petróleo que esse carro vai queimar circulando. E o petróleo é dependente do aço: nos tubos em que é extraído, nos navios, refinarias, motores. Para produzir aço, é preciso muito carvão. O petróleo estimula o carvão. Relações simbióticas como essa são inúmeras e fascinantes.

Valor: *Essa relação persiste até hoje?*

Fressoz: Sem dúvida. E o Brasil é um exemplo perfeito. A indústria siderúrgica brasileira a carvão vegetal é gigantesca quando comparada às dos principais países industriais do século XIX. Milhões de toneladas de aço são feitas com carvão vegetal no Brasil. Uma empresa como a Vallourec, por exemplo, que fabrica tubos para a indústria petrolífera, possui enormes plantações em Minas Gerais. A madeira serve para fazer o carvão, que faz o aço usado para extrair petróleo.

Valor: *As inovações inovam menos do que pensamos?*

Fressoz: A questão é outra. O que entendemos ao pensar na inovação como solução para problemas ambientais? O século XX foi extraordinariamente inovador. Mesmo assim, o uso de quase todas as matérias-primas cresceu. Então, por que falamos em transição? Porque confundimos dinâmica tecnológica e dinâmica material. É por isso que os políticos dizem que para enfrentar as alterações climáticas é preciso uma nova revolução industrial. Só que a revolução industrial trouxe a expansão generalizada do consumo material e energético. É que eles têm uma visão tecnológica da revolução industrial, então só olham para a introdução de novas máquinas. Houve tecnologias que se tornaram obsoletas, mas se olhamos para o fluxo de matéria, vemos uma história contínua de crescimento.

Valor: *A existência de um imperativo moral e legal para a transição energética poderia levar a um resultado diferente?*

Fressoz: Tomara! Mas não devemos confundir querer e poder. Já houve avanços enormes na eficiência das máquinas. A passagem dos motores a vapor para os elétricos, entre 1900 e 1925 nos Estados Unidos, divide por dez a intensidade de carbono da força mecânica. Hoje, quando passamos das centrais a gás para um campo de painéis solares, dividimos a intensidade de carbono da energia elétrica por 12. Há um grande progresso atrás de nós. O que estamos fazendo com as energias renováveis é muito importante, mas não significa que temos uma transição energética. Na Inglaterra, por exemplo, desde 1880, houve uma enorme redução da intensidade de carbono da economia e o consumo total explodiu. É por isso que não podemos fantasiar sobre o que o progresso tecnológico permitirá fazer nos próximos 30 anos. Daqui até lá, deve ser possível interromper o crescimento das emissões. Mas isso é diferente de conseguir a neutralidade de carbono até 2050.

Valor: *Reduzir a intensidade em carbono da economia não implica reduzir a emissão total?*

Fressoz: O barateamento das fontes sustentáveis, como solar e eólica, traz grandes avanços. Vamos reduzir principalmente as emissões da eletricidade. Mas é metade da batalha, ou seja, temos a tecnologia para reduzir as emissões à metade. Além disso, é duvidoso. Hoje, a principal questão é como descarbonizar os setores ditos "difíceis de reduzir" (hard to abate). Os mais difíceis são o cimento, o aço e a aviação. A agricultura também é um setor que emite muito. É isso que me impressiona quando dizem que vamos combater a mudança climática com painéis solares.

Valor: *O senhor afirma que a ideia de transição é recente e está ligada ao esgotamento de recursos. A noção de esgotamento é equivocada?*

Fressoz: Não é equivocada, mas o esgotamento envolve escalas temporais que nada têm a ver com o desafio climático. Quando contamos essa história direito, não faz sentido falar em transição. O medo do esgotamento dos combustíveis fósseis foi fomentado pela Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, que argumentou que a transição para o nuclear era inevitável nesse país no século XXI. No resto do mundo, também seria nos séculos XXII ou XXIII. Diziam que o carvão seria tão caro que o nuclear seria mais competitivo. Hoje, reciclamos essa futurologia para falar da mudança climática, em que não faz sentido. Não temos um problema a resolver em três séculos, mas em três décadas. Um período em que há fontes fósseis em abundância e muito baratas.

Valor: *Qual é o caminho a seguir?*

Fressoz: As energias renováveis se desenvolvem rápido e a eletricidade emitirá menos. Mas ainda vamos precisar de uma certa reserva fóssil, porque armazenar eletricidade ainda será complicado. Devemos estabilizar as emissões até 2050. Certamente não chegaremos à neutralidade. E, para os setores difíceis, é preciso pensar em sobriedade e decrescimento. Temos que nos perguntar o que é aceitável fazer. Ainda haverá muito CO_2 na economia em 2050. Onde ele vai ser usado? Em coisas úteis ou fúteis? Para construir trevos rodoviários nas metrópoles dos países ricos ou para criar infraestruturas vitais nos países pobres? É preciso questionar o nível de consumo e a distribuição do que produzimos, em vez de sonhar com a indústria siderúrgica a hidrogênio em escala global, algo improvável no prazo previsto. Criticar a transição não é criticar as energias renováveis. Mas é importante perceber que esperamos mais do que elas podem oferecer.

Valor: *Com os minerais usados em baterias e as terras raras, podemos ter um problema de esgotamento?*

Fressoz: A questão não é se teremos lítio ou cobre suficiente para fabricar baterias. Tudo isso é muito abundante, embora em baixas concentrações e com enorme potencial poluidor. A questão é: que poluição aceitamos? E o mesmo vale para a energia renovável gerada. O que fazemos com ela? Se for para continuar fabricando carros enormes, qual é o interesse? Por mais que a intensidade energética diminua, continuaremos a lançar muito CO_2 na atmosfera e causar muita poluição.

Valor: *Em que consiste sua crítica ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas?*

Fressoz: O IPCC foi criado para se contrapor ao Grupo Consultivo sobre Gases de Efeito Estufa, que surgiu em 1986 após a publicação de um relatório de cientistas que estudavam o efeito-estufa.

DIVULGAÇÃO

> "Criticar a transição não é criticar as energias renováveis (...) Esperamos mais do que elas podem oferecer"
> *Jean-Baptiste Fressoz*

O relatório dizia que era preciso reduzir as emissões em 25% até 2000. Propunha um fundo climático global, financiado por um imposto de carbono nos países ricos e usado para custear a adaptação dos países pobres. Isso deixou o governo americano em alerta e, para esfriar os ânimos dos cientistas e internalizar a restrição econômica, ele promoveu o IPCC. Ali tem economistas, representantes de ministérios da Agricultura, da Energia, da Indústria etc. Os especialistas são nomeados pelos governos. São três grupos de trabalho. Um trata da climatologia, o segundo dos impactos da mudança climática e o terceiro das medidas a tomar. No início, os grupos dois e três são presididos por céticos do clima, o russo Yuri Izrael e o americano Robert Reinstein.

Valor: *Reinstein também esteve na Conferência do Rio em 1992.*

Fressoz: Sim. O presidente George Bush [pai] e seu chefe de gabinete, John Sununu, instruíram Reinstein a não aceitar um tratado que obrigasse a reduzir emissões ou transferir recursos para países pobres. A frase foi clara: "sem metas, sem dinheiro; jogue a carta da tecnologia". Isso fazia sentido para os EUA dos anos 1990. Eram os maiores emissores e a maior potência tecnológica, com a capacidade de dizer: vamos achar soluções para todos os problemas. Depois, Bush discursou falando em "efeito Casa Branca" (Whitehouse effect) como solução para o efeito estufa (Greenhouse effect). Desde essa época, o grupo 3 tem uma abordagem hipertecnológica.

Valor: *Hoje, a abordagem ainda é essa?*

Fressoz: A primeira vez que falaram em sobriedade foi em 2020. Usaram o termo "sufficiency". Em 2014, ainda falavam em fusão nuclear. Só que mesmo se houver um reator de fusão comercial em 2050, não vai mudar nada para o clima. Ultimamente, o que tem aparecido é a ideia de emissões negativas, ou seja, captura de carbono. No último relatório, a quantidade de carbono que seria preciso armazenar até 2100 corresponde a várias vezes a produção mundial de madeira. Fala-se em usar bioenergia e capturar o CO_2 na saída das chaminés, para enterrar em seguida. Mas isso não faz sentido, não é competitivo. Em 2008, falavam de criar lagos de CO_2 líquido no oceano, a 6 mil metros de profundidade.

Valor: *O surgimento do termo "sufficiency" é um bom sinal?*

Fressoz: Eu me diverti contando palavras. Nas 2.900 páginas do último relatório, a palavra transição aparece 2.700 vezes. Está em quase todas as páginas. Já "suficiência" consta 200 vezes. Decrescimento, 20 vezes. Não é um projeto levado a sério.

Valor: *A Comissão Internacional de Estratigrafia decidiu que o Antropoceno não existe. Quão importante é essa decisão?*

Fressoz: É simbólica. O Antropoceno não é uma descoberta científica, mas uma forma de dizer: nosso impacto no planeta é visível na escala de tempo geológico. Se digo que o número de partes por milhão de CO_2 na atmosfera passou de 280 para 420, ninguém se importa, não significa nada. Se digo que nunca houve tanto CO_2 no ar em 3 milhões de anos, entendemos que a humanidade fez algo sério com o planeta. É uma pena os geólogos não terem aceitado isso. É uma oportunidade perdida para a geologia se redimir da sua função de origem, a prospecção de combustíveis fósseis. Mas a palavra Antropoceno segue seu caminho. Em vez de uma era, os geólogos dizem que o Antropoceno deve ser chamado de acontecimento, como o meteoro que matou os dinossauros.

Valor: *Como parece a questão terminológica, em que a noção de Antropoceno é criticada por se referir a toda a humanidade, não só às efetivas causas do abalo climático?*

Fressoz: Já me interessei mais por essa questão, mas vale a pena chamar atenção para a origem neomalthusiana da noção de Antropoceno. A questão malthusiana sempre foi central no mundo anglo-saxão. Nas décadas de 50 e 60, os principais textos ambientais eram neomalthusianos. A questão-chave era o crescimento populacional, especialmente nos países pobres. O Antropoceno é um eco distante dessa visão da crise ambiental que envolve a espécie humana como entidade biológica, mas para um momento em que o verdadeiro problema é a acumulação ligada aos combustíveis fósseis e às grandes infraestruturas. Não é só o crescimento populacional. A crítica que procura não culpar a espécie como um todo teve esse ponto de partida. Ela é válida. ■

A volta da Trama

Música Gravadora retoma atividades com IA, Elis e foco na restauração de acervos. Por *Adriana Del Ré*, para o Valor, de São Paulo

No início dos anos 2000, a indústria fonográfica passava por transformações profundas. Os selos musicais independentes encontravam campo favorável para ascender em meio à crise enfrentada pelas grandes gravadoras, sobretudo com a queda da venda de discos físicos e a pirataria. Ao mesmo tempo, importantes nomes da música brasileira, como Chico Buarque e Maria Bethânia, deixavam essas multinacionais — com as quais mantiveram contrato por anos — em busca de maior liberdade de criação.

Nesse cenário, a Trama ganhava destaque por ajudar a formar e dar visibilidade a uma então nova cena da música, com Luciana Mello, os irmãos Max de Castro e Simoninha, DJ Marky, Fernanda Porto, Cansei de Ser Sexy, entre tantos outros nomes. Fundada em 1998 por João Marcello Bôscoli e André Szajman, ela se tornou também a casa de artistas já consagrados, ao lançar trabalhos de Gal Costa, Tom Zé e Jair Rodrigues, entre outros.

Só que o mercado fonográfico continuou sendo impactado por mudanças. Uma das consequências disso foi o encerramento, em 2013, do site Trama Virtual, um dos braços importantes da empresa por seu pioneirismo em divulgar no ambiente digital o trabalho de bandas e artistas independentes em um período ainda pré-streaming. Isso porque a plataforma foi perdendo relevância diante das outras redes sociais que surgiram.

"A nossa rede era exclusiva de música, mas, desde a chegada do Facebook, a coisa começou a cair", afirma Bôscoli, em entrevista ao **Valor** na sede da gravadora, na zona sul de São Paulo.

A Trama, então, entrou em "modo hibernação", sem nunca ter encerrado suas atividades. Não passou pela cabeça dos dois empresários vender o acervo da gravadora, que chegou a ter pico de faturamento de R$ 23 milhões em 2006/2007 (o equivalente a aproximadamente R$ 48 milhões nos dias de hoje). Agora, a empresa está de volta à ativa, no que Bôscoli e Szajman definem como fase 3 dessa trajetória, cujo início foi marcado com o lançamento da versão inédita de "Para Lennon e McCartney" na voz de Elis Regina.

Além de retomar sua vocação de lançar novos artistas, a gravadora atua hoje em duas outras frentes: na revitalização e remasterização de seu catálogo e na digitalização e restauração de seu acervo, dois pilares que estão ligados diretamente à preservação da memória de uma parte significativa da história da música brasileira.

"A gente tinha essa preocupação de digitalizar o acervo, que é a nossa história. Sabemos que isso é o que tem valor para o trabalho de uma empresa como a nossa: é olhar para trás e ver que essa obra continua existindo. São mais de 20 mil mídias, em vários tipos de formatos", diz Szajman, que, durante essa fase de hibernação do selo, morou no exterior e voltou ao Brasil no fim de 2019.

"É um trabalho lento, quase de artista. Artístico no sentido de colocar a inteligência artificial [IA] também da maneira adequada para que aquele conteúdo que foi feito no início dos anos 2000 tenha qualidade para você conseguir ver na televisão de hoje. Brinco que, para você passar do físico para o digital, é o tempo da vida, não tem como apressar", observa ele. No centro dos debates em várias áreas, inclusive na música, a IA é usada ali com parcimônia, a serviço do aprimoramento da qualidade de imagem e som.

Eles calculam que vão levar, pelo menos, mais três anos para conseguir digitalizar todo seu acervo. O arquivo da gravadora conta com preciosidades audiovisuais, com gravações com artistas como Cássia Eller, Elza Soares ao lado de Hermeto Pascoal, Leci Brandão, Belchior e Cidade Negra, entre muitos outros.

GABRIEL REIS/ VALOR

André Szajman, esq., e João Marcello Bôscoli retomam sua vocação de lançar novos artistas

Mas, com os equipamentos e o know-how que já tem nessa área — e segue se atualizando —, a Trama também consegue prestar esse tipo de serviço para outras companhias. Segundo Bôscoli, esse é um negócio muito segmentado.

"Pouca gente faz isso, porque precisa ter muita paixão. Só quem olha para as finanças daqui a cinco, dez anos — como eu aprendi a olhar com o André —, é que vai ver a curva, porque você vai ficar durante quatro, cinco, seis anos em um processo muito lento", diz Bôscoli. "E como hoje, sobretudo no mundo das majors, 60% do faturamento vem de catálogo, estamos falando de uma área que é ultrarrentável."

Szajman acredita que esse interesse pela preservação da memória se estende para as marcas. "Acho que os criativos das agências, os diretores de marketing e vice-presidentes vão começar também a perceber a importância disso para contar as histórias de suas marcas."

Amigos há mais de 40 anos, João Marcello Bôscoli e André Szajman têm perfis distintos, o que, de certa maneira, confere equilíbrio a essa parceria. Enquanto Bôscoli, filho da cantora Elis Regina e do produtor e compositor Ronaldo Bôscoli, é naturalmente ligado ao lado artístico do selo, André Szajman vem do mundo dos negócios. Mas, quando o assunto é música, o entusiasmo é o mesmo.

Foi de Szajman, por exemplo, a ideia de voltar a investir em novos talentos nessa atual fase da gravadora. Assim, além do programa de rádio "O Novo Sempre Vem", apresentado por Bôscoli e feito em parceria com a Novabrasil, a gravadora lança no streaming, a princípio mensalmente, faixas de artistas novos, como o cantor João Sabiá. O diferencial é o filtro editorial do selo. Já os lançamentos do acervo acontecem toda semana.

Aos três pilares dessa nova fase da Trama, deve se juntar uma quarta vertente, que é a experiência ao vivo, no qual a gravadora investia no passado e que ela vai retomar em novos projetos. ■

Entre o forno, o palco e a telinha

Entretenimento Milhem Cortaz realiza sonhos como ator e como padeiro. Por *Guilherme Bryan*, para o Valor, de São Paulo

Aos 51 anos, o ator Milhem Cortaz prepara-se para interpretar um vilão em "Volta por Cima", a próxima novela das sete da TV Globo, prevista para estrear em 30 de setembro. "Telenovela me dá sempre um friozinho na barriga. É o que eu menos domino e faço", diz o ator.

As gravações no Rio vão afastá-lo por um tempo do negócio com que realizou seu outro sonho profissional: o de ser padeiro. Ele é dono da Cortaz O Pão, no bairro de Perdizes, em São Paulo. "Hoje, a padaria é uma realidade e já se mantém", conta ele, filho de dois comerciantes — o pai da gastronomia e a mãe da moda.

"Às vezes, eu nem acredito que uma pessoa vai comprar o pão que bati a massa e fiquei 24 horas fermentando. Com a minha idade, aprender a fazer algo diferente me dá muito tesão. Por isso, ela é minha grande paixão", diz.

O negócio surgiu em 2021, durante a pandemia de covid-19, quando, após tentar sem sucesso a marcenaria, começou a fazer e distribuir pães para amigos e vizinhos. Foi quando sua esposa, a atriz e produtora teatral Ziza Brizola, com quem está há 24 anos, sugeriu transformar a garagem de casa em padaria.

Desde então, Ziza é a responsável pela parte comercial e administrativa, além de cuidar de redes sociais, publicidade e parcerias de um negócio familiar. Não é à toa que quem faz os brownies é a filha Helena, de 17 anos, e o café leva o nome Dona Zulma, pois lembra o que ele tomava na infância na casa da avó, no interior. Já a broa de milho foi batizada de Broa do Milhem.

A padaria funciona de segunda a quarta-feira, por meio de encomendas para restaurantes, eventos e pessoas físicas, e, de quinta a sábado, das 10 às 17 horas é aberta ao público, que pode encontrar o ator atrás do balcão. "Os pães que sobram eu coloco para vender, mas eles acabam rapidamente", diz. Cortaz, que se autodenomina um ator padeiro, destaca ainda, entre os produtos vendidos, os pães do sertão, de coco com calabresa; o pão da casa integral; o pão português feito para a cantina Pasquale; e um queijo especial, do qual só são fabricadas 40 unidades por mês.

DIVULGAÇÃO

Milhem Cortaz em sua padaria, que ele montou em 2021: "Ela é minha grande paixão"

Para o dia a dia da padaria, ele conta com um funcionário e o sócio Joseph Karoz, que chegou da Paraíba, em 2023, para ficar à frente enquanto gravava, no Rio, a série ainda inédita "Espécie Invasora", do Globoplay. Agora ele assumirá novamente, enquanto Cortaz atua em "Volta por Cima".

Na telenovela escrita por Claudia Souto, com direção artística de André Câmara e direção geral de Caetano Caruso, Cortaz interpreta Osmar Pereira, um bon vivant que vive em função de um auxílio-desemprego e do abrigo na casa da irmã, Doralice (Tereza Seiblitz), e do cunhado, Lindomar (MV Bill), até que, após a morte deste, rouba o bilhete premiado deixado para a irmã e as sobrinhas. "Ele é um oportunista. O bon vivant que está sempre encostado na aba de alguém, vai a praia e se diverte. Mas a vida trará mais responsabilidades para ele, que criará juízo ou desandará de vez", explica.

Trata-se de um grande desafio para quem, no primeiro semestre deste ano, levou uma vida muito mais pacata, quando atuou no monólogo "Diário de um Louco", escrito pelo russo Nikolai Gogol, no Teatro Viradalata, no bairro onde mora e tem a padaria.

"Estou muito impactado com o meu retorno ao teatro após 12 anos. Nunca mais deixarei de fazer, pois me empoderou muito e me trouxe uma segurança maior", diz. Dirigido por Bruce Gomlevsky, o espetáculo rendeu a ele uma indicação ao Prêmio Shell de melhor ator.

Apesar de ter trabalhado no teatro com grandes diretores, como Antunes Filho e Ulysses Cruz, e atuado em vários clássicos, caso de "Rei Lear", "Hamlet" e "O Jardim das Cerejeiras", foi no cinema que Milhem Cortaz se tornou mais conhecido. Já são mais de 70 filmes, incluindo grandes sucessos como "Carandiru", os dois "Tropa de Elite" e "Lula, o Filho do Brasil".

"O cinema praticamente me sequestrou. Tinha vezes em que estava em quatro sets diferentes, pois não podia perder a oportunidade de trabalhar com diretores como Carlos Cortez [com quem fez 'Querô'] e Carlos Reichenbach ['Garotas do ABC']", lembra.

"Agora eu estou menos disponível e tem temas, como os relacionados a violência, morro e assalto, que eu não aguento mais assistir e nem fazer", diz o ator, que já está escalado para o próximo filme do diretor Ruy Guerra, baseado em texto de Chico Buarque. Ele diz que só mudará de ideia para interpretar o personagem principal num filme que conte a história de grandes bandidos como Marcola e Fernandinho Beira-Mar.

Cortaz acabou de ganhar o prêmio de melhor ator, dado pela APCA (Associação Paulista de Críticos de Arte), pela atuação na série "Os Outros", disponível no Globoplay. Ele afirma sentir-se plenamente realizado. "Quando abri a padaria, pensei: 'Se eu virar padeiro e nunca mais trabalhar como ator, não vou me frustrar'. Já fiz grandes clássicos e sucesso. Então, se eu só vender pão, estarei muito bem." ■

INÊS 249

As muitas histórias de Gilda

Memória Relações públicas de artistas como Gilberto Gil relembra bastidores de turnês. Por *Adriana Del Ré*, para o Valor, de São Paulo

A relações públicas e assessora de imprensa Gilda Mattoso, de 72 anos, tem uma visão privilegiada dos bastidores da cultura no Brasil. Desde a década de 1970 trabalhando com ícones da música brasileira, Gilda se tornou uma figura conhecida no meio e referência nas áreas em que atua, principalmente quando o assunto é gerenciar o dia a dia dos artistas em suas turnês internacionais. Com Caetano Veloso, por exemplo, foram 15 anos de parceria. Com Gilberto Gil, já são 20 anos e contando.

"Ela certamente é a não Gil mais Gil de todas", descreve Preta Gil, filha de Gil, no prefácio do novo livro de Gilda, "Diários da assessora de encrenca: Os bastidores das turnês com Gilberto Gil e outros artistas" (Ed. Minotauro, 90 págs., R$ 49).

Seu livro anterior, "Assessora de encrenca", foi lançado em 2006 e vai ganhar uma segunda edição — ele inspirou também um talk-show. Última companheira de Vinicius de Moraes (1913-1980), Gilda não só tem muita história para contar, como é uma contadora de causos nata. Bem-humorada e dona de uma memória invejável, a RP relembra das histórias com riqueza de detalhes.

Se em "Assessora de encrenca" Gilda fazia uma coletânea de histórias de bastidores, em "Diários da assessora de encrenca" a autora foca nos bastidores das turnês "Dois Amigos, Um Século de Música", "Trinca de Ases", "Ok Ok Ok" (de Gil) e "Nós A Gente", que reuniu a família Gil. O livro compila suas lembranças registradas em diários, incluindo encontros e reencontros, perrengues e até indicações de bons restaurantes na Europa.

Com mais de 40 anos de experiência, Gilda mantém uma importante rede de contatos tanto no Brasil quanto no exterior. Fluente em inglês, francês, italiano e espanhol, é uma espécie de facilitadora no cotidiano dos artistas nessas viagens internacionais, aquela que resolve todos os tipos de problemas.

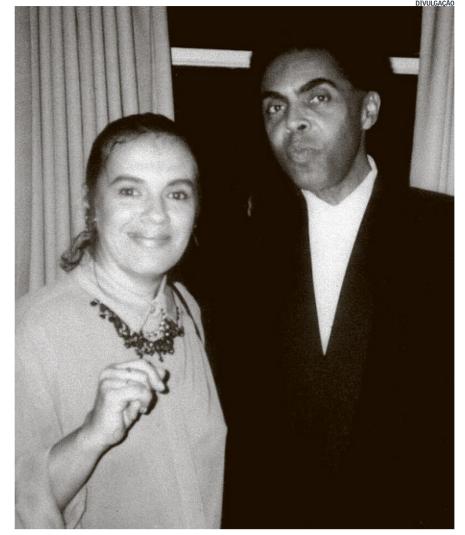
"Eu me defino como relações públicas, mais até do que assessora de imprensa, porque chego às cidades, convido pessoas importantes, interessantes", diz. "Eu chego à Espanha e chamo para os shows Marisa Paredes, Pedro Almodóvar, a viúva de [Michelangelo] Antonioni, que é minha amiga até hoje, a Enrica. E, modéstia à parte, sou muito boa em manter as minhas amizades, não só com os famosos."

O tempo fez com que Gilda se tornasse perita em lidar com crises e imprevistos. Ela revela em "Diários da assessora de encrenca" um susto que a equipe tomou quando Gal Costa passou mal durante o show do "Trinca de Ases", no qual ela se apresentava ao lado de Gilberto Gil e Nando Reis, em Lisboa, Portugal, em 2018.

"O show corria bem até uma hora depois, quando notamos que Gal estava se apoiando no biombo de acrílico que usamos para separar a bateria. Uma portuguesa me disse: 'Parece que a Gal não está muito bem'", relata Gilda, no livro. A cantora se sentia tonta e enjoada, e precisou ser levada até o hospital. Foi constatado um problema gastrointestinal. Gal foi medicada, recebeu alta e voltou para o hotel. "Foi tenso, porque eu falei: 'Gente, pode ser que ela não possa continuar a turnê'. Mas era uma coisa passageira, e ela ficou logo boa", diz Gilda ao **Valor**.

Da turnê "Dois Amigos, Um Século de Música", com a qual Caetano e Gil rodaram o Brasil e o mundo, entre 2015 e 2016, comemorando seus 50 anos de carreira, Gilda lembra da emoção de ver os dois artistas juntos. "Eram muito bons os ensaios, ver a troca deles", afirma. "Eles são importantes na minha vida, e eles são muito importantes um na vida do outro, embora sejam tão diferentes."

Gilda conta que ela e Caetano têm um tipo de humor parecido, diferentemente de Gil. "Eu estava contando um caso qualquer e a Flora [mulher de Gil] rindo, todo mundo rindo. Gil disse: 'Caetano tem esse humor e você também, mas eu não tenho'. Ele nem acha graça de muitas coisas que todo mundo acha. Gil é mais sério, mais profundo. Mas é uma companhia adorável. Você está do lado dele, você está em paz."

DIVULGAÇÃO

Gilda Mattoso e Gilberto Gil trabalham juntos há mais de 20 anos

Em uma das fases mais difíceis na vida de Gil, quando fazia tratamento de insuficiência renal crônica, em 2016, "ele lidou melhor do que todo mundo que estava em volta dele". "Ele conversava muito com os médicos, então ele sabia exatamente o que estava se passando, se mantinha muito pé no chão."

Nascida em Niterói, no Rio, Gilda Mattoso é filha temporã. Tem sete irmãos. Cursou letras na Universidade Federal Fluminense. Aos 21 anos, após a morte do pai, mudou-se para a Inglaterra com a mãe, seguindo o conselho dos dois irmãos que já moravam no país. Em Londres, começou a trabalhar em uma loja, a aperfeiçoar seu inglês e a fazer aulas de italiano. Incentivada por sua professora, que elogiava sua habilidade em falar línguas, ela foi para Perugia, na Itália, onde passou cinco meses estudando o idioma e literatura italiana.

Depois foi para Roma, onde conheceu uma pessoa que mudaria sua vida: o produtor italiano Franco Fontana, que abriu as portas para a música brasileira na Europa. "Ele levava todo mundo: MPB4, Chico Buarque, Jorge Ben, Vinicius de Moraes, Toquinho", diz Gilda, que passou a trabalhar com ele, ciceroneando os artistas brasileiros na Itália.

Foi quando ela conheceu pessoalmente Vinicius, em 1977. "Fontana levou Vinicius, Toquinho e Maria Creuza. Já começou um clima de Vinicius comigo. Eu era tão fascinada por ele que achei que aquilo era uma viagem minha, mas a Maria Creuza disse: 'Gilda, o poeta está arrastando a asa para você'." De Roma, o trio foi a Paris fazer show. Vinicius pagou passagem para Gilda ir junto.

Com Toquinho e Maria Creuza, o compositor voltou para o Brasil. Já Gilda decidiu morar na cidade e continuou a trabalhar para Fontana, que, um ano depois, levou a Paris o show de Vinicius, Toquinho, Tom Jobim e Miúcha, que ficou quase um ano em cartaz no Canecão, no Rio. Gilda e Vinicius se reencontraram e imediatamente ficaram juntos. "Vinicius ficou em Paris morando comigo e com minha amiga de infância em um 'apartamenteco', dormindo em colchonete."

Vinicius precisou retornar ao Brasil para resolver assuntos pendentes, como as obras na casa e a separação com sua ex-mulher. Gilda voltou ao país depois, após viver quase seis anos na Europa.

"Falei para ele que eu tinha que preparar minha mãe para esse genro da idade dela praticamente", conta Gilda — os dois tinham 38 anos de diferença. "Minha mãe ficou de mal comigo um tempo. Ela falava: 'Esse homem é um bêbado, destruidor de lares'. Minha mãe era muito católica, muito careta." Mas ela acabou aceitando o relacionamento.

Além de ser companheira de Vinicius, Gilda trabalhava também com ele. Os dois ficaram juntos até a morte do compositor, em 1980. Depois, Gilda ficou apavorada, porque não tinha emprego, imóvel, nada. A gravadora Ariola havia se instalado no Brasil, e tinha Vinicius, Toquinho e Chico Buarque entre seus contratados.

Toquinho e Chico sugeriram à gravadora que Gilda fosse contratada, já que falava vários idiomas e conhecia todo mundo da música. Ela, então, entrou para a equipe. Depois, mesmo com a venda da Ariola para a PolyGram, ela continuou na empresa. A assessora saiu de lá em 1989 e montou seu próprio escritório de RP e assessoria de imprensa, que funciona até hoje. Caetano, com quem ela trabalhou na PolyGram, exigiu que ela continuasse cuidando de sua assessoria de imprensa. Cazuza também. Já Gil a contratava quando lançava discos ou turnês. Quando deixou de trabalhar com Caetano, Gilda passou a atuar continuamente com Gil. Uma relação profissional e afetiva cultivada até os dias de hoje. ■

Jô Soares do início aos últimos dias

TV Em 4 episódios, 'Um Beijo do Gordo' relembra a trajetória de um artista de muitos talentos. Por *Luciano Buarque de Holanda*, para o Valor, de São Paulo

Artista multifacetado, Jô Soares (1938-2022) foi humorista, apresentador de TV, dramaturgo, ator, escritor e até mesmo trompetista autodidata. Morreu depois de seis anos afastado da televisão, mas sua figura ainda se fazia tão onipresente na cultura popular que mais parecia que ele nunca havia saído do ar. De certa forma, para uma parte do público, só agora a ficha está caindo.

"Um Beijo do Gordo" (Globoplay), minissérie documental em quatro episódios sobre a vida e a trajetória do apresentador, transmite uma estranha sensação de nostalgia, atrelada a um passado ainda muito recente.

Do mesmo diretor do documentário "Uma Noite em 67", Renato Terra, a série começa nos anos formativos de Jô Soares: a educação na Suíça e o interesse pela diplomacia, sua passagem pelos programas "Satiricom" e "Planeta dos Homens", exibidos na década de 1970; o sucesso no teatro e, finalmente, na Rede Globo, à frente do sucesso de audiência "Viva o Gordo".

Há depoimentos reveladores, como o de Cláudia Raia, que relembra seu improvável romance com o humorista, entre fragmentos de quadros do icônico Capitão Gay e do Coronel Pantoja, que fazia com Chico Anysio.

O segundo episódio compreende os anos do apresentador no SBT, quando lançou o "Jô Onze e Meia", primeiro programa de entrevistas brasileiro a adotar o padrão norte-americano dos talk shows de Johnny Carson, David Letterman e afins — com números de comédia stand-up, convidados musicais e uma banda da casa.

"Um Beijo do Gordo" garimpa entrevistas históricas com Ayrton Senna, Pelé, Luiz Carlos Prestes, Enéas, Zeca Pagodinho, Caetano Veloso e Gilberto Gil; mostra Jô tocando bongô com os Titãs, alfinetando Fernando Collor de Mello, tanto cara a cara quanto numa conversa com o irmão Pedro Collor.

No terceiro episódio, Jô volta à Rede Globo, desta vez comandando o "Programa do Jô", de formato similar. Novos comediantes, como Tatá Werneck, Marcelo Adnet e Fábio Porchat relembram o primeiro encontro com o ídolo, o último revelando os bastidores de uma rixa com o apresentador.

A narrativa torna-se mais dramática à medida que os anos avançam. Em 2014, Jô Soares sofre um duplo baque: ele perde o filho, Rafael Soares, de 51 anos, que vivia com autismo de alto nível e que possuía um "ouvido absoluto", nas palavras do pai orgulhoso. Pouco antes, ele havia sido internado em estado crítico para tratar de uma pneumonia. Na hora de renovar seu contrato, Jô opta por apenas mais dois anos.

"Programa do Jô" ficou no ar por 16 anos, de 2000 a 2016. O amigo Ziraldo foi o convidado da despedida; Roberto Carlos veio uma semana antes e cantou "Amigo" olhando nos olhos de Jô, ambos em lágrimas. "Um Beijo do Gordo" já seria um documentário satisfatório se parasse por aí, preservando a intimidade do biografado em seus anos finais. O clímax emocional, porém, fica reservado ao último episódio.

DIVULGAÇÃO

Jô como Capitão Gay e Cláudia Raia: os dois tiveram um romance na época

Um Beijo do Gordo
Brasil - 2024. Dir.: Renato Terra. Onde: Globoplay ★★★★☆

Uma vez aposentado, Jô Soares embarca numa rotina caseira, dividida entre filmes e ocasionais visitas de amigos. A ex-mulher Flávia Pedras Soares permanece como a figura central em sua vida, trazendo ao círculo íntimo do artista a companheira Zélia Duncan — a cantora brinca que viraram um "trisal". Outros desse círculo incluíam a governanta Marlucy Costa e a vizinha Adriane Galisteu, que costumava subir ao apartamento do amigo e desabafar comendo pão francês com chocolate derretido.

Os depoimentos de Flávia são especialmente tocantes. Ela narra detalhes dos últimos dias de Jô no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo; seus instantes finais, num quarto de luz tênue e diante da TV que exibia filmes antigos, como era seu desejo. Outro relato marcante é o do amigo de longa data Drauzio Varella, que confessa que gostaria de terminar seus dias como Jô Soares, aos 84 anos, sereno e plenamente realizado.

Entre depoimentos inéditos e imagens de arquivo, "Um Beijo do Gordo" inclui aparições de Fernanda Torres, Fernanda Montenegro, Angélica, Luciano Huck, Boni, Rita Lee, Gal Costa, Marisa Monte, Ronaldo Fenômeno e membros do seu Sexteto, entre outros. ■

Obsessão pelas aparências

Cinema Demi Moore faz uma estrela em decadência que busca ficar mais jovem em 'A Substância', vencedor do prêmio de roteiro no Festival de Cannes. Por *Elaine Guerini*, para o Valor, de Cannes

Demi Moore sabe o que é ter Hollywood a seus pés. Na década de 90, a atriz e sex symbol mexia com o imaginário de toda uma geração, com filmes como "Ghost - Do Outro Lado da Vida" (1990), "Proposta Indecente" (1993) e "Assédio Sexual" (1994). Uma das mulheres mais desejadas das telas, ela ainda fez história ao se tornar a estrela mais bem paga da época, graças ao cachê de US$ 12,5 milhões que recebeu para tirar a roupa em "Striptease" (1996).

Mas seu reinado não resistiu ao comportamento de diva nos sets de filmagem, aos fracassos de bilheteria (entre eles, o de "A Letra Escarlate", de 1995) e às "vitórias" no Framboesa de Ouro, premiação conhecida como "Anti-Oscar" na meca do cinema. Ela venceu como pior atriz pelas performances em "Até o Limite da Honra" (1997), "A Jurada" (1996) e no próprio "Striptease" — até hoje um dos maiores desastres já produzidos em Hollywood.

Apelidada maldosamente de "veneno de bilheteria" na indústria, Demi passou a receber menos convites a partir dos anos 2000, sem conseguir atrair papéis de visibilidade. Houve alguns bons momentos, como quando ela encarnou a vilã de biquíni de "As Panteras - Detonando" (2003) e a executiva de "Margin Call - O Dia Antes do Fim" (2011), drama que reviveu o estouro da crise econômica de 2008. Mas nada que realmente revigorasse a carreira da atriz, ajudando-a a recuperar o prestígio.

É justamente o currículo de Demi, feito de altos e baixos, que a torna tão perfeita para protagonizar "A Substância", produção de horror que a Imagem Filmes e a Mubi lançam no Brasil em 19 de setembro. É o trabalho que promete recolocá-la no mapa, com chances de levá-la à disputa de um Oscar de melhor atriz, pela primeira vez na sua trajetória, pela entrega total de Demi à obsessão e à ira da sua personagem. Difícil não estabelecer paralelos entre o percurso profissional da atriz, que costumava se apoiar na beleza, na sensualidade e na perfeição física ao escolher seus papéis no cinema, e o da nova personagem.

Elisabeth Sparkle é uma estrela em decadência que, ao passar dos 50 anos, é descartada pela indústria do entretenimento. Cega pela própria vaidade e pelo desejo de vingança, a atriz considerada "velha" para continuar apresentando um programa diurno de fitness na TV recorre a uma droga clandestina, sem medir os riscos.

Tudo o que mais importa é a chance de resgatar seus dias de glória, com uma prometida versão rejuvenescida de si mesma — produzida a partir de uma replicação celular um tanto grotesca, realizada no chão do seu banheiro.

"Eu não me vejo como uma vítima", diz Demi, como quem prefere se distanciar da personagem, pintada aqui como um poço de ressentimento, ao ser discriminada pela idade. "O que eu mais amei, quando li o roteiro, foi o fato de se tratar de uma perspectiva masculina sobre o ideal de mulher, algo que nós mesmas acabamos comprando", diz a atriz, que mantém os longos cabelos negros dos anos 90.

Independentemente de seus 61 anos, a própria Demi ainda corresponde ao padrão de beleza, de perfeição e de magreza imposto às mulheres que tanto é criticado em "A Substância".

Vencedor do prêmio de melhor roteiro na 77ª edição do Festival de Cannes, o filme escrito, dirigido e produzido pela francesa Coralie Fargeat leva a indignação da protagonista com o etarismo e com o sexismo às últimas consequências. Assim que Elisabeth é demitida por um produtor de TV que ilustra bem a masculinidade tóxica (interpretado por Dennis Quaid), a trama toma o rumo de um show de horrores. "Mas não somos anti-homens. Apenas anti-idiotas", diz Demi, rindo.

DIVULGAÇÃO

Demi Moore em "A Substância": "Foi muito estranho rodar aquelas cenas"

Para piorar a situação de Elisabeth, a sua cópia turbinada (vivida por Margaret Qualley) acaba se mostrando tão ou mais cruel do que aqueles que viraram as costas para a estrela ultrapassada. "Quando a versão mais jovem e supostamente melhor tem a oportunidade de existir, ela ainda repete o padrão, buscando uma validação externa. E, no final, ela acaba lutando contra si mesma", conta Demi, lembrando que as duas mulheres não podem estar acordadas ao mesmo tempo, por serem a mesma pessoa. O confronto é, de fato, inevitável, o que custará muito caro para ambas e presenteará o espectador com um banho de sangue.

Por Elisabeth ser tão obcecada por sua aparência, Demi volta aqui a se despir para a câmera, como fez tantas vezes no auge de sua carreira. Mas, desta vez, ela o faz para satirizar as pressões que a mulher sofre para se manter bela e jovem, sobretudo se quiser continuar recebendo ofertas de Hollywood. "Felizmente, o foco aqui não caiu tanto em mim. Margareth foi quem precisou carregar a ideia de perfeição", afirma a atriz, ao comentar as cenas que rodou sem roupa.

Desde que pisou no set pela primeira vez, Demi sabia que precisaria abraçar a personagem sem pudor. Elisabeth parece gostar de se torturar com cada ruga, marca ou flacidez que encontra em seu corpo diante do espelho (por mais insignificante que seja a irregularidade para o espectador). Demi topou até um nu frontal, o que as atrizes raramente aceitam fazer, ainda mais se já passaram dos 40 anos.

"Toda a exploração foi libertadora. Foi uma experiência crua que exigiu muita vulnerabilidade e disposição para me expor, tanto emocional quanto fisicamente, o que definitivamente me tirou da zona de conforto. Ao final do processo, saí com uma maior aceitação de mim mesma", conta Demi, impecável em um vestido primaveril branco com bolinhas pretas durante o encontro com jornalistas em Cannes.

A atriz recorda que mal conseguia se reconhecer no set, quando o experimento de Elisabeth sai totalmente do controle, obrigando Demi a usar maquiagem pesada e próteses nas filmagens. Desde o início, o espectador sente que a vaidade desmedida de Elisabeth acabará selando o seu destino — e da pior forma possível. "Foi muito estranho rodar aquelas cenas. Só dava para ver os meus olhos no espelho. O que me ajudou foi o fato de a minha cachorra sempre me reconhecer", afirma a atriz, referindo-se à cadelinha chihuahua, Pilaf, que a acompanha por todos os lados, inclusive em Cannes. ■

É Tudo Verdade

Olimpíadas em filme

Amir Labaki

Quase todos os mais de 40 documentários oficiais realizados por encomenda, tanto para os Jogos de verão quanto para os de inverno, estão gratuitamente disponíveis com legendas no site do COI

A febre quadrienal das Olimpíadas me apanhou de novo. Maratonista televisivo, o sono vai para o espaço. A síndrome de abstinência inicia-se neste domingo com o encerramento dos XXXIII Jogos Olímpicos em Paris. Não raro, bate antes, ainda durante a competição, no longo período de espera entre o fim da tarde e a madrugada, como dita a diferença de fuso horário.

Um site do Comitê Olímpico Internacional (COI), no endereço www.olympics.com, oferece um santo remédio. Quase todos os mais de 40 documentários oficiais realizados por encomenda, tanto para os Jogos de verão quanto para os de inverno, estão lá gratuitamente disponíveis, com legendas múltiplas, inclusive em português.

A série começa com a reconstituição em documentário da quinta Olimpíada, em 1912 em Estocolmo (Suécia), e segue com os primeiros jogos de inverno, em 1924 em Chamonix (França). Encerra-se com o documentário dirigido por Breno Silveira sobre os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016, e a competição olímpica de inverno de 2018 em PyeongChang (Coreia do Sul) pelas lentes de Seung-Jun Yi.

Entre as principais ausências, das disputas mais populares de verão, destacam-se os registros dos segundos jogos parisienses, há exatamente um século; "Olympia", o tão influente quanto polêmico documentário rodado por Leni Riefenstahl sobre as Olimpíadas na Berlim nazista em 1936; e o díptico mais recente ("Lado A e Lado B", 2022), dirigido por Naomi Kawase sobre os Jogos de Tóquio (Japão) em 2021, adiados um ano devido à pandemia de covid-19.

Como sempre em conjuntos de filmes de origem institucional, há obras que marcaram a história do documentário esportivo e títulos mais convencionais. A saga dos bastidores de uma das produções ainda dos tempos do cinema silencioso me parece imbatível.

Em 1928, para a nona Olimpíada, em Amsterdã (Holanda), as filmagens foram confiadas pelo comitê olímpico holandês ao Instituto Nacional LUCE, da Itália já fascista de Mussolini. Frente à grande oposição da imprensa e da indústria cinematográfica da Holanda, a LUCE associou-se para a produção ao renomado estúdio alemão UFA, ainda antes de seu controle pelos nazistas com a ascensão em 1933 de Hitler.

DIVULGAÇÃO

'Tokyo Olympiad', de Kon Ichikawa, apresenta imagens fragmentadas dos Jogos de 1964

Vetada a versão italiana pelos holandeses, o documentarista germânico Wilhelm Prager realizou uma nova versão em longa-metragem ("Jogos Olímpicos: Amsterdã 1928") ao lado do editor e publicitário holandês Jules Perel, então oficialmente aprovada e distribuída, sendo restaurada em 2016 pelo COI.

Outra grande história atrás das câmeras marca "As Olimpíadas no México" (1969), a única destas produções indicadas ao Oscar de melhor documentário. Antes de tornar-se cineasta, seu diretor, Albert Isaac, concorreu na equipe de nadadores mexicanos dos Jogos de 1948 (Londres, Inglaterra) e 1952 (Helsinque, Finlândia).

Seu filme diferencia-se pela ampla cobertura de provas as mais diversas, pela atenção com todos os participantes, para muito além dos vencedores, e pelo drible na utópica neutralidade política exigida pelo COI, com o destaque ao protesto antirracista dos velocistas afro-americanos Tommie Smith e John Carlos, punhos erguidos, com luvas pretas, em pleno pódio, durante a execução do hino dos EUA. (Em 2012, Ugo Giorgetti realizou um belo documentário enfatizando a dimensão política ainda mais ampla daqueles primeiros Jogos na América Latina, "México 1968 - A Última Olimpíada Livre".)

Dois filmes disputam para mim a medalha de ouro de melhor documentário olímpico entre os produzidos pelo COI. O primeiro é "Tokyo Olympiad" (Olimpíadas de Tóquio, 1965), sobre os Jogos de 1964, dirigido por Kon Ichikawa.

Um dos grandes jornalistas americanos a escrever sobre esportes, George Plimpton foi certeiro: sua ideia central "era apresentar uma imagem fragmentada dos Jogos, em vez de um documentário noticioso (...) Ichikawa presta sempre muita atenção a assuntos de pequena importância. Muitos close-ups. Um rosto exausto. Uma bandeira tremulante. Uma consideração notável é dada aos pés, aos tênis de corrida, (...) exaltando aquela parte do corpo que simboliza a natureza física dos Jogos".

A segunda obra-prima é a produção mais heterodoxa da coleção. "Visions of Eight" (Visões de Oito, 1973), como adianta o título, é um mosaico por renomados cineastas, de origens e estilos distintos, sobre as trágicas Olimpíadas de Munique (Alemanha) de 1972. O massacre por terroristas palestinos de 11 atletas e treinadores israelenses aparece, de forma sutil e contundente, apenas no último episódio, "The Longest" (A Mais Longa), em que John Schlesinger retrata a maratona a partir da experiência de um modesto competidor britânico.

A originalidade do conceito vinga apesar do natural desnível entre as partes. A sequência apresenta as contribuições do russo Yuri Ozerov ("O Começo", sobre os momentos logo antes das provas); da sueca Mai Zetterling ("O Mais Forte", sobre os levantadores de peso); do americano Arthur Penn ("O Mais Alto", sobre o salto com vara); do alemão Michael Pfleghar ("As Mulheres", sobre as ginastas); do mesmo japonês Kon Ichikawa ("O Mais Rápido", sobre a corrida de cem metros); do tcheco Milos Forman ("O Decatlo"); do francês Claude Lelouch ("Os Perdedores"); e do britânico Schlesinger.

Acredite: emoção é o que não falta mesmo para os atletas de poltrona.

Amir Labaki é diretor-fundador do É Tudo Verdade — Festival Internacional de Documentários.

E-mail: labaki@etudoverdade.com.br
Site do festival: www.etudoverdade.com.br ■

LIVROS

Almodóvar repassa a vida em contos

Textos do cineasta são como roteiros, alguns já filmados. Por *Norma Couri*, para o Valor, de São Paulo

O último sonho
Pedro Almodóvar
Trad.: Miguel Del Castillo
Companhia das Letras
192 págs., R$ 74,90

JOEL C RYAN/INVISION/AP
Pedro Almodóvar: "Não há distinção entre o que escrevo, o que filmo, o que vivo"

Abra este livro como se batesse uma claquete antes da gravação de um filme, com um toque kitsch de adrenalina, delírio, desejo e dor, marcas de Pedro Almodóvar. O premiado diretor espanhol chama de contos esses roteiros prontos, alguns já filmados.

"O último sonho" é o livro que ele escreveu mais próximo de uma autobiografia: "Não há distinção entre o que escrevo, o que filmo, o que vivo". Almodóvar nasceu em 1951 na mesma região de La Mancha onde nasceu outro herói visionário e um tanto louco, Dom Quixote.

O pai do diretor transportava pipas de vinho na aldeia Calzada de Calatrava e a mãe contava que o avô morto voltava sempre, mas não metia medo em crianças. Transgressão é seu talento. Aos 17 anos ele saía do trabalho na Cia. Telefónica para se vestir de mulher e cantar num bar alternativo de Madri.

Apelidado de "Andy Warhol espanhol", foi apresentado assim ao artista pop americano e justificou, envergonhado: "Porque ponho travestis e transexuais nos meus filmes". O cineasta nascido da borbulhante Movida Madrileña dos anos 1970 e 80, provocador de frenesi, ataques de nervos e tudo de "sublime e irracional na alma espanhola", reclama da reclusão e do seu isolamento "quase total".

"Por isso estou sempre envolvido num processo de criação." Escreve no avião enquanto os outros dormem, nos feriados quando todo mundo sai, enquanto apenas caminha, mas, se o interpelam, responde "desculpe, estou escrevendo".

O conto "Mudança de gênero em demasia" é sobre um diretor e seu ator transgressor de quem é um amante servil e apaixonado. Ambos brilham reapresentando uma das obsessões de Almodóvar, a peça "Um Bonde Chamado Desejo", de Tennessee Williams. Sua produtora se chama El Deseo e ele costuma dizer "meu combustível é o desejo".

No conto, o ator León convence o amante a viver Blanche du Bois como Blanco del Bosque, um professor de matemática egresso da prisão por ter abusado de um aluno. O diretor sempre cede, até na ideia de não pagar direitos autorais. León vive a personagem de Anna Magnani na refilmagem de Roberto Rossellini de "A Voz Humana", de Jean Cocteau.

Depois, encarna Gena Rowlands como Mirto, a Myrtle de "Noite de Estreia", obra-prima de John Cassavetes, enchendo o set de colas porque descobriu que Marlon Brando fazia o mesmo. O diretor Almodóvar/Daniel dá o basta. León é um "malabarista da apropriação indevida... minhas ideias, minha vida... não pertenciam a ele... mas isso foi há muito tempo".

Os textos trazem a marca do horror do "colégio-prisão" dos salesianos, onde Almodóvar, solista, cantava no coro — como em seu filme "Dor e Glória" (2019). "A cerimônia do espelho" leva um conde a se isolar num mosteiro até a vida eterna, mas sai de lá morcego-vampiro esvoaçando com o padre reitor. No conto seguinte, a filha dos reis católicos Fernando e Isabel de Castela dorme o sono da Bela Adormecida, amaldiçoada pela fada má, mas "Joana, a bela demente" só desperta com festas, circo, beijos, rezas.

Em "A redenção" Almodóvar, ateu, faz Jesus escapar da crucificação graças ao ladrão Barrabás, que golpeia os guardas com a cruz. E em "A visita", como no seu filme "Má Educação" (2003), a prostituta Paula invade a sala do padre-diretor vestida como a atriz Marlene Dietrich em "A Mulher Satânica" (1935) e lê trechos do livro de seu irmão Luis: Dom Ceferino enfiou as mãos do menino de 10 anos por baixo de sua batina para se masturbar. Ao se confessar, ele encontra o diretor vestido de mulher e todos os frades vestidos à la Juliette Greco ou Cleópatra.

Mal a leitura termina, o padre-diretor fura o peito de Paula com o cortador de cartas e descobre que ela era Luis, o menino que ele amou. Almodóvar sofreu um traumático abuso sexual na escola.

Mais sombrio, austero, melancólico, medroso e inseguro que o alter ego Patty Diphusa, pseudônimo que Almodóvar usava para assinar suas crônicas, em "Confissões de uma sex symbol" Patty é atriz de fotonovelas pornô e foge da rival Fool Anna transformada em pantera.

A espetacular cantora mexicana Chavela Vargas (1919-2012) é homenageada por Almodóvar, a quem chamava de "meu marido neste mundo". Em "Natal amargo", Amparo tenta ler "Secreções, excreções e desatinos", de Rubem Fonseca, e tem uma crise de pânico até zapear a TV e ver Chavela cantando "La Llorona". Almodóvar diz: "Devo ter ouvido Chavela cantando La Llorona mais de 50 vezes... em todas chorei... Só quem foi testemunha desse milagre saberá".

Em "Adeus, vulcão" ele conta como tirou Chavela, cancelada no México e encharcada em bebida, dos bastidores da Sala Caracol de Madri para a glória no Olympia de Paris. "Emoção dilacerante."

"Tudo Sobre Minha Mãe" ganhou o Oscar de melhor filme estrangeiro no ano 2000. "O último sonho", que dá título ao livro, é sobre o dia da morte de Francisca, que reclamava da ausência de seu sobrenome Caballero no nome público do filho.

Ela fazia na vida o que Fernanda Montenegro imortalizou em "Central do Brasil" (1998), lia cartas para os vizinhos analfabetos. Quem escrevia era Pedro, de 8 anos, mas ela inventava tudo. Por quê, ele perguntava?, e a mãe: "Mas você viu como ela ficou feliz?". Com isso, ensinou ao filho algo essencial, "a diferença entre ficção e realidade, e como a realidade precisa da ficção para ser mais habitável... Ainda bem que decidi dedicar o filme a ela".

Lançamentos

Para além das margens: A Itália de Elena Ferrante
Isabela Discacciati
Bazar do Tempo, 220 págs., R$ 84,00

A autora propõe uma dupla viagem a partir do cruzamento da obra de Elena Ferrante, em especial na sua tetralogia napolitana inaugurada com "A amiga genial", e o repertório italiano do itinerário dos personagens. Discacciati contextualiza episódios históricos dos livros: a mitologia, a religião, a cultura popular e a geografia "ferrantiana". Na Itália, Discacciati estudou e trabalha com turismo, arquitetura e história. Ela incluiu no livro experiências próprias que dialogam com a história da amizade e dos conflitos de Lenu e Lina, que fez de Ferrante a escritora mais celebrada da literatura italiana contemporânea.

Hugo de Carvalho Ramos: Obra reunida
Hugo de Carvalho Ramos
Ercolano
Dois volumes, 323 e 399 págs., R$ 215,00

Este lançamento resgata todos os textos de Hugo de Carvalho Ramos (1895-1921), escritor goiano admirado por Guimarães Rosa que se suicidou antes de completar 26 anos. A publicação traz só agora os escritos de Hugo desde a edição de suas "Obras completas" (de 1950) compiladas por seu irmão, Victor de Carvalho Ramos. O primeiro volume da Ercolano contém a única obra do escritor publicada em vida, "Tropas e boiadas" (1917), reunião de contos que evocam aventuras e causos do mundo agrícola e ainda a poesia do autor. No segundo volume estão os "Escritos esparsos", que revelam a verve espiritual, histórico-literária e intimista de Hugo.

23 minutos
Waldson Souza
HarperCollins
240 págs., R$ 49,90

Neste thriller, o brasiliense Waldson Souza usa elementos do afrofuturismo para narrar a brutalidade vivida pela juventude negra no Brasil. Na trama, Hugo leva um tiro quando volta da festa de seu aniversário de 18 anos. Como isso ocorreu? No caminho ele viu uma figura escondida atrás de um poste, tentou fugir, mas não escapou do homem que lhe apontava uma arma. Vinte e três minutos após o disparo, ele, desnorteado, acorda. A partir daquele dia, ele passa pela mesma experiência todas as noites, esteja onde estiver. Morre e volta à vida. O título faz referência à estatística da ONU de que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil.

A árvore mais sozinha do mundo
Mariana Salomão Carrara
Todavia
208 págs., R$ 69,90

Vencedora do Prêmio São Paulo de Literatura 2023, Mariana Carrara tem como protagonistas deste romance o casal Guerlinda e Carlos e seus três filhos. Eles trabalham no cultivo do tabaco, no sul do Brasil. A filha mais velha, Alice, resiste ao trabalho. Ela quer disputar o concurso Musa do Sol. Maria, a do meio, vive em seu mundinho e vai à escola. Pedrinho, três anos, também ajuda. É preciso limpar a roça, adubar, borrifar agrotóxico. Na colheita, a avó Elvira ajuda, percebendo o silêncio que paira no ar. Esse pequeno universo está na casa, nos objetos, na caminhonete antiga. E na árvore que vive em frente e vê lá do alto tudo o que acontece. ■

Reflexões sobre a ascensão do nazismo

Romance 'Juventude sem Deus' foi proibido na Alemanha do Terceiro Reich. Por *Daniel Benevides*, para o Valor, de São Paulo

Juventude sem Deus
Ödön von Horváth
Trad.: Sérgio Tellaroli. Todavia,
176 págs., R$ 74,90

Tempestade forte em Paris. Um raio arranca o galho de uma árvore, que cai na cabeça de um transeunte. Ele morre. Aos 36 anos, Ödön von Horváth nunca vai saber dos horrores do Holocausto. Viveu, porém, seu prenúncio e previu a violência inominável que viria.

Seu "Juventude sem Deus" toca na ferida do espírito da época — ferida já bem feia, infectada, pustulenta — ao mesmo tempo em que destila um poder de linguagem peculiar, de frases telegráficas e tiros curtos.

O leitor tem de lidar com o fato de se deliciar com o texto de conteúdo tão aflitivo — o romance trata da ascensão do nazismo entre os jovens alemães. Mais especificamente, trata da culpa, sentimento mal definido entre os que aceitaram passivamente o nacional-socialismo, mesmo que discordando. "Como ave de rapina, a culpa voa em círculos sobre nós. E nos apanha depressa."

O foco narrativo, em primeira pessoa, está em um professor de história e geografia. Titubeante, com meias-verdades, sua voz oscila entre aproximações e distanciamentos, o que lhe dá um sabor de terceira pessoa. É como se o autor se dirigisse alternadamente a um leitor determinado — você — e à sociedade como um todo.

Os alunos do narrador são adolescentes, praticamente pré-soldados, tomados pelo ideal de um nacionalismo militante e militarizado, desumanizado. O ponto central da trama acontece num acampamento preparatório para a vida militar.

Horváth vai empilhando sentenças, fatos e reflexões como pedaços de lenha, até o ponto que se acende a inevitável fogueira figurativa, em consonância com a queima real de livros e pessoas na Alemanha de Hitler.

O primeiro fósforo aparece na forma de uma dissertação, na qual um aluno afirma desprezo pelos negros. O professor, um humanista de meios-tons, admite que negros até podem ser inferiores, mas devem ser tratados, sim, como seres humanos que são. Como assim? É a reação indignada do aluno. O tema é sensível ao governo que perdeu suas colônias na África, mas mantém o racismo como ideologia.

Logo, os pais aparecem para tirar satisfações. O professor não é patriota? Não defende o espírito alemão? Pois parece que não. Estamos em 1937. O sentimento "arianos e Deus contra todos" toma cada centímetro de consciência coletiva.

O autor, militante em um grupo de defesa dos direitos humanos, ficaria horrorizado ao ver que, quase 90 anos depois, sentimento semelhante ecoa em meio a parte considerável da população, não apenas na Alemanha, mas na Europa e no mundo.

Curiosamente, o professor argumenta apontando trecho da Bíblia que diz sermos todos iguais, ao passo que o pai do aluno defende que "a Bíblia não deve ser compreendida no sentido figurativo". Mais ou menos o contrário do que vemos hoje, ainda que as posições sejam as mesmas.

Assim como suas peças a partir de 1933, fato é que o livro de Horváth foi proibido na terra de Goethe, então chefiada por um sujeito de bigode diminuto e enorme poder de persuasão e destruição, o "plebeu superior", como descrito, ironicamente, em "Juventude sem Deus" ("os idiotas e mentirosos louvam o dia em que ele nasceu"). Acabou sendo publicado na liberal Amsterdã, onde Anne Frank e sua família ficaram escondidos para escapar aos fornos eugenistas.

O livro poderia ser resumido como um libelo contra as forças avassaladoras do Terceiro Reich, mas ainda que esse seja um papel nobre e que tenha tido sua função, com elogios de Thomas Mann e Hermann Hesse (e posteriormente de Peter Handke, Natalia Ginzburg e Edmund Wilson, entre outros), o que mais chama a atenção é mesmo a linguagem, a construção dos parágrafos, muitas vezes de uma linha apenas, assim como o uso original de metáforas, a linha tênue entre alegoria e realismo.

À medida que a fogueira vai queimando, o teor ganha ares sutilmente poéticos ou delirantes, nem sempre decifráveis, mas de algum modo coerentes, sem perda de sentido. Uma das poucas personagens femininas é descrita como "outono"; um dos alunos, como "peixe"; o vinho tem "gosto de sol". Deus aparece ao professor, até ali ateu. Aparece, fala com ele, é quase uma figura prosaica (um detetive? Um juiz?), em que pese toda sua carga simbólica.

O absurdo de situações envolvendo um assassinato e um julgamento ("a presença de uma lei incompreensível"), e atitudes arbitrárias da polícia, além do uso de iniciais para aludir aos personagens, faz pensar em Kafka. O tom é igualmente sombrio, com tintas de pesadelo, o mesmo humor estranho, mas tão característico, e aqui com certa leveza, por conta das frases descarnadas, soltas nas páginas como balões.

Ao final, fica a sensação de ouvir bater "as asas da estupidez" em algum lugar. Ou em toda parte.

O dia em que Picasso roubou a Mona Lisa

Historiadora francesa traz à tona documentos secretos da polícia parisiense. Por *Roberto Muggiati*, para o Valor, do Rio de Janeiro

Picasso, o estrangeiro
Annie Cohen-Solal
Trad.: Alberto Flaksman
Record
630 págs., R$ 139,90

Numa alentada biografia, a historiadora Annie Cohen-Solal lança um novo foco à pesquisa sobre o gênio da pintura, baseada em documentos confidenciais do departamento de polícia de Paris. Estrangeiro, artista de vanguarda e defensor de ideologias radicais, Pablo Picasso foi submetido durante décadas a uma cerrada vigilância das xenofóbicas autoridades francesas. Em 1911, a polícia o considerou um dos principais suspeitos do roubo da "Mona Lisa" do Museu do Louvre.

Biógrafa de Jean-Paul Sartre, do marchand Leo Castelli e do pintor Mark Rothko, Cohen-Solal traça neste livro — vencedor do Prix Femina 2021 — um fascinante painel da cena artística do século XX. Com um leve tom de suspense, ela descreve o início de sua longa busca do Picasso perdido:

"Depois de terem identificado o que está procurando, você pode entrar com algumas folhas de papel em branco e um lápis em um ambiente glacial envidraçado, no qual será posto diante de uma caixa de papelão com arquivos sob a vigilância de três funcionários da polícia. Acabo de conhecer um suspeito. Um 'estrangeiro' que, em 25 de outubro de 1900, chegou a Paris pela primeira vez, antes de ser fichado e ter o seu dossiê expandido a cada ano, no restante de sua vida, pela polícia parisiense: relatórios; interrogatórios (...) Entre esses documentos, não percebi nenhum crime, nenhum delito, a não ser aquele de não ser francês".

Picasso foi encaixado na categoria dos anarquistas. Um relatório anônimo de um informante da polícia alertava: "Notamos novamente nos anarquistas um ar misterioso que é um sinal grave ao qual vale a pena prestar atenção".

Em 21 de agosto de 1911, a tela mais valiosa do Louvre, "Mona Lisa", de Leonardo Da Vinci, sumiu do seu pedestal. Os guardas pensaram que fora retirada para ser fotografada. Só 28 horas depois a administração do museu se deu conta de que havia sido roubada — um dos roubos mais ousados e rumorosos em toda a história da arte.

PAUL THOMPSON/FPG/ARCHIVE PHOTOS/GETTY IMAGES

O retorno da "Mona Lisa" ao Louvre. Picasso chegou a ser suspeito de ter roubado o quadro

Entre os vários suspeitos estavam o poeta Guillaume Apollinaire — que cumpriu uma semana de prisão preventiva — e Picasso, só liberado depois de um longo interrogatório. Dois anos depois, quando já era dada como perdida, "Mona Lisa" foi resgatada em Florença das mãos do verdadeiro ladrão, um antigo empregado do museu.

Em 1937, Picasso pintou seu magistral painel "Guernica", depois que bombardeios nazi-franquistas exterminaram quase toda a população da cidade basca. Apesar desse libelo antifascista — ou por causa dele —, Picasso teve recusado seu pedido de cidadania nas vésperas da ocupação nazista de Paris, em 1940. A vigilância foi redobrada quando ele assumiu abertamente o comunismo, como detalha Cohen-Solal:

"Em 19 de dezembro de 1944 (...) Picasso agora comunista se tornava uma personalidade visível e integrada, e a vigilância contra ele passava da França para os Estados Unidos, dos chefes de polícia de Paris para o próprio J. Edgar Hoover. O homem que dirigiu o FBI durante quase meio século deu início a uma investigação americana contra o artista depois de ter lido Why I Became a Communist [Por que me tornei um comunista], o texto de Picasso publicado em The New Masses logo após sua adesão ao PCF".

Com o tempo, a hiperatividade de Picasso acabaria cansando e confundindo seus investigadores. Cohen-Solal cita, entre outras dificuldades, "além da pluralidade das suas escolhas estéticas, da pluralidade de lugares e de gêneros, em relação à multiplicidade de seus movimentos, das suas obras, da sua situação social e das suas residências — tudo isso surgiu como uma maldição que, mesmo sem saber, nosso gênio em movimento plantou contra as polícias francesa e americana, sublinhando seu pertencimento a uma outra esfera, a esfera intemporal que Sartre designou como a da 'comunidade dos santos'".

Apesar do espaço generoso do livro, a biógrafa muitas vezes tem de recorrer à síntese para acompanhar seu biografado. "Entre 1946 e 1955, ele ainda vivia frequentemente em Paris, mas passava a maior parte do tempo em vários lugares da Provence. (...) O artista ocupa suas três residências do Sul da França, às vezes simultaneamente, outras vezes sucessivamente, mas não venderá nenhuma delas até sua morte, em 8 de abril de 1973. Nelas, guardava seus documentos e lembranças pessoais, e as riquezas da sua coleção de arte (milhares de obras de colegas, bem como os 'Picassos de Picasso') — em outras palavras, todos os rastros de uma longa vida de alguém que nunca jogava nada fora!"

Nossa história termina com a vingança do "estrangeiro": "Depois de ter solicitado, em meio ao pânico da primavera de 1940, sua naturalização, da qual sabemos qual foi o resultado, Picasso desprezou todas as ofertas que lhe foram feitas, por altas autoridades, para se tornar francês. Ele era um homem de muitas culturas e continuou a integrá-las à sua maneira nas esferas pública e privada, transcendendo sempre a divisão simplista entre 'francês' e 'estrangeiro' e rejeitando também tanto a situação de 'separado' como a de 'assimilado'. Picasso escolhera outra via, uma espécie de terceira via".

Outros Escritos

Cartas de um pai ao filho

Tatiana Salem Levy

Uma das coisas bonitas da autoficção é mostrar que também os homens, como Alejandro Zambra, têm vidas ordinárias e magistrais na sua cotidianidade, que nem todos são heróis que saem de casa para caçar ou lutar em guerras

A atleta brasileira Flávia Maria de Lima pode perder a guarda da filha de seis anos, acusada pelo pai da criança de abandono parental pela sua participação na Olimpíada de Paris. Aquilo que, à primeira vista, poderia ser considerado um interesse do pai pela filha se revela como mais um capítulo do machismo da nossa História. Afinal, quantos pais são acusados de abandono parental por se dedicarem à sua carreira? Por que os homens podem ser pais e profissionais enquanto as mulheres devem fazer uma escolha?

Dito isso, também é importante ressaltar que, se este é apenas mais um capítulo do nosso machismo estrutural, há mudanças que vão sendo efetuadas quando começamos a desconstruí-lo. Há, sim, muitos pais que hoje assumem a paternidade de forma análoga àquela com que as mulheres assumem a maternidade — ou seja, se implicando, assumindo seus deveres, se tornando tão, ou quase tão, presentes quanto as mães. Assim, embora os romances que abordam a maternidade sejam muito mais frequentes, no cenário atual têm surgido livros belos e emocionantes envolvendo a paternidade. "Literatura infantil" (trad. Miguel Del Castillo, Companhia das Letras), de Alejandro Zambra, é o mais bonito que li sobre o tema.

Como subtítulo, o livro traz: "Cartas ao filho". Essa mudança da carta ao pai — a icônica, de Kafka — para cartas ao filho é paradigmática. Não se trata tanto de pedir contas ao pai, mas sobretudo de desenhar "um roteiro para esses vagarosos passeios do futuro". Quando Alejandro, o narrador, diz que o livro "existe graças a você, e você é o principal destinatário dele, mas eu o escrevi, sobretudo, para dividir com meus amigos o mistério da felicidade", ele se coloca dentro do lugar de pai. Não pede, mas tampouco presta contas. "Não tem problema se você não o ler", completa, num gesto de amor, por que não o dizer, incondicional.

Mas é claro que toda carta ao filho é também uma carta ao pai. E talvez o contrário seja igualmente verdadeiro, toda carta ao pai é uma carta ao filho, real ou imaginário. Nos colocarmos a uma só vez como pai e como filho significa nos inserirmos numa linhagem, entender a nós próprios como continuidade, um ponto numa linha que começou muito antes e acabará muito depois de nós. Se a repetição pode se tornar um peso, ela também pode ser um caminho para o significado. Nada começou agora. Nada vai terminar pra já.

CRIS BIERRENBACH

Então, se a primeira parte do livro é, de fato, uma grande carta ao filho, Silvestre, desde a emoção do seu nascimento, passando por uma pandemia em família, ao imaginário e à escrita infantil do mundo, a segunda parte é uma grande carta ao pai, mas que se mistura com a primeira, como se fosse a pré-história da paternidade. Porque se tornar pai, assim como se tornar mãe, é ao mesmo tempo ver a vida correndo para frente e vê-la suspensa para que olhemos para trás. Um pouco como escrever...

Uma escrita que é de cada um de nós: fazer desenhos, mapas, criar significados, estabelecer relações. Uma escrita que começa muito cedo, com a entrada do bebê na linguagem, e segue vida afora. Quando uma criança começa a falar, ela começa a rabiscar essa escrita — literatura infantil, como toda boa literatura. Um escritor, ou uma escritora, nunca perde essa relação com a escrita anterior à escrita no papel, como não perde o sentido de continuidade. Escrever como quando ainda não escrevíamos é algo que permanece no nosso imaginário, no nosso desejo. Alcançar esse lugar onde choro e riso se misturam a todo instante.

Quem convive com criança conhece a capacidade que elas têm de mudar do choro para o riso e do riso para o choro em um segundo. Zambra lembra a sua avó, que, em vez de ler histórias para os netos, contava "todo tipo de casos sobre a comunidade que ela perdera quando jovem, com o terremoto de Chillán, em 1939". De repente, diz ele, "ela se lembrava que os protagonistas de suas ficções estavam mortos e sentia saudades deles e se punha a chorar e tínhamos que nos deitar em sua cama para consolá-la. Essas histórias foram, como diz Natalia Ginzburg, nosso latim. Talvez depois, quando comecei a escrever, eu quisesse honrar e imitar esses vaivéns entre o riso e o choro que aconteciam quando ouvíamos minha avó". Assim, avó, neto e bisneto se unem nessa espécie de literatura infantil, que passa do choro ao riso e vice-versa.

E, confesso, dei altas gargalhadas com o livro de Zambra. Mas também me emocionei muito. Senti-me mãe, filha, velha, criança, adolescente. Fui e voltei no tempo. Me identifiquei com tantas coisas, por ser latino-americana e quase da mesma idade dele. Por ter filhos ainda crianças. Por ter passado por uma pandemia fechada em casa com eles. Por sofrer de enxaqueca.

Uma das coisas bonitas dessa onda de autoficção é mostrar que também os homens têm vidas ordinárias e magistrais na sua cotidianidade, ou seja, que nem todo homem é um herói que sai de casa para caçar ou lutar em guerras. Para muitos, a aventura acontece dentro de casa, no bairro, na cidade, no pequeno, no dia a dia, e, ainda mais agora, na paternidade. Que bom que esses homens estejam escrevendo sobre isso — me dá sempre a esperança de que outros se revejam ou se inspirem nesses relatos.

O conflito de gerações é bem claro no livro — que se constitui como uma série de textos, contos, mas que eu li como um romance — na diferença entre o pai de Alejandro e Alejandro como pai. O primeiro, como era comum antigamente, entende bem pouco, ou quase nada, de psicologia infantil. Tenta resolver os problemas do filho com afirmações peremptórias e machistas — "homem que é homem enfrenta seus medos" e por aí vai. Oferece ao filho uma viagem para Nova York, mas com a condição de que ele corte o cabelo. Alejandro, por sua vez, é um homem emotivo, terno, compreensivo, que fala com delicadeza, inventa uma nova linguagem — para não repetir tantos nãos, instaura o nim —, não levanta a voz para o filho.

Mas o bonito neste texto é quando ele encontra os paradoxos. Aos poucos, na costura dos acontecimentos, Alejandro vai iluminando um ou outro momento que tornam o pai também emotivo, afetuoso. Num gesto inusitado, ele oferece a Alejandro o seu livro preferido, traduzido como "Nada é para sempre", de Norman Maclean. Alejandro leva anos para finalmente ler esse romance, onde encontra as seguintes frases: "Os poetas falam de spots of time, mas são os pescadores que realmente experimentam a eternidade condensada em um instante. Ninguém consegue saber o que é um 'espaço de tempo' até que subitamente o mundo inteiro é um peixe e esse peixe escapou".

Então, como num dia em que, anos antes, foram pescar, as linguagens de um e de outro conviveram, pai e filho se encontraram. Quando decidiu não ir a Nova York porque não queria cortar o cabelo, Alejandro escreveu uma longa carta ao pai, que em resposta lhe disse que a leria quando tivesse vontade de chorar — mas ele nunca tinha vontade de chorar. Diante dessa afirmação, Alejandro diz: "Eu não soube o que responder. Nunca sabia o que responder. Por isso escrevia, por isso escrevo. O que escrevo são as respostas que não consegui pensar a tempo. Os rascunhos dessas respostas, na verdade". E que grande rascunho é "Literatura infantil".

Tatiana Salem Levy, escritora e pesquisadora da Universidade Nova de Lisboa, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: tatianalevy@gmail.com

INÊS 249

Uma revolução na vida noturna brasileira

Em 'Bate-estaca', Camilo Rocha retrata o surgimento da cultura clubber no país. Por *Danilo Thomaz*, para o Valor, de São Paulo

Bate-estaca
Camilo Rocha
Veneta
224 págs., R$ 99,90

DIVULGAÇÃO

Camilo Rocha traça retrato memorialístico e jornalístico da noite paulistana por duas décadas

Pode parecer estranho imaginar que São Paulo, um dia, ostentou com orgulho a fama de ser uma cidade que nunca dorme. A metrópole que hoje se apaga às 23h, de segunda a quinta-feira, com um chorinho até a 1h da madrugada nos fins de semana, já foi um local onde a noite, sem hora para acabar, era um espaço de ousadia, liberação, criatividade, transgressão e formação cultural.

"Nos anos 1980 era preciso possuir o disco ou o cassete físicos, ou dar a sorte de ouvir a música no rádio. [...] Nesse tempo pré-internet, pré-MTV, as casas noturnas desempenhavam um papel informativo crucial para os fãs", escreve o jornalista, DJ e pesquisador musical Camilo Rocha no livro "Bate-estaca: Como DJS, drag queens e clubbers salvaram a noite de São Paulo".

A obra traça um retrato memorialístico e jornalístico da noite paulistana desde o fim dos anos 1980 até meados dos anos 2000 e acompanha a noite do período por meio das histórias de suas casas noturnas, personagens e mudanças nos hábitos culturais e comportamentais.

Embora trate de uma realidade historicamente recente, o livro pode soar surpreendente para os leitores que não viveram a época, como deve ter sido espantoso para quem debutou nos bailes de salão na década de 1950 e viu a ascensão da era disco dos anos 1970.

Afinal, hoje, as casas noturnas deram lugar a festas em prédios e espaços abandonados, as músicas povoam o cotidiano e a segmentação — por gênero, raça, orientação sexual — tomou o lugar da diversidade e da convivência democrática que começou a surgir naqueles anos.

A gênese desse novo tempo — que se inicia após a decadência das grandes boates dos anos 1970, como o Medieval, e a explosão da noite voltada aos distintos públicos LGBT — é a abertura do Nation, em 1988, no lado Jardins de uma rua Augusta que já não existe mais.

"A fila era caleidoscópica: terninhos de brechó, loiras platinadas, franjinhas à Lídia Brondi (a estrela da novela Vale Tudo, que fora sucesso um ano antes), jaquetas de abrigo esportivo, medalhões do hip hop, batas psicodélicas, camiseta de surfe, boás de plumas. Veludo, lurex, vinil, poliéster. Para homens e mulheres. A pose era importante, assim como o senso de humor", escreve Rocha.

A indumentária era uma metáfora da proposta da Nation — que popularizou o termo clubber no Brasil, por ser um clube e "não uma boate ou danceteria" — de criar um espaço jovem, alegre, colorido e democrático.

"Saía o registro do rock alternativo dos anos 1980, das concepções punk e pós-punk, adeptas de tons escuros, discurso niilista e uma certa agressividade, e que tinham o Madame Satã como base. Em seu lugar, entrava uma postura festiva, colorida, inclusiva e menos severa", que caracterizaria a noite paulistana até início dos anos 2010.

Naquela época, marcada pela epidemia da aids, "sair montado" ou dar sinais exteriores de sua orientação sexual ou de gênero era uma atitude de risco — muito maior que hoje. Dentro das boates, entretanto, a realidade era outra. Se, até os anos 1980, "as drag queens eram [...] estrelas de shows em bailes de Carnaval mais ousados ou boates gays", a partir dos anos 1990 elas "começaram a circular pelo chão da pista, inclusive em clubes que não eram gays, como Nation ou Massivo".

O livro faz também um bom retrato do surgimento do "techno" — inicialmente chamado "underground" — e do estranhamento causado pelo gênero no período. "Em geral, esses sons não eram entendidos de imediato; demandavam dedicação e imersão", escreve o autor.

"As referências sonoras chegavam a conta-gotas. [...] muito dessa música não fazia sentido para nossos ouvidos destreinados. Não tínhamos passado pela experiência de ouvi-la nas condições para as quais foi projetada: em espaços enormes, no meio de uma massa dançante quimicamente realçada."

Nisso, os DJS, figuras que começaram a ascender nos anos 1980, tiveram um papel fundamental, como mostra o autor. Entre eles, Felipe Venâncio, principal nome da house music brasileira, e o DJ Mau Mau, um dos nomes da popularização dos "afters" que surgiram a partir de meados da década de 1990.

A ascensão dessa cena noturna-matutina, que recomendava óculos escuros aos seus frequentadores, se deu num contexto em que "a música pesada, a fumaça, o uso de ecstasy", que substituiu a cocaína no pódio das drogas ilícitas, "e o horário avançado compunham uma experiência de desorientação sensorial que deixou alguns clubbers mais antigos deslocados". Por razões inexplicáveis, essa nova cena pouco incomodava a polícia — a boate Hell's, clássico do "after" dos anos 1990, era vizinha do 78º DP, nos Jardins.

"Bate-estaca" mostra também o impacto da noite na cultura. Para além da cultura musical da época, a noite de então influenciou a imprensa — a jornalista Erika Palomino assinou naquele período uma coluna na "Folha de S. Paulo" sobre a noite paulistana, que inspirou o livro "Babado forte". Como também a própria moda dos anos 1990. Nisso, conforme aponta o autor, se destaca o Mercado Mundo Mix, que reunia estilistas ligados à cultura clubber e conseguiu criar um nicho de mercado hoje impensável.

Diferentemente de outras obras do gênero, que costumam resumir a noite paulistana aos arredores da avenida Paulista, em "Bate-estaca" acompanhamos também a renovação da noite na zona leste de São Paulo — num contexto em que diferentes tribos dividiam a pista, algo inusual no início dos anos 1990.

Além disso, mostra a marcha noturna para bairros que apagavam suas luzes depois da novela das oito — caso da Vila Olímpia. Uma rotina que, ao que tudo indicava nos anos 1990, se tornaria um registro histórico da vida privada. Hoje, São Paulo dorme cedo em apartamentos cada vez menores — e mais caros — que tomaram o lugar das residências e casas noturnas.

Fio da Meada
Reforma: o IBS/CBS sobre o transporte internacional de passageiros
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Reforma tributária: reinvenção do Brasil
E2

TJSP
Condomínio indenizará por extravio de cartas
valor.globo.com/legislacao

Previdenciário Gilmar Mendes, que pediu vista, deve usar todo o prazo regimental de 90 dias

Desfecho do julgamento bilionário sobre reforma da Previdência pode ficar para 2025

Flávia Maia, Beatriz Olivon e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a validade das alíquotas progressivas da contribuição previdenciária dos servidores públicos, instituídas pela reforma de 2019, com impacto bilionário para a União, pode não ser concluído neste ano. O tema, segundo apurou o **Valor**, não estaria entre os prioritários do ministro Gilmar Mendes. Ele pediu vista e deve utilizar todo o prazo regimental para só então devolver o processo para a análise do colegiado, o que pode adiar o desfecho para 2025.

Mendes deve esperar o tema "decantar" entre os ministros, governo e sociedade. Nos bastidores, o que se diz é que não se esperava que a validação da reforma da Previdência de 2019 fosse tão controversa na Corte.

O ministro tem, no máximo, 90 dias a partir da publicação da ata de julgamento, que ocorreu em 24 de junho, para devolver o caso — a partir daí ele ainda precisa ser pautado pelo presidente do STF, o ministro Luís Roberto Barroso. O prazo para devolução, descontado o recesso, encerra-se em outubro, o que pode dificultar a retomada ainda em 2024, apesar de não inviabilizá-la.

Gilmar Mendes deve usar todo o tempo regimental para análise e tem mostrado sensibilidade sobre o potencial impacto financeiro que o julgamento poderá ter. Os casos prioritários para o ministro, neste momento, seriam a judicialização da saúde e o marco temporal das terras indígenas.

Quando o STF começou a julgar a validade de alguns pontos da reforma da previdência de 2019, no primeiro semestre, foi formada maioria sobre alguns itens, mas o placar ficou empatado em cinco votos a cinco na validade das alíquotas progressivas dos servidores públicos.

Antes da reforma da Previdência, os servidores federais contribuíam com uma alíquota fixa de 11%. Com a Emenda Constitucional nº 103, foi criado um sistema progressivo, em que os percentuais variam conforme a faixa salarial, começando em 7,5% para a faixa até um salário mínimo e chegando a 22% para a faixa acima de R$ 52 mil.

A lógica, segundo especialistas, seria a mesma do Imposto de Renda, e o objetivo foi tornar o sistema mais justo, ao cobrar uma alíquota efetiva maior de quem recebe salários mais altos. Também foi uma forma de aumentar a arrecadação previdenciária e reduzir o déficit do regime próprio. Em 12 meses, até o mês de maio, o rombo chegou a R$ 55 bilhões.

> "Quando o STF julga, destrava milhares de processos"
> *Jane Berwanger*

A União não tem um cálculo específico de impacto para as contas públicas sobre esse dispositivo em julgamento no Supremo. Mas, ao todo, as ações envolvendo a reforma de 2019 — o que inclui questionamentos às regras para servidores públicos e iniciativa privada (INSS) — têm um impacto estimado de R$ 497,9 bilhões. Esse valor considera todos os questionamentos em julgamento e alguns já foram reconhecidos como válidos, tanto que nem se tornaram objeto de debate.

Uma estimativa feita ao **Valor** por Paulo Tafner, economista e diretor-presidente no Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (Imds), aponta um impacto de R$ 300 bilhões para a União em dez anos. O especialista em Previdência ainda calculou dois riscos que elevariam esse número: o retorno para uma cobrança única de 11% (cobrada antes da reforma) e ações pedindo o ressarcimento dos valores cobrados desde 2020, quando o sistema progressivo foi instituído.

Até o momento, votaram pela inconstitucionalidade os ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e André Mendonça. Já o relator, Luís Roberto Barroso, votou pela constitucionalidade, sendo acompanhado por Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Nunes Marques.

Para Jane Berwanger, diretora de atuação judicial do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), o assunto deveria voltar à pauta logo porque é um tema que tem muitos processos vinculados. "Quando o STF julga, destrava milhares de processos que tramitam no Judiciário", afirma. Os ministros, acrescenta ela, estão tendo tempo suficiente para analisar e não são questões muito complexas, em termos de Direito.

DIVULGAÇÃO/STF

Gilmar Mendes: tema não estaria entre suas prioridades do segundo semestre

A progressividade das alíquotas para servidores públicos é o principal ponto em avaliação pelo Supremo que preocupa a União. Mas existem outros trechos da reforma da Previdência que foram questionados e cinco estiveram em discussão no Plenário do STF, todos referentes a servidores públicos. Já foi formada a maioria em quatro, o que pode levar a alterações na Previdência — se os ministros mantiverem os votos quando o julgamento for retomado.

Foi formada a maioria de votos quanto à inconstitucionalidade da previsão de que, quando houver déficit atuarial, a contribuição possa incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que superem o salário mínimo. Esse item foi implementado por diversos Estados e municípios.

A maioria dos ministros também votou pela invalidade da contribuição previdenciária extraordinária, caso as medidas anteriores para equacionar o déficit dos regimes não surtam efeito. Esse item ainda não foi adotado pela União nem pela maioria dos Estados e municípios.

A maior parte dos ministros também votou para derrubar a previsão de cálculo diferenciado do provento de mulheres no regime geral e no regime próprio dos servidores públicos e contra a revogação de aposentadorias de membros do Ministério Público e da magistratura que não tiveram o devido tempo de contribuição, por desconsiderarem anterior exercício da advocacia.

Justiça exclui PIS/Cofins da própria base de cálculo

Marcela Villar
De São Paulo

Uma liminar concedida pela Justiça Federal de São Paulo excluiu o PIS e a Cofins da própria base de cálculo. A decisão, do juiz federal Paulo Cezar Duran, da 10ª Vara Cível Federal de São Paulo, beneficia mais de 13 mil companhias associadas ao Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de São Paulo (Sindetur).

Essa é uma das filhotes da "tese do século", que excluiu o ICMS da base do PIS e da Cofins, e ainda será analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em repercussão geral (RE 1233096). O julgamento ainda não tem data marcada e tem impacto estimado de R$ 65,7 bilhões, segundo consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025.

No pedido, o Sindetur cita o acórdão do ICMS como fundamento. Para os contribuintes, assim como no caso do tributo estadual, as contribuições sociais não fazem parte do faturamento ou receita bruta das empresas, já que os valores apenas transitam no caixa e têm como destino os cofres públicos.

De acordo com o escritório VDR Advogados, que representou o Sindetur no caso ao lado do BVZ Advogados, a economia tributária com a exclusão dos impostos é de 3,65% sobre os rendimentos — esse é o percentual das alíquotas do PIS e da Cofins somadas no regime cumulativo.

Na decisão, o juiz Paulo Cezar Duran afirma que se a Lei nº 9.718/1998, que regulamenta o PIS e a Cofins, fosse interpretada de forma restritiva, seria legítima a inclusão do ICMS no cálculo do PIS e da Cofins (e, portanto, a do PIS e Cofins sobre a própria base). O dispositivo determina que a base dos tributos federais é "a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica", salvo as exclusões previstas na lei. Porém, acrescenta, o STF, na tese do século, deu outra interpretação.

DIVULGAÇÃO

> "Liminar garante vantagem competitiva às empresas de turismo"
> *Victor H. Di Ribeiro*

"Por se tratar de ônus fiscal, o valor correspondente ao ICMS não tem a natureza de faturamento, uma vez que não passa a integrar o patrimônio do alienante, quer de mercadoria, quer de serviço", diz Duran. "Não obstante os julgados tenham tomado por base o ICMS, o mesmo entendimento aplica-se igualmente ao PIS e à Cofins ante a similitude dessas exações e das suas naturezas, vale dizer, tributos que apenas transitam na contabilidade da empresa, sem configurar acréscimo patrimonial" (processo nº 5017166-31.2024.4.03.6100).

Alex de Araújo Vieira, sócio do VDR Advogados, afirma que a discussão não é nova, mas resolveu entrar com a ação pelo risco de modulação dos efeitos pelo STF, quando o tema for julgado. A modulação restringe a aplicabilidade de decisões e tem sido muito usada em âmbito tributário. No caso da "tese do século", por exemplo, a decisão favorável aos contribuintes só valeu para quem entrou com processo antes da data de início do julgamento.

Outro motivo, diz o advogado Victor Hugo Di Ribeiro, também do VDR, é garantir uma vantagem competitiva aos associados do Sindetur. "A margem do setor de turismo é muito pequena, então qualquer modificação tributária pode apresentar uma vantagem tributária e concorrencial bem relevante. Tudo que possa ser uma economia para os associados, a gente tem pensado em adotar", afirma.

Ambos defendem que a tributação não pode levar em consideração algo que não seja de fato faturamento da empresa. "A forma de cálculo que inclui o próprio valor do PIS e da Cofins como base é algo absolutamente contrário ao conceito de faturamento previsto no direito comercial", diz Alex Vieira, adicionando que o tema é muito similar à do tese do século e, por isso, a "expectativa é muito positiva" em relação ao julgamento do Supremo que está por vir.

A relatoria da tese filhote é da ministra Cármen Lúcia. Mesmo sendo semelhante à tese do século, é difícil prever se a composição atual do STF daria vitória aos contribuintes, segundo advogados. No julgamento envolvendo o ICMS, em 2017, o placar foi de 6 a 4, mas já saíram os ministros Celso de Mello, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio e Rosa Weber, que deram voto favorável às empresas. Eles foram substituídos pelos ministros Nunes Marques, Cristiano Zanin, André Mendonça e Flávio Dino, respectivamente. Os outros dois votos favoráveis aos contribuintes foram da relatora, também Cármen Lúcia, e Luiz Fux. Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli e Gilmar Mendes votaram de forma favorável à União.

Na segunda instância, segundo Maurício Faro, sócio do BMA Advogados, "os tribunais estão se posicionando de maneira desfavorável". Ele cita um caso em que atuou, envolvendo uma atacadista, que teve sentença revertida em segunda instância. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), com sede no Rio de Janeiro, acrescenta, tem dado decisões para os dois lados, mas a maioria é contra os contribuintes.

Segundo Frederico Bastos, sócio do BVZ Advogados, as decisões desfavoráveis entendem que a tese do século não se aplica ao PIS e a Cofins por serem tributos distintos e que não haveria vedação legal para incidência de um tributo sobre ele mesmo.

"Há decisões que entendem que, ao contrário do ICMS ou do ISS, que podem ser destacados na nota fiscal e seu valor total repassado ao consumidor final, o PIS e a Cofins são consideradas receitas tributárias do próprio contribuinte, portanto, sua exclusão só seria possível se esses tributos incidissem sobre a receita líquida e não sobre a bruta", diz.

Ele diz que existem ao menos outras seis teses filhotes: uma os contribuintes venceram (ICMS-ST na base do PIS e da Cofins), outra perderam (ICMS na base do IRPJ e CSLL) e outras quatro ainda serão julgadas — a do PIS e Cofins sobre a própria base, do ISS na base do IRPJ e CSLL presumidos, a do PIS e da Cofins sobre a base do ISS e a do ISS na base do PIS e da Cofins, pautado para agosto.

Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que o TRF-3 tem sido "unânime em acatar o entendimento" do órgão. "A Fazenda Nacional trabalhou para demonstrar ao Supremo Tribunal Federal que as sistemáticas tributárias do PIS e da Cofins são distintas daquela aplicada ao ICMS, que pode ser destacado. Desse modo, a PGFN espera que o STF julgue o Tema 1067 utilizando lógica diversa da que foi empregada no julgamento do Tema 69", diz.

Destaque

Vícios na construção

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por unanimidade, que é cabível a inversão do ônus da prova em ação que discute vícios na construção de imóvel adquirido por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O colegiado considerou haver evidente assimetria técnica, informacional e econômica entre as partes — um condomínio e o banco que financiou a construção. Um condomínio residencial composto por beneficiários do PMCMV, destinado a pessoas de baixa renda, ingressou com ação contra a Caixa Econômica Federal (CEF), pedindo indenização de danos materiais por causa de vícios de construção nas áreas comuns do imóvel. Na ação, o condomínio solicitou a inversão do ônus da prova, com fundamento no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), alegando hipossuficiência financeira e técnica para arcar com a produção da prova. Nas instâncias ordinárias, o pedido foi negado sob a justificativa de que a inversão do ônus probatório não é automática nas relações de consumo, devendo ser analisada diante do caso concreto. Considerou-se que a prova pretendida pelo condomínio não seria inacessível ou de difícil obtenção, a ponto de justificar a inversão. No STJ, porém, a relatora do caso, ministra Nancy Andrighi, considerou que, como o condomínio é integrado por beneficiários do PMCMV, estaria evidente a dificuldade econômica para arcar com os custos de uma perícia técnica ou de outros meios de prova que demonstrem os vícios na construção (REsp 2097352).

Reforma tributária: reinvenção do Brasil

Opinião Jurídica

Tércio Sampaio Ferraz Junior

A reforma tributária, como sabemos, previu que a nova tributação sobre o consumo seria criada nos moldes de um Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), através da cobrança de dois tributos distintos: a Contribuição de Bens e Serviços (CBS), a cargo da União, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a cargo dos Estados, municípios e Distrito Federal. Diante da reformulação a que se assiste hoje no constitucionalismo contemporâneo, o advento da reforma tributária que instituí o IVA dual ganha outra perspectiva.

Destaque-se aí uma homogeneidade que não institui um Estado federal de decisões fragmentadas, mas uma federação em que o objetivo político, econômico e social deve instaurar uma cooperação entre as unidades federadas.

Cooperação exige colaboração como fator de desenvolvimento. Não uma colaboração a partir de limites e exclusões, mas uma colaboração de interdependência, na qual às partes devem ser asseguradas condições básicas para se desenvolverem como um todo. A exigência de remover desigualdades básicas geradas por condições econômicas adversas, numa região ou num setor, ganha o sentido de serem compensadas num regime de equilíbrio ponderado.

Em termos de federalismo, a união indissolúvel (soberania) atribuída expressamente à ação da União e a cooperação e a ação dos entes federados como exercício de autonomia cooperativa ganham outra perspectiva. Nesse sentido, a valorização da cooperação como o fito de associar permanentemente forças ativas, com exclusão de autonomias rivais fora de qualquer cálculo de razoabilidade, mas, sobretudo com a exclusão de inflexibilidades, como se o interesse comum só pudesse ser constituído em nome de autonomias infensas de qualquer interrelação. Donde a presença do princípio da diferença, mas com o dever de compreender as razões dos outros, com o acento não em proibições, mediante segregações compartimentadas, mas no reconhecimento da importância de normas permissivas e do instrumento autorizativo como núcleo estrutural das relações federativas.

Isso repercute diretamente na percepção da federação. O Estado-membro não deixa de ser um conjunto de órgãos e atividades que, ao lado dos entes privados da sociedade civil, tem subsistência própria. Essa atuação, de um lado, sobre os bloqueios normativos do Estado de Direito (limites ao poder de tributar, descentralização de recursos, garantias de liberdade do cidadão). Mas, de outro, exige cada vez mais funções positivas: prestar serviços públicos, repensar setores, executar políticas de desenvolvimento.

Ora, se atentarmos para a complementação exigida pela Constituição entre Estado Democrático de Direito e federalismo de cooperação, ganham sentido constitucional os dispositivos que regulam a estrutura organizacional do IBS/CBS e o princípio federativo.

Lido seus princípios em consonância com preceitos de organização, dentre os quais estão os da ordem econômica no ponto referente às funções do Estado, chega-se a um patamar hermenêutico diante do qual nada obsta que a reforma tributária esteja adequada ao princípio federativo enquanto conjugação de dois ideais: autonomia e cooperação, donde a exigência de uniformidade.

Chama a atenção a reforma efetuada quando, após a discriminação dos tributos de competência dos entes federados, o estabelecimento de uma nova Seção, Seção V-A, voltada para um imposto de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e municípios.

O uso da expressão compartilhada traz uma inovação doutrinária significativa na percepção da federação. Embora esteja previsto que cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica, os novos tributos terão legislação única e uniforme em todo o território nacional e haverá um Comitê Gestor do IBS que arrecadará o tributo e distribuirá o produto da arrecadação ao ente federativo de destino das operações.

Ora, na linha do federalismo cooperativo, o que se sublinha é, assim, o princípio estrutural da igualdade no exercício da cooperação e da solidariedade, como perfil da unidade.

Pode-se dizer, em suma, que, ao exigir-se deliberação conjunta no Comitê Gestor, mantém-se o princípio da diferença e o dever de unidade que informa a federação solidária. Não se trata de decisão unitária e superior, apenas de deliberação conjunta. O que, afinal, sustenta a autonomia dos entes estaduais e municipais em face da União.

Ao invés de um princípio geral (organizacional) que norteia a repartição de competência entre as entidades componentes do Estado federal com a predominância de interesses (geral, regional e local), caminha-se para a realocação de competências tributárias em sede de uma lei complementar uniforme para os entes federados, enquanto partes cooperativas.

Com isso, sublinhe-se, enfim, o papel da reforma tributária na reinvenção do Brasil. Certamente essa transformação normativa, que repercute na percepção doutrinária de um constitucionalismo reformulado para os novos tempos, não é a única nem mesmo o principal efeito da reforma tributária enquanto reinvenção do Brasil. Mas é, certamente, uma inflexão significativa na direção de novas responsabilidades prospectivas, preocupadas com a consecução de finalidades políticas contidas no perfil constitucional da Constituição de 1988.

Tércio Sampaio Ferraz Junior é professor titular aposentado da Universidade de São Paulo e professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

---

Colmar Incorporadora Ltda.

CNPJ/MF nº 37.969.004/0001-92 – NIRE 35.236.211.128 | **Ata de Reunião de Sócios**

Em 07/08/2024, às 10h00, na sede da Sociedade, com a totalidade dos sócios. **Mesa:** Presidente, Flávio Ernesto Zarzur; Secretário, Roberto Mounir Maalouli. **Deliberações: (i)** Aprovado o **aumento** do capital social **de** R$ 202.636.306,00 **para** R$ 203.403.306,00; **(ii)** Aprovada a **redução** do capital social, **de** R$ 203.403.306,00 **para** R$ 191.526.152,00, sendo as quotas canceladas da sócia **EZ INC**, renunciando a sócia **Valentina** o seu direito de cancelamento de quotas; e **(iii)** Aprovada a alteração do contrato social e publicação deste extrato, para os devidos fins. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado, foi esta ata lavrada.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 370ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21G0637148) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 17 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 370ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 370ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de julho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **06 de setembro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **17 de setembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 370ª Série da 1ª Emissão – (IF 21G0637148), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 07 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

megaleilões — EDITAL DE LEILÃO ON-LINE

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**, inscrito no CNPJ sob nº 52.568.821/0001-22, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** São Paulo-SP. Vila Gomes Cardim. Rua Cantagalo, nº 74 esquina com Rua Coelho Lisboa, nº 434. Escritório 1010, no 10º andar do Bloco "B" do Edifício Nave Offices Towers, integrante do Conjunto Comercial Silvio Romero Plaza, com direito a 01 vaga de garagem ESCRITÓRIO. Área privativa 47,55m² (sala) e 21,70m² (vaga). Matr. 157.683 do 9º RI Local. Obs.: (i) Ocupada (AF). **1º Leilão:** 22/08/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 726.052,55. **2º Leilão:** 27/08/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 572.025,17. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma **www.megaleiloes.com.br.** Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.bradesco.com.br** e **www.megaleiloes.com.br**. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

(11) 3149-4600 | www.megaleiloes.com.br

AIG RESSEGUROS BRASIL S.A.

CNPJ nº 13.525.547/0001-52 - NIRE nº 35.300.392.965

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 07/06/2024

Data, Hora e Local: Aos 07/06/2024, às 11h, na sede social da Companhia. **Quórum:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Convocação**: Dispensada. **Mesa:** Presidente: Thomas Kelly Batt (Diretor da acionista AIG Seguros Brasil S.A.); Secretário: Dr. Fabrício Ferrigno Toledo de Oliveira (Advogado). **Deliberações:** Por unanimidade dos acionistas: **1)** Eleger, *ad referendum* da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), para compor a Diretoria da Companhia, com mandato até 30.03.2026 e remuneração nos termos definidos na AGO de 28.03.2024, o Sr. **Rodrigo Cardoso Valadares**, RG nº 62.727.146-7, SSP-SP, CPF nº 062.023.326-54, para o cargo de Diretor sem designação específica. **2)** Ratificar a composição da Diretoria, com mandato até 30.03.2026: • Thomas Kelly Batt – Diretor-Presidente; • Fernando Borges Porelo – Diretor; • Luis Ricardo Souza de Almeida – Diretor; • Hercules de Paiva Ferreira Pascarelli – Diretor; e • Rodrigo Cardoso Valadares – Diretor. **3)** Ratificar a designação de Diretores responsáveis por áreas perante a SUSEP, conforme se relaciona a seguir: **- Funções de caráter executivo ou operacional: i) Sr. Thomas Kelly Batt:** Diretor responsável pelas relações com a SUSEP; **ii) Sr. Rodrigo Cardoso Valadares:** Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234 e Res. CNSP nº 432); **iii) Sr. Hercules de Paiva Ferreira Pascarelli:** Diretor responsável administrativo-financeiro; **iv) Sr. Hercules de Paiva Ferreira Pascarelli:** Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; **v) Sr. Luis Ricardo Souza de Almeida:** Diretor responsável pelo Sistema de Registro de Operações (Res. CNSP nº 383). **- Funções de caráter de fiscalização ou controle: i) Sr. Fernando Borges Porelo:** Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98 (Circulares SUSEP nº 234 e nº 612); **ii) Sr. Fernando Borges Porelo:** Diretor responsável pelos controles internos (Res. CNSP nº 416); e **iii) Sr. Fernando Borges Porelo:** Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. SP (SP), 07/06/2024. **Thomas Kelly Batt - Presidente da Mesa. Fabrício Ferrigno Toledo de Oliveira - Secretário da Mesa. JUCESP** nº 296.178/24-0 em 01/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

megaleilões — EDITAL DE LEILÃO ON-LINE

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A.**, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** São Paulo-SP. Bairro Vila Lourdes. Estrada Dom João Nery, nº 819 (no local e lançado no Cadastro Municipal consta o nº 3.988). Apto. 162 no 16º andar do Bloco "A" do Condomínio Residencial Andorinhas, vinculado a vaga nº 48 na garagem. Apartamento. Área privativa edificada 46,175m² e área privativa descoberta 23,625m². Matr. 179.083 do 7º RI local. Obs.: (i) Regularização e encargos perante os órgãos competentes, para averbação da atual numeração predial, se entender necessário, correrão por conta do Comprador; (ii) Ocupado (AF). **1º Leilão:** 22/08/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 462.487,45. **2º Leilão:** 27/08/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 309.254,72. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma **www.megaleiloes.com.br.** Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.bradesco.com.br** e **www.megaleiloes.com.br**. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

(11) 3149-4600 | www.megaleiloes.com.br

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00360766722024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90043/2024.
Nº Processo: 024.00053372/2024-37.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 09 (nove).
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 09/08/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 12/08/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 22/08/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PRESIDENTE EPITÁCIO

PROC. 045/2024 – Pregão Eletrônico Nº 018/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO – 2ª EDIÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 018/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de Mobiliário Escolar, para atender a demanda da Secretaria de Educação.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **29/08/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 09 de agosto de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Leonardo Menezes Trombeta – Secretário de Educação e Esportes.**

PROC. 049/2024 – Pregão Eletrônico Nº 019/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO – 2ª EDIÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 019/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada contratação de empresa especializada em prestação de serviços de equoterapia, para atender a demanda Secretaria de Saúde.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **30/08/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 09 de agosto de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Marcírio Agustinho Vera Rolim – Secretário de Saúde.**

PROC. 106/2024 – Pregão Eletrônico Nº 049/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO – 2ª EDIÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 049/2024, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório para a aquisição de motocultivadores, arados sulcadores e carretas, através de Emenda Parlamentar do Deputado Simão Pedro nº 2024.286.55867.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **03/09/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 09 de agosto de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Roberto Gallego Filho – Secretário de Agricultura.**

COMUNICADO

Despacho Coordenador 07/08/2024
024.00049143/2024-18
INTERESSADO: Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador
ASSUNTO: Contratação de Empresa Brasileira de Telégrafos - ECT

Tratam os autos a respeito da contratação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme solicitação constante no Documento de Formalização de Demanda DFD 0026675702. À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0035747155, cujos termos acolho, **AUTORIZO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 18/2024,** com fundamento no disposto "caput" e inciso do artigo 74, da Lei 14.11/2021, bem como a contratação, ora pretendida, por intermédio da **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - CNPJ: 34.028.316/00031-29,** no valor total de **R$ 579.000,00 (quinhentos e setenta e nove mil reais)** para o período de doze meses.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00360431952024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90004/2024.
Nº Processo: 024.00042459/2024-89.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 09 (nove).
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 09/08/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 12/08/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 22/08/2024 às 13h30min no site: www.gov.br/compras.

PECINI LEILÕES — EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

DATA: 1º Público Leilão 20/08/2024 às 11h00 | 2º Público Leilão 27/08/2024 às 11h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **GOLD CUBA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.** - CNPJ nº 09.498.143/0001-40, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 11, DA QUADRA "I", DO LOTEAMENTO "RESIDENCIAL FLÁVIA"**, Campinas/SP. **ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 215,82m²**. Medidas e confrontações: Frente para a Rua 09, medindo em curva 10,60m e segue em linha reta com 2,60m; do lado direito, confronta com o Lote nº 12, medindo 18,00m; nos fundos, confronta com os Lotes nºs 09 e 10, medindo 16,08m; do lado esquerdo, confronta com a Rua 05, medindo 13,48m. Matrícula nº 181.969 do 3º CRI de Campinas/SP. Cadastro Municipal nº 3362.41.64.0109.00000. Consolidação da propriedade: 19/07/2024. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 251.317,90. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 466.105,78**. **Ônus do Arrematante: i)** pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** custas cartoriais, impostos e taxas para lavratura/registro da escritura, certidões (inclusive da vendedora); **iii)** quitação dos débitos de IPTU vencidos antes e após os leilões; **iv)** observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; **v)** custas/despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; **vi)** custas e despesas com eventual desocupação; **vii)** venda *ad corpus*. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Ficam os Devedores Fiduciantes **BENEDITO GOMES DOS SANTOS –** CPF: 025.077.728-24 e **MARIA TEREZA DOS SANTOS –** CPF: 336.642.068-51, comunicados e intimados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal da Pecini Leilões, não podendo alegar desconhecimento. Informações:** www.pecinileiloes.com.br. **E-mail:** contato@pecinileiloes.com.br **Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

SILVEIRA LEILÕES — EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DATAS: 1º LEILÃO: 26/AGOASTO/2024, ÀS 15:00h | 2º LEILÃO: 27/AGOSTO/2024, ÀS 15:00h – LEILÃO ONLINE

MARCELO EMÍDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, n.º 187, sala 01, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **RESERVA RIVIERA REALIZAÇÕES IMOBILIÁRIAS SPE LTDA.,** inscrita no **CNPJ/RFB sob nº39.998.056/0001-12**, **venderá** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da LF n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Bem Imóvel, com Parcelamento, Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária em Garantia e Simultânea Anuência para Promessa de Cessão de Créditos do Loteamento Reserva Riviera, celebrado na cidade de Campinas/SP em 01 de abril de 2022, o seguinte **IMÓVEL**: **LOTE Nº 05 DA QUADRA G,** do loteamento **RESERVA RIVIERA**, no município de Campinas/SP**,** com a seguinte descrição: de quem do cento do lote olha a rua de frente, mede 7,50m de frente para a Rua 1; 19,00m do lado direito, confrontando com o Lote 6; nos fundos em 7,50m confronta com o imóvel registrado sob matricula de nº 138.467 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP, 19,00m do lado esquerdo confrontando com o lote 4 perfazendo uma área total de 142,50m2. Matrícula imobiliária nº 146.744 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP. CCM:3162.23.07.0254.00000. Consolidação da propriedade 26/07/2024**. VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 247.468,98. 2º LEILÃO: R$ 263.661,33.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que se vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está desocupado não existindo construções. Eventual ocupação irregular de desconhecimento da Comitente, desocupação à cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Fica a Fiduciante, **Thamires Aparecida Lopes, CPF:386.510.558-03,** comunicada das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível na plataforma eletrônica da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel, eventuais ônus e ações judiciais em andamento. À Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

SETASC - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO E ALTERAÇÃO DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024/SETASC
PROCESSO Nº 0004686/2024

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania do Estado de Mato Grosso – SETASC-MT, por meio de seu pregoeiro oficial, designado pela Portaria nº 097/2023/SETASC, torna público, nos termos da Lei nº 14.1333 de 2021 e do Decreto Estadual 1.525/2023, que o pregão em epígrafe, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO CASAMENTO ABENÇOADO, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT**, teve a sua sessão de abertura prorrogada para a data de 22/08/2024 às 09h00min.

O edital foi alterado, sendo publicado novamente e devendo ser analisado por todos os interessados. Propostas poderão ser enviadas até as 08h45min da data do dia da sessão, sendo que, propostas eventualmente enviadas, anterior data deste aviso, deverão ser reenviadas, atendendo as alterações.

TELEFONES:
Informações sobre o pregão: (65) 94862-9666;
Suporte técnico ao SIAG: 0800-7222701 / (67) 3303-2730 / (67) 3303- 2702

SITE DA REALIZAÇÂO: http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/

***Todos os horários deste aviso são referentes ao horário de Cuiabá-MT (-1 hora de Brasília)**

Cuiabá-MT, 07 de agosto de 2024.
Marcos Alexandre Pereira Stocco
Pregoeiro

megaleilões — EDITAL DE LEILÃO ON-LINE

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**, inscrito no CNPJ sob nº 52.568.821/0001-22, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** São Paulo-SP. Vila Mendes. Rua Pascoal Ranieri Mazzilli, nº 233. Apto. 54 no 5º andar da Torre 1-Edifício Pitangueira, integrante do Condomínio Avanti Vida, com direito a 01 vaga coberta ou descoberta, para guarda e estacionamento de 1 veículo de passeio de pequeno porte, em local indeterminado da garagem coletiva do condomínio, com emprego de manobrista/garagista Apartamento. Área privativa 46,09m². Matr. 196.889 do 6º RI Local. Obs.: (i) Ocupado (AF). **1º Leilão:** 22/08/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 310.000,00. **2º Leilão:** 27/08/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 186.000,00**. Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma **www.megaleiloes.com.br.** Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.bradesco.com.br** e **www.megaleiloes.com.br**. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

(11) 3149-4600 | www.megaleiloes.com.br

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 336ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21G0048448) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 17 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

[illegible]

São Paulo, 07 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ nº 61.529.343/0001-32 – NIRE 35.300.053.800

Ata da Reunião Ordinária da Diretoria realizada em 20.6.2024

Aos 20 dias do mês de junho de 2024, às 14h, reuniram-se na Sede Social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 6º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, e por videoconferência, os membros da Diretoria da Companhia. Confirmada a existência de "quórum" legal de instalação, assumiu a presidência dos trabalhos o senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, que convidou o senhor Antonio Campanha Junior para Secretário. Dando início à reunião, os diretores deliberaram pagar, conforme disposições estatutárias e legais, Juros Sobre o Capital Próprio Intermediários (JCP Intermediários) relativos ao primeiro semestre de 2024, no valor de R$105,968412290 por lote de mil ações, beneficiando os acionistas que estiverem inscritos nos registros da Sociedade nesta data (20.6.2024). Em seguida, a senhora Patrícia Soares Martil, que conduziu a apresentação, esclareceu que: i. o pagamento será efetuado até 31.1.2025 pelo valor líquido de R$90,073150446 por lote de mil ações, considerando a dedução do Imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento), nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 9º da Lei nº 9.249/95, exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados da referida tributação, que receberão pelo valor declarado, por meio de crédito em conta corrente mantida no Banco Bradesco S.A.; ii. serão computados no cálculo do dividendo mínimo obrigatório do exercício previsto no Estatuto Social. Participaram, também, da apresentação, os senhores Cassiano Ricardo Scarpelli e Oswaldo Tadeu Fernandes. ***Quórum das Deliberações:*** Unanimidade de votos.

....

....

Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a participação de todos e determinando a lavratura desta Ata que, aprovada pelos Diretores participantes, será encaminhada para assinatura eletrônica, registrando-se a ausência do senhor Maurício Machado de Minas. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Milton Matsumoto, Denise Aguiar Alvarez, Rubens Aguiar Alvarez e Alexandre da Silva Glüher. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações**. a) Antonio Campanha Junior - Secretário. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 266.143/24-6 em 16.7.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ/ME nº 03.237.583/0001-67 - NIRE 35.300.391.781

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2024

[illegible] ... ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei, e, extraordinariamente ... [illegible] ... no mínimo a presença dos Acionistas titulares dos votos exigidos para a sua deliberação válida, nos [illegible] ... no contexto de uma operação ou de uma série de operações relacionadas, em um período igual ou inferior a 1) ano, exceto se já previsto de forma específica no orçamento e/ou no plano de negócios; (xvi) celebração de contratos e/ou quaisquer negócios jurídicos de parceria comercial, exceto se contratada no curso normal dos negócios, ou formação de joint venture contratual, inclusive consórcio; (xvii) qualquer operação com qualquer parte relacionada; (xviii) nomeação ou destituição de empresa avaliadora ou de auditor independente; (xix) contratação de endividamento de modo que o endividamento total da Companhia se torne igual ou superior a 3 vezes a razão entre a dívida líquida sobre EBITDA; (xx) constituição de ônus sobre os bens ou direitos da Companhia em valor seja igual ou superior a R$ 5.000.000,00, no contexto de uma transação, em um único ato ou série de atos relacionados, em um período igual ou inferior a 1 ano; ou que não sejam ônus decorrentes de garantia mutuamente acordado pelos Acionistas no contrato de financiamento específico; ou no cumprimento do curso normal dos negócios; (xxi) alteração de práticas contábeis, exceto das que decorram de alteração de Lei ou de normas do Comitê de Pronunciamento Contábil; (xxii) ingressar com ações judiciais ou celebrar acordos em processos administrativos ou judiciais quando envolverem valor igual ou superior a R$ 1.000.000,00 ou que envolvam questões reputacionais e que representem risco à imagem da Companhia; ou aderir a programas de parcelamentos, como REFIS e similares, que envolvam valores superiores a R$ 1.000.000,00; (xxiii) celebração ou rescisão de contratos não especificados anteriormente em valor igual ou superior a R$ 5.000.000,00 no contexto de uma operação, em um único ato ou em uma série de atos relacionados, em um período igual ou inferior a 1 ano, exceto se já previsto de forma específica no Orçamento e/ou no Plano de Negócios; (xxiv) aprovar políticas de aplicação geral da Companhia; (xxv) qualquer deliberação acima envolvendo uma investida da Companhia, para fins de orientação do voto da Companhia nos órgãos de governança da investida; (xxvi) criação de subsidiárias da Companhia; e (xxvii) qualquer deliberação anterior envolvendo uma investida da Companhia. **Capítulo IV - Da Administração - Artigo 14.** [illegible] ... nomear o liquidante, e determinar as condições e modo de liquidação.

COPA ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 03.237.583/0001-67 - NIRE 35.300.391.781

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2024

[illegible]

COPA ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 03.237.583/0001-67 - NIRE 35.300.391.781

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2024

[illegible]

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 432ª, 433ª E 434ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 22A1171641 / 22A1171643 / 22A1171644) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 10 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 432ª, 433ª e 434ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 432ª, 433ª e 434ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de janeiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **30 de agosto de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **10 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 432ª Série da 1ª Emissão – (IF 22A1171641 / 22A1171643 / 22A1171644), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 07 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 378ª E 379ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21I0140051/21I0148113) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 17 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 378ª e 379ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 378ª e 379ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de setembro de 2021., ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **06 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **17 de setembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 378ª e 379ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21I0140051/21I0148113), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 07 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

2W ECOBANK S.A.

(nova denominação da 2W ENERGIA S.A.)

CNPJ/ME nº 08.773.135/0001-00 - NIRE 35.300.341.252

Edital de Convocação para a Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures, em Duas Séries, sendo a Primeira Série composta por Debêntures Conversíveis em Ações, e a Segunda Série composta por Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da 2W Ecobank S.A.

Ficam convocados pela **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), os senhores titulares de debêntures em circulação da primeira série ("Debenturistas") da 2ª (segunda) emissão de debêntures, em duas séries, sendo a primeira série composta por debêntures conversíveis em ações, e a segunda série composta por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, da 2W Ecobank S.A., com sede social na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1.240, Torre A, Edifício Morumbi Golden Tower, 27º Andar, Sala 2.701, Vila São Francisco (Zona Sul), CEP 04711-130, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Emissão", "Debêntures" e "Companhia", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures, em Duas Séries, sendo a Primeira Série Composta por Debêntures Conversíveis em Ações, e a Segunda Série Composta por Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da 2W Energia S.A.*", celebrado em 24 de novembro de 2021 (conforme aditada de tempos em tempos, "Escritura de Emissão"), entre a Companhia, o Sr. Ricardo Lopes Delneri ("Ricardo"), o Sr. Claudio Ribeiro da Silva Neto ("Claudio"), o Sr. Maurício José Palmieri Orlandi ("Maurício" e, em conjunto com Ricardo e Claudio, os "Fiadores") e o Agente Fiduciário, com interveniência da Sra. Flavia Abreu Ribeiro ("Flavia") e da N.I.I. Participações S.A. ("NII Participações"), para se reunirem em assembleia geral de debenturistas ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, **no dia 09 de setembro de 2024**, às 15:00 horas, conforme cláusula 11.4. da Escritura de Emissão, de modo exclusivamente digital e remoto, através da plataforma "Microsoft Teams" nos termos do art. 71, § 2º, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre a seguinte. **ORDEM DO DIA**: *(1) aprovar* a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da cláusula 8.28.I.(x) da Escritura de Emissão, em função do descumprimento, pela Companhia, da obrigação de apresentação da **(a)** cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas pelo Auditor Independente, relativas ao exercício social encerrado em 2023, preparadas de acordo com a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e do relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pela Companhia, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstrem o cálculo dos Índices Financeiros referentes ao exercício social encerrado em 2023; bem como da **(b)** cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia objeto de revisão limitada pelo Auditor Independente referentes aos trimestres encerrados em dezembro/2023, março/2024 e, se aplicável, em junho/2024, em caso de descumprimento desta obrigação até a data de realização da Assembleia, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pela Companhia, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstrem o cálculo dos Índices Financeiros, nos termos das cláusulas 9.1(a)(i), 9.1(a)(ii) e 9.1(m) da Escritura de Emissão ("Não Entrega das Demonstrações Financeiras"). **Informações Gerais:** 1. Os Debenturistas interessados em participar da Assembleia por meio da plataforma "Microsoft Teams" deverão solicitar o cadastro para o Agente Fiduciário através dos endereços eletrônicos agentefiduciario@vortx.com.br e ahg@vortx.com.br, com antecedência de até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, manifestando seu interesse em participar da Assembleia e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá conter (a) quando pessoa física: documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando fundo de investimento: cópia digitalizada do último regulamento consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia e documento de identidade válido com foto do representante legal; e (d) quando representado por procurador: além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração (i) com poderes específicos para sua representação na Assembleia, válida e outorgada há menos de 1 (um) ano contado da data da convocação deste Edital, obedecidas as condições legais, acompanhado de documento de identidade válido com foto do outorgante; (ii) contendo indicação do lugar onde foi assinada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos; (iii) com o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma; e (iv) para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante, não havendo margem para o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Na deliberação da ordem do dia da Assembleia, será levado em consideração o total de Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) da respectiva série. 2. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pelo Agente Fiduciário, após o Cadastro, o Debenturista receberá, até 24 horas antes da Assembleia, as instruções para acesso à plataforma. 3. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Agente Fiduciário, através dos e-mails agentefiduciario@vortx.com.br e ahg@vortx.com.br. 4. O Agente Fiduciário reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. 5. Na data da Assembleia, o link de acesso à plataforma estará disponível a partir de 10 (dez) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da Assembleia, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da Assembleia, não será possível o ingresso do Debenturista na Assembleia, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, o Agente Fiduciário recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 10 (dez) minutos de antecedência. 6. O Agente Fiduciário ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência, bem como não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle do Agente Fiduciário. 7. Este Edital se encontra disponível na página do Agente Fiduciário (http://www.vortx.com.br). 8. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 07 de agosto de 2024.

INÊS 249

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 128ª E 129ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO (IF 19K1145398 E 19K1145463) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 128ª e 129ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 128ª e 129ª Séries da 4ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A.*", celebrado em 25 de novembro de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **3 de setembro de 2024, às 11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A sustação dos efeitos do vencimento antecipado automático dos Créditos Imobiliários e, consequentemente, do Resgate dos CRI, nos termos da Cláusula 4.7 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Vencimento Antecipado Automático previsto na Cláusula 6.1, item (i) da Escritura de Emissão de Debêntures, caracterizado pelo inadimplemento, pela Devedora de obrigação pecuniária, em decorrência do não pagamento dos Créditos Imobiliários, relativos ao mês de junho e julho de 2024. Sendo certo que, caso aprovada a presente matéria, os valores correspondentes ao pagamento dos Créditos Imobiliários referentes aos meses de junho e julho de 2024 serão incorporados nas demais parcelas de pagamento devidas a partir de agosto de 2024, alterando-se, portanto, o Cronograma de Pagamentos constante do Anexo I da Escritura de Emissão de Debêntures e do Fluxo de Pagamentos dos CRI constante do Anexo II do Termo de Securitização, que passará a vigorar, caso aprovada a presente Ordem do Dia, conforme Anexo II à Proposta da Administração que será disponibilizada pela Emissora, na mesma data de publicação deste Edital de Convocação, em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM, e que também constará como anexo à ata da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, fsp@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 128ª e 129ª Série da 4ª Emissão - IF 19K1145398 E 19K1145463), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, fsp@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação e deverá conter declaração a respeito da existência, ou não, de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a(s) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 09 de agosto de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00360438852024

UASG SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90041/2024.
Nº Processo: 024.00053241/2024-50.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 08 (oito).
Valor Total da Licitação: sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 09/08/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 12/08/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 22/08/2024 às 09h30 no site: www.gov.br/compras.

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

MAPFRE | RE BRASIL

MAPFRE RE DO BRASIL COMPANHIA DE RESSEGUROS

NIRE 35.300.363.582 - CNPJ/MF nº 01.396.770/0001-68

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 29 de março de 2024, às 10h00 na sede social da **MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Olimpíadas, 242, 5º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-000. **PRESENÇA:** Presentes os acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência o Sr. Ricardo Scacalossi Mariano, que convidou a Srta. Valdirene Veiga da Silva para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA: I - Assembleia Geral Ordinária:** Deliberar sobre (i) exame, discussão e aprovação das contas dos administradores, das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) destinação do lucro líquido apurado no Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) ratificação das designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") (iv) exame, discussão e aprovação da remuneração global dos administradores, nos termos do § 2º, art. 6º, do Estatuto Social; (v) ratificação da remuneração paga aos administradores pela Companhia no exercício social de 2023. **II - Assembleia Geral Extraordinária:** Deliberar sobre (i) deliberar sobre a proposta da Administração de pagamento de juros sobre o capital próprio da Companhia; (ii) outros assuntos de caráter extraordinário. **Publicações:** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores independentes, referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023, foram publicados nos jornais "Valor", na edição do dia 27 de fevereiro de 2024, páginas E3 a E6 e "Valor - versão Digital", na edição do dia 27 de fevereiro de 2024, no endereço https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/27/MAPFRE157456127022024.pdf, conforme Hash: 17089792815f152b34d42b4b8185999f072aa3b5d0. **DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade e sem ressalvas: **I - Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Aprovar** o Relatório da Administração, as respectivas Demonstrações Financeiras, e Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Atuários Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii) Aprovar** a destinação do lucro líquido apurado no Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023 no valor de **R$ 77.761.919,00** (setenta e sete milhões, setecentos e sessenta e um mil, novecentos e dezenove reais), da seguinte maneira: **(a) R$ 3.888.095,95** (três milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, noventa e cinco reais e noventa e cinco centavos), representando 5% do lucro líquido apurado, para a Reserva Legal da Companhia, nos termos do art. 193, da Lei nº 6.404/1976; **(b) R$ 17.680.541,88** (dezessete milhões, seiscentos e oitenta mil, quinhentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos), a título de Juros Sobre o Capital Próprio, valor bruto sem o desconto do Imposto de Renda na alíquota de 15% (quinze por cento), cujo valor líquido de **R$ 15.028.460,64** (quinze milhões, vinte e oito mil, quatrocentos e sessenta reais e sessenta e quatro centavos) foi deduzido do valor dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme artigo 25 do Estatuto Social e decisão das Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em reunião em 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023, 29 de setembro de 2023 e 29 de dezembro de 2023; **(c) R$ 787.913,88** (setecentos e oitenta e sete mil, novecentos e treze reais e oitenta e oito centavos), a título de complemento dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme artigo 25 do Estatuto Social a ser pago a partir de 30/09/2024; **(d) R$ 55.405.367,29** (cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e cinco mil, trezentos e sessenta e sete reais e vinte e nove centavos), incrementando a conta de Reserva Especial para Futuro Aumento de Capital. **(iii) Ratificar** e readequar as designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), conforme segue:

DIRETOR RESPONSÁVEL	DESIGNAÇÕES ESPECÍFICAS
Ricardo Scacalossi Mariano	Diretor responsável **(a)** responsável pelas relações com a SUSEP (art. 1º, I, da Circular SUSEP nº 234/03)
Fredi Martins Curquejo	Diretor responsável **(a)** responsável Administrativo-Financeiro (art. 1º, III, da Circular SUSEP nº 234/03); **(b)** responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade previstos na Resolução CNSP nº 432/21; **(c)** responsável técnico (art. 1º, inc. II, da Circular SUSEP nº 234/03); **(d)** responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor (art. 2º, da Resolução CNSP nº 432/21); **(e)** responsável pelo Registro das Operações de Resseguros - SRO (art. 13, da Resolução CNSP nº 383/20).
Denia de Moura	Diretor responsável **(a)** responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98, nos termos das Circulares SUSEP nº 234/03 e 612/20; **(b)** responsável pelos controles internos da Companhia nos termos da Resolução CNSP nº 416/21; e, **(c)** responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes; nos termos da Carta-Circular SUSEP nº 1/2016/SUSEP-CGRAT.

(iv) Aprovar a remuneração global dos administradores, incluindo-se os benefícios de qualquer natureza e verbas de representação para o exercício social de 2024, em R$ 2.255.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil reais). Caso o diretor mantenha contrato de trabalho com a Companhia, sua remuneração será aquela prevista no respectivo contrato. Os diretores que porventura mantiverem contratos de trabalho com outras empresas do grupo econômico a que pertence a Companhia, serão somente remunerados por estas, nos termos dos respectivos contratos. **(v) Ratificar** a remuneração paga aos administradores pela Companhia no exercício social de 2023. **II - Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar**, por unanimidade, a proposta da Administração de PAGAMENTO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO, calculados com base nas demonstrações financeiras intermediárias do primeiro trimestre a findar em 31 de março de 2023, no valor total bruto de **R$ 4.942.909,47** (quatro milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, novecentos e nove reais e quarenta e sete centavos), do qual será retido o imposto de renda na fonte, à alíquota de 15% no montante de **R$ 741.436,41** (setecentos e quarenta e um mil, quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e um centavos), a ser feito aos Acionistas na proporção de suas participações no Capital Social, a saber: 1. O Acionista MAPFRE RE COMPAÑIA DE REASEGUROS S.A., **R$ 4.201.472,96** (quatro milhões, duzentos e um mil, quatrocentos e setenta e dois reais e noventa e seis centavos); 2. O Acionista MAPFRE ASSISTÊNCIA LTDA, **R$ 0,10** (dez centavos de reais). O valor líquido se encontrará na Tesouraria da sociedade, a partir de dezembro de 2024, à disposição dos Acionistas, os quais deliberaram, ainda, que o valor pago a título de Juros sobre Capital Próprio seja deduzido do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social e nos artigos 202 e seguintes da Lei 6.404/76 e ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária a se realizar no primeiro trimestre de 2025. **(ii)** Aprovar as seguintes deliberações de caráter extraordinário: **(a) Designar** que as funções da Auditoria Interna são realizadas e controladas pela Unidade de Auditoria Interna (UAI) do Grupo MAPFRE, conforme disposto no inc. II e III, do art. 41, da Resolução CNSP 416/21. **(b) Aprovar** como responsável pelo ambiente de Controle Interno, Conformidade e Estrutura de Gestão de Riscos, a Srta. Valdirene Veiga da Silva, brasileira, solteira, economista, da Carteira de Identidade RG nº 27.923.090-4 e inscrito no CPF/MF sob o nº 169.512.578-27, respondendo diretamente para a Diretora Sra. DENIA DE MOURA: (i) responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98 (art. 1º, IV, da Circular SUSEP nº 234/03 e 612/20); (ii) responsável pelos controles internos da Companhia nos termos da Resolução CNSP nº 416/21, (iii) responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes; nos termos da Carta - Circular SUSEP nº 1/2016/SUSEP - CGRAT. **(c) Aprovar** as seguintes normativas e/ou relatórios internos a serem seguidas peios colaboradores: (a) Manual de subscrição de 2024; (b) Relatório de efetividade de PLD-FT, conforme Circular SUSEP 612/2020; (c) Avaliação Interna de Risco 2024; (d) Norma de Controle do Limite de Cessão em Retrocessão. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes, **(a)** Ricardo Scacalossi Mariano - Presidente da mesa e Valdirene Veiga da Silva - Secretária da Mesa. Acionistas; **(b)** pp. MAPFRE RE COMPAÑIA DE REASEGUROS S.A. - Ricardo Scacalossi Mariano e Fredi Martins Curquejo; **(c)** p. MAPFRE ASSISTÊNCIA Ltda. - Fabiano Sardá e Felipe Costa da Silveira Nascimento. Esta é uma certidão fiel da Assembleia Geral Extraordinária da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros de 29 de março de 2024. São Paulo, 30 de abril de 2024. **Ricardo Scacalossi Mariano -** Diretor-Presidente, Presidente da Mesa; **Fredi Martins Curquejo -** Diretor Financeiro. **JUCESP nº 266.110/24-1 em 15/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 383ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21I0277499) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 27 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 383ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 383ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de agosto de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **06 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **27 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 383ª Série da 1ª Emissão – (IF 21I0277499), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 07 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 052/2024 – EDITAL 054/2024 – cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS EM GERAIS, PARA ATENDIMENTO DAS SECRETÁRIAS REQUISITANTES, CONFORME O ANEXO I DESTE EDITAL, NO PERÍODO DE 12 MESES.** O período de envio das propostas será a partir de 12/08/2024 até 22/08/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 22/08/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 12/08/2024. Ituverava-SP, 08 de agosto de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

Bartira Incorporadora Ltda.

CNPJ/ME nº 28.032.253/0001-66 – NIRE 35.235.035.989 | **Ata de Reunião de Sócios Quotistas**

Em 08/08/2024, na sede social, com a totalidade dos sócios. **Mesa:** Presidente, Marcelo Ernesto Zarzur; Secretário, Roberto Mounir Maalouli. **Deliberações:** (i) Aprovada a **redução** do capital social, **de** R$ 40.000.000,00, **para R$** 15.000.000,00, sendo as quotas canceladas da **FIT Casa**, renunciando a sócia **Valentina** ao seu direito de cancelamento de quotas; (iii) Aprovar a consolidação do Contrato Social e a publicação deste extrato. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta ata.

ânima EDUCAÇÃO

ÂNIMA HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 09.288.252/0001-32 - NIRE: 35.300.350.430

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 07 de Agosto de 2024 às 20:00 Horas

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 07 (sete) dias do mês de agosto de 2024, às 20:00 horas, por videoconferência, sendo considerada realizada na sede da **ÂNIMA HOLDING S.A.** ("**Companhia**") localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Harmonia, nº 1.250, 9º andar, Vila Madalena, CEP 05435-001. **2.** Convocação: A convocação foi dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, na forma do parágrafo 2º do artigo 13, do Estatuto Social da Companhia. **3.** Presenças: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo eles: Daniel Faccini Castanho (Presidente do Conselho de Administração), Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves, Ana Paula de Assis Bogus, Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Marcelo Barbalho Cardoso, Maurício Nogueira Escobar e Paula Maria Harraca. Presentes, também, membros da Diretoria da Companhia, bem como o Procurador Jurídico Geral da Companhia, João Batista Pacheco Antunes de Carvalho. **4.** Mesa Diretora: Sr. Daniel Faccini Castanho – Presidente. Sr. Heleno Carlos Fernandes – Secretário. **5.** Ordem do Dia: Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para, nos termos do artigo 14, alínea (xi) do Estatuto Social da Companhia, apreciar e deliberar sobre a: **(1)** realização da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia ("**Debêntures**"), no valor total de R$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais) ("**Emissão**"), nos termos do artigo 59, §1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), que serão objeto de oferta pública de distribuição, exclusivamente para Investidores Profissionais (conforme abaixo definidos), sob o rito de registro automático de distribuição de valores mobiliários, nos termos do artigo 26, inciso V, alínea "a", da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 160**"), da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei do Mercado de Valores Mobiliários**") e demais leis e regulamentações aplicáveis ("**Oferta**"); **(2)** a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à implementação e à realização da Emissão, bem como de eventuais aditamentos que se façam necessários à Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes contratos e eventuais aditamentos: **(a)** o "*Instrumento Particular da Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, sob o Rito Automático, da Ânima Holding S.A.*" ("**Escritura de Emissão**"), a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, e a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures ("**Agente Fiduciário**" e "**Debenturistas**", respectivamente); **(b)** o "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 6ª (Sexta) Emissão da Ânima Holding S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia e a instituição intermediária da Oferta ("**Coordenador Líder**" e "**Contrato de Distribuição**", respectivamente); e **(c)** os contratos com prestadores de serviço necessários à Emissão e à Oferta, inclusive, mas não se limitando, para contratação do agente de liquidação e do escriturador e eventuais documentos relacionados aos contratos necessários à Emissão, incluindo eventuais aditamentos; e **(3)** autorização à Diretoria e demais representantes legais da Companhia, inclusive procuradores, para que estes, discutam, negociem, celebrem e pratiquem todos os atos e adotem todas as medidas necessárias para a formalização da Emissão e a realização da Oferta, mediante celebração dos respectivos instrumentos e respectivos aditamentos, de acordo com os parâmetros descritos acima, mas não se limitando, à contratação de instituições financeiras e quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Emissão e à Oferta, e à prática de todos e quaisquer atos necessários à efetivação da Emissão e realização da Oferta, bem como ratificar os atos já praticados pela Diretoria nesse sentido, conforme aplicável. **6.** Deliberações: Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os Conselheiros presentes, por unanimidade de votos, sem reservas e/ou ressalvas, deliberaram: **(1)** pela aprovação da Emissão e da Oferta, de acordo com as seguintes características e condições principais (não exaustiva), que serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos a serem celebrados entre a Companhia e o Agente Fiduciário: (a) Número de Emissão: A Emissão representa a 6ª (sexta) emissão de Debêntures da Companhia; (b) Número de Séries: A Emissão será realizada em série única, a qual será objeto da Oferta; (c) Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 360.000 (trezentas e sessenta mil) Debêntures; (d) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R$360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("**Valor Total da Emissão**"); (e) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**"); (f) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a data a ser definida na Escritura de Emissão ("**Data de Emissão**"); (g) Data de Início da Rentabilidade: Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a primeira Data de Integralização das Debêntures (conforme abaixo definida) ("**Data de Início da Rentabilidade**"); (h) Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos pela Companhia com a Oferta serão destinados para usos corporativos ordinários e reforço de caixa; (i) Prazo e Data de Vencimento: Observado o disposto na Escritura de Emissão e ressalvadas as hipóteses de resgate decorrentes de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido) ou Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido), as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se na data a ser definida na Escritura de Emissão ("**Data de Vencimento**"); (j) Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica: As Debêntures serão depositadas para: **(i)** distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("**MDA**"), administrado e operacionalizado pela **B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3** ("**B3**"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e **(ii)** negociação no mercado secundário, observado o disposto na Escritura de Emissão, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("**CETIP21**"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; (k) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures; (l) Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; (m) Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, da Lei das Sociedades por Ações; (n) Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição (cada uma, uma "**Data de Integralização**"), pelo seu Valor Nominal Unitário na 1ª (primeira) Data de Integralização e, caso ocorra a subscrição e integralização de Debêntures em data diversa e posterior à 1ª (primeira) Data de Integralização, as Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Início da Rentabilidade (inclusive) até a data de sua efetiva integralização (exclusive) ("**Preço de Subscrição**"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. A Oferta está dispensada de utilização de documento de aceitação pelos Investidores Profissionais, nos termos do parágrafo 3º do Artigo 9º da Resolução CVM 160. As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, a exclusivo critério do Coordenador Líder, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures subscritas e integralizadas uma mesma Data de Integralização, nos termos do artigo 61 da Resolução CVM 160. A aplicação do ágio ou deságio será realizada em função de condições objetivas de mercado, a exclusivo critério do Coordenador Líder, incluindo, mas não se limitando a: **(i)** alteração na taxa SELIC; **(ii)** alteração na remuneração dos títulos do tesouro nacional; **(ii)** alteração na Taxa DI, ou **(iv)** alteração material nas taxas indicativas de negociação de títulos de renda fixa (debêntures, certificados de recebíveis imobiliários, certificados de recebíveis do agronegócio e outros) divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**"); (o) Forma e Procedimento de Colocação: As Debêntures serão objeto de distribuição pública, e serão registradas perante a CVM sob o rito de registro automático de distribuição, com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Distribuição, tendo como público-alvo exclusivamente Investidores Profissionais, sob o regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures; (p) Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento: Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo Coordenador Líder, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação da demanda das Debêntures perante os Investidores Profissionais ("**Coleta de Intenções de Investimento**"); (q) Público-alvo da Oferta: O público-alvo da Oferta é composto exclusivamente por investidores profissionais, conforme definidos nos artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada ("**Resolução CVM 30**" e "**Investidores Profissionais**", respectivamente), observado que os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do órgão de governo competente na esfera federal, conforme previsto no artigo 13 da Resolução CVM 30 ("**Público-Alvo**"); (r) Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, não será atualizado monetariamente; (s) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures: Ressalvados os pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial (conforme abaixo definido), Resgate Antecipado Facultativo Total ou Oferta de Resgate Antecipado, que resulte no resgate da totalidade das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente, a partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão (inclusive), sendo que a primeira parcela será devida na data a ser definida na Escritura de Emissão, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com as datas e percentuais a serem previstos na Escritura de Emissão; (t) Remuneração das Debêntures: Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definição a ser adotada na Escritura de Emissão), calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.B3.com.br) ("**Taxa DI**"), acrescida de sobretaxa (*spread*) de 1,92% (um inteiro e noventa e dois centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Remuneração**"). A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; (u) Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo Total ou Oferta de Resgate Antecipado, que resulte no resgate da totalidade das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido na data a ser definida na Escritura de Emissão, e o último na Data de Vencimento das Debêntures, de acordo com a tabela a ser prevista na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma "**Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures**"); (v) Resgate Antecipado Facultativo Total: A Companhia poderá, observados os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Data de Emissão(inclusive), independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("**Resgate Antecipado Facultativo Total**"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao **(a)** Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas; acrescido **(b)** da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso); **(c)** dos Encargos Moratórios, se houver; e **(d)** de prêmio equivalente a **(i)** 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, caso o Resgate Antecipado Facultativo Total ocorra entre determinadas datas a serem previstas na Escritura de Emissão; **(ii)** 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, caso o Resgate Antecipado Facultativo Total ocorra entre determinadas datas a serem previstas na Escritura de Emissão; ou **(iii)** 0,30% (trinta centésimos por cento por cento) ao ano, caso o Resgate Antecipado Facultativo Total ocorra entre data a ser prevista na Escritura de Emissão e a Data de Vencimento das Debêntures, em qualquer dos casos, multiplicado pelo prazo remanescente, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures e a Data de Vencimento das Debêntures, incidente sobre os itens (a) e (b) acima ("**Prêmio de Resgate**" e "**Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total**", respectivamente). O Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total será calculado de acordo com fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão; (w) Amortização Extraordinária Facultativa Parcial: A Companhia poderá, observados os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Data de Emissão (inclusive), independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures e deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("**Amortização Extraordinária Facultativa Parcial**"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, o valor devido pela Companhia será equivalente **(a)** à parcela Valor Nominal Unitário das Debêntures (saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem amortizadas; acrescido **(b)** da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso; **(c)** dos Encargos Moratórios, se houver; e **(d)** de prêmio equivalente a **(i)** 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, caso a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial ocorra entre determinadas datas a serem previstas na Escritura de Emissão; **(ii)** 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, caso a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial ocorra entre determinadas datas a serem previstas na Escritura de Emissão; ou **(iii)** 0,30% (trinta centésimos por cento por cento) ao ano, caso a Amortização Extraordinária Facultativa Parcial ocorra entre data a ser prevista na Escritura de Emissão e a Data de Vencimento das Debêntures, em qualquer dos casos, multiplicado pelo prazo remanescente, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa Parcial das Debêntures e a Data de Vencimento das Debêntures ("**Prêmio de Amortização**" e "**Valor da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial**", respectivamente), incidente sobre os itens (a) e (b) acima. O Valor da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial será calculado de acordo com a fórmula constante na Escritura de Emissão; (x) Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("**Oferta de Resgate Antecipado**"). O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido **(a)** da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, e **(b)** se for o caso, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão), o qual não poderá ser negativo. Os demais termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total serão descritos na Escritura de Emissão; (y) Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, condicionado ao aceite do respectivo debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada, e na regulamentação aplicável da CVM, a qualquer momento, adquirir Debêntures no mercado secundário: **(i)** por valor igual ou inferior ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, ou **(ii)** por valor superior ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures ("**Aquisição Facultativa**"); (z) Repactuação: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; (aa) Vencimento Antecipado das Debêntures: As Debêntures poderão ser vencidas antecipadamente na ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado a serem definidas na Escritura de Emissão; (bb) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: **(a)** os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou **(b)** os procedimentos adotados pelo escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; (cc) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial **(i)** multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2,00% (dois por cento); e **(ii)** juros moratórios à razão de 1,00% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("**Encargos Moratórios**"); (dd) Desmembramento. Não será admitido desmembramento, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; e (ee) Demais Condições: Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão e/ou às Debêntures serão tratadas na Escritura de Emissão. **(2)** pela aprovação para a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à implementação e à realização da Emissão, bem como de eventuais aditamentos que se façam necessários à Emissão, incluindo, mas não se limitando, **(a)** a Escritura de Emissão; **(b)** o Contrato de Distribuição; e **(c)** os contratos com prestadores de serviço necessários à Emissão e à Oferta, inclusive, mas não se limitando, para contratação do agente de liquidação e do escriturador, e eventuais documentos relacionados aos contratos necessários à Emissão, incluindo aditamentos; e **(3)** por autorizar a Diretoria e demais representantes legais da Companhia, inclusive procuradores, a discutir, negociar, celebrar e praticar todos os atos e adotar todas as medidas necessárias para a formalização da Emissão e realização da Oferta, mediante celebração dos respectivos instrumentos e respectivos aditamentos, de acordo com os parâmetros descritos acima, incluindo, mas não se limitando, à contratação de instituições financeiras e quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Emissão e à Oferta, e à prática de todos e quaisquer atos necessários à efetivação da Emissão e realização da Oferta, bem como ratificar os atos já praticados pela Diretoria nesse sentido, conforme aplicável. Adicionalmente e com relação aos temas aprovados pelos Conselheiros na presente reunião conforme itens acima, os membros do Conselho de Administração da Companhia também instruíram a Diretoria para que se assegurem de que contratos definitivos que tenham como objeto os temas acima reflitam os termos e condições gerais ora aprovados. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas**: Mesa: Presidente: Daniel Faccini Castanho; Secretário: Heleno Carlos Fernandes. Membros do Conselho de Administração: Daniel Faccini Castanho (Presidente do Conselho de Administração), Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves, Ana Paula de Assis Bogus, Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Marcelo Barbalho Cardoso, Maurício Nogueira Escobar e Paula Maria Harraca. *Certifico que a presente ata é cópia fiel do original que se encontra arquivada na sede social da Companhia.* São Paulo, 07 de agosto de 2024. **Daniel Faccini Castanho -** Presidente da Mesa; **Heleno Carlos Fernandes -** Secretário da Mesa.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

IX.

DATA: 1º Público Leilão 20/08/2024 às 11h15 | 2º Público Leilão 27/08/2024 às 11h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **GOLD CUBA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.** - CNPJ nº 09.498.143/0001-40, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 12, DA QUADRA "B", DO LOTEAMENTO "RESIDENCIAL FLÁVIA"**, Campinas/SP. ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 126,00m². Medidas e confrontações: Frente para a Rua 02, medindo 7,00m; do lado direito, confronta com o Lote nº 13, medindo 18,00m; nos fundos, confronta com o Lote nº 34, medindo 7,00m; do lado esquerdo, confronta com o Lote nº 11, medindo 18,00m. Matrícula nº 181.784 do 3º CRI de Campinas/SP. Cadastro Municipal nº 3362.41.21.0098.00000. Consolidação da propriedade: 19/07/2024. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 142.591,10. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 275.512,44. Ônus do Arrematante: i)** pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** custas cartoriais, impostos e taxas para lavratura/registro da escritura, certidões (inclusive da vendedora); **iii)** quitação dos débitos de IPTU vencidos antes e após os leilões; **iv)** observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; **v)** custas/despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; **vi)** custas e despesas com eventual desocupação; **vii)** venda *ad corpus*. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Ficam os Devedores Fiduciantes **JOSÉ AUGUSTO RIBEIRO DE SOUSA –** CPF: 393.350.078-89 e **MAIARA BORGES DOS SANTOS –** CPF: 110.028.566-04, comunicados e intimados das datas dos leilões, também pelo presente edital, uma vez que se encontram em local desconhecido, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal da Pecini Leilões, não podendo alegar desconhecimento. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

MPF Ministério Público Federal | Procuradoria Regional da República 3ª Região

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 008/2024

A agente de contratação da Procuradoria Regional da República da 3ª Região – UASG 200204 torna público que realizará no dia 23 de agosto de 2024, às 14:00 horas, licitação na modalidade de Pregão, em sua forma Eletrônica, para o REGISTRO DE PREÇOS de eventual aquisição de café, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O Edital está à disposição para consulta no endereço eletrônico: https://www.gov.br/pncp/pt-br

São Paulo, 7 de agosto de 2024.
EUNICE LOURDES DA SILVA
Agente de Contratação

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

CNPJ nº 11.513.961/0001-16

AVISO DE LICITAÇÃO

COLETA DE PREÇOS Nº 007/2024

A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Agência das Bacias PCJ torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberta, por meio de seleção de propostas na modalidade de Coleta de Preços do tipo menor preço, a contratação de empresa para prestação de serviços visando a elaboração do Relatório Institucional da Agência das Bacias PCJ - 2024, por meio das diretrizes da Global Reporting Initiative - GRI Standard, subordinando-se às disposições da Resolução ANA nº 122/2019. Os envelopes com a documentação e as propostas deverão ser entregues na sede da Agência das Bacias PCJ, localizada à Rua Alfredo Guedes, nº 1949, sala 604, Edifício Rácz Center, Bairro Higienópolis, CEP 13.416-901, Piracicaba, SP, até às 09h00 do dia 28 de agosto de 2024. O início da abertura dos envelopes será às 09h30 do dia 28 de agosto de 2024 na Sala 803, situada à Rua Alfredo Guedes, nº 1949, Edifício Rácz Center, Bairro Higienópolis, CEP 13.416-901, Piracicaba, SP. O Ato convocatório completo encontra-se à disposição na sede da Fundação Agência das Bacias PCJ, na Rua Alfredo Guedes, 1949, Edifício Rácz Center, sala 604, Higienópolis, Piracicaba, SP, no site www.agencia.baciaspcj.org.br e no site www.comitespcj.org.br. **Eduardo Massuh Cury** - Presidente da Comissão de Licitações. **Sergio Razera** - Diretor-Presidente.